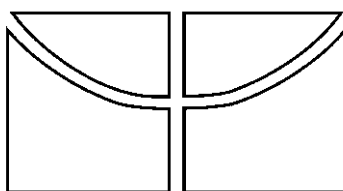


UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**A Comunicação e a Perspectiva Interdisciplinar:
um mapa de definições, usos e sentidos do termo**

Katrine Tokarski Boaventura

– Março de 2014 –



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

A Comunicação e a Perspectiva Interdisciplinar: um mapa de definições, usos e sentidos do termo

Katrine Tokarski Boaventura

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado como requisito para a obtenção do grau de doutora em Comunicação.

Linha de pesquisa: Teorias e Tecnologias da Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Luiz C. Martino.

A meu pequeno Téo

Agradecimentos

Ao prof. Martino, pelas reuniões de orientação valiosas e cruciais para o avanço da pesquisa, pela leitura atenta e cuidadosa do texto e, principalmente, pela inspiração para as investigações que me motivam.

Ao Pedro Russi, que, mesmo sendo presença assídua nas diversas etapas de minha formação como pesquisadora, sempre tem algo importante a acrescentar.

Aos professores Roberto Follari, José Luiz Braga e João Curvello pela disponibilidade de participarem da banca e contribuírem com este trabalho.

À Capes, que financiou parte desta pesquisa.

Ao UniCEUB, instituição que me proporciona a experiência de sala de aula, fundamental para meu desenvolvimento na vida acadêmica.

Ao Henrique Moreira e Bruno Nalon, pela compreensão das necessidades de meu percurso como doutoranda.

À Regina e ao Luciano, da Secretaria do Programa de Pós-Graduação, pela paciência e ajuda para tornar a parte prática possível.

Ao meu filho, Téó, que em seus 3 anos e 9 meses de vida não conheceu uma mãe que não fosse doutoranda e que acha que todas as mães estudam e dão aulas. Que um dia possa compreender minhas ausências.

Ao Yuri, companheiro de uma década, da qual dediquei sete anos a me tornar pesquisadora. Pela paciência, pelo incentivo e por ter sido pai e mãe de nosso filho sempre que necessário.

À minha mãe, que me ensinou a ler aos cinco anos, sem imaginar o quanto eu iria gostar dos livros pelo resto da vida. E que sempre acreditou que eu conseguiria.

Ao meu pai, a quem eu imitava fingindo estudar um gibi aos seis anos, enquanto ele fazia mestrado, me dando o exemplo do gosto pelo estudo.

À Camila e ao André. Não poderia ter irmãos melhores.

À minha avó, aos meus tios e tias, primos, sogra, cunhados e todos os familiares, que sentiram pela minha ausência nesses anos.

Aos meus amigos, que deixei em segundo plano por quatro anos e que, ainda assim, ficaram me esperando.

Aos meus companheiros de aventuras acadêmicas: Rodrigo, Rosana, Rafiza, Raquel. Não esperava fazer amigos justamente nesse momento. Mas, sim, é possível e só tenho a agradecer.

Aos colegas da linha de pesquisa Teorias e Tecnologias da Comunicação pela oportunidade de participar de tantos debates produtivos.

E também a tantos outros colegas com quem tive o prazer de conviver nesse período.

Aos alunos que nos fazem acreditar que vale a pena e que tornam a jornada mais leve e instigante.

Resumo:

O presente trabalho discute a interdisciplinaridade entendida como ausência de um objeto de estudo próprio ao saber comunicacional, proposta que se tornou paradigmática para esta área de conhecimento. Muitos pesquisadores têm entendido que tal situação anula a possibilidade de aproximar e tratar a Comunicação como uma das ciências sociais. O trabalho se desdobra em várias dimensões: análise dos principais autores brasileiros sobre a matéria; o uso da interdisciplinaridade no plano institucional; uma enquête com pesquisadores do campo da comunicação e examina as origens do sentido de interdisciplinaridade que está presente no campo comunicacional; também procura estabelecer a definição desta e sua relação com outros posicionamentos afins, como a multi, a trans ou a antidisciplinaridade, bem como as consequências da adoção desse posicionamento epistemológico para o domínio de conhecimento da Comunicação.

Palavras-chave: Ciência da Comunicação, Interdisciplinaridade, Epistemologia.

Abstract:

The present work discusses interdisciplinarity understood as the absence of an object of study for the communicational knowledge, proposal that became paradigmatic for this area of knowledge. Many researchers have understood that such situation denies the possibility of approaching and treating Communication as a social science. The work unfolds itself in several dimensions: analysis of Brazil's leading authors on the subject, the use of interdisciplinarity at the institutional level, a survey with researchers in the field of communication and discusses the origins of the sense of interdisciplinarity that is present in the communication field, aims to establish its definition and its relationship with other related positions, such as multi-, trans or antidisciplinarity as well as the consequences of the adoption of this epistemological position to the the knowledge domain of communication.

Key words: Communication Science, Interdisciplinarity, Epistemology.

Sumário

Introdução	10
1. Disciplinaridade	15
2. Interdisciplinaridade	30
2.1 Origens.....	32
2.2 Terminologia.....	42
a. Interdisciplinaridade e Educação.....	45
b. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	47
c. Interdisciplinaridade como ruptura: um sentido problemático.....	99
3. Formação do pensamento interdisciplinar na Comunicação	117
3.1 Constituição dos estudos de comunicação	118
a. Década de 40 até 70.....	119
b. Anos 70-80 em diante	125
c. Estatuto da Comunicação.....	128
3.2 Principais fontes da interdisciplinaridade	134
a. Communication Research – a tradição norte-americana de pesquisa administrativa e a interdisciplinaridade	134
b. A proposta interdisciplinar de Innis e McLuhan e a pesquisa em Comunicação	141
c. Escola de Frankfurt.....	149
d. Estudos Culturais.....	155
3.3 A proposta interdisciplinar e a Comunicação	163
a. Vinculação política	164
b. Origens e diversidade	164
c. Questões pedagógicas	165
4. Interdisciplinaridade na pesquisa comunicacional brasileira	167
4.1 Constituição da proposta interdisciplinar no Brasil.....	172
a. José Marques de Melo	174
b. Lucia Santaella	178
c. Ciro Marcondes Filho	181
d. Antônio Fausto Neto.....	186
e. Muniz Sodré de Araújo Cabral.....	191
f. Lucrécia D’Alessio Ferrara	196
g. Francisco Rüdiger.....	200
h. Maria Immacolata Vassalo de Lopes	203
i. José Luiz Braga	209

j. Luiz C. Martino	214
4.2 Panorama institucional	220
a. A Comissão da Compós	2
b. Questionário	225
5. O problema da interdisciplinaridade	241
5.1 Principais críticas	241
a. Ausência de um conceito para interdisciplinaridade	242
b. Incompreensão das disciplinas	244
c. Modismo	246
d. Complexidade do objeto	248
e. Superficialidade X Aprofundamento	249
f. Diversidade de objetos	250
g. Dispersão teórica	251
h. Crítica à ciência	254
i. Confusão de instâncias	257
5.2 Os desdobramentos da interdisciplinaridade	265
Considerações finais	269
Referências bibliográficas	273

Introdução

A proposta desta pesquisa desenvolveu-se a partir da dissertação de mestrado defendida em 2009, com o título: “Recepção e Estudos Culturais: uma relação pouco discutida”, na qual analisou-se a contribuição de autores da tradição dos Estudos Culturais Latino-Americanos. Entre eles estão alguns dos mais influentes entre os pesquisadores brasileiros da recepção, como o teórico nascido na Espanha e nacionalizado colombiano Jesús Martín-Barbero; o antropólogo argentino, que vive no México, Néstor García Canclini, conhecido por sua proposta transdisciplinar e seu trabalho com os conceitos de hibridização e consumo cultural; e o pesquisador mexicano Guillermo Orozco Gomez, que em sua obra busca conciliar a Comunicação e a Educação, trabalhando o ato de ver televisão, entre outras temáticas.

Esses autores são os mais citados entre os pesquisadores brasileiros da recepção e os conceitos que propõem são largamente utilizados na área. No decorrer de nossa pesquisa foram constatadas divergências e contradições: pudemos observar que os conceitos nem sempre se apresentavam claramente definidos, inclusive entre os autores de uma mesma tradição. A partir desta análise, percebemos também a grande ênfase que os referidos autores atribuem ao aspecto interdisciplinar que a pesquisa em Comunicação supostamente deveria possuir.

Porém tal proposta não é claramente apresentada. Ora há divergência quanto ao conceito de interdisciplinaridade envolvido, ora o próprio termo a ser utilizado não é consensual, e várias denominações aparecem: inter-, trans-, multi-, pluri-, pós- e, até mesmo, antidisciplinar. Quando a proposta de um conhecimento interdisciplinar chega a ser discutida com alguma profundidade, ainda assim, não existem explicações de como operacionalizá-la, como fazer para produzir conhecimento válido, sendo que a base da discussão é uma visão de ciência pouco justificada.

As consequências da proposta interdisciplinar observadas nos Estudos Culturais Latino-Americanos extrapolam os estudos vinculados a esta tradição. Na área de Comunicação, atualmente, há muita desconfiança em relação à possibilidade de configuração de uma disciplina propriamente dita. Para os defensores dessa posição, no máximo, a Comunicação seria um campo, onde vários pesquisadores, com bagagens de diferentes disciplinas, se debruçam sobre uma temática em comum. A partir da

impossibilidade de fundação de um saber comunicacional, frente à tamanha diversidade, frequentemente conclui-se que a área é interdisciplinar. Defende-se que o estudo de objetos de pesquisa complexos, como a comunicação, não poderia ser implementado por uma única disciplina. Propõe-se, então, que o pesquisador desenvolva uma pesquisa interdisciplinar ou transdisciplinar, escapando, assim, do que lhes parecem ser limitações que seriam inerentes às disciplinas, tal como as divisões e as fronteiras que as separam, julgadas como obstáculos ao desenvolvimento do conhecimento.

A perspectiva inter/trans/pluri/antidisciplinar traz sérias implicações epistemológicas para a área: dependendo da maneira como se compreenda a interdisciplinaridade, a consequência lógica é negar a possibilidade de que a Comunicação possa se desenvolver como uma disciplina científica. Além disso cria embaraços para as atividades de ensino e pesquisa, pois resulta incoerente falar de teorias de um saber que não se encontra formulado ou que se nega a sê-lo; o que torna injustificável e desconexo o ensino desse saber.

Impõe-se, então, a reflexão: o que é interdisciplinaridade? Quais os principais sentidos de interdisciplinaridade efetivamente trabalhados? Que possibilidades e limitações esta perspectiva nos aporta? Quais as origens desta proposta? Como se deu a formação do pensamento interdisciplinar na Comunicação? Como as principais escolas da Comunicação configuraram a proposta? O que dizem aqueles que são considerados os epistemólogos da área? Qual a compreensão que prevalece sobre a interdisciplinaridade entre os pesquisadores da Comunicação no Brasil? E, finalmente, quais as críticas que estão sendo feitas e que ainda podem ser formuladas?

Embora amplamente aceita e pouco problematizada na área de Comunicação no Brasil a perspectiva interdisciplinar já sofre críticas no âmbito internacional. Mas, ao contrário da popularidade conquistada em nosso país pelos autores que defendem a proposta de ruptura com as disciplinas científicas, o mesmo não pode ser dito sobre as críticas a essa perspectiva. Poucos têm se dedicado à análise da proposta interdisciplinar no país, e os autores internacionais que o fazem são pouco lidos. É importante, portanto, ao desenvolvimento dos estudos de Comunicação brasileiros, implementar mais pesquisas sobre as limitações epistemológicas, teóricas e metodológicas da interdisciplinaridade. Pois a explicitação das origens dessa proposta pode levar a uma compreensão mais aprofundada sobre as possibilidades para a pesquisa que essa

abordagem proporciona. Esperamos, assim, poder contribuir para o avanço da investigação na área.

A presente pesquisa parte, portanto, das contradições constatadas acerca da proposta interdisciplinar para investigar as consequências epistemológicas advindas do consenso estabelecido na área em torno de que a diversidade da pesquisa em Comunicação impossibilita a fundação de um saber especificamente comunicacional, buscando apresentar as origens dessa proposta; elencar definições e conceitos acerca do tema; estabelecer o estado da arte desses estudos na área de Comunicação, tanto no Brasil quanto em outros países; levantar indícios do pensamento atual da área sobre a interdisciplinaridade, por meio de um questionário aplicado entre os pesquisadores do campo; e, finalmente, discutir criticamente os limites e potencialidades da interdisciplinaridade para a Comunicação.

O objetivo geral do presente trabalho foi investigar a interdisciplinaridade na pesquisa em Comunicação no Brasil, a fim de mapear conceitos, origens, possibilidades e limitações inerentes a esta proposta. Entre os objetivos específicos, podemos destacar:

- Definir, a partir da literatura pertinente, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, entre outros;
- Analisar os diferentes sentidos de interdisciplinaridade encontrados;
- Apresentar as origens da proposta interdisciplinar;
- Entender as relações dessa proposta com algumas das principais escolas de estudos da Comunicação, e qual o papel que estas tiveram na disseminação da proposta interdisciplinar;
- Levantar como é proposta a interdisciplinaridade no âmbito da pesquisa em Comunicação no Brasil, a partir de textos dos que são considerados os principais epistemólogos da área;
- Apontar tendências do pensamento interdisciplinar entre os pesquisadores da Comunicação no Brasil;
- Apresentar as principais críticas que podem ser formuladas a esta proposta.

- Discutir criticamente os resultados.

Como poucas pesquisas do gênero têm sido desenvolvidas entre os pesquisadores brasileiros, esperamos, portanto, que a presente investigação contribua ainda como material bibliográfico na área.

Como instrumentos metodológicos, nos valem das técnicas de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica para levantar conceitos e definições sobre interdisciplinaridade. Também utilizamos dos mesmos procedimentos para apresentar a formação do pensamento interdisciplinar na Comunicação. Em seguida, elaboramos um *corpus* constituído por textos dos principais epistemólogos da área no Brasil. Foram analisados seus posicionamentos e suas propostas quanto à interdisciplinaridade. Posteriormente, decidimos também pela aplicação de um questionário, respondido pelos pesquisadores de Comunicação no Brasil, a fim de podermos traçar um panorama atual da área. As questões foram de tipo fechado, aplicadas por meio da ferramenta Google Docs. Foram enviadas solicitações para as direções das principais associações da área e para os coordenadores de cursos de pós-graduação. Finalmente, categorizamos as principais críticas que, ao longo da pesquisa, pudemos levantar quanto à interdisciplinaridade. Todos esses procedimentos estão explicados em detalhes ao longo dos capítulos que seguem.

No primeiro capítulo traçamos um breve histórico sobre a formação das disciplinas e trataremos de seu significado, no seguinte discutimos definições e sentidos trabalhados para o termo “interdisciplinaridade”. No capítulo 3, apresentamos a formação do pensamento interdisciplinar na área da Comunicação e discutimos como as principais tradições teóricas do campo tratam a interdisciplinaridade. O capítulo 4 analisa os argumentos desenvolvidos por alguns dos principais pesquisadores brasileiros que se dedicam ao tema, e apresenta os resultados de questionário aplicado entre os investigadores da área. O quinto capítulo reúne e categoriza as principais críticas à proposta interdisciplinar.

Começaremos, portanto, pela contextualização do âmbito em que se desenvolve a análise empreendida por esta pesquisa. A fim de melhor delimitar os pressupostos de que estamos partindo, vamos buscar entender um pouco melhor o que é uma disciplina

científica. Sendo que também nos interessa saber o que ela *não* é, visto que isso também tem importância para a discussão que propomos.

1. Disciplinaridade

A discussão epistemológica sobre a relação entre a Comunicação e a proposta interdisciplinar exige que coloquemos os conceitos de epistemologia, de disciplina e de interdisciplinaridade com os quais estamos trabalhando.

Começaremos por uma breve discussão a fim de melhor definir epistemologia. Martino (2003, p. 70) alerta que “engajar-se num debate epistemológico significa aceitar certos pressupostos e adotar um posicionamento neste debate filosófico de fundo”.

Significa aceitar certos pressupostos que são aqueles mesmos sobre os quais se funda a ciência: a possibilidade de conhecer o real a partir de certos critérios de investigação, entre os quais a reflexão crítica, a objetividade, a produção de verdade pela argumentação e comprovação (MARTINO, 2003, p. 70).

Japiassu e Marcondes, ao apresentarem o verbete “epistemologia”, de seu “Dicionário Básico de Filosofia” (2001), observam que a hesitação entre as designações de “epistemologia” e “filosofia da ciência” é sintomática da dificuldade de definição. “Epistemologia” pode se referir tanto a uma teoria geral do conhecimento (filosofia), quanto a estudos mais restritos sobre a gênese e estruturação das ciências, variando de acordo com os países e os usos do termo.

No pensamento anglo-saxão, epistemologia é sinônimo de teoria do conhecimento (ou gnosiologia), sendo mais conhecida pelo nome de *philosophy of science*. É neste sentido que se fala de epistemologia a propósito dos trabalhos de Piaget versando sobre os processos de aquisição dos conhecimentos na criança. (JAPIASSU & MARCONDES, 2001).

A variedade de termos empregados para se referir a trabalhos de epistemologia leva os autores a definir a área como uma “disciplina proteiforme que, segundo as necessidades, se faz lógica, ‘filosofia do conhecimento’, ‘sociologia’, ‘psicologia’, ‘história’ etc..”. Após essa reflexão, concluem o verbete dizendo que:

Seu problema central, e que define seu estatuto geral, consiste em estabelecer se o conhecimento poderá ser reduzido a um puro registro, pelo sujeito, dos dados já anteriormente organizados independentemente dele no mundo exterior, ou se o sujeito poderá intervir ativamente no conhecimento dos objetos. Em outras palavras, ela se interessa pelo problema do crescimento dos conhecimentos científicos.

Por isso, podemos defini-la como a disciplina que toma por objeto não mais a ciência verdadeira de que deveríamos estabelecer as condições

de possibilidade ou os títulos de legitimidade, mas as ciências em via de se fazerem, em seu processo de gênese, de formação e de estruturação progressiva. (JAPIASSU & MARCONDES, 2001).

Hilton Japiassu, em “Introdução ao Pensamento Epistemológico” (1975, p. 19), também começa por dizer que definir epistemologia não é fácil: “Devemos dizer, de início, que da epistemologia sabemos muito sobre aquilo que ela não é, e pouco sobre aquilo que é ou se torna, de uma vez que se trata de uma disciplina recente e cuja construção é, por isso mesmo, lenta”. Sugere, então, que se inicie pela noção mais simples, a etimológica. O termo “epistemologia”, originário do século XIX no vocabulário filosófico, significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme). Japiassu (1975a, p. 16) entende por epistemologia, em um sentido amplo do termo, o “estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento, e de seus produtos intelectuais”. E elenca três tipos de epistemologia:

- Epistemologia global (geral), quando se trata do saber globalmente considerado, com a virtualidade e os problemas do conjunto de sua organização, quer sejam "especulativos", quer "científicos".
- Epistemologia particular, quando se trata de levar em consideração um campo particular do saber, quer seja "especulativo", quer "científico".
- Epistemologia específica, quando se trata de levar em conta uma disciplina intelectualmente constituída em unidade bem definida do saber, e de estudá-la de modo próximo, detalhado e técnico, mostrando sua organização, seu funcionamento e as possíveis relações que ela mantém com as demais disciplinas. (JAPIASSU, 1975a, p. 16).

Subdivide, também, a epistemologia em interna e derivada. A primeira consistindo na análise crítica dos procedimentos utilizados no interior de uma disciplina, no sentido de estabelecer seus fundamentos. Enquanto a epistemologia derivada seria a epistemologia geral, interessada em compreender como uma forma de conhecimento é possível, e que parte cabe ao Sujeito e ao Objeto em determinado modo de conhecimento característico da ciência.

Japiassu aponta, ainda, as três principais correntes do pensamento epistemológico contemporâneo como sendo:

1. A Epistemologia lógica, visando um estudo acurado da linguagem científica e uma pesquisa metódica das regras lógicas que presidem a todo enunciado correto (empirismo ou positivismo lógicos);

2. A Epistemologia genética, tentando elucidar a atividade científica a partir de uma psicologia da inteligência, culminando num estruturalismo genético e construtivista (epistemologia de J. Piaget);
3. A Epistemologia histórico-crítica, procurando elucidar a produção das teorias e dos conceitos científicos a partir de uma análise da própria história das ciências, de suas revoluções e das démarches do espírito científico (Bachelard, Canguilhem, Foucault) [...]. (1975, p. 73).

Contudo, Martino chama a atenção para o fato de que a seleção das principais correntes realizada por Japiassu se dá sem explicitar os critérios utilizados e, ainda que possamos supor que a escolha se deu pela repercussão que estas alcançaram, este não é um “critério epistemologicamente válido, já que não opera no nível do conhecimento, mas claramente a partir de uma ótica e de procedimentos exteriores a ele.” (2003, p. 73).

Martino esclarece que “se a epistemologia não é única, ela tampouco é a única maneira de abordar o problema do conhecimento” (2003, p. 75). De um lado, estão a gnosiologia ou a teoria do conhecimento, e a filosofia das ciências; de outro, a psicologia das ciências, a história das ciências, e a sociologia da ciência. Sendo que as primeiras situam o problema no âmbito da filosofia, e estas últimas tratam da produção de conhecimento científico como objeto de disciplinas científicas.

O objeto da história da ciência é a evolução do pensamento científico. Martino aponta a existência de duas vias: uma que “toma a ciência como uma instituição que se transforma no tempo, em função das relações que estabelece com outras instituições sociais ou com a cultura (como faz, por exemplo, M. Foucault)”. E outra que trata especificamente dos aspectos internos ao conhecimento científico. Martino observa que

Nesse aspecto a história da ciência se confunde com uma das vias e métodos do pensamento epistemológico, que busca na historicidade do conhecimento científico um parâmetro da variabilidade possível para a abordagem e o tratamento de certas questões apresentadas ao pensamento científico (é neste sentido que os trabalhos de A. Koyré e de T. Kuhn são aproveitados e discutidos pelos epistemólogos). (MARTINO, 2003, p. 76).

A psicologia da ciência traz contribuições como a epistemologia genética de Jean Piaget, tendo seu campo de investigação principalmente na “evolução ontogenética, no acompanhamento da evolução da criança, ou seja, ela se concentra na formação das estruturas psicológicas responsáveis pela aquisição de conhecimento” (MARTINO, 2003, P. 76-77). Já a sociologia da ciência parte do pressuposto de que a produção do conhecimento científico está condicionada à sociedade. A análise se dedica

aos fatores coletivos que interferem na produção de conhecimento no interior das instituições de pesquisa. De acordo com Martino:

De certa forma, ela completa a história da ciência, pois além de negar uma autonomia do conhecimento em relação ao social, metodologicamente aborda a ciência enquanto uma prática social, sujeita portanto às determinações típicas dessa ordem, tais como os problemas de sociologia das profissões, de condicionamentos culturais, de disputas partidárias, de correntes ideológicas, de lutas de poder pelo controle institucional, enfim, tudo o que liga o conhecimento ao poder e à cultura de modo geral. (MARTINO, 2003, p. 77)

Filosofia da ciência pode ser o termo mais geral para se referir às possibilidades pelas quais a filosofia toma a ciência como objeto, ou podemos restringi-lo, levando em consideração a gnosiologia (ou teoria do conhecimento) e a epistemologia. Neste caso, à filosofia da ciência caberiam os problemas gerais da metafísica da verdade científica, e aqueles decorrentes de sua aplicação. A epistemologia estaria dedicada ao estudo dos aspectos internos do conhecimento científico, como seus fundamentos, metodologias e a relação entre disciplinas. E a gnosiologia, por sua vez, diferentemente das anteriores, estudaria os problemas relacionados ao conhecimento humano de forma geral. A partir desta delimitação, Martino propõe que a epistemologia é o estudo do conhecimento científico, como é sugerido pelo próprio termo, e se ocupa dos problemas mais específicos e próprios deste tipo de conhecimento, como os de seu objeto, classificação, método (critérios de validade, de operação) e de sua fundamentação (lógica e ontológica).

Também evitemos tomar o termo epistemologia como designando uma ciência, ou identifica-lo com a idéia de uma *ciência da ciência* ou ainda de *metaciência*, no sentido de algo superior ou mais elaborado que a ciência. Em seu sentido geral, *epistemologia* designa o estudo da ciência: ela é uma disciplina filosófica, que toma a ciência como objeto. (MARTINO, 2003, p. 80-81)

Outra distinção importante apontada é entre uma epistemologia geral ou global, que estuda o conhecimento científico de forma ampla; e uma epistemologia aplicada ou local, que se dedica ao estudo de cada disciplina científica em particular. Martino afirma que uma das grandes dificuldades da área de Comunicação é a carência de discussões epistemológicas deste segundo tipo, o que nos leva frequentemente a recorrer à epistemologia geral, a qual, muitas vezes, foi pensada em relação às ciências naturais. Daí decorre um dos empecilhos para analisar a dimensão epistemológica da Comunicação, pois a comparação equivocada entre categorias pensadas para as ciências

duras e os estudos desenvolvidos na área pode levar a uma interpretação de que a Comunicação não pode se constituir como ciência. Sem rejeitar a validade de outras formas de conhecimento que não o científico, trabalharemos na perspectiva de que a Comunicação está aproximada a uma ciência. Pois, de outro modo, a instância pertinente para a discussão não seria especificamente um trabalho acadêmico e uma pesquisa de tipo científico, âmbito em que se insere esta tese. Além de que seria um despropósito “um debate epistemológico que seja indiferente ou negue a ciência” (MARTINO, 2003, p. 80-81).

Deste modo, o presente trabalho identifica essa necessidade de discussões epistemológicas aplicadas à Comunicação, que discutam seus fundamentos, métodos e relações com outras disciplinas; e propõe compreender a proposta interdisciplinar e suas implicações epistemológicas para o trabalho desenvolvido na área. Antes de chegar a definir o que seria a interdisciplinaridade, porém, faz-se necessário marcar que existe outra dificuldade conceitual que, muitas vezes, passa despercebida: entender o que é uma disciplina científica.

Breve histórico da formação das disciplinas

As definições para o termo “disciplina” também são variadas e situam-se em diferentes instâncias. Ao marcar os diversos sentidos, torna-se possível delimitar qual deles nos interessa em uma discussão epistemológica e evitar, deste modo, que o debate se perca em divergências de âmbitos de discussão, pois podemos identificar na disciplina tanto aspectos políticos, sociológicos e institucionais quanto a dimensão científica, a qual nos importa de modo particular para os objetivos deste estudo.

Antes mesmo que se estabelecessem as disciplinas, algumas áreas de conhecimento já existiam: a divisão clássica da filosofia em lógica, ética e física; o *trivium* medieval – gramática, retórica e dialética, e o *quadrivium* – aritmética, geometria, astronomia e música (KRISTELLER, 1951 *apud* SHUMWAY & MESSER-DAVIDOW, 1991, p. 202-203). Essa divisão nas sete artes liberais foi hegemônica até o século XIII e ainda existia no currículo das universidades medievais. Novas instituições surgidas ao longo dos séculos XVII e XVIII influenciaram, no século XIX, o surgimento das disciplinas como as conhecemos. Shumway & Messer-Davidow (1991, p. 204) apontam a *Royal Society* e a *Academie des Sciences* como, possivelmente, a mais importante mudança ocorrida na história da divisão do conhecimento, pois

ignoravam as divisões até então conhecidas e se dedicavam ao estudo de toda a natureza. “As primeiras sociedades iniciaram o desenvolvimento de técnicas e estratégias que foram necessárias para a organização disciplinar do conhecimento. Um exemplo é o uso de publicações como principal meio de autorizar novos conhecimentos.¹” (1991, p. 206).

No século XVIII, a *Academie des Sciences* passou a fazer parte do governo francês e a decidir, por exemplo, quem era um cientista, adquirindo poder de controle sobre a ciência maior que sua semelhante no Reino Unido: “O caráter mais aberto da vida intelectual britânica significou que a *Royal Society* nunca chegou a exercer esse controle oficial. Mas na medida em que essa sociedade era capaz de consolidar uma rede, ela poderia funcionar como um *gatekeeper* intelectual (ver, por exemplo, Mendelsohn 1977).²” (SHUMWAY & MESSER-DAVIDOW, 1991, p. 205). Entretanto, outras transformações foram necessárias para o surgimento das disciplinas, como o desenvolvimento de novas instituições educacionais e novas formas de educação científica:

As universidades de pesquisa na Alemanha e as Grandes Escolas na França não apenas deram empregos estáveis e segurança financeira aos cientistas, mas também encorajaram que eles se identificassem com outros de suas especialidades em vez de com os cientistas como um grupo³. (SHUMWAY & MESSER-DAVIDOW, 1991, p. 207).

Stichweh também aponta o surgimento das comunidades de especialistas como aspecto relevante quanto à formação das disciplinas. O surgimento das disciplinas equivaleria à emergência das comunidades científicas, teorizadas por Thomas Kuhn:

As comunidades científicas repousam na intensificação da interação, conhecimento especializado compartilhado, certos valores em comum, e a orientação dos membros da comunicação em direção a uma constelação de problemas constitutivos da respectiva disciplina. A ciência moderna não se baseia nas realizações de indivíduos extraordinários, mas na força epistêmica das comunidades disciplinares⁴. (STICHWEH, 2001, p.13728).

¹ The early societies initiated the development of the techniques and strategies that were necessary for the disciplinary organization of knowledge. An example is the use of publication as the primary means of authorizing new knowledge.

² The more open character of British intellectual life meant that the Royal Society would never have such official control. But insofar as this society was able to consolidate a network, it could function as an intellectual gatekeeper (see, e.g., Mendelsohn 1977).

³ The research universities in Germany and the Grandes Ecoles in France not only gave steady employment and financial security to scientists, but also encouraged them to identify with others of their speciality, rather than with scientists as a group.

⁴ Scientific communities rest on the intensification of interaction, shared expertise, a certain commonality of values, and the orientation of community members towards problem constellations constitutive of the

Já no século XVIII, Adam Smith reconhecia a especialização crescente da produção de conhecimento como causa do aumento da produtividade científica (HIGHAM, 1979 *apud* SHUMWAY & MESSER-DAVIDOW, 1991, p. 204). Mas as disciplinas modernas são um fenômeno apenas do final do século em questão, quando a filosofia natural se subdivide nas ciências naturais.

A filosofia moral se dividiu um pouco mais tarde nas ciências sociais. “As humanidades” é um termo do século XX, conveniente para aquelas disciplinas excluídas das ciências naturais e sociais. Enquanto a moderna filosofia foi definida por aquilo que foi removido dela na criação das ciências, as outras humanidades modernas emergiram primeiro na forma da clássica filologia, que produziu a história, as línguas modernas, e até a história da arte como descendentes⁵. (SHUMWAY & MESSER-DAVIDOW, 1991, p. 204)

Na perspectiva de Auguste Comte a respeito da constituição das disciplinas, uma dá origem às outras, a partir de perguntas e hipóteses formuladas no contexto de uma disciplina já existente sobre um fenômeno novo, e que ultrapassam a área abrangida por esse saber. Dessa forma, surgiriam os novos âmbitos de estudo e conhecimento:

Com essa perspectiva, Comte propõe a percepção da continuidade histórica que faz derivar da matemática a cosmologia, desta, a física, no âmbito da qual se fizeram as primeiras perguntas que vieram a configurar a química, onde surgem os problemas de conhecimento que resultariam na biologia – para finalmente desprender-se desta a sociologia (*in* Alain, 1947, p. 295-304). (BRAGA, 2011, p. 72).

Podemos destacar, ainda, o papel que a formação das universidades modernas desempenhou na organização disciplinar a partir do século XIX. Se antes disso, “Existe uma longa pré-história semântica da disciplina como um termo para organizar o conhecimento com propósitos de instrução em escolas e universidades.⁶” (STICHWEH, 2001, p. 13727), com o século XIX verdadeiros sistemas disciplinares se estabelecem.

Desde então a disciplina funciona como uma unidade da formação estrutural no sistema social da ciência, nos sistemas de educação superior, como um assunto específico para o ensino e a aprendizagem

respective discipline. Modern science is not based on the achievements of extraordinary individuals but on the epistemic force of disciplinary communities.

⁵ Moral philosophy broke up somewhat later into the social sciences. "The humanities" is a twentieth-century term of convenience for those disciplines excluded from the natural and social sciences. While modern philosophy was defined by what was removed from it in the creation of the sciences, the other modern humanities emerged first in the form of classical philology, which produced history, modern languages, and even art history as descendants.

⁶ There exists a long semantic prehistory of *disciplina* as a term for the ordering of knowledge for the purposes of instruction in schools and universities.

nas escolas, e finalmente como uma designação de papéis ocupacionais e profissionais⁷. (STICHWEH, 2001, p. 13727).

Craig (2008) também aponta que, convencionalmente, a palavra “disciplina” se refere a cada área do conhecimento ou ensino, mas que é neste momento de constituição das universidades modernas que se estabelecem as relações institucionais como as conhecemos.

Com o desenvolvimento das modernas universidades de pesquisa desde o século XIX, a noção de disciplina evoluiu em relação a estruturas institucionais e profissionais específicas (faculdades de universidades, sociedades acadêmicas, revistas científicas, agências financiadoras, etc..) que interagem de forma complexa com categorias de conhecimento conceitualmente definidas⁸. (CRAIG, 2008, P. 683-684).

Ao longo do século XX, com o crescimento da pesquisa científica, as disciplinas se estabeleceram. Marcovich & Shinn (2011) acreditam que as disciplinas a partir deste momento são diferentes das organizações disciplinares do século XIX devido a dois aspectos: a aceleração da quantidade de conhecimentos produzidos, vide o aumento do número de publicações; e uma maior complexidade, acarretada justamente por esse incremento da produção. De acordo com Marcovich & Shinn, entre as características principais da disciplinaridade estão “uma sensibilidade no sentido da estabilidade das afirmações científicas por um longo tempo, metodologia, robustez de argumentação e refutação, condições limitativas de pesquisa e reivindicações e a relação entre experimentação e teoria.”⁹ (2011, p. 585). Além disso, o campo científico possui uma racionalidade própria, em que a crítica interna tem papel fundamental, dessa forma, a racionalidade científica tem um forte grau de autonomia, caracterizando-se em uma estrutura que permite ajustes.

O que é uma disciplina?

Na busca por definições, podemos encontrar alguns consensos em torno de que a disciplina significa para a produção de conhecimento: o fato de possuírem objeto, teorias e metodologias próprias geralmente é apontado como uma característica que

⁷ Since then the discipline has functioned as a unit of structure formation in the social system of science, in systems of higher education, as a subject domain for teaching and learning in schools, and finally as the designation of occupational and professional roles.

⁸ With the development of modern research universities since the nineteenth century, the notion of a discipline has evolved in relation to specific institutional and professional structures (university faculties, scholarly societies, peer reviewed journals, funding agencies, etc.) that interact in complex ways with conceptually defined categories of knowledge.

⁹ “A sensitivity toward the stability of scientific claims over long periods, methodology, robustness of argumentation and refutation, limiting conditions of research and of claims, and the relationship between experimentation and theory [...]”.

diferencia as disciplinas umas das outras. Mas é possível verificar também que a palavra disciplina designa dois sentidos que estão em dimensões distintas: um relativo ao ensino, ao aspecto da divisão do currículo escolar em “matérias”; e um segundo em que a disciplina representa as unidades em que está dividida a produção de conhecimento científico, um sentido ligado, portanto, à pesquisa, à ciência.

Vejamos, então, algumas definições. Para Shumway & Messer-Davidow, a etimologia do termo ajuda a revelar a difusão histórica dos significados de disciplina, mais que propriamente defini-la.

O termo “deriva de uma raiz indoeuropeia [...] tanto no termo pedagógico grego didasko (ensinar) quanto no latino (di)disco (aprender); e a própria disciplina tem no latim clássico o duplo sentido de conhecimento (sistema de conhecimento) e poder (disciplina da criança, disciplina militar)” (Hos-kin and Macve 1986: 107). Na Língua Inglesa, “disciplina” era usado no tempo de Chaucer para se referir aos ramos do conhecimento, especialmente medicina, direito e teologia, as “altas faculdades” da nova universidade¹⁰. (SHUMWAY & MESSER-DAVIDOW, 1991, p. 202).

De acordo com Shumway & Messer-Davidow, o *Oxford English Dictionary* atribuía *discipline* ao discípulo ou estudioso (*scholar*), enquanto *doctrine* era de propriedade de doutores ou professores. Dessa forma, a disciplina seria associada com a prática ou exercício e a doutrina com a teoria abstrata. Essa seria, possivelmente, a razão de que as novas ciências tenham escolhido o termo disciplina, devido à sua base em métodos empíricos e a reivindicação de objetividade. “Chamar um campo de ‘disciplina’ é sugerir que ele não é dependente de mera doutrina e que sua autoridade não deriva de textos de indivíduos ou uma escola, mais preferencialmente de métodos e verdades geralmente aceitos.”¹¹ (SHUMWAY & MESSER-DAVIDOW, 1991, p. 202).

Hunt também avalia a etimologia do termo disciplina a partir do *Oxford English Dictionary*:

Considerando que a doutrina está preocupada com a teoria abstrata, a disciplina incide sobre práticas. São essas práticas que podem nos instruir mais, penso eu, não as doutrinas abstratas. A prática disciplinar, com todas as suas conotações de rigoroso treinamento,

¹⁰ The term "derives from an Indo-European root ... for both the Greek pedagogic term didasko (teach) and the Latin (di)disco (learn); and disciplina itself al-ready has in classical Latin the double sense of knowledge (knowledge-system) and power (discipline of the child, military discipline)" (Hos-kin and Macve 1986: 107). In the English language, "discipline" was used in Chaucer's time to refer to branches of knowledge, especially to medicine, law, and theology, the "higher faculties" of the new university.

¹¹ To call a field a "discipline" is to suggest that it is not de-pendent on mere doctrine and that its authority does not derive from the writings of an individual or a school, but rather from generally accepted methods and truths.

supervisão de conduta, e o potencial de censura, é a base para o aprendizado entre as disciplinas, bem como dentro delas¹². (HUNT, 1994, p. 2)

Já González Casanova (2004, p. 15-16 *apud* PORTUGAL, 2008, p. 6) aponta que o termo disciplina não consta em muitos dos dicionários especializados. No *Diccionario de la Real Academia Española*, o termo estaria “[...] relacionado com a instrução em uma faculdade e também com a disciplina que se transmite a alguém ou que o próprio adquire no trabalho intelectual [...]”¹³, tratando de “[...] uma espécie de rede semântica em que os conceitos se definem mutuamente.”¹⁴. Para Castro, a raiz da palavra disciplina contém tanto uma conotação de abertura a outros domínios quanto de submissão às ideias e normas estabelecidas.

Sem dúvida, os usos linguísticos enfatizaram a conotação restritiva que sua raiz etimológica apresenta de maneira ambígua: a disciplina envolve um comportamento de distanciamento do mundo e do dia-a-dia, um retiro (*discedere*), apenas para se livrar de influências perturbadoras e poder discernir (*discernere*) melhor. Quem conseguia fazer isso poderia estudar e compreender a realidade de forma esclarecida: era o discípulo (*discens*). Aqui está o cerne da questão disciplinar, pois ao mesmo tempo que implica um afastamento de estímulos perturbadores para poder distinguir, diferenciar, separar o fundamental do que não o é (ato essencialmente libertador), supõe ao mesmo tempo uma dependência do professor ou guia mostrando o caminho e às vezes força a segui-lo, através de um comportamento disciplinado que torna-se punitivo.¹⁵ (CASTRO, 1996, *apud* PORTUGAL, 2008, p. 6)

Fugindo um pouco destes sentidos de instrumento de poder e de transmissão de conhecimentos, Geiger (1986, p. 29 *apud* SHUMWAY & MESSER-DAVIDOW, 1991, p. 207) afirma que “Uma disciplina é, acima de tudo, uma comunidade baseada na pesquisa e centrada em investigadores competentes. Consiste de indivíduos associados para facilitar a intercomunicação e estabelecer um grau de autoridade sobre os padrões

¹² Whereas doctrine is concerned with abstract theory, discipline focuses on practice. It is these practices that can instruct us most, I think, not the abstract doctrines. Disciplinary practice, with all its connotations of rigorous training, supervision of conduct, and potential for censure, forms the basis for learning between disciplines as well as within them.

¹³ [...] está relacionado con el de instrucción en una facultad y también con la disciplina que le transmite a uno o que adquiere uno mismo en el trabajo intelectual [...].

¹⁴ [...] una especie de red semántica en que los conceptos se definen mutuamente.

¹⁵ Sin duda los usos lingüísticos destacaron es connotación restrictiva que su raíz etimológica presenta de manera ambigua: la disciplina involucra un comportamiento de distanciamiento del mundo y del día-a-día, un retiro (*discedere*), justamente para poder desprenderse de influencias perturbadoras y poder discernir (*discernere*) mejor. Quien conseguía hacer esto podía estudiar y entender la realidad de forma esclarecida: era el discípulo (*discens*). Aquí se encuentra el meollo de la cuestión disciplinar, pues en tanto ella implica un alejamiento de los estímulos perturbadores para poder distinguir, diferenciar, separar lo fundamental de lo que no lo es (acto fundamentalmente liberador), supone al mismo tiempo una dependencia del maestro o guía que muestra el camino y a veces fuerza a seguirlo a través de un comportamiento disciplinado que se transforma en punitivo.

dessa pesquisa¹⁶”. A disciplina seria “[...] uma comunidade de conversação com uma tradição de argumentação.” (SHOTTER, 1997, *apud* CRAIG, 1999, p. 124). Sua “[...] particularidade nasce de um campo material específico, do assunto, do conjunto de problemas e de um repertório compartilhado de conceitos, métodos e ferramentas analíticas.” (KLEIN, 1990, p. 267 *apud* SHOLLE, 1995, p. 129).

De acordo com Portugal (2008, p. 6), Martha Pérez afirma que o conceito de disciplina alterou-se ao longo da história da ciência, sendo que “[...] a disciplina tem sido entendida tradicionalmente, como uma forma sistemática de pensar a realidade, desde um recorte que se faz dela, conforme as exigências do método científico.¹⁷” (2002, p. 324-325 *apud* PORTUGAL, 2008, p. 6).

Desde esta perspectiva, segundo a autora, no saber científico se distinguem disciplinas que implicam um particular objeto de estudo que determina uma metodologia e procedimentos apropriados para sua investigação, certos instrumentos de análise, ou seja, estratégias lógicas, tipos de raciocínios e a construção de modelos, e, ainda, deve ocorrer um nível de integração teórica, mediante conceitos fundamentais e unificadores¹⁸. (PORTUGAL, 2008, p. 7).

Franz Portugal traz outra definição para o termo, a de Salmerón (2010, p. 94 *apud* PORTUGAL, 2008, p. 7): a disciplina se constituiria de um sistema de conceitos úteis para reconstruir a experiência, permitindo assim captar diferentes elementos para interpretá-los e explicá-los a partir de esquemas comuns, tendo em consideração um marco de ideias igualmente comum.

Fabiani afirma que “disciplina” e “Ciência” são termos equivalentes, no que diz respeito a designar a relação entre sujeitos e objetos que marcam a especificidade de uma área de conhecimento ou de um programa de pesquisa: “[...] sendo que, de modo aproximado, a primeira capta mais claramente o grau de cristalização e estabilização a que chegou uma prática científica.”¹⁹ (2006, p. 11). Aponta, também, o caráter universal da noção de disciplina como um “corpo de conhecimentos entendido como articulação

¹⁶ A discipline is, above all, a community based on inquiry and centered on competent investigators. It consists of individuals who associated in order to facilitate intercommunication and to establish some degree of authority over the standards of that inquiry.

¹⁷ [...] la disciplina ha sido entendida tradicionalmente, como una forma sistemática de pensar la realidad, desde un recorte que se hace de ella, conforme las exigencias del método científico.

¹⁸ Desde esta perspectiva, según (p. 6) la autora, en el saber científico se distinguen disciplinas que implican un particular objeto de estudio que determina una metodología y procedimientos apropiados para su investigación, ciertos instrumentos de análisis, es decir, estrategias lógicas, tipos de razonamientos y la construcción de modelos, además, debe darse un nivel de integración teórica, mediante conceptos fundamentales y unificadores.

¹⁹ [...] à ceci près que la première saisit plus nettement le degré de cristallisation et de stabilisation auquel une pratique scientifique est parvenue.

de um objeto, de um método e de um programa, de um lado, e, como modo de ocupação reconhecível por uma configuração mais ampla (isto é, todas as operações de saber num momento dado), de outro.²⁰ (2006, p. 11). Fabiani ressalta que a disciplina também designa uma forma de divisão do trabalho, baseada na delimitação de um tipo de objeto e tarefas específicas e em uma matriz de conhecimentos crescente sobre um objeto pré-definido como limite.

Fabiani (2006) alerta que não se pode esquecer que o termo disciplina designa, além de uma forma organizada de conhecimento, dois objetos históricos diferentes. O primeiro deles diz respeito à dimensão pedagógica, de recepção de mensagens, a partir do aluno, do *discipulus*. Um segundo objeto seria a organização da atividade científica, depois do século XIX. E seria a partir dessas duas definições que se estabeleceria a tensão entre as necessidades pedagógicas e a exigência de inovação:

[...] de um lado estão definidas as condições de reprodução de um corpo de conhecimentos através da fidelidade aos exercícios; de outro a exigência de progresso científico estipula que o horizonte da pesquisa não pode ser inteiramente definido pelo funcionamento regular dos dispositivos institucionais ou pelo que poderíamos chamar em termos contemporâneos de uma administração da pesquisa: é a partir da definição de problemas, os quais, à diferença das questões filosóficas, podem ser objetos de soluções, que o conhecimento é objeto de transformações²¹. (FABIANI, 2006, p. 13).

Segundo Edgar Morin (1994), as disciplinas científicas possuem uma história: nascem, se institucionalizam, evoluem e declinam, assim como as universidades, as quais, por sua vez, estão inscritas na história da sociedade. Desse modo, as disciplinas dependeriam das sociologias das ciências e do conhecimento, de uma reflexão interna sobre elas mesmas, mas também de um conhecimento exterior: “Não é suficiente estar no interior de uma ciência para conhecer os problemas referentes a ela.²²”. A posição de Morin é de crítica às disciplinas, partindo do princípio de que há algo de pernicioso nelas que deve ser evitado pela prática da interdisciplinaridade, como veremos com

²⁰ [...] corps de savoir entendeu comme articulation d'un objet, d'une méthode et d'un programme, d'un côté, et comme mode d'occupation reconnaissable d'une configuration plus vaste (*i.e.* l'ensemble des opérations de savoir à un moment donné du temps), de l'autre.

²¹ [...] d'un côté sont définies les conditions de la reproduction d'un corps de savoir à travers la fidélité à des exercices; de l'autre l'exigence de progrès scientifique stipule que l'horizon de la recherche ne peut être entièrement défini par le fonctionnement régulier de dispositifs institutionnels ou par ce qu'on pourrait appeler en termes contemporains une administration de la recherche: c'est à partir de la définition de problèmes, lesquels, à la différence des questions philosophiques, peuvent faire l'objet de solutions, que la connaissance est l'objet de transformations.

²² Il ne suffit donc pas d'être à l'intérieur d'une discipline pour connaître tous les problèmes afférents à celle-ci.

mais detalhes no capítulo seguinte. Hunt (1994) destaca que as definições negativas de disciplina começam nos anos 1960, especialmente após os trabalhos de Foucault. Em consulta ao *Oxford English Dictionary* (1989, *apud* HUNT, 1994, p. 2), as definições para o termo se relacionam à correção, punição, ordem mantida por controle ou comando (como no caso de soldados, prisioneiros, religiosos...), exercício do poder de censura, sistema de regras de conduta. A ênfase na subordinação das disciplinas a esses aspectos sociológicos e políticos da prática disciplinar leva a uma visão redutora das disciplinas.

A disciplina é uma categoria organizacional do conhecimento científico, ela estabelece a divisão e especialização do trabalho e responde às diversas áreas abrangidas pelas ciências. Apesar de englobada em um contexto científico mais amplo, a disciplina tende naturalmente à autonomia, pela delimitação de suas fronteiras, a linguagem que a constitui, as técnicas que tem de desenvolver ou utilizar e, possivelmente, pelas suas próprias teorias²³. (MORIN, 1994).

Ao se naturalizar a compreensão corrente de que a disciplina é apenas um arranjo burocrático que divide os saberes, podemos perder de vista que “[...] uma disciplina não se resume a um simples problema de burocracia universitária. Em matéria de epistemologia, o termo *disciplina* corresponde a uma designação das peculiaridades de um certo tipo de abordagem, recorte e problematização do real.” (MARTINO, 2003, p. 86-87).

Toda disciplina em ciências humanas e sociais gera um olhar sobre o mundo, e não apenas sobre um objeto; se cada uma acaba se concentrando em determinados pontos, é porque, de sua perspectiva, estes lhes parecem ser os pontos mais relevantes para a compreensão do Homem, este objeto genérico comum a todas elas: trata-se de sua contribuição para compreensão do universo humano. O que chamamos de “disciplinas” nada mais é do que a designação de uma dessas perspectivas fundamentais através das quais se tenta apreender a significação do homem, objeto cuja totalidade, assim como qualquer outro, é inacessível através do discurso (nenhum discurso pode abarcar e esgotar a realidade). É um erro ingênuo, e nem por isso pouco disseminado, acreditar que a divisão disciplinar corresponde a uma repartição qualquer das “coisas” e do mundo. Desconsidera-se, assim, um importante papel da teoria, que não somente explica, mas constrói seu objeto. (MARTINO, 2004, p. 8).

²³ La discipline est une catégorie organisationnelle au sein de la connaissance scientifique; elle y institue la division et la spécialisation du travail et elle répond à la diversité des domaines que recouvrent les sciences. Bien qu'englobée dans un ensemble scientifique plus vaste, une discipline tend naturellement à l'autonomie, par la délimitation de ses frontières, le langage qu'elle se constitue, les techniques qu'elle est amenée à élaborer ou à utiliser, et éventuellement par les théories qui lui sont propres.

Marcovich & Shinn (2011) analisam as disciplinas a partir dos processos de cognição e da epistemologia, em vez de levar em conta apenas o contexto sócio-institucional como geralmente fazem os que defendem a perspectiva interdisciplinar. Por cognição entendem a base em que o conhecimento é desenvolvido, incluindo a formulação de problemas e metodologias, por exemplo, que são características do trabalho disciplinar.

A cognição é a finalidade, enquanto os fatores institucionais representam apenas enquadramentos. Nós admitimos que estruturas de financiamento, características organizacionais, incentivos e pressões da política científica e comerciais (Calvert, 2006; Tuunainen, 2005) de alguma forma afetam o trabalho de pesquisa, mas não redefinem fundamentalmente sua substância (Dosi et al., 2006)²⁴. (MARCOVICH & SHINN, 2011, p. 583-584).

Marcovich & Shinn (2011) acreditam, porém, que a disciplinaridade praticada a partir do século XX é diferente daquela existente no século XIX, devido ao constante aumento da complexidade de conceitos, instrumentos e da comunidade que constitui a ciência, devido à aceleração do volume na produção de conhecimento e às mudanças na prática científica entre os séculos XVII e XXI. Assim, preferem o termo “nova disciplinaridade”, a qual seria afetada por este contexto que combina complexidade e aceleração. Sendo que nas relações estabelecidas entre essas novas disciplinas, cujas fronteiras se tornariam, muitas vezes, mais elásticas e que levariam eventualmente ao surgimento de outras disciplinas, a disciplina continua sendo um referente, mesmo nas investigações que envolvem diferentes especialidades (MARCOVICH & SHINN, 2011, p. 584).

Consideramos que a disciplina, independentemente do contexto institucional, político ou social em que esteja envolvida, ou das relações que estabeleça com outros saberes, continua sendo a categoria fundamental para o trabalho científico. Pois pensar a disciplina sob o ângulo epistemológico não implica em desconsiderar todos os outros fatores a ela relacionados ou sua inserção no mundo, mas apenas uma entrada no problema que permite que o debate se desenvolva numa mesma perspectiva, ou seja, que falemos do mesmo assunto, no mesmo nível de análise. Ainda neste sentido, é importante reter que a discussão epistemológica que é desenvolvida neste trabalho opera

²⁴ Cognition is the aim, while institutional factors represent only frameworks. We admit that financial structures, organizational features, science policy and commercial inducements and pressures (Calvert, 2006; Tuunainen, 2005) somehow affect research work, but they do not fundamentally redefine its substance (Dosi et al., 2006).

com construções teóricas e não com objetos empíricos. Essa distinção é fundamental para a compreensão de por que estamos trabalhando com “disciplina” e não com a ideia de “campo”. A última se refere ao nível empírico, enquanto disciplina se relaciona com o nível teórico. Os fenômenos do mundo constituem objetos empíricos, que podem ser analisados por campos, como assuntos de interesse. Enquanto os objetos de estudo e de pesquisa são construtos, elaborados teoricamente, que constituem o âmbito da disciplina científica. Esta discussão será retomada mais a frente, quando abordaremos as críticas à proposta interdisciplinar.

Tendo isso em vista, avançaremos na tentativa de conceituar e diferenciar o que seria interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e afins, procedendo à apresentação de algumas definições trabalhadas para os termos, a fim de melhor compreender essa proposta e suas implicações para a área da Comunicação.

2. Interdisciplinaridade

Diante da falta de clareza em relação ao emprego do termo “disciplina” pelos partidários da interdisciplinaridade, proposta que nos interessa discutir, e da apresentação desse breve histórico da formação das disciplinas e de definições para o termo, consideramos necessário passar a um segundo momento, ainda no sentido de contextualizar e delimitar a pesquisa. Para tanto, a demanda pelo aprofundamento da compreensão do que seja inter, multi, transdisciplinaridade e afins impõem-se. Acreditamos que, assim, será possível melhor nos acercarmos do problema proposto:

Para o pesquisador, vir a precisar seu problema em forma de perguntas e, posteriormente, formular uma hipótese implica uma sucessão de operações visando a circunscrever a pesquisa desejada, a objetivar as coordenadas e as intenções, definir suas modalidades teóricas e práticas. Trata-se sempre, com efeito, da racionalização da problemática. (LAVILLE & DIONNE, 1997, p. 11-112).

Procedemos, inicialmente, à recolha do maior número de textos (livros e artigos) sobre o tema interdisciplinaridade. Buscamos em bibliotecas e livrarias brasileiras e estrangeiras títulos que pudessem interessar. A partir das primeiras obras encontradas, selecionamos nas referências bibliográficas outros textos pertinentes. Pesquisamos nos anais de congressos nacionais e internacionais, e em sites de periódicos. Ao reunir uma quantidade significativa de referências estávamos, portanto, no momento da revisão da literatura:

Fazer a revisão da literatura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa. Nela tenta encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual. Aproveita para tornar ainda mais conscientes e articuladas suas intenções e, desse modo, vendo como outros procederam em suas perspectivas, vislumbrar sua própria maneira de fazê-lo. (LAVILLE & DIONNE, 1997, p. 112).

Laville e Dionne alertam para a necessidade de duas precauções ao realizar a revisão da literatura: não perder de vista a questão a ser investigada como fio condutor das leituras e que se trata de um percurso crítico, levando em conta essa questão. Deste modo, percebemos que muito se fala sobre a interdisciplinaridade, entretanto pouco se

diz sobre as origens dessa proposta e a ampla variedade conceitual e terminológica. E, principalmente, há poucas críticas. Antes de prosseguir na discussão da proposta especificamente em nossa área, consideramos pertinente nos deter, portanto, nas bases históricas da interdisciplinaridade e em uma tentativa de apontar as principais definições trabalhadas para o termo. Os dois movimentos (apresentar as origens e as definições) se baseiam na necessidade de melhor conceituar a interdisciplinaridade antes de partirmos para o trabalho crítico, pois:

Para entender e explicar um dado aspecto do mundo que nos rodeia, o mundo dos fenômenos – todas aquelas coisas avassaladoras, zumbindo, florescendo lá fora e que chamamos realidade e as quais nós experimentamos todo o tempo com nossos sentidos e tentamos entender pela nossa razão – nós precisamos de *conceitos*. Para entender qualquer fenômeno do mundo nós precisamos primeiro contextualizá-lo²⁵. (ROSENGREN, 2000, p. 3).

Conceituar é estabelecer distinções em um processo, o qual não apresenta início e fim definidos. O que nos leva à necessidade de nomearmos esses conceitos: “Isso significa que precisamos de um grande número de *termos* (mais ou menos técnicos)”²⁶ (*idem*). E, apesar de que no cotidiano “nós nem sempre distinguimos entre fenômenos, conceitos e termos”, nas “atividades científicas e acadêmicas, porém, isso é absolutamente obrigatório²⁷” (*idem*).

No que tange à interdisciplinaridade, a confusão terminológica pode deixar escapar a divergência entre os conceitos, e até mesmo a ausência destes. Daí a necessidade de buscar algumas dessas definições, no sentido de organizar a base da discussão. A partir da compreensão das origens da proposta é possível também desfazer alguns mitos em relação às supostas vantagens que o conhecimento produzido a partir desta perspectiva pode proporcionar, como maior liberdade e profundidade, para citar apenas dois dos mais alardeados benefícios da interdisciplinaridade. Começaremos, então, por um breve histórico do desenvolvimento da interdisciplinaridade.

²⁵ In order to understand and explain a given aspect of the world surrounding us, the world of phenomena – all those buzzing, blooming, overwhelming things out there which we call reality and which all the time we experience with our senses and try to understand by our reason – we need *concepts*. To understand any phenomenon of the world we must first conceptualize it.

²⁶ That is, we need a great number of (more or less technical) *terms*.

²⁷ In everyday parlance, we do not always distinguish between *phenomena*, *concepts* and *terms*. Sometimes, it may be quite difficult to do so. In scientific and scholarly activities, however, it is absolutely mandatory.

2.1 Origens²⁸

De onde vem a proposta interdisciplinar? Buscaremos apresentar algumas das bases históricas em que se fundamenta esta proposta. A tarefa não é tão simples quanto possa parecer, uma vez que não há uma única origem oficialmente reconhecida, mesmo entre os defensores da interdisciplinaridade:

Quando os cientistas ouvem a palavra *interdisciplinar* alguns mencionam precedentes históricos variando desde o filósofo grego Anaximander até Charles Darwin. Em geral, porém, os cientistas estão inclinados a citar os desenvolvimentos modernos na investigação relacionada com a defesa durante os anos 1930 e 1940, especialmente o Projeto Manhattan para construir uma bomba atômica. Este foi o primeiro grande exemplo de IDR [interdisciplinaridade] financiado pelo governo. Nas décadas subsequentes, a IDR tornou-se parte dos perfis do Department of Defense, da National Science Foundation, do National Institutes of Health, e da National Aeronautics and Space Administration. Os cientistas também tendem a citar grandes descobertas e iniciativas, como a cristalografia de raios-x e o projeto do genoma humano²⁹. (KLEIN, 2010b, p. 16).

Segundo Origi e Darbellay (2010, p. 9-10), as exigências que conduziram à interdisciplinaridade são de ordens diferentes, uma oriunda de discussões epistemológicas e teóricas; e outra de fatores e demandas político-sociais:

1. A crescente especialização das disciplinas ao longo do século XIX levou a uma necessidade de síntese, de uma integração dos diferentes domínios para proporcionar uma compreensão global do mundo.
2. As questões tecnológicas e sociais que se colocam no século XX como exigências para uma abordagem interdisciplinar de modo que o conhecimento científico possa contemplar esses aspectos.

²⁸ Parte deste capítulo se baseia nas ideias desenvolvidas no artigo “O Mito da Interdisciplinaridade: história e institucionalização de uma ideologia” (MARTINO & BOAVENTURA, 2013), aqui ampliadas

²⁹ When scientists hear the word *interdisciplinary* some mention historical precedents ranging from the Greek philosopher Anaximander to Charles Darwin. By and large, though, scientists are inclined to cite modern developments in defense-related research during the 1930s and 1940s, especially the Manhattan Project to build an atomic bomb. It was the first large government-funded example of IDR. In subsequent decades, IDR became part of the profiles of the Department of Defense, the National Science Foundation, the National Institutes of Health, and the National Aeronautics and Space Administration. Scientists also tend to cite major discoveries and initiatives, such as x-ray crystallography and the human genome project.

De todo modo, começaremos pela filosofia, para então apresentarmos aspectos da história institucional do campo, a fim de melhor nos aproximarmos do problema proposto.

Quanto ao primeiro aspecto – a oposição à crescente especialização – cabe retomarmos um aspecto já apresentado no capítulo anterior sobre a formação das disciplinas: a emergência da universidade, no período medieval. Embora existisse uma organização do ensino – o *trivium* (lógica, gramática, retórica) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música) – a repartição disciplinar dos saberes tal como a conhecemos só configurar-se-á posteriormente:

[...] estas divisões se mostravam muito abertas, longe do sentido moderno do termo (a gramática, por exemplo, era a arte de interpretar, não somente o texto, mas qualquer realidade). Da mesma forma, a erudição humanista dos sábios da Renascença ou naturalista do período clássico não conhecia as disciplinas como “fronteiras” ou limites de domínios especializados. A diversidade dos saberes encontra sua unidade no sábio, no erudito, enfim, naquele que encerra os conhecimentos e os organiza enquanto uma organicidade do tipo filosófica. Até mesmo a universidade moderna, em seus primórdios (século XIX e início do século XX), ainda está bastante influenciada pela erudição clássica, que atravessa os vários saberes, sem marcar a especialização. (MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p. 6-7).

Na Idade Moderna se processa a separação entre a filosofia e a ciência moderna, a partir das discussões propostas por Descartes e Bacon. O modelo da modernidade de conhecimento, que dará origem ao empirismo, racionalismo, iluminismo e idealismo, substitui a visão grega da *episteme*. Mas a ideia da unidade do conhecimento não é de todo superada pois: “O novo empreendimento da ciência experimental, lado a lado com a descoberta do *Cogito*, impõe novas relações entre a filosofia e a ciência, apesar de a ideia de um saber unitário perdurar durante alguns séculos” (PAVIANI, 2008, p. 91).

Ou seja, podemos perceber que as disciplinas especializadas são características do conhecimento de tipo científico, o que fica mais nítido ao recuperarmos aspectos do desenvolvimento deste. A ciência, ao contrário da filosofia (intrinsecamente um saber inter- ou transdisciplinar), não pode prescindir das disciplinas. Paviani atribui à filosofia uma função interdisciplinar primordial, pois ela esclarece os pressupostos epistemológicos das ciências e analisa os resultados e consequências das pesquisas. Além disso, a filosofia teria “a vocação histórica de pensar os entes em sua totalidade e de criticar as fragmentações do saber.” (2008, p. 90).

Um exemplo da função interdisciplinar da filosofia é o próprio esclarecimento epistemológico do conceito de interdisciplinaridade. Não cabe à física ou à sociologia, por exemplo, descrever e justificar práticas interdisciplinares. Essa tarefa envolve uma ação metacientífica. Na realidade, as relações entre teorias e métodos, com seus respectivos paradigmas, ultrapassam os limites de qualquer ciência ou disciplina. Nessas complexas relações, sem dúvida, entram aspectos psicológicos, sociólogos, linguísticos, político-administrativos, mas, antes de tudo, elas têm sua base no solo da lógica, da ontologia, da gnosiologia, da ética e da estética. (PAVIANI, 2008, p. 90).

Além dessas origens históricas, se nos voltarmos para as pesquisas mais recentes a fim de compreendermos o papel que a interdisciplinaridade desempenha nos dias de hoje, é preciso entender também como se deu a institucionalização dessa proposta, pois, especialmente em relação às ciências humanas ou sociais, esse processo “[...] cumpre um papel de primeira importância, até aqui subestimado ou pouco explorado.” (MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p. 6). Neste sentido, faz-se fundamental reconhecer que a proposta interdisciplinar também tem suas origens históricas, vinculações institucionais e, inclusive, sua ideologia. Não se trata apenas de uma aspiração à libertação das restrições consideradas limitantes que são impostas pelas disciplinas, como muitas vezes a proposta é defendida. Cabe marcar que muitas vezes a origem da proposta interdisciplinar não é única. As diferenças estariam fundamentadas nas diversas culturas e finalidades em que se apoiam essas propostas interdisciplinares. Na França, por exemplo, a origem estaria no Renascimento e no Iluminismo, conduzindo a uma crítica que pode levar à unificação do saber científico ou a uma reflexão epistemológica sobre as disciplinas.

Klein resume os diferentes momentos que compõem essa história, partindo da gênese da interdisciplinaridade pelos humanistas inspirados pelas ideias de síntese, holismo e conhecimento unificado da Grécia antiga, que teriam formado a base do modelo de cultura e conhecimento das universidades americanas do período colonial. No século XX, um novo tipo generalista de cultura teria influência na configuração da interdisciplinaridade. Para Klein, movimentos surgidos nesse período teriam colocado em xeque as formas tradicionais de conhecimento (o que a autora entende como “totalidade”), dando lugar à atitude crítica, à fragmentação e às novas configurações das ciências:

Durante este século, os cânones tradicionais da totalidade foram desafiados por novas abordagens da cultura, história e linguagem. Novas formas de interdisciplinaridade também surgiram em uma história que se estende desde a importação da filosofia e teorias literárias europeias nos anos 1950 até os movimentos políticos e sociais nos anos 1960, o estruturalismo e a psicanálise baseada na linguagem de Jacques Lacan, novos tipos de crítica marxista e desconstrução e, durante os anos 1970 e 1980, o crescente interesse no feminismo e na semiótica. Mais tarde nos anos 1980, uma variedade de práticas agrupadas sob o guarda-chuva do termo pós-estruturalismo se enraizou, incluindo o novo historicismo, os estudos do conhecimento de Foucault, e a crítica cultural e pós-colonial. Nos anos 1990, o multiculturalismo foi o principal tema, e a crença de que as humanidades estavam evoluindo para os estudos culturais estava ganhando adeptos. Mais recentemente, as humanidades digitais³⁰ se tornaram um campo de pesquisa, ensino e inovação tecnológica em crescimento nas intersecções entre computação e os campos e disciplinas das artes e humanidades, estudos dos meios de comunicação e da comunicação, e da biblioteconomia e ciência da informação³¹. (KLEIN, 2010b, p. 29).

Como podemos perceber, a argumentação se desenvolve no sentido de valorizar uma postura de crítica à ciência, identificada com a estreiteza de um pensamento dito ultrapassado; visando à valorização de uma suposta nova forma de produção do conhecimento, caracterizada como interdisciplinar. E, conseqüentemente, as bases da proposta de crítica se assentam em juízos equivocados sobre a produção de conhecimento e na confusão das instâncias epistemológica, científica, política, da aplicabilidade e outras mais.

Deste modo, a interdisciplinaridade passa das ideias de unificação e holismo para a defesa da pluralidade e dos questionamentos, típicos de uma interdisciplinaridade que se pretende crítica e uma ruptura, como veremos adiante. “Mas o fato desta história não ter sido contada, a pouca atenção dada a seus componentes institucionais, seus

³⁰ A autora cunha esse termo para designar a fusão que a interdisciplinaridade proporciona entre a computação e as humanidades.

³¹ Over the course of the century, traditional canons of wholeness were challenged by new approaches to culture, history, and language. New forms of interdisciplinarity also arose in a history extending from the importation of European philosophy and literary theories in the 1950s to social and political movements in the 1960s, structuralism and the language-based psychoanalysis of Jacques Lacan, newer kinds of Marxist criticism and deconstruction, and, during the 1970s and 1980s, widening interest in feminism and semiotics. Further into the 1980s, an array of practices lumped under the umbrella term *poststructuralism* took root, including new historicism, Foucauldian studies of knowledge, and cultural and postcolonial critique. By the 1990s, multiculturalism was a major theme, and the belief that humanities was evolving into cultural studies was gaining favor. More recently, digital humanities has become a growing field of research, teaching, and technological innovation at the intersections of computing and the disciplines and fields of arts and humanities, media and communication studies, and library and information science.

veículos de difusão e sustentação, reforça o matiz ideológico do movimento e o torna invisível à crítica.” (MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p. 6).

Apesar de a interdisciplinaridade ter conquistado mais espaço no cenário intelectual a partir dos anos 1960, o tema em si não é novo: as primeiras pesquisas interdisciplinares focadas na solução de problemas (*problem-focused*) datam dos anos 1940, na agricultura e em setores relacionados com a defesa (KLEIN, 1996 *apud* KLEIN, 2004a). A década de 60 marca o envolvimento de entidades não-acadêmicas na discussão do conhecimento científico, como é o caso da Unesco e da OCDE. E esse interesse é

[...] composto por uma série de posicionamentos, nem sempre conciliáveis, que cobrem diferentes dimensões, como: o ensino (composição de um currículo escolar), a aplicação prática (grupos de trabalho envolvendo diferentes especialistas em torno da solução de um problema prático comum) e a fundamentação do conhecimento científico (epistemologia). Isto faz com que a discussão se desdobre em muitos aspectos e tenha características bastante diferentes em cada um desses âmbitos (MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p. 1).

Landau, Proshansky e Ittelson (1962 *apud* KLEIN, 2010a) classificam a história da interdisciplinaridade em duas fases. A primeira dataria do fim da primeira Guerra Mundial até os anos 30, tendo como marcas a fundação do *Social Science Research Council* e da escola de ciências sociais da Universidade de Chicago. Nesse período, embora as estruturas acadêmicas tenham permanecido intactas, foram formadas disciplinas híbridas (psicologia social, sociologia política...), inspiradas pela tentativa de construção de uma filosofia das ciências naturais e sociais unificada pelos interacionistas. A segunda fase começaria depois da segunda Guerra Mundial, baseada numa tendência de institucionalização de programas interdisciplinares em departamentos “integrados”, com um crescente questionamento das disciplinas. Assim surgem os *area studies*, que em vez de realizarem “empréstimos interdisciplinares”, teriam uma abordagem dita “integrativa”.

Portanto, a institucionalização de fato da interdisciplinaridade acontece no período do pós-guerra. A partir de 1945, muitos campos multi- e interdisciplinares se desenvolveram a partir do cruzamento de outros e ligados a um determinado assunto, como os *area studies*, *cultural studies*, *women’s studies*, entre outros (KLEIN, 1996 *apud* KLEIN, 2004a). Esse processo foi fomentado por instituições como a UNESCO

(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), fundada em 1945, e a OCDE (OECD, em inglês, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), fundada em 1961 e sucessora da Organização para a Cooperação Econômica (OECE, de 1948). Fundações como a Calouste Gulbenkian também contribuíram. Essas instituições são responsáveis pela organização dos principais congressos e publicações sobre o assunto; as primeiras fontes, aquelas mais consultadas e citadas na bibliografia especializada. Paviani (2008) considera que a história da interdisciplinaridade é breve, se levarmos em considerações as realizações dos congressos e publicação de obras e artigos sobre o tema. Vejamos algumas passagens dessa história institucional:

Desde os acontecimentos de maio de 68, especialmente na França, reivindicam-se atividades pedagógicas interdisciplinares. Nesse sentido, aparece o papel de liderança da filosofia, como demonstram os anais dos congressos realizados e a criação de comissões ministeriais, para estudar a questão. Nomes como os de Jacques Bouveresse, Jacques Derrida, Pierre Bordieu e François Gros estão envolvidos. Na Inglaterra, a área de ciências toma a iniciativa de realização de projetos e cursos sobre o assunto. Nos congressos internacionais aparecem nomes como de Jean Piaget, Georges Gusdorf, François Guattari. Alguns desses eventos tiveram o apoio da Unesco. (PAVIANI, 2008, p. 9).

Ainda em 1968, a Unesco publica um número da *Revue Internationale des Sciences Sociales* dedicado ao tema: “Pesquisa focada em problema multidisciplinar”. E a OCDE organiza o Colóquio Internacional sobre Interdisciplinaridade, em Nice (1970), que talvez seja o primeiro evento de peso dedicado ao tema (MARTINO; BOAVENTURA, 2013). Klein (1996 *apud* KLEIN, 2004a) nos conta que, nos anos 70, as pesquisas multi e interdisciplinares foram financiadas para fomentar o desenvolvimento em áreas de forte competição econômica, como a computação e a biotecnologia. Klein (2010a) aponta para o fato de que o desenvolvimento dos diversos estudos interdisciplinares diverge em função de interesses políticos e econômicos. Os *area studies*, ela cita, dependeram de financiamentos da Fundação Ford. E enquanto algumas áreas, como a biologia molecular e a biomedicina, desfrutaram de mais incentivos, outras receberam menos apoio, a exemplo da psicologia social e os estudos culturais.

Em 1979, surge ao final da conferência *Teaching of Interdisciplinary Social Science*, na Universidade de Miami, a AIS – *Association for Integrative Studies*. Instituída como uma organização profissional interdisciplinar, a AIS foi fundada com o

propósito de promover o intercâmbio de ideias entre os estudiosos e administradores em todas as artes e ciências em questões intelectuais e organizacionais, a fim de aprofundar os estudos integrativos. O termo *integrative* foi escolhido em lugar de *interdisciplinary* para reforçar a principal qualidade que os membros da associação atribuíam à prática interdisciplinar: a integração, a despeito de trabalhos cunhados como interdisciplinares mas que eles consideravam mal realizados. Em 1983, a AIS estabeleceu a realização de conferências anuais, publicações regulares e informações de apoio aos associados, como bibliografia e listas com periódicos receptivos à interdisciplinaridade. A partir de 1986, a Associação também passou a financiar uma série de publicações sobre o tema: *Interdisciplinary Undergraduate Programs: A Directory* (1986/1996); *Interdisciplinarity* (1990); *Interdisciplinary Studies Today* (1994); *Interdisciplinary General Education and Interdisciplinary Education: A Guide to Resources* (1999); *Becoming Interdisciplinary* (2005); *Interdisciplinary Research* (2008); and *Disciplining Interdisciplinarity* (2009). Sendo que em 2013 a Associação mudou o nome para *Association for Interdisciplinary Studies*, após consulta aos membros, por acreditarem que o termo *interdisciplinary* reflete as intenções atuais de internacionalização da AIS com mais propriedade.

A Unesco reforça a bibliografia de referência, em 1977, através da referida revista *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Ela publica o número “Facetas da interdisciplinaridade” e em 1983 o livro “Interdisciplinaridade e Ciências Humanas”. Também organiza o Colóquio Internacional sobre Interdisciplinaridade, em Paris, em 1991. A publicação das comunicações ficou a cargo de Eduardo Portella: *Entre savoirs. L’interdisciplinarité en actes: enjeux, obstacles, perspectives*. (Toulouse, 1992). No ano de 1994 a Unesco iria apoiar o I Congresso Mundial da Transdisciplinaridade (Convento da Arrábida, Portugal) organizado pelo Ciret – Centro Internacional de Pesquisas e Estudos Transdisciplinares (fundado em 1987). É desse encontro que sai, sob a forma de um manifesto, a *Carta da Transdisciplinaridade*, cuja redação ficou a cargo de Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu.

Em 1993, a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu apoiar os esforços de um grupo internacional de estudiosos, composto por seis pesquisadores das ciências sociais, dois das ciências naturais, e dois das humanidades, para discutir o futuro das ciências sociais. Assim, foi criada a “Comissão Gulbenkian para reestruturação das Ciências

Sociais”, cujo presidente era o professor Immanuel Wallerstein. A Comissão promoveu três grandes reuniões: uma em sua sede, Lisboa (junho de 1994); a segunda na *Maison de Sciences de l’Homme*, em Paris (janeiro de 1995); e a terceira no *Fernand Braudel Center*, em Binghamton (abril de 1995). O trabalho de dois anos da Comissão resultou na publicação de “Para abrir as ciências sociais – relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais”, coordenado pelo próprio Wallerstein.

O conhecido relatório da Comissão Gulbenkian (Wallerstein et al, 1996) dá uma recomendação para as ciências sociais contemporâneas que, *mutatis mutandi*, bem poderia ser aplicada às diversas ciências em seu conjunto. Seus autores demandam o desmantelamento das fronteiras artificiais do conhecimento, recomendando fortemente o trabalho interdisciplinar e transdisciplinar sobre os problemas prementes de nossa época, algo que continua sendo pouco atendido, por enquanto, no dia a dia das universidades. (LEIS, 2005, p. 4).

No período da virada dos anos 90 para os anos 2000, uma série de eventos marca o interesse pela críticas à ciência. Entre eles, o seminário “*The Social Sciences at a turning point?*” (1999), organizado pela OCDE; e o projeto “Re-inventar as Ciências Sociais” (1999), também da OCDE, que promoveu um ciclo de quatro *workshops*: “*The Social Sciences for a Digital World: Building Infrastructure for the Future*”, em Ottawa (1999); “*The contribution of the Social Sciences to Knowledge and Decision Making*”, em Bruges (2000); “*Social Sciences and Innovation*”, em Tóquio (2000); e o evento de Lisboa (2001), do qual resulta a “Declaração sobre o Fortalecimento do Papel das Ciências Sociais na Sociedade” (*Declaration on Strengthening the Role of the Social Sciences in Society*). Klein também destaca outro projeto relevante para a proposta transdisciplinar, que é uma abordagem de pesquisa e solução de problemas apresentada na *International Transdisciplinarity Conference*, na Suíça, em 2000, em que “É destacada a convergência da transdisciplinaridade, da complexidade e da transsectorialidade em um único conjunto de problemas que não emanam do interior da ciência³².” (KLEIN, 2004b, p. 516).

A partir das discussões dos *workshops* organizados pela OCDE, é elaborado um relatório, intitulado “Re-inventar as Ciências Sociais”. O documento propõe a divisão do suposto problema em relação às ciências sociais em três eixos de reflexão: 1) Ciências sociais e mudança social; 2) Alteração do papel das ciências sociais; 3) O que

³² It highlights the convergence of transdisciplinarity, complexity, and trans-sectorality in a unique set of problems that do not emanate from within Science.

as políticas públicas podem fazer?. Dessa forma, a prática científica aparece vinculada à intervenção social, o que demandaria, inclusive, mudanças nas ciências sociais a fim de readequá-las a esse papel. É o que podemos perceber no artigo de Luk Van Langenhove, “*From Opening to Rethinking the Social Sciences*”:

Minha posição pessoal é que é realmente necessária uma *reformulação radical* das ciências sociais. *As organizações internacionais podem desempenhar um interessante papel em tal processo*, tornando os governos cientes dos problemas em seus sistemas nacionais de ciências sociais e estimulando o desenvolvimento de novas abordagens. A organização institucional das ciências sociais será um grande obstáculo na mudança das ciências sociais. Os governos podem *intervir no uso do dinheiro público disponível para estimular* novas iniciativas transdisciplinares. (VAN LANGENHOVE, 2004, p. 64, grifos nossos, *apud* MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p. 8).

O que podemos perceber nessa argumentação é que Langenhove propõem a interferência dos governos, a partir da pressão de organizações não-acadêmicas, na própria produção de conhecimento científico, a fim de incentivar as práticas transdisciplinares. Isso com o uso de recursos financeiros, tais como as verbas de pesquisa, bolsas, editais e demais instrumentos que podem servir a esse objetivo.

Não estamos mais no universo acadêmico ou das discussões científicas, onde ideias são debatidas e se impõem pelo convencimento de sua argumentação. O que temos aqui é o *ethos* da política, com as estratégias de agentes interessados em impor sua visão, disseminar sua ideologia, garantir os meios de reprodução de uma forma de pensar. (MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p. 8).

Deste modo, a partir dessa argumentação de que há algo de fundamentalmente errado com as ciências humanas e sociais, essa perspectiva de crítica ao conhecimento se disseminou, assumindo uma função paradigmática:

A interdisciplinaridade crítica ganhou certa ortodoxia nas humanidades. Ainda que não seja a única prática interdisciplinar. (...) Mesmo assim, ao conduzir entrevistas em faculdades de humanidades e ciência sociais, Lisa Lattuca (2001) descobriu que um crescente número delas faz trabalho interdisciplinar com a explícita intenção de desconstruir o conhecimento e as fronteiras disciplinares. Essa tendência é especialmente aparente nos estudos culturais, estudos feministas e étnicos, e estudos literários, onde “o epistemológico e político são inseparáveis”³³. (p. 100). (KLEIN, 2010b, p. 30).

³³ Critical ID gained a certain orthodoxy in humanities. Yet it is not the only interdisciplinary practice. [...] Even so, in conducting interviews with faculty in humanities and social sciences, Lisa Lattuca (2001) found that an increasing number of them do interdisciplinary work with the explicit intent of

Trindade (2008, p. 78) afirma que, se a interdisciplinaridade conquistou repercussão na Europa na década de 1960 justamente “como uma forma de oposição ao saber alienado, como um símbolo de retorno do humano no mundo”, no Brasil, ela chegou ao final dessa mesma década.

Mais ou menos, nessa época, no Brasil, alguns estudiosos divulgam as idéias sobre o assunto e apresentam as primeiras contribuições. Entre outros nomes destacam-se os de E. Portela; I. C. A. Fazenda; H. Japiassu; U. Zilles. Mais recentemente surgem novos estudos sobre a interdisciplinaridade no Ensino Fundamental e Médio e nos cursos de graduação e de pós-graduação. (PAVIANI, 2008, p. 9).

Para Ivani Fazenda (*apud* TRINDADE, 2008), a proposta chegou ao país distorcida, como uma moda, uma palavra de ordem para aqueles que buscavam novidades. E na década de 70 a maior preocupação foi com a questão terminológica:

A necessidade de conceituar, de explicitar, fazia-se presente por vários motivos: interdisciplinaridade era uma palavra difícil de ser pronunciada e, mais ainda, de ser decifrada. Certamente que antes de ser decifrada, precisava ser traduzida, e se não se chegava a um acordo sobre a forma correta de escrita, menor acordo havia sobre o significado e a repercussão dessa palavra que ao surgir anunciava a necessidade da construção de um novo paradigma de ciência, de conhecimento, e a elaboração de um novo projeto de educação, de escola e de vida. (FAZENDA, 1999, p. 16 *apud* TRINDADE, 2008, p. 78).

Trindade afirma que Hilton Japiassu foi o primeiro brasileiro a publicar uma obra inteiramente dedicada ao tema, em 1976: “Interdisciplinaridade e patologia do saber”, na “qual apresenta os principais problemas que envolvem a interdisciplinaridade, as conceituações até então existentes e faz uma reflexão sobre a metodologia interdisciplinar, baseado nas experiências realizadas até então”. Na década de 1980, a interdisciplinaridade continuou a se disseminar. O período foi caracterizado pela busca de princípios teóricos para as práticas vivenciadas por alguns professores. Já nos anos 1990, vários projetos surgiram com a denominação de interdisciplinares, baseando-se no modismo e sem fundamentação, de acordo com Trindade (2008, p.79). Na Capes, há desde 1999 uma área dedicada a este tipo de pesquisa. Em 2008, a Área Multidisciplinar passou a ser designada como Área Interdisciplinar, dentro da Grande Área Multidisciplinar.

deconstructing disciplinary knowledge and boundaries. This trend is especially apparent in cultural studies, women’s and ethnic studies, and literary studies, where “the epistemological and the political are inseparable”

Em capítulo posterior, detalharemos o desenvolvimento da interdisciplinaridade no Brasil, especialmente na área de Comunicação. Agora, seguiremos apresentando a terminologia mais comumente empregada para tratar do tema, e as definições geralmente aceitas.

2.2 Terminologia

Com relação à terminologia propriamente dita, o vocabulário é extenso: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade e até mesmo pós-disciplinaridade, antidisciplinaridade, entre outros. Podemos perceber na literatura um certo consenso em torno da existência de vários termos empregados, muitas vezes de modo aleatório, para nomear ou discutir a relação entre as disciplinas. Além disso, Morillo, Bordons e Gómez (2003) observam que essa terminologia nem sempre é compartilhada por diferentes autores. Mas sustentam que *interdisciplinaridade* pode ser um termo guarda-chuva, para designar diferentes práticas “trans-disciplinares” (*cross-disciplinary*). Segundo as autoras:

As definições mais comumente aceitas vêm da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] (1998), na qual multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade são usadas para se referir a um nível crescente de interação entre disciplinas. Assim, na pesquisa multidisciplinar o assunto estudado é abordado de diferentes ângulos, usando diferentes perspectivas disciplinares, e não é realizada a integração entre elas. A pesquisa interdisciplinar leva à criação de uma identidade teórica, conceitual e metodológica, assim resultados mais coerentes e integrados são obtidos. Finalmente, a transdisciplinaridade vai um passo além e se refere a um processo no qual a convergência entre as disciplinas é observada, e acompanhada por uma integração mútua das epistemologias disciplinares (Van den Besselaar & Heimeriks, 2001). (MORILLO, BORDONS, GÓMEZ, 2003, p. 1.237).

Japiassú e Marcondes adotam uma definição de interdisciplinaridade, em seu “Dicionário Básico de Filosofia”, que apresenta pontos de convergência com a anterior:

Interdisciplinaridade – correspondendo a uma nova etapa do desenvolvimento do conhecimento científico e de sua divisão epistemológica, e exigindo que as disciplinas científicas, em seu processo constante e desejável de inter-penetração, fecundem-se cada vez mais reciprocamente, a interdisciplinaridade é um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si. Esta interação pode ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa. Ela torna possível a

complementaridade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas práticas científicas. O objetivo utópico do método interdisciplinar, diante do desenvolvimento da especialização sem limite das ciências, é a unidade do saber. Unidade problemática, sem dúvida, mas que parece consistir a meta ideal de todo saber que pretende corresponder às exigências fundamentais do progresso humano. (JAPIASSÚ & MARCONDES, 2001, p. 145-146).

Japiassú e Marcondes também contribuem para esclarecer os limites entre a inter e a pluri/multidisciplinaridade:

Não confundir a interdisciplinaridade com a multi- ou pluridisciplinaridade, justaposição de duas ou mais disciplinas, com objetivos múltiplos – sem relação entre si, com certa cooperação mas sem coordenação num nível superior. (JAPIASSÚ & MARCONDES, 2001, p. 145-146).

Ao lado de tentativas de definição aparentemente claras, encontramos, porém, uma incomensurável quantidade de definições diferentes e, inclusive, contraditórias. O aprofundamento na proposta de definições a partir de um único autor também permite perceber, com frequência, diferentes sentidos empregados por um mesmo vocábulo. E há até quem defenda a não definição de interdisciplinaridade, em função da natureza deste tipo de conhecimento:

Qualquer demanda por uma definição unívoca e definitiva do conceito de interdisciplinaridade deve ser rejeitada, por tratar-se de proposta que inevitavelmente está sendo feita a partir de alguma das culturas disciplinares existentes. Em outras palavras, a tarefa de procurar definições “finais” para a interdisciplinaridade não seria algo propriamente interdisciplinar, senão disciplinar. Na medida em que não existe uma definição única possível para este conceito, senão muitas, tantas quantas sejam as experiências interdisciplinares em curso no campo do conhecimento, entendemos que se deva evitar procurar definições abstratas da interdisciplinaridade. Os conhecimentos disciplinares são paradigmáticos (no sentido de Kuhn, 1989), mas não assim os interdisciplinares. (LEIS, 2005, p. 5).

Embora a proposta seja marcada por tantos desencontros, seguimos buscando definições mais ou menos consensuais. No contexto brasileiro, consultamos o Documento de Área 2009, da Área Interdisciplinar da Capes. De acordo com o documento, os pensamentos disciplinar, pluri, multi e interdisciplinar são complementares, enquanto formas diferenciadas de geração de conhecimentos. O desafio seria identificar características e âmbito de atuação de cada uma, assim como possibilidades e limites. O Documento aponta algumas diferenças: “Entende-se por

Multidisciplinar o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência (CAPES, em negrito no original, 2009, p. 6)”. Já a interdisciplinaridade envolveria uma colaboração em grau diferente, implicando em trocas teórico-metodológicas, a fim de produzir novos conceitos e metodologias para a investigação de fenômenos complexos:

Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora. (CAPES, em negrito no original, 2009, p. 6).

De modo geral, podemos dizer, então, que os diferentes termos designariam conceitualmente crescentes formas de integração na abordagem de um problema, entre as diferentes disciplinas científicas e, até mesmo, outros tipos de saberes. Assim, multi e pluridisciplinaridade se referem ao trabalho desempenhado por pesquisadores de diversas disciplinas, interdisciplinaridade pressupõem um grau de integração entre os saberes que servem de base à solução de um problema, e transdisciplinaridade se refere ao trabalho que une saberes disciplinares a outros tipos de conhecimento. Entretanto, nas diferentes elaborações acerca dessa terminologia encontramos pontos de divergência, em que o mesmo termo designa conceitos diferentes. Por exemplo, alguns pesquisadores abordam o termo interdisciplinaridade sem diferenciá-lo dos demais, abrangendo os mesmos sentidos que designam a multi e a transdisciplinaridade. Independente do termo utilizado, podemos identificar alguns sentidos principais:

a) Na Educação, o termo interdisciplinaridade geralmente se refere às estratégias de integração curricular.

b) Nas equipes de trabalho para a solução de um problema, emprega-se o termo multidisciplinaridade (ou interdisciplinaridade) em referência ao trabalho integrado de diferentes especialistas, mantendo os limites entre suas disciplinas de origem.

c) Há um tipo de interdisciplinaridade que defende maior integração entre as disciplinas que na pesquisa multidisciplinar, podendo levar à formação de novas teorias, metodologias e, inclusive, áreas do saber. Entretanto, essa perspectiva se entende como complementar ao trabalho das disciplinas, ainda no âmbito científico.

d) Na transdisciplinaridade principalmente, mas também em pesquisas que se denominam interdisciplinares, prevalece um sentido de ruptura com os saberes científicos constituídos.

Apresentaremos a seguir esses sentidos mais detalhadamente. A relação entre a interdisciplinaridade e a Educação será brevemente abordada, uma vez que não constitui nosso principal objetivo no presente trabalho. Concentraremos nossa atenção nos três últimos sentidos, a partir das propostas de alguns dos mais reconhecidos pesquisadores que tratam do tema, uma vez que um mesmo autor pode abordar a questão interdisciplinar segundo várias perspectivas.

c. Interdisciplinaridade e Educação

Um marco relevante para a interdisciplinaridade na área da Educação no Brasil foi a publicação de “Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia”, em 1979, de Ivani Fazenda. De acordo com Trindade (2008, p. 79), a obra busca “[...] estabelecer a construção de um conceito para interdisciplinaridade, colocando-a como uma atitude, um novo olhar, que permite compreender e transformar o mundo, uma busca por restituir a unidade perdida do saber”. Fazenda aponta como a interdisciplinaridade é vista pela área:

Servindo-nos, por exemplo, de uma definição clássica produzida em 1970 pelo Ceri — Centro para Pesquisa e Inovação do Ensino —, órgão da OCDE (Documento Ceri/HE/SP/7009), no qual interdisciplinaridade é definida como interação existente entre duas ou mais disciplinas, verificamos que tal definição pode nos encaminhar da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos-chave da epistemologia, da terminologia, do procedimento, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino, relacionando-os. (FAZENDA, 2008, p. 18).

Na área de educação, a proposta é trabalhada na perspectiva do ensino, sendo que a interdisciplinaridade escolar se diferencia da interdisciplinaridade científica (LENOIR, SAUVÉ, 1998; FAZENDA, 1992 *apud* FAZENDA, 2008). De acordo com Fazenda (2002, p. 12), “[...] a maioria dos países ocidentais vem debatendo a questão da interdisciplinaridade, tanto no que se refere à organização profunda dos currículos, à forma como se aprende, quanto à formação de educadores.”. Para a área de Educação, a interdisciplinaridade não prescinde das disciplinas:

O conceito de interdisciplinaridade, como ensaiamos em todos nossos escritos desde 1979 e agora aprofundamos, encontra-se diretamente ligado ao conceito de disciplina, onde a interpenetração ocorre sem a destruição básica às ciências conferidos [sic]. Não se pode de forma alguma negar a evolução do conhecimento ignorando sua história. Assim, se tratamos de interdisciplinaridade na educação, não podemos permanecer apenas na prática empírica, mas é necessário que se proceda a uma análise detalhada dos porquês dessa prática histórica e culturalmente contextualizada.. (FAZENDA, 2008, p. 21).

Fazenda acusa que o interesse pela proposta interdisciplinar começou a se difundir no Brasil na década de 70, mas que nas décadas posteriores a questão continuava pouco clara no país. Mesmo no contexto internacional, nas décadas de 70 e 80 não havia muitas pesquisas sobre o tema e a bibliografia era pouco difundida.

No final dos anos 80 e início dos 90, porém, começam a surgir centros de referência reunindo pesquisadores em torno da interdisciplinaridade na educação. É o caso do Centro de Pesquisa Interuniversitária sobre a Formação e a Profissão/Professor (CRIFPE), e do Grupo de Pesquisa sobre Interdisciplinaridade na Formação de Professores (GRIFE), coordenado por Yves Lenoir, no Canadá, e do Centro Universitário de Pesquisas Interdisciplinares em Didática (CIRID), coordenado por Maurice Sachot, na França, bem como de vários grupos de pesquisa sobre a interdisciplinaridade na formação de professores surgidos em outros países. Esses grupos influenciaram e direcionaram as reformas de ensino fundamental e médio em diferentes instituições. (FAZENDA, 2002, p. 12).

Fazenda (2002) destaca os trabalhos na área de Julie Klein e William Newell, nos Estados Unidos; de Gerard Fourez, na Bélgica; Maritza Carrasco, da Universidade Santa Fé, na Colômbia; e Heloísa Bastos, da Universidade Federal do Recife, no Brasil. Em 1986, foi criado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a coordenação da própria Ivani Fazenda, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Interdisciplinaridade na Educação (GEPI). A partir desse primeiro grupo, outros se estabeleceram, inserindo a pesquisa brasileira sobre interdisciplinaridade na Educação no contexto internacional. Mariana José diz que:

Já em 1998, Klein discutia a possibilidade de implantação de um currículo interdisciplinar nos Estados Unidos como resposta às necessidades que a educação, em seus diferentes níveis e modalidades, naquele país apontava. No mesmo artigo, registrava um dado das pesquisas de Fazenda (1994) no Brasil, sobre o perigo da proliferação de práticas intuitivas que em nome da interdisciplinaridade se apropriava de modismos, abandonando a história construída por um grupo docente, substituindo-a por *slogans* e hipóteses, muitas vezes improvisadas e mal elaboradas. (JOSÉ, 2008, p. 85).

Quanto à diferenciação terminológica, Park e Son (2010, p. 83) citam Garner para definir a multidisciplinaridade como uma combinação de várias disciplinas com componentes de aprendizagem independentes e separadas, o que permite ao aluno trabalhar dentro de parâmetros e atingir objetivos específicos disciplinares. Já a perspectiva transdisciplinar, segundo Ertas et al. (2003, apud PARK & SON, 2010, p. 83) forçaria “[...] a pensar transversalmente, além e através as disciplinas acadêmicas para envolver todos os tipos de conhecimento sobre uma ideia, questão ou assunto.”³⁴. Paviani é um dos defensores desta perspectiva transdisciplinar para a Educação:

Com o surgimento da ideia de interdisciplinaridade nos anos 70, começou-se a pensar as relações entre a educação e a interdisciplinaridade. Mas, aqui, é preciso evitar o perigo de considerar a interdisciplinaridade como uma mera associação de disciplinas. Na realidade, a educação exige a integração dos saberes, isto é, um autêntico empreendimento inter e transdisciplinar. Quando se emprega o termo *educação* no sentido formal, como um processo consciente, programado, que envolve conhecimentos, habilidades, competências, crenças e valores, e não apenas simples instrução ou mera formação profissional, os conhecimentos científicos e os auxílios tecnológicos são importantes, mas não formam o núcleo fundamental do processo educativo. Não há educação sem as dimensões éticas e política. Por isso, a educação consiste essencialmente num processo de integração de saberes, desde os cognitivos até os do gosto e da moralidade. (PAVIANI, 2008, p. 108-109).

Não vamos nos aprofundar mais na compreensão da interdisciplinaridade em relação à Educação, pois a forma como a área trabalha o conceito, como vimos, não se constitui em um sentido que consideramos problemático do termo “interdisciplinaridade” em relação à produção de conhecimento científico. E também porque podemos logo excluir esse sentido da forma como a proposta interdisciplinar se apresenta em nossa área, uma vez que estes não são os principais conceitos e objetivos da interdisciplinaridade que verificamos entre os pesquisadores da Comunicação, como veremos em capítulo posterior sobre o tema.

b. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

Entre os principais pesquisadores que trataram do tema é comum tanto o uso de apenas um dos três termos quanto o emprego dos três. Procederemos a uma leitura transversal desses autores indicando como cada um define, ou não, multi-, inter- e

³⁴ Transdisciplinary thinking forces to one to think across, beyond, and through the academic disciplines to encompass all types of knowledge about an ideia, issue, or subject

transdisciplinaridade, entre outros. Indicaremos também a preocupação que têm com a conceituação e a clareza da proposta. Finalmente, assinalaremos as posições que se apresentam incoerentes ou pouco fundamentadas.

Hilton Japiassu

Como vimos, Hilton Japiassu foi o primeiro brasileiro a publicar uma obra inteiramente dedicada ao tema, em 1976: “Interdisciplinaridade e patologia do saber” (TRINDADE, 2008). No prefácio do livro, Georges Gusdorf diz que as disciplinas representam uma “ciência em migalhas”, que buscam a especialização sem atenção ao que seria essencial, num contexto de patologia dos saber. Portanto, para Gusdorf, o livro de Japiassu configurava-se como uma “[...] epistemologia da esperança, que culmina na proposição de uma nova pedagogia.” (1976, p. 27). Em sua introdução, Japiassu (1976) propõem que a interdisciplinaridade decorre de fatores inerentes ao conhecimento científico, mas também é uma exigência de fatores extracientíficos, para responder às “necessidades de ação”. A interdisciplinaridade se coloca como um “remédio”, para a patologia do saber, o qual encontra-se fragmentado e “esmigalhado” pelo crescente número de especializações. Percebemos, assim, a inserção da obra no contexto da proposta interdisciplinar: estão presentes tanto os sentidos de integração do conhecimento a partir da interdisciplinaridade, quanto um sentido de ruptura, de crítica à ciência. Ele também trata do sentido do ensino, ao reconhecer entre as motivações para a interdisciplinaridade demandas provenientes de estudantes, como no que diz respeito à otimização do ensino e da adaptação à vida profissional.

Japiassu (1976, p. 51), antes de precisar sua terminologia para interdisciplinaridade, começa por dizer o que ela não é e nem pretende ser:

- 1) Não seria uma moda porque seria “uma nova etapa de desenvolvimento do conhecimento e de sua repartição epistemológica”.
- 2) Não seria uma panaceia, uma vez que a ciência poderia empregar outros métodos e procedimentos.
- 3) Não seria a simples instauração de “novos programas educativos”.

- 4) Não é a pluridisciplinaridade, que seria uma prática de ensino, enquanto a interdisciplinaridade seria uma categoria científica, de pesquisa, correspondendo a um nível teórico.
- 5) Não se trataria também, num primeiro momento, de postular uma nova “síntese” do saber. Estaria mais próxima da ideia de um esforço para integrar e aproximar os conhecimentos.

A interdisciplinaridade, então, se definiria e elaboraria “[...] por uma crítica da fronteira das disciplinas, de sua compartimentação, proporcionando uma grande esperança de renovação e de mudança no domínio da metodologia das ciências humanas.” (JAPIASSU, 1976, p. 54), se afirmando como “[...] uma *reflexão epistemológica*, sobre a divisão do saber em disciplinas para extrair suas relações de interdependências e de conexões recíprocas.” (JAPIASSU, 1976, p. 54).

Já em 1976 Japiassu antecipava o problema das dificuldades com o vocabulário empregado para tratar da interdisciplinaridade. Ele argumenta que é preciso começar pela definição mesma de “disciplina”, empregada com o mesmo sentido que o de “ciência”.

E “disciplinaridade” significa a exploração científica especializada de determinado domínio homogêneo de estudo, isto é, o conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias nos planos do ensino, da formação, dos métodos e das matérias; esta exploração consiste em fazer surgir novos conhecimentos que se substituem aos antigos. (JAPIASSU, 1976, p. 72).

Posteriormente, dedica-se a explicar a interdisciplinaridade a partir da diferenciação dos demais termos que se assemelham, apesar de que na visão dele apenas o sentido de interdisciplinaridade pode ser considerado como o “papel atual da epistemologia das ciências humanas”. Multidisciplinar e pluridisciplinar seriam apenas um trabalho de justaposição entre diferentes disciplinas. Para distinguir uma da outra, Japiassu adota as definições de E. Jantsch, em que o trabalho pluridisciplinar pressupõe alguma relação de cooperação entre as disciplinas envolvidas, ao contrário do primeiro. Mas nos dois casos, não há nenhuma coordenação na execução desses trabalhos. Para marcar a especificidade da interdisciplinaridade, Japiassu explica que o princípio é o mesmo: a gradação do

envolvimento. A interdisciplinaridade seria caracterizada, portanto, “pela *intensidade das trocas* entre os especialistas e pelo *grau de integração real* das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa.” (1976, p. 74). Há, neste contexto, integração metodológica e conceitual, com intercâmbios e “interações propriamente ditas”. Para Japiassu, “O fundamento do espaço interdisciplinar deverá ser procurado na negação e na superação das fronteiras disciplinares.” (1976, p. 74).

Podemos dizer que nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir *incorporar* os resultados de várias especialidades, que *tomar de empréstimo* a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicas, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los *integrarem* e *convergirem*, depois de terem sido *comparados* e *julgados*. (JAPIASSU, 1976, p. 75).

A transdisciplinaridade, por sua vez, seguiria a proposta de Piaget, no sentido de uma etapa superior, um sistema total, coordenando todas as disciplinas e interdisciplinas. Para Japiassu, a unidade do saber é o “[...] fim e o coroamento ideal de toda a *démarche* interdisciplinar e que já desponta no horizonte do pensamento científico.” (1976, p. 90). E ao ser ultrapassado o estágio interdisciplinar se chegaria, então, à transdisciplinaridade.

Em texto anterior, “Introdução ao Pensamento Epistemológico” (1975a), Japiassu já antecipava algumas das fontes de sua compreensão do problema. Ele cita Piaget como responsável por uma tentativa de constituir uma epistemologia científica, que exclua a filosofia ou qualquer tipo de ideologia. Piaget buscou uma epistemologia capaz de operar uma transição entre a Psicologia genética e a Epistemologia geral. Acreditando que os conhecimentos resultam de construções, Piaget elaborou o programa e os métodos de sua epistemologia com base em um duplo imperativo:

a) de um lado, visa garantir a colaboração entre psicólogos do desenvolvimento, lógicos e especialistas das diversas disciplinas científicas que se interessam por problemas de ordem epistemológica: ela é essencialmente interdisciplinar, b) do outro, visa reduzir esses problemas a formulações que possam ser tratadas pelos métodos da psicologia experimental. Portanto, trata-se de um "projeto" eminentemente interdisciplinar que deve substituir todos os tipos de ensinos compartimentados das ciências. (JAPIASSU, 1975a, p. 36).

Dessa forma, para que o propósito seja alcançado, é preciso estabelecer uma união entre ensino e pesquisa, principalmente com o objetivo de solucionar novos problemas. Japiassu também destaca que, na proposta da Piaget, é imprescindível que as pesquisas sejam feitas por equipes interdisciplinares, capazes de “uma colaboração entre as disciplinas e entre os setores heterogêneos de uma ciência, de tal forma que haja certa reciprocidade nas trocas e os pesquisadores venham a enriquecer-se mutuamente”. E a multidisciplinaridade, portanto, seria diferente das pesquisas interdisciplinares de fato: “Estas, segundo Piaget, exigem um nível de abstração muito elevado, pois trata-se de extrair das ciências humanas, por exemplo, os seus *mecanismos comuns*, e não somente algumas colaborações episódicas e sem integração metodológica.” (JAPIASSU, 1975a, p. 36-37).

Percebemos, pois, que Japiassu emprega diferentes sentidos para multi-, inter- e transdisciplinaridade, mas que reconhece as dificuldades terminológicas, ao empreender esforços na tentativa de clarear o problema. Em sua obra inicial sobre o tema, podemos observar os quatro sentidos de interdisciplinaridade que apontamos: a preocupação pedagógica, os grupos de pesquisa, a integração e o sentido de ruptura com a ciência como a conhecemos, que seria problemático, ao contrário dos demais. Retomaremos o problema mais adiante.

Jayme Paviani

O filósofo e epistemólogo Jayme Paviani tenta melhor definir a interdisciplinaridade e suas variantes na obra “Interdisciplinaridade: conceitos e distinções”, publicada em 2005. Ele começa afirmando que o sentido etimológico de interdisciplinaridade, com seus prefixos pluri- ou multi-, inter- e trans-, não contribui muito para esclarecer os conceitos trabalhados. Contudo, se arrisca a apontar significados a partir dos usos do termo.

Em síntese, a interdisciplinaridade pode ser vista como uma teoria epistemológica ou como uma proposta metodológica. Também como uma modalidade de aplicação de conhecimentos de uma disciplina em outra. Igualmente, como modalidade de colaboração entre professores e pesquisadores ou simplesmente como um sintoma de crise das disciplinas, do excesso e da fragmentação de conhecimentos, da especialização que perde a visão do todo. (PAVIANI, 2008, p. 14).

Entre os significados listados por Paviani (2008) poderíamos estabelecer a seguinte relação com os sentidos que propomos: a) interdisciplinaridade e a educação - colaboração entre professores e manifestação da crise na educação; b) interdisciplinaridade como grupo de trabalho - troca conceitual, teórica e metodológica e aplicação de conhecimentos em outra disciplina; c) interdisciplinaridade como integração - teoria epistemológica e proposta metodológica; d) interdisciplinaridade como ruptura - manifestação da crise na formação profissional, solução para o excesso de disciplinas e para problemas científicos complexos. Além disso, a interdisciplinaridade pode se referir a várias perspectivas, no entender de Paviani (2008, p. 16):

- a) a natureza do objeto de estudo ou o problema de pesquisa;
- b) a atividade de diversos professores voltados para um objeto de estudo ou de diversos pesquisadores para a solução de um problema de pesquisa a partir de diversas disciplinas;
- c) a aplicação de conhecimentos de uma disciplina em outra ou de um domínio profissional em outro.

Em relação às perspectivas, consideramos que é possível que cada uma delas se desenvolva tanto em apenas um quanto em vários dos sentidos propostos. Apenas para exemplificar, podemos dizer que a natureza do objeto de estudo pode tanto levar à formação de uma equipe de trabalho composta por diversos especialistas, quanto é uma das mais usuais justificativas para a ruptura com as disciplinas. Ou que professores podem buscar a integração curricular, no que tange à interdisciplinaridade na Educação; ou que pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento podem unir os esforços de suas disciplinas para resolver um problema; etc..

Paviani argumenta ainda que o próprio conceito precisa ser explicado de forma interdisciplinar, pois demanda a interferência da lógica, da filosofia, da história e de outras disciplinas. Ele também estabelece uma distinção entre os “lugares da interdisciplinaridade”, ou seja, locais onde a prática se manifesta, como a escola (planejamento institucional, organização curricular), a universidade (planejamento institucional, organização curricular, programas de pesquisa, programas de ensino), e a área profissional (métodos de intervenção) (2008, p. 13-14).

No primeiro caso, requer um planejamento institucional v uma organização curricular adequada. No segundo caso, além do planejamento institucional e da organização curricular, exige uma atenção especial na elaboração das ementas dos programas de ensino e

dos projetos de pesquisa. Finalmente, a interdisciplinaridade pode ser praticada na atuação profissional, especialmente quando se requer a busca e a sistematização de conhecimentos provenientes de diversas áreas do conhecimento para resolver problemas reais. (PAVIANI, 2008, p. 19).

Embora Paviani reconheça que não há um significado preciso do termo interdisciplinaridade, em grande parte em função do “[...] uso indiscriminado do termo no ensino, na pesquisa, no exercício profissional, nos meios de comunicação, em congressos e seminários, em subtítulos de obras científicas.” (2008, p. 14), ele acredita que o fato se deve à própria característica da proposta:

De fato, a interdisciplinaridade parece consistir num movimento processual, na efetivação de experiências específicas e que surgem da necessidade e da contingência do próprio estatuto do conhecimento. Isso, em parte, explica a ausência de um conceito mais elaborado e aceito pela comunidade dos cientistas. Explica, igualmente, a existência de definições vagas e inconsistentes do fenômeno. (PAVIANI, 2008, p. 14).

De acordo com Paviani, as interações entre as disciplinas e as atividades docentes podem ser indicadas pelos prefixos da seguinte forma: *inter* (entre, combinação), *trans* (além, fusão, holismo), *multi* (junto, coordenação).

O conceito de interdisciplinaridade pode ser entendido como uma maneira de integração entre as ciências e entre as disciplinas, e a transdisciplinaridade como a integração das formas de conhecimento: o mito, o místico, o religioso, o artístico, o científico e o empírico. Os conceitos de multi, inter, intra e transdisciplinaridade pretendem explicar múltiplas experiências de contato de conhecimentos e de saberes. (PAVIANI, 2008, p. 109).

Há muito acordo em relação ao sentido de multidisciplinaridade, mas pouco quanto ao uso dos termos inter- e transdisciplinaridade, às vezes tratados como sinônimos, e em outros casos com múltiplos significados (PAVIANI, 2008). Paviani diz que “[...] enquanto a interdisciplinaridade prioriza o nível lógico do conhecimento, a transdisciplinaridade é sustentada por evidentes fundamentos ético-políticos. (2008, p. 22)”, como no caso dos problemas de meio ambiente e ecologia.

A condição epistemológica da transdisciplinaridade, numa primeira definição, reside na possibilidade de ultrapassar o domínio das disciplinas formalmente estabelecidas e, numa segunda definição, consiste na possibilidade de estabelecer uma ponte entre os saberes. Isto é, entre a ciência, a arte, a religião, a política, etc.. Além de transcender as relações internas e externas de duas ou mais

disciplinas, a transdisciplinaridade aponta para a exigência de uma maturidade intelectual, para uma espécie de sabedoria em que se põem em contato a ciência com a vida, as manifestações éticas e estéticas, os valores e as normas sociais. (PAVIANI, 2008, p. 22).

Paviani faz questão de marcar que o projeto interdisciplinar tem um caráter duplo, que diz respeito à ciência, mas que também inclui as questões políticas. Acredita que não é suficiente dizer que “[...] a interdisciplinaridade é um modo de produção ou reconstrução do conhecimento científico, na perspectiva de uma realidade complexa” (p. 15) para definir o fenômeno. Ainda que esse seja o principal componente do processo, não deveriam ser excluídas desta definição as componentes político-administrativas.

A origem da interdisciplinaridade está nas transformações dos modos de produzir a ciência e de perceber a realidade e, igualmente, no desenvolvimento dos aspectos político-administrativos do ensino e da pesquisa nas organizações e instituições científicas. Mas, sem dúvida, entre as causas principais estão a rigidez, a artificialidade e a falsa autonomia das disciplinas, as quais não permitem acompanhar as mudanças no processo pedagógico e a produção de conhecimentos novos. Disso decorre que a interdisciplinaridade, reconhecido o fenômeno, impõe-se, de um lado, como uma necessidade epistemológica e, de outro lado, como uma *necessidade política de organização do conhecimento*, de institucionalização da ciência. (PAVIANI, 2008, p. 14-15, grifo nosso).

Alerta também que o conceito de interdisciplinaridade, em seu modo de entender, demanda uma ação crítica, pois não é suficiente defini-la sem que fique estabelecido como operacionalizar a prática interdisciplinar, evidenciando uma das críticas que essa modalidade recebe.

Definições que exprimem intenções e desejos não são suficientes para um trabalho com resultados. As atividades interdisciplinares não se limitam a estabelecer arranjos e justaposições externas. Ao contrário, exigem procedimentos detalhados e coerentes que atingem a estrutura lógica dos programas de ensino e de pesquisa. Igualmente, de nada adianta afirmar que a interdisciplinaridade reside no diálogo entre conhecimentos, pois ela, antes de tudo, é uma categoria de ação. (PAVIANI, 2008, p. 18-19).

Apesar de defender a importância da transdisciplinaridade no contexto atual, Paviani sustenta que muitas propostas do gênero não escapam de “um holismo vazio, vago, generalista, que impede de perceber a existência de unidades mínimas que constituem o núcleo duro de cada ciência ou disciplina” (2008, p. 23).

A transdisciplinaridade, saudada como um "remédio" para o excesso de complexidade relativa às concepções ontológicas da realidade e às concepções gnosiológicas do conhecimento e da linguagem, tem sua compreensão e sua operacionalização prejudicada, com algumas exceções, no mais das vezes, no patamar das intenções. Por isso, é conveniente, antes de estabelecer um espaço transdisciplinar, realizar todos os recursos interdisciplinares. (PAVIANI, 2008, p. 24).

Paviani, portanto, também concebe uma relação de gradação no nível de integração/interação entre as diferentes propostas: multi-, inter- e transdisciplinaridade.

Podemos, então, apontar quanto às proposições de Paviani que, ao tratar das potencialidades e problemas da interdisciplinaridade na perspectiva da área da Educação, ele utiliza o termo “disciplina” para se referir às diferentes matérias de um currículo escolar. E ao abordar a instância científica, geralmente prefere falar em “ciências” em vez de “disciplinas”. Além do uso do termo interdisciplinaridade para se referir à integração de currículos na instância pedagógica, ele se refere a dois outros sentidos de interdisciplinaridade que também não consideramos problemáticos, por estarem relacionados exatamente com a natureza do conhecimento científico. O primeiro diz respeito à utilização de conhecimentos de uma disciplina por outra: “Assim, conhecimentos de Geografia podem ser úteis em História; de Linguística, em Filosofia da Linguagem; de Antropologia, em Matemática e de Matemática, em qualquer disciplina, etc..” (2008, p. 53). O segundo, análogo ao primeiro, refere-se ao fato de que não só conceitos, mas também teorias e métodos passam de uma ciência para outra.

Tais procedimentos já são encontrados em Platão e Aristóteles. Os conceitos científicos estão sempre ligados às teorias científicas. As mudanças conceituais são a base lógica e epistemológica da interdisciplinaridade. Há uma relação de coerência entre a multiplicidade das manifestações científicas e a complexidade dos problemas a serem investigados. O avanço da ciência depende mais do pensamento divergente do que do pensamento convergente. (PAVIANI, 2008, p. 52).

Embora Paviani apresente a transdisciplinaridade como um conhecimento produzido “além da ciência”, incluindo “aspectos éticos e políticos”, ele reconhece a existência das disciplinas, ao mencionar o “núcleo duro de cada ciência”. A atitude é contraditória, pois a designação da transdisciplinaridade como ruptura e crítica à ciência contrasta com a própria apresentação de Paviani da ciência, como um “pensamento divergente”. Ora, se o avanço da ciência depende das divergências e Paviani assim o

reconhece, há uma contradição em sua crítica às disciplinas enquanto “fragmentação” do conhecimento. A especialização é um dos fatores que permitem que o pensamento científico possa ser divergente e múltiplo. Como veremos adiante, é comum que um mesmo pesquisador defenda a transdisciplinaridade como complementar à ciência, não atentando para um problema intrínseco nesta afirmação. Pois, há uma confusão de instâncias aí: a ciência opera em um nível que é diferente dos fenômenos empíricos, da ação, da militância. De tal modo que poderíamos arriscar dizer que a transdisciplinaridade, como é apresentada, que se propõe como junção da ciência, do mito, da política, da ética e etc.. acaba tendo a forma de um poutpourri, bem próximo do tipo de conhecimento do senso comum, pela superficialidade e pelo fato de que é uma soma em aberto e aleatória.

Julie T. Klein

Julie Thompson Klein é professora da Wayne State University, em Detroit, nos Estados Unidos, e é considerada uma das referências da interdisciplinaridade. Já presidiu a AIS (*Association for Interdisciplinary Studies*) e foi editora da “*Issues in Integrative Studies*”, periódico da AIS. Publicou “*Interdisciplinarity: History, Theory and Practice*”, em 1990; “*Crossing Boundaries: Knowledge, Disciplinarity, and Interdisciplinarity in the series*”, em 1996; “*Mapping Interdisciplinary Studies*”, em 1996; e “*Creating Interdisciplinary Campus Cultures*”, em 2010; entre outros livros e artigos que apresentam e discutem a proposta.

A primeira tipologia sobre interdisciplinaridade foi publicada em 1972. Foi criada para uma conferência internacional na França, em 1970, apoiada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). E, de acordo com Klein (2010a), outros termos logo foram elaborados, produzindo uma gama de jargões. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, os principais termos propostos pela tipologia da OECD, constituiriam, segundo ela, uma espécie de vocabulário básico sobre o assunto.

Segundo a classificação da OECD, multidisciplinaridade é uma abordagem que justapõem disciplinas. Estas permanecem separadas, não há integração e interação (KLEIN, 2010b). Os tipos de relação interdisciplinar que poderiam melhor ser definidas

como multidisciplinares, devido à ausência de integração e à fraca interação, poderiam ser:

- uma interdisciplinaridade “enciclopédica”, uma forma mais fraca, em que, por exemplo, vários conhecimentos são apresentados para a formação de um profissional;
- compartilhar ferramentas analíticas, como modelos matemáticos;
- a prática de aplicar conhecimentos de uma disciplina para contextualizar outra;
- utilizar habilidades complementares para se dirigir a problemas complexos ou atingir objetivos.

Klein também elenca a “*Pseudo ID*” (ID = interdisciplinaridade) (BODEN *apud* KLEIN, 2010a) como um tipo de abordagem em que a disciplina é descrita como intrinsecamente interdisciplinar, em função da abrangência atribuída a seu objeto. Ela cita a filosofia, os estudos literários, a antropologia e a geografia como campos interdisciplinares deste tipo. Tendo em vista o largo número de afirmações da natureza ampla do processo comunicacional utilizadas como justificativa para alegar um status interdisciplinar para a área, poderíamos dizer que a Comunicação também seria um caso de pseudo-intedisciplinaridade neste sentido. Para Klein, essa abrangência por si só não constitui interdisciplinaridade.

Quando a integração e a interação entre as disciplinas acontecem de forma efetiva, a linha entre multidisciplinaridade e interdisciplinaridade é transposta, de acordo com Klein (2010a), mas os propósitos e escopos particulares continuam distintos em cada especialidade. O nível de integração/interação varia, podendo haver maior ou menor proximidade e compatibilidade epistemológica entre as disciplinas; e maior ou menor cooperação entre os envolvidos com um problema. A interdisciplinaridade também pode se referir ao empréstimo de métodos, conceitos de uma disciplina para outra ou à integração teórica e epistemológica de proposições entre disciplinas.

Klein prossegue somando aos anteriores os dois sentidos metafóricos para interdisciplinaridade propostos pela *Nuffield Foundation*, de Londres: a) *construção de pontes* – entre disciplinas completas e estabelecidas; b) *reestruturação* – quando

parcelas de distintas disciplinas formam um novo todo coerente (KLEIN, 2010a). E os de Miller (*apud* KLEIN, 2010), que identifica quatro categorias de interdisciplinaridade: a) *tópicos* – alguns temas são recorrentes em diferentes disciplinas; b) *experiência de vida* – surge com a emergência dos estudos étnicos e de gênero, no final dos anos 60 e na década de 70; c) *híbridos* – são as áreas que se desenvolvem entre as disciplinas, como psicologia social, história econômica, sociologia política; d) *preparação profissional* – novos campos com foco na atuação profissional. Neil Smelser (*apud* KLEIN, 2010a) também fala em campos aplicados, como o planejamento de políticas públicas e, inclusive, os estudos da mídia.

A tipologia de Mitchell (1995 *apud* KLEIN, 2010b) também é citada por Klein. Ele divide a interdisciplinaridade em três grandes tipos: “*top down*” – a tentativa de estabelecer uma totalidade que inclua todas as disciplinas; “*bottom up*” – em que problemas exigem uma abordagem interdisciplinar compulsória; “*inside out*” – aqui as palavras-chave são indisciplina, anarquia, turbulência.

O modelo top-down remonta à arquitetura Kantiana de aprendizagem em uma organização piramidal da produção de conhecimento capaz de regular os fluxos de informação de uma parte da estrutura à outra. Ela aparece na filosofia e na teoria crítica, nas reivindicações de uma convergência utópica da teoria e da prática, e na promoção da semiótica como uma metalinguagem universal para o estudo da cultura. A bottom up surge como resposta às emergências e oportunidades. Os Estudos Culturais são uma forma geral do modelo bottom up. O inside out é a indisciplina de quebra ou ruptura. Ele perturba a continuidade e a prática. Rupturas, entretanto, podem se tornar rotineiras, o que é evidenciado na rápida transformação da desconstrução em um método institucionalizado de interpretação literária e cultural³⁵. (KLEIN, 2010b, p. 33).

Klein (2010b) também acredita que a interdisciplinaridade possa se distinguir em metodológica e teórica. Ainda que não faça muito sentido em nosso entendimento falar em interdisciplinaridade metodológica, uma vez que métodos não pertencem à uma única disciplina, Klein define essa forma de interdisciplinaridade como as tentativas de integrar diferentes metodologias visando melhorar as técnicas disponíveis e, assim, a

³⁵ The top-down model harkens back to a Kantian architectonic of learning in a pyramidal organization of knowledge production capable of regulating flows of information from one part of the structure to another. It appears in philosophy and critical theory, in claims for a utopian convergence of theory and practice, and in the promotion of semiotics as a universal metalanguage for studying culture. The bottom up emerges in response to emergencies and opportunities. Cultural studies is a general form of the bottom-up model. The inside out is the indiscipline of breakage or rupture. It disturbs continuity and practice. Ruptures, though, can become routinized, evidenced in the rapid transformation of deconstruction into an institutionalized method of literary and cultural interpretation.

qualidade dos resultados. E a interdisciplinaridade teórica, em sua visão, criaria um quadro mais geral, promovendo a síntese entre as disciplinas:

Este objetivo ficou evidente no trabalho nas fronteiras para avançar em novos conceitos integrativos, como “comportamento” e “área” e nas teorias macrossociais de Emile Durkheim, Georg Simmel, Max Weber, Robert Park, e Talcott Parsons. Esforços mais recentes incluem a pesquisa de Anthony Giddens por uma nova síntese das ciências sociais, a interpelação de Randall Collins por uma teoria compreensiva de todas as áreas da sociedade, a tentativa de Jeffrey Alexander de criar uma convergência das principais teorias sociológicas clássicas e contemporâneas, o trabalho de Jürgen Habermas no sentido de uma teoria da ação comunicativa abrangente, e o objetivo de Niklas Luhmann de construir um quadro sintético para uma teoria compreensiva de todo o social (Camic and Joas, 2004)³⁶. (KLEIN, 2010b, p. 24).

De acordo com Klein (2010a), uma outra diferenciação importante é a que se refere à *interdisciplinaridade instrumental* e à *interdisciplinaridade crítica*. Esta última desafiaria a estrutura de produção de conhecimento e educação vigente, levantando questões ausentes na primeira. Mark Kann (1979, p. 187-188, *apud* KLEIN, 2010a) define três posicionamentos políticos relacionados à interdisciplinaridade:

- a) Uma interdisciplinaridade mobilizada pelas elites conservadoras que tentam resolver os problemas sociais e econômicos, não levando em conta questões epistemológicas;
- b) Outra interdisciplinaridade praticada pelos acadêmicos liberais, que procuram estabelecer uma base para suas posições ideológicas na estrutura acadêmica existente (posição que converge com a citada por R. Follari que veremos à frente);
- c) E um terceiro posicionamento, mais radical, em que se desafia a estrutura de conhecimento vigente, propondo que a interdisciplinaridade seja uma resposta para as necessidades e problemas de grupos marginalizados e oprimidos.

³⁶ This aim was evident in the boundary work of advancing new integrative concepts such as “behavior” and “area” and in the macrosocial theories of Emile Durkheim, Georg Simmel, Max Weber, Robert Park, and Talcott Parsons. More recent efforts include Anthony Giddens’s search for a new synthesis of social sciences, Randall Collins’s call for a comprehensive theory of every area of society, Jeffrey Alexander’s attempt to create a convergence of major classical and contemporary sociological theories, Jürgen Habermas’s work toward an encompassing theory of communicative action, and Niklas Luhmann’s aim of building a synthetic framework for a comprehensive theory of everything social (Camic and Joas, 2004).

Como podemos ver, apenas o terceiro posicionamento se propõem como uma ruptura com as estruturas vigentes. Este é o sentido radical pregado pelos que defendem a interdisciplinaridade como luta e resistência, desconhecendo que a proposta interdisciplinar não necessariamente rompe com o comodismo e a manutenção do *status quo* que tanto criticam. É interessante observar que, embora não faça a distinção entre as instâncias epistemológica e política, Mark Kann identifica diferentes objetivos políticos para a interdisciplinaridade, sendo que apenas um representa militância contra o *status quo*. Aspecto pouco conhecido e problematizado pelos adeptos da proposta interdisciplinar.

Em relação à postura interdisciplinar crítica de que fala Klein (2010a), ela comenta que uma nova retórica se destaca nos estudos culturais, estudos feministas e étnicos, estudos literários e nas abordagens pós-modernas: a “anti”, “pós”, “não” e a “des-disciplinaridade”.

As primeiras abordagens interdisciplinares são diferentes da transdisciplinaridade. Esta vai se desenvolver ao longo da década de 70, juntamente com a interdisciplinaridade, e no final da década de 1980, pesquisas ambientais suíças e alemãs evidenciavam essa abordagem. Klein aponta que, assim como a interdisciplinaridade, o termo transdisciplinaridade tem mais de um significado. O mais difundido nesse primeiro momento dizia respeito a um quadro de análise compreensivo para reorganizar a estrutura do conhecimento, sendo que os problemas a serem analisados, de acordo com a proposta, são questões que se originam no mundo, e não nas disciplinas, na ciência (2004a, p. 4).

“A transdisciplinaridade está desfrutando de uma nova moeda. No seu editorial de introdução, Roderick Lawrence e Carole Despre a chamaram uma palavra ‘a la mode’”³⁷(KLEIN, 2004b, p. 515). Ela cita uma definição genérica para transdisciplinaridade: “um sistema comum de axiomas para um grupo de disciplinas”³⁸, e destaca duas contribuições como particularmente importantes para a definição do conceito:

³⁷ Transdisciplinarity is enjoying a new currency. In their Editorial Introduction, Roderick Lawrence and Carole Despre’s called it a word “a` la mode”.

³⁸ (...) a common system of axioms for a set of disciplines.

Jean Piaget acreditava que a maturação das estruturas gerais e dos padrões fundamentais de pensamento através dos campos levaria para uma teoria geral dos sistemas ou estruturas. Erich Jantsch, por sua vez, visionava uma coordenação sistêmica multi-nível da pesquisa, inovação e educação. Mas, ambos admitiram que a transdisciplinaridade era, como Piaget colocou, “ainda um sonho”[1: 26, 138]³⁹. (KLEIN, 2004b, p. 515).

De acordo com a tipologia da OECD (*apud* KLEIN, 2010a), a transdisciplinaridade é um sistema de axiomas que transcende os limites de uma disciplina por meio de uma síntese abrangente. Klein aponta para algumas tendências em relação à transdisciplinaridade. Uma delas seria uma versão contemporânea da busca histórica pela unidade do conhecimento, abrangendo desde a “antiga filosofia grega, a *summa* cristã medieval, a ambição do Iluminismo de uma razão universal, Transcendentalismo, o movimento de Unidade da Ciência, a busca pelas teorias unificadoras na física, e a teoria da consiliência de E. O. Wilson⁴⁰” (KLEIN, 2010a). A segunda tendência seria semelhante à interdisciplinaridade crítica, pois tem uma abordagem transgressiva, caracterizada pela transdisciplinaridade dos anos 90. A terceira seria uma extensão da definição da OECD, de “paradigma sintético abrangente⁴¹”. Para Miller (1982, p. 21 *apud* KLEIN, 2010a), a transdisciplinaridade seria um “quadro conceitual articulado” que transcende as disciplinas. Os exemplos seriam o estruturalismo, o marxismo, a fenomenologia e as ciências políticas. A quarta tendência seria a transdisciplinaridade para a “solução de problemas”, ligada geralmente às questões da sustentabilidade e da tecnologia. Klein (2010b) acrescenta que, mais recentemente, ganhou evidência também um tipo de trabalho transdisciplinar influenciado pela perspectiva da complexidade.

Conceituada como uma forma transcendente de pesquisa interdisciplinar, o movimento da ciência da equipe transdisciplinar nos Estados Unidos também alimenta novos quadros teóricos para a compreensão dos fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais e

³⁹ Jean Piaget believed the maturation of general structures and fundamental patterns of thought across fields would lead to a general theory of systems or structures. Erich Jantsch, in turn, envisioned a multi-level systemic coordination of research, innovation, and education. Yet, both admitted that transdisciplinarity was, as Piaget put it, “still a dream”.

⁴⁰ [...] ancient Greek philosophy, the medieval Christian *summa*, the Enlightenment ambition of universal reason, Transcendentalism, the Unity of Science movement, the search for unification theories in physics, and E. O. Wilson's theory of consilience.

⁴¹ [...] overarching synthetic paradigms.

institucionais na saúde e no bem-estar (Rosenfield, 1992)⁴². (KLEIN, 2010b, p. 24).

Uma das mais recentes tipologias para o tema resulta do relatório *Facilitating Interdisciplinary Research*, publicado em 2004, pela *National Academies of Science*, dos Estados Unidos. Neste volume, constam os quatro impulsionadores primários da interdisciplinaridade atualmente, que seriam: a) a complexidade da natureza e da sociedade; b) o desejo de explorar problemas não confinados a uma única disciplina; c) a necessidade de resolver problemas da sociedade; d) o poder das novas tecnologias (*Facilitating Interdisciplinary Research*, p. 2-40 *apud* KLEIN, 2010a).

A interdisciplinaridade e, principalmente, a transdisciplinaridade, portanto, também encontram respaldo na abordagem da complexidade. Esta colocaria diversas oposições à maneira como julgam que as disciplinas trabalham: linear/não-linear; unidimensional/multidimensional; restrita/abrangente; isolamento/intersecções; diferenciação/hibridização; fronteiras/cruzamentos; modernidade/pós-modernidade. Em relação aos objetos, a complexidade também se opõe à disciplinaridade, pois aborda os problemas ditos complexos, multifacetados e interconectados, intratáveis a partir da perspectiva disciplinar, pois a esta faltariam elementos para integrar numa visão holística do assunto tanto conhecimentos científicos quanto não-científicos acerca do problema. Seria o caso, por exemplo, para lembrar um assunto bastante contemporâneo, dos estudos sobre sustentabilidade, que incluem aspectos científicos, mas também profissionais, políticos e etc.. Nesta perspectiva, a maneira de trabalho da ciência dividida em disciplinas é considerada ultrapassada e toda a novidade e possibilidade e inovação atribuída à perspectiva de trabalho transdisciplinar.

Klein também relaciona a interdisciplinaridade com a complexidade, lembrando que os precedentes desta última foram traçados no começo do século XX, em disciplinas como a biologia ou a filosofia, o que teria dado origem à “nova ciência da complexidade”, na segunda metade do século, em que o conhecimento é entendido cada vez mais como uma rede interconectada e plural, ou seja, complexa. De acordo com Klein, as duas ideias se apresentam cada vez mais entrelaçadas, em “uma vasta gama de práticas, desde os estudos literários, a Física e a Biologia até a Educação, as políticas

⁴² Conceptualized as a form of transcendent interdisciplinary research, the transdisciplinary team science movement in the United States is also fostering new theoretical frameworks for understanding social, economic, political, environmental, and institutional factors in health and well-being (Rosenfield, 1992).

públicas e os estudos do meio ambiente⁴³” (2004a, p. 2). Apesar de a universidade ainda funcionar de acordo com as divisões disciplinares, Klein afirma que é possível observar a erosão de muitas dessas áreas, enquanto outras teriam se tornado obsoletas, pois o desenvolvimento no interior da ciência nos anos recentes colocaria questões exteriores, uma vez que “O mesmo objeto – um organismo – é simultaneamente um objeto físico (atômico), químico (molecular), biológico (macromolecular), fisiológico, mental, social e cultural”⁴⁴ (2004a, p. 3). Entretanto, ela não aborda o fato de que todos os problemas, e não apenas os considerados complexos na atualidade, compreendem diferentes dimensões: uma física, outra biológica, uma social e etc.. E a ciência dividida em disciplinas nunca desconsiderou esse aspecto da constituição dos objetos empíricos, estudados a partir de uma reconstrução em objetos de estudo específicos a cada especialidade, a fim de explicar uma determinada perspectiva da realidade.

A proposta de Klein para uma “taxinomia” da interdisciplinaridade aponta que esta, de forma geral, abrange diferentes níveis (ou graus de integração): do trabalho de cientistas em equipe para resolver problemas (geralmente designado como multidisciplinar), ao uso de técnicas e teorias de uma disciplina por outra, passando pelo surgimento de novos campos na intersecção entre duas disciplinas (bioquímica, sociologia política...), indo ao encontro de um último nível de interação em que as questões profissionais, as novas tecnologias e as demandas sociais se misturam com o âmbito científico, criando um suposto novo tipo de conhecimento conhecido como transdisciplinaridade. Os exemplos seriam a nanotecnologia, os avanços na área de saúde, o projeto do genoma humano, as questões climáticas e etc.. Contudo, as diversas terminologias e classificações apresentadas a partir de distintos autores, ainda que bastante detalhadas, apresentam vários pontos de incoerência. As categorias se superpõem de um pesquisador para outro citado por Klein, e algumas delas são divergentes. O que para alguns é interdisciplinar, pode ser apenas pseudo-interdisciplinaridade ou um nível mais frágil de multidisciplinaridade. Ainda que haja a intenção de aumentar a clareza, a longa lista de tipologias apresentada não constitui um conjunto de conceitos precisos e bem delimitados.

⁴³ [...] a wide range of practices, from literary studies, physics, and biology to education, public policy, and environmental studies.

⁴⁴ The same object – an organism – is simultaneously a physical (atomic), chemical (molecular), biological (macromolecular), physiological, mental, social, and cultural object.

William Newell

William H. Newell é professor emérito de estudos interdisciplinares na Miami University, autor de livros e artigos sobre interdisciplinaridade, também atua como consultor sobre o tema. Publicou com Julie T. Klein “*Advancing Interdisciplinary Studies*”, em “*Handbook of the Undergraduate Curriculum: A Comprehensive Guide to Purposes, Structures, Practices, and Change*” (1977), e editaram juntos “*Interdisciplinary Studies Today: New Directions for Teaching and Learning*” (1994).

De acordo com Klein e Newell (1997 *apud* KLEIN, 2004a, p. 2), um estudo interdisciplinar é “um processo de responder a uma questão, resolver um problema ou abordar um tópico vasto ou complexo demais para ser trabalhado adequadamente por uma única disciplina ou profissão”.⁴⁵ Klein e Newell (1997, p. 394 *apud* NEWELL, 2001, p. 5) citam sete motivações para o trabalho interdisciplinar:

- Educação geral e liberal
- Treinamento profissional
- Solução de problemas sociais, econômicos e tecnológicos
- Crítica social, política e epistemológica
- Desenvolvimento de professores
- Exigências financeiras (downsizing)
- Produção de novo conhecimento

Mas apesar de classificarem sete razões para este tipo de trabalho, Newell (2001) defende que a interdisciplinaridade é uma só. Os motivos é que seriam os responsáveis por levar a diferentes consequências no estudo de sistemas complexos. Newell (1998, p. 537 *apud* NEWELL, 2001, p. 6) defende que a natureza da interdisciplinaridade depende do contexto: “ensino ou pesquisa, solução de problemas ou crítica radical”⁴⁶. Segundo ele, há uma discussão entre os pesquisadores da AIS (*Association for Interdisciplinary Studies*) quanto à essa necessidade de conceituação da interdisciplinaridade: parte acredita que a tentativa de fechar um conceito não é válida, que é melhor seguir na postura de “deixar mil flores florescerem”⁴⁷. Por outro lado, há os que reconhecem a importância de aumentar a clareza conceitual, em busca de maior credibilidade para o trabalho interdisciplinar, além de critérios para julgar sua qualidade.

⁴⁵ [...] “a process of answering a question, solving a problem, or addressing a topic that is too broad or complex to be dealt with adequately by a single discipline or profession”.

⁴⁶ [...] teaching or research, problem solving or radical critique.

⁴⁷ [...] to let a thousand flowers bloom.

Newell afirma que a relação entre interdisciplinaridade e complexidade não é coincidência, pois os fenômenos e sistemas complexos seriam uma condição necessária para os estudos interdisciplinares: “Uma abordagem interdisciplinar se justifica somente por um sistema complexo”⁴⁸ (NEWELL, 2001, p. 1). Ele especifica o que compreende como objetos complexos:

O que a chuva ácida, o rápido crescimento populacional e o legado de *The Autobiography of Benjamin Franklin* têm em comum? Embora desenhados respectivamente nas competências das ciências naturais, ciências sociais e humanidades, eles podem frutiferamente ser entendidos como comportamentos de sistemas complexos, e requerem estudos interdisciplinares⁴⁹. (NEWELL, 2001, p. 1).

No entender de Newell, os objetos interdisciplinares são multifacetados, sendo que as disciplinas estudam os objetos que têm facetas isoladas. Ainda assim, se um objeto for multifacetado, mas não existir uma coerência entre as diferentes partes, o trabalho multidisciplinar dará conta. À pesquisa interdisciplinar caberia estudar os objetos multifacetados e que demandem uma síntese. Dessa forma:

Para justificar ambos os elementos do estudo interdisciplinar – nomeadamente o que extrai insights das disciplinas e o que integra esses insights – seu objeto precisa ser representado por um sistema. Porque as conexões entre as facetas serão predominantemente não-lineares, o sistema precisa ser complexo⁵⁰. (NEWELL, 2001, p. 2).

Newell em *A Theory for Interdisciplinary Studies* (2001) busca uma abordagem epistemológica ao trabalho interdisciplinar, sustentando sua concepção de que a base desses deve ser a teoria dos sistemas complexos. A aplicação desse conjunto teórico permitiria validar a integração das diferentes contribuições das disciplinas em uma abordagem interdisciplinar, ponto de dificuldade para os partidários desse tipo de trabalho, como reconhece Newell:

A maioria de nós pode apontar exemplos (provavelmente apenas poucos) de integração interdisciplinar bem-sucedida; podemos até ter experimentado-a nós mesmos. Mas ninguém com quem eu tenha falado ou lido (inclusive meus próprios escritos) pôde explicar

⁴⁸ An interdisciplinary approach is justified only by a complex system.

⁴⁹ WHAT DO ACID RAIN, rapid population growth, and the legacy of *The Autobiography of Benjamin Franklin* have in common? Though drawn respectively from the purviews of the natural sciences, social sciences, and humanities, they can be fruitfully understood as behaviors of complex systems, and they all require interdisciplinary study.

⁵⁰ To justify both elements of interdisciplinary study—namely that it draws insights from disciplines and that it integrates their insights—its object of study must then be represented by a system. Because the connections among the facets will be predominantly nonlinear, the system must be complex.

claramente como integrar os insights disciplinares em um entendimento compreensivo. Nós não somos nem mesmo claros no que é exatamente *significado* por integração (Newell, 1998, pp. 547-550)⁵¹. (NEWELL, 2001, p. 18)

Em seu ponto de vista, dizer que a interdisciplinaridade trata dos problemas complexos significa que esta abordagem é apropriada para objetos que envolvem sistemas complexos, ou seja, constituídos de subsistemas. As disciplinas se dedicariam a estes últimos, enquanto os problemas de fato interdisciplinares seriam aqueles que demandam uma visão integradora do todo que inclua todos os subsistemas que afetam a compreensão do problema em sua complexidade.

Desde que cada disciplina foca em um comportamento de um subsistema particular, modelando uma faceta da realidade, sua própria definição do problema (de fato, sua compreensão sobre se *há* mesmo um problema) é moldada pelo contexto e escala de seu subsistema. Economistas veem a chuva ácida como um problema de externalidades, cientistas políticos como um problema de regulamentação, e engenheiros como um problema de projeto. Porque o sistema maior é complexo, a parte do padrão de comportamento geral que uma disciplina observa no seu contexto local pode ser bem diferente do que outra disciplina vê. [...] A tarefa de um pesquisador interdisciplinar é concentrar-se de forma mais ampla no padrão da chuva ácida moldado pelo sistema complexo como um todo, redefinindo o problema adequadamente⁵². (NEWELL, 2001, p. 16).

Ou seja, se as disciplinas permitem entender um aspecto desse sistema maior, complexo, e a compreensão do todo se dá pelo trabalho integrador que reúne e confronta os diferentes *insights* que os especialistas possam ter, qual seria a diferença entre o trabalho desenvolvido pelos grupos de trabalho multidisciplinares? Não seriam todos os objetos complexos em sua essência? Ora, a realidade é exatamente um sistema complexo, que reúne vários outros subsistemas, que se permitem ao estudo científico disciplinar justamente para a compreensão de um todo maior. É o trabalho de construção teórica elaborado pelo pesquisador que redefine objetos complexos em

⁵¹ Most of us can point to examples (probably only a few) of successful interdisciplinary integration; we may even have experienced it ourselves. But no one I have talked to or read (including my own writings) has been able to explain clearly how to integrate disciplinary insights into a comprehensive understanding. We are not even clear on exactly what is *meant* by integration (Newell, 1998, pp. 547-550).

⁵² Since each discipline focuses on the behavior of a particular sub-system modeling one facet of reality, its very definition of the problem (indeed, its understanding of whether there even *is* a problem) is shaped by the context and scale of its sub-system. Economists see acid rain as a problem of ex, political scientists as a regulatory problem, and engineers as a design problem. Because the larger system is complex, the portion of the overall behavioral pattern one discipline observes in its local context may be quite different from what another discipline sees. The task of the interdisciplinarian is to focus more broadly on the pattern of acid rain modeled by the complex system as a whole, redefining the problem accordingly.

objetos de pesquisa, abordáveis pela perspectiva de cada uma das disciplinas. Outro aspecto que merece ser discutido é que tipo de compreensão especial seria possível que um “*interdisciplinary*”⁵³ poderia ter, que escape aos demais pesquisadores. Afinal, se o “*interdisciplinary*” não precisa ser um especialista em uma determinada disciplina para analisar aspectos desse domínio, como diz Newell – “*Interdisciplinary* não precisam se tornar experts nas disciplinas que utilizam”⁵⁴ (2001, p. 17) – como poderiam produzir um conhecimento mais profundo, em vez de uma compreensão, na verdade, mais superficial? Mesmo se considerarmos que a proposta é que esse pesquisador interdisciplinar contribua na investigação das relações entre as especificidades que as disciplinas estudam, a proposta não se justifica adequadamente, pois qualquer especialista também leva em consideração o contexto e a relação entre as partes em seus estudos específicos e aprofundados de um problema. E o trabalho interdisciplinar que visa integração entre as disciplinas geralmente também é desenvolvido por especialistas, ou seja, por pesquisadores qualificados em uma ou mais disciplinas.

A teoria para a interdisciplinaridade proposta por Newell suscitou críticas de Stanley Bailis, Julie Klein, J. Linn Mackey, Richard Carp e Jack Meek, todas publicadas na edição 19 (2001) da “*Issue in Integrative Studies*”, na qual o próprio Newell responde aos argumentos apresentados contra sua teoria.

Bailis discorda da proposta de Newell de que a teoria da complexidade possa proporcionar a base teórica da interdisciplinaridade por acreditar que não faltam teorias para embasar a proposta, e que ter uma unidade teórica não chega a ser um dos propósitos dos pesquisadores que trabalham de modo interdisciplinar. Além disso, discorda das exigências de Newell em relação à complexidade para os objetos que devam interessar à interdisciplinaridade:

Esses desacordos crescem de uma diferença básica de entendimento sobre o que faz o estudo interdisciplinar necessário: Para Newell, a interdisciplinaridade é requerida pela complexidade de seu objeto de estudo. Para mim, a interdisciplinaridade se faz necessária pela tendência da investigação especializada de produzir conhecimento

⁵³ Termo que Newell utiliza para se referir aos pesquisadores que trabalham de forma interdisciplinar.

⁵⁴ Interdisciplinary need not become experts in the disciplines they utilize.

sobre partes que frequentemente são usadas como se fossem todos⁵⁵. (BAILIS, 2001, p. 27).

Bailis argumenta que ao pesquisador interdisciplinar interessa investigar um problema, independentemente da complexidade ou das disciplinas:

[...] estou exercendo apenas minhas próprias habilidades e familiaridades como um acadêmico interdisciplinar empenhado em algum tipo de integração, embora não o tipo específico que envolve a complexidade per se – nem nos fenômenos que estou estudando e talvez nem mesmo nas relações entre as disciplinas que estou usando⁵⁶. (BAILIS, 2001, p. 37).

Newell responde Bailis alegando que não definiu a complexidade como objeto de estudo da interdisciplinaridade, mas que sua proposta é uma meta-teoria segundo a qual os pesquisadores interdisciplinares poderiam nortear suas investigações: “Assim, não é para teorizar sobre tudo e qualquer coisa que o acadêmico interdisciplinar deve se ocupar, mas apenas para teorizar os como e porquês de se fazer trabalho interdisciplinar.⁵⁷” (NEWELL, 2001, p. 141).

Klein critica a proposta de unidade levantada por Newell para a diversidade que a interdisciplinaridade representa, em sua visão. Para ela, os problemas interdisciplinares não são idênticos, daí a dificuldade de pretender abordá-los a partir de uma mesma teoria:

A solução “instrumental” para um problema de engenharia não tem o mesmo caráter e não produz os mesmos resultados que a produção “crítica” de conhecimento feminista. Nem fomentar hábitos integrativos de pensamento na educação em geral é o mesmo tipo de atividade, com o mesmo efeito, que transferir conceitos e métodos entre biologia, química, e física na pesquisa genética⁵⁸. (KLEIN, 2001, p. 46)

⁵⁵ These disagreements grow out of a basic difference of view about what makes interdisciplinary study necessary: For Newell, interdisciplinarity is required by the complexity of its subject matter. For me, interdisciplinarity is made necessary by the tendency of specialized inquiry to produce knowledge about parts that is too often used as if it were about wholes.

⁵⁶ [...] I am exercising my own skills and familiarities as an interdisciplinary scholar bent on some kind of integration, albeit not the specific kind that involves complexity per se—not in the phenomena I’m studying and maybe not even in relations among the disciplines I’m using.

⁵⁷ Thus it is not for theorizing about anything and everything that interdisciplinary scholars ought to take up, but only for theorizing the hows and whys of doing interdisciplinary work.

⁵⁸ The “instrumental” solution to an engineering problem is not of the same character and does not produce the same outcome as the production of “critical” feminist knowledge. Neither is fostering integrative habits of mind in general education the same kind of activity, with the same effect, as transferring concepts and methods across biology, chemistry, and physics in genetic research.

Klein defende um tipo de trabalho transdisciplinar “transgressivo” em relação à ciência, em que as fronteiras das disciplinas não são respeitadas. Além disso, para ela, “os problemas não são formulados em uma terminologia estritamente científica.”⁵⁹ (KLEIN, 2001, p. 49). Mackey (2001) e Klein (2001) também criticaram a “agenda modernista” de Newell, que seria datada e incompatível com a interdisciplinaridade. Ao que ele admitiu ser simpático à parte da modernidade, reconhecendo o papel das disciplinas, capazes de compreender certos aspectos da realidade complexa, mas também defendeu uma posição balanceada entre modernidade e pós-modernidade e uma atitude crítica em relação às disciplinas. Carp (2001) também o censurou em relação ao papel que as disciplinas teriam para o trabalho interdisciplinar, dizendo que a teoria de Newell valida e reifica as disciplinas. Este, apesar de também se colocar como um crítico das disciplinas, reafirmou o papel que desempenham, até pelo fato de que os próprios pesquisadores interdisciplinares se formaram em algum contexto disciplinar: “Eu arriscaria um palpite de que a maioria dos membros da *Association for Integrative Studies* não rejeita a utilidade das disciplinas também, embora eles tenham sem dúvida reservas sobre elas.”⁶⁰ (NEWELL, 2001, p. 145).

Como Carp corretamente observa, meu entendimento sobre as disciplinas é que elas não são completamente arbitrárias. As fronteiras entre disciplinas são em uma (pequena) parte o resultado do acidente histórico e da evolução das disciplinas como organizações político-sociais, eu admito a ele, mas elas também refletem diferenças na realidade. [...] Eu acredito que cada disciplina desenvolve conceitos, teorias, e métodos unicamente adaptados à porção da realidade que escolhe estudar. O foco delimitado de cada disciplina rende não apenas estreiteza de visão mas também poder explicativo⁶¹. (NEWELL, 2001, p. 145-146).

Newell tem uma visão um pouco mais informada sobre a ciência que seus detratores, pois reconhece o papel das disciplinas na produção de conhecimento. Vemos, portanto, que a abordagem de Newell busca uma síntese entre a produção das diferentes especialidades em detrimento da visão de ruptura com a ciência. Para ele, o trabalho interdisciplinar seria do tipo que aqui denominamos de “integração” entre

⁵⁹ [...] problems are not formulated in strictly scientific terminology.

⁶⁰ I would hazard a guess that the majority of members of the Association for Integrative Studies do not reject the utility of the disciplines either, though they undoubtedly have reservations about them.

⁶¹ As Carp correctly observes, my understanding of the disciplines is that they are not entirely arbitrary. The boundaries between disciplines are in (small) part the result of historical accident and the evolution of the disciplines as socio-political organizations, I grant him, but they also reflect differences in reality. [...] I believe each discipline has developed concepts, theories, and methods uniquely adapted to the portion of reality it has chosen to study. The delimited focus of each discipline has yielded not only narrowness of vision but also power of explanation.

conhecimentos particulares, tendo em vista a possibilidade uma compreensão total da realidade.

Édouard Kleinpeter

Édouard Kleinpeter formou-se engenheiro antes de cursar jornalismo. Em seguida, passou a pesquisar a mediação científica, tema em que se doutorou. Atualmente, tem a interdisciplinaridade como um dos principais interesses científicos. De acordo com Kleinpeter (2013), é possível encontrar quatro sentidos para a abordagem interdisciplinar :

- i) um motor do progresso científico (fertilização cruzada de conhecimentos, migração de conceitos, epistemologia comparada, etc..)
- ii) uma ferramenta para promover e pensar a ligação entre a pesquisa e o desenvolvimento;
- ii) um elemento necessário para permitir um diálogo entre a ciência e a sociedade ou, de modo menos pronunciado;
- iv) uma orientação desejável para a formação de jovens cientistas⁶². (KLEINPETER, 2013).

Kleinpeter diz que a proposta interdisciplinar se desenvolve em torno de alguns temas definidos, entre eles os “sistemas complexos” e as “ciências da comunicação”, o nosso foco de interesse neste trabalho. Ele afirma que, apesar de ser possível encontrar pistas sobre os conceitos de interdisciplinaridade, a maneira de operá-la e de avaliá-la na literatura sobre o assunto, mesmo assim “a interdisciplinaridade em si nunca é definida, exceto por seu aspecto pragmático e factual de muitos pesquisadores de diferentes disciplinas que trabalham em conjunto⁶³”.

Kleinpeter (2013) propõem uma taxionomia para os diferentes termos relacionados à interdisciplinaridade, ainda que questione a real necessidade dessa definição, uma vez que acredita que as questões semânticas pouco avançam a ciência.

⁶² i) un moteur du progrès scientifique (fertilisation croisée des connaissances, migration de concepts, épistémologie comparée, etc.) ;

ii) un outil pour favoriser et penser le lien entre recherche et valorisation ;

iii) un élément nécessaire pour permettre le dialogue entre science et société ou, de façon moins prononcée ;

iv) une orientation souhaitable de la formation des jeunes scientifiques.

⁶³ [...] l’interdisciplinarité elle-même n’est jamais définie autrement que par son aspect pragmatique et factuel de plusieurs chercheurs de disciplines différentes travaillant ensemble.

Para pluri-, multi-, e polidisciplinaridade, Kleinpeter verifica grande convergência de significados entre os diferentes autores que trabalham essas práticas. Neste tipo de trabalho, os esforços de pesquisa são implementados no interior de cada especialização e posteriormente integrados, a fim de melhor compreender determinado problema. Já as definições de inter- e transdisciplinaridade são menos consensuais também na visão desse autor, sendo que a trans- seria um tipo de super ou metadisciplina. E a interdisciplinaridade poderia ser considerada, num sentido mais fraco, como o trabalho de um grupo de pesquisadores em torno de um problema comum, não mais trabalhando paralelamente em suas especialidades, mas integrados para investigar esse problema comum com base em suas disciplinas.

Ele cita Verónica Boix-Mansilla (2006 *apud* Kleinpeter, 2013) e sua lista de três “famílias de abordagens” interdisciplinares : uma centrada nos conceitos, princípios e leis que podem servir para diferentes disciplinas (*conceptual bridging approach*); outra na explicação dos fenômenos complexos (*comprehensive approach*); e uma terceira que busca a solução de problemas sociais, médicos, técnicos, políticos e etc. (*pragmatic interdisciplinarity*).

Podemos perceber que Kleinpeter identifica o sentido de interdisciplinaridade trabalhado pela Educação, quando fala da formação de jovens cientistas; os sentidos de grupo de trabalho e de integração, quando fala da fertilização cruzada de conhecimentos, migração de conceitos e epistemologia comparada; e o sentido de ruptura geralmente identificado com a transdisciplinaridade, que inclui as relações pragmáticas com o desenvolvimento e com a hibridação das instâncias científicas com os problemas sociais, técnicos, políticos.

David E. Apter

David E. Apter, professor emérito de Desenvolvimento Político e Social Comparativo em Yale, ao relatar suas experiências interdisciplinares entre a Ciência Política e outras ciências sociais, diz que a modernidade, com sua explosão de ideias teóricas, levou a uma grande divisão da pesquisa em disciplinas e subdisciplinas. Estas, por sua vez, tendem a fortalecer suas fronteiras e ficariam presas a burocracias das instituições acadêmicas. Mas a quantidade de novas ideias que surgem leva a que os “empréstimos” interdisciplinares sejam tão comuns quanto as próprias disciplinas. Uma

vez que as disciplinas não poderiam ficar indiferentes à interdisciplinaridade, ele propõe analisá-la como um processo tanto de incorporação disciplinar quanto de evolução paradigmática, no sentido de estímulo criativo, proposto por Kuhn e Dogan. Assim, a interdisciplinaridade não seria apenas do empréstimo de ideias *ad hoc* ou de combinações hifenizadas (economia política, sociologia política e etc.), mas de transformações “relativamente autônomas, robustas e integradas de sistemas científicos, juntamente com as estratégias metodológicas apropriadas”⁶⁴ (APTER, 2010, p. 184).

Para Apter, o primeiro passo para a interdisciplinaridade é configurar ideias retiradas de dois ou mais contextos disciplinares. O segundo seria quando o trabalho, que era voltado para a solução de problemas, resulta na constituição de novas teorias, alterando o *corpus* disciplinar anterior. Etapas necessárias, segundo ele, para proporcionar uma compreensão só possível na análise interdisciplinar, “Como ao trocar a lente da câmera, isso torna visível o que estava anteriormente fora do quadro”⁶⁵ (2010, p. 184). Entretanto, ele salienta que é preciso não exagerar na avaliação desse processo, pois nenhuma disciplina jamais foi imune a teorias apropriadas de outras áreas. Para ele, os “campos hifenizados” tendem a repetir problemas das disciplinas: se profissionalizam como uma área, criam regras próprias, definem as fronteiras e definem os próprios objetos a fim de se especializarem. Assim, perderiam a capacidade de ter os *insights* de que Kuhn e Dogan falam.

E Apter chama a atenção para o fato de que nem todos os problemas requerem análises interdisciplinares:

O ajuste fino de idéias e da pesquisa dentro de uma disciplina pode trazer um conhecimento mais profundo e mais enriquecido e proporcionar uma grande sofisticação conceitual, especialmente quando o perigo de usar as teorias extraídas de outras disciplinas é que, se a sua implantação é estreita, há o risco tanto de aplicação errada quanto de explicação superficial.⁶⁶ (APTER, 2010, p. 185-186).

⁶⁴ [...] relatively free-standing, robust and integrated scientific systems along with their appropriate methodological strategies.

⁶⁵ Like changing the lens on a camera, this makes visible what was previously outside the frame.

⁶⁶ The fine-tuning of ideas and research within a discipline can bring deeper and more enriched knowledge and provide great conceptual sophistication, especially as the danger of using theories drawn from other disciplines is that, if their deployment is thin, there is the risk of both misguided application and superficial explanation.

Apter, portanto, não só propõem um tipo de trabalho interdisciplinar complementar ao trabalho científico, como reconhece dois aspectos importantes: as disciplinas têm relações interdisciplinares entre si; e a pesquisa empreendida por um campo especializado tende a produzir profundidade, ao contrário do que muitos partidários da proposta interdisciplinar argumentam.

Olga Pombo

Olga Pombo participou no final da década de 1980 do *Projecto Mathesis*, desenvolvido em Lisboa durante quatro anos para pesquisar a interdisciplinaridade, com o financiamento da Fundação Gulbenkian. Ela acredita que, no que tange à interdisciplinaridade, “[...] há uma dificuldade inicial - que faz todo o sentido ser colocada - e que tem a ver com o facto de ninguém saber o que é a interdisciplinaridade [nota de rodapé no original: Cf. Gozzer (1982), René (1985) e Chubin (1986)].” (POMBO, 2004, p. 1). Pombo sustenta que a dificuldade é compartilhada não só pelos que praticam a interdisciplinaridade, mas também pelos teóricos e pelos que buscam defini-la: o que se encontra é um conjunto bastante díspar. “Além disso, como sabem, a palavra tem sido usada, abusada e banalizada. Poderíamos mesmo dizer: a palavra está gasta.”, aponta Pombo (2004, p. 2).

Pombo identifica os contextos em que a interdisciplinaridade se apresenta:

- 1) Contexto epistemológico – compartilhamento de conhecimentos entre as disciplinas, projetos e eventos ditos interdisciplinares.
- 2) Contexto pedagógico – o ensino e as práticas educacionais se propondo como interdisciplinares.
- 3) Contexto mediático – o comportamento dos meios de comunicação de massa utiliza de diferentes fontes para tratar de um mesmo assunto, buscando reproduzir uma prática interdisciplinar.
- 4) Contexto empresarial e tecnológico – ações ditas interdisciplinares passam a compor a gestão das empresas, e também projetos tecnológicos desenvolvidos por equipes interdisciplinares são valorizados.

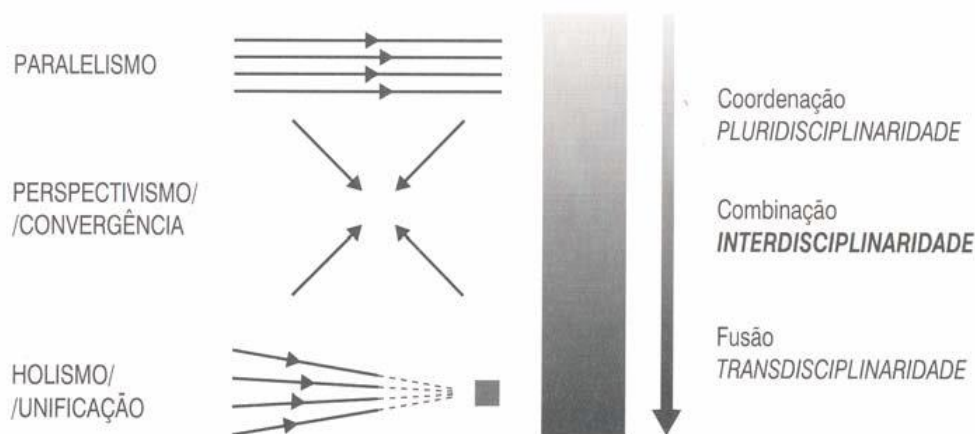
A quantidade de aplicações e práticas ditas interdisciplinares evidencia que a “palavra é ampla demais, quase vazia.” (POMBO, 2004, p. 3).

E, no entanto, a situação não deixa de ser curiosa: temos uma palavra que ninguém sabe definir, sobre a qual não há a menor estabilidade e, ao mesmo tempo, uma invasão de procedimentos, de práticas, de modos de fazer que atravessam vários contextos, que estão por todo o lado e que teimam em reclamar-se da palavra interdisciplinaridade. (POMBO, 2004, p. 3).

E o problema não se esgota por aí, pois não há “[...] apenas uma, mas **quatro palavras** para designar essa qualquer coisa de que temos vindo a falar: pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.” (POMBO, 2004, p. 3). Então, Pombo propõe uma definição para interdisciplinaridade que acredita se aproximar mais da ideia a ser expressa. Ela sugere que se tome para análise a etimologia dos prefixos empregados; e que esta análise se sustente em dois princípios fundamentais:

a) aceitar estes três prefixos: *multi* ou *pluri*, *inter* e *trans* (digo três e não quatro porque, do ponto de vista etimológico, não faz sentido distinguir entre *pluri* e *multi*) enquanto três grandes horizontes de sentido e, b) aceitá-los como uma espécie de *continuum* que é atravessado por alguma coisa que, no seu seio, se vai desenvolvendo. Algo que é dado na sua forma mínima, naquilo que seria a *pluri* (ou *multi*) *disciplinaridade*, que supõe o pôr em conjunto, o estabelecer algum tipo de coordenação, numa perspectiva de mero paralelismo de pontos de vista. Algo que, quando se ultrapassa essa dimensão do paralelismo, do pôr em conjunto de forma coordenada, e se avança no sentido de uma combinação, de uma convergência, de uma complementaridade, nos coloca no terreno intermédio da interdisciplinaridade. Finalmente, algo que, quando se aproximasse de um ponto de fusão, de unificação, quando fizesse desaparecer a convergência, nos permitiria passar a uma perspectiva holista e, nessa altura, nos permitiria falar enfim de transdisciplinaridade. (POMBO, 2004, p. 4-5).

Figura 1: POMBO, Olga. 2004, p. 6



Na figura 1, vemos a proposta de Pombo representada graficamente. A autora explica, ainda, que sua definição coincide com muito do que é realizado como interdisciplinaridade, mas que há outras compreensões também. De todo modo, “[...] para lá de todas as diferenças e disparidades, a interdisciplinaridade é uma palavra que persiste, resiste, reaparece. O que significa que nela e por ela algo de importante se procura pensar.” (POMBO, 2004, p. 6). Assim, Pombo passa à análise da ideia de interdisciplinaridade por trás do termo e diz que o programa analítico da ciência já não seria suficiente, fato, segundo ela, comprovado pela própria interdisciplinaridade. As causas estariam na excessiva especialização e na institucionalização do trabalho científico.

Pombo nos conta que, a partir dos anos 70, a proposta interdisciplinar passa a ser vista com entusiasmo desde quatro diferentes fontes: um nível *discursivo*, um de *reordenamento disciplinar*, outro de *novas práticas* de investigação e um quarto nível de *esforço de teorização*. Em termos de discurso, ela cita Gilbert Durant e sua poética da interdisciplinaridade. Seus textos trariam evidência para um aspecto da história da ciência: os grandes descobridores tinham formação interdisciplinar, de onde teria origem a defesa de que a formação de especialista é necessariamente inferior à multidisciplinar. Essa abordagem está composta por três determinações, sendo que a primeira delas é a fecundação recíproca entre as disciplinas. Um segundo aspecto da poética da interdisciplinaridade estaria ligado à possibilidade de aprofundamento, para dar conta da complexidade dos objetos. Finalmente, uma terceira determinação diria respeito à possibilidade de constituição de novos objetos que a interdisciplinaridade proporcionaria. Podemos perceber aqui vários empregos do termo interdisciplinaridade: tanto o sentido ligado aos currículos, quando se fala nas vantagens da formação

multidisciplinar do pesquisador; a interdisciplinaridade como relação entre várias disciplinas, compartilhando conceitos, teorias e métodos; e o sentido que critica a organização do conhecimento em disciplinas, que se pretende mais profundo e que toma os objetos em sua complexidade como justificativa para a interdisciplinaridade.

Em relação ao reordenamento das disciplinas, Pombo classifica três novos tipos de formações: a) ciências de fronteira – novas disciplinas híbridas que se formam a partir de outras duas, como a bioquímica e a psicolinguística, b) interdisciplinas – disciplinas que surgem do cruzamento inédito de disciplinas científicas com o campo industrial e organizacional, como Relações Internacionais e Organizacionais e Sociologia das Organizações; c) interciências – várias disciplinas em torno de um núcleo, sendo que não há hierarquia entre elas, como a Ecologia, a Cibernética e as Ciências da Complexidade.

Além disso, “novas práticas de cruzamento interdisciplinar” criam situações de *importação*, em que uma disciplina transcende suas fronteiras em busca das metodologias e linguagens de outra disciplina; *práticas de cruzamento*, em que um problema se origina numa disciplina, mas exige conhecimentos de várias outras, pois não se esgota em apenas uma delas; *práticas de convergência* em que se desenvolvem estudos por áreas, capazes, por exemplo, de trazer conhecimento sobre uma região específica de importância estratégica; *práticas de descentração*, quando um “problema grande demais” cuja origem não está restrita a uma disciplina exige um esforço interdisciplinar, como seria o caso do “ambiente”; e *práticas de comprometimento*, que dizem respeito a problemas que resistem ao longo do tempo e exigem soluções urgentes, como a origem da vida e a fome, onde entra em cena o que Pombo chama de “interdisciplinaridade envolvente, circular”, que vai explorar todas as possíveis complementaridades, tendo em vista a amplitude do problema. Como podemos perceber, há certas redundâncias nas diferentes práticas descritas, que parecem querer se referir ao mesmo ou a algo muito semelhante. Poderíamos resolver boa parte dessas necessidades interdisciplinares recorrendo ao trabalho em grupo de diferentes especialistas, uma vez que os problemas não se apresentam na realidade tal como os construímos para efeito de análise.

Pombo discorre ainda sobre algumas das tentativas de teorizar a interdisciplinaridade. Primeiro, um programa antropológico, proposto por Gusdorf,

Bobossov e Da Matta, que defende que o ser humano é o propósito de todas as ciências, e o pólo unificador em que encontram seu sentido. Depois, cita um programa realista, que considera que todas as ciências têm o mesmo objeto, se referem à mesma realidade. O programa metodológico seria o que tenta fundamentar a interdisciplinaridade como um mecanismo de regulação da emergência de novas disciplinas, a fim de evitar tanto o excesso de especialização quanto uma diluição generalizante. No programa epistemológico, Pombo distingue a Teoria dos Sistemas de Bertalanffy, Apostel e Pierre Delattre (constituição de uma nova disciplina integradora por meio de uma teoria geral da organização dos saberes); e o Círculo das Ciências de Piaget (interdisciplinaridade se fundamenta devido à complexidade do objeto da ciência e depende dos mecanismos comuns dos sujeitos cognoscentes). Finalmente, há o programa ecológico, proposto por Felix Guattari, em que a ideia é articular a ciência, a ética e a política.

Após essa explanação, Pombo conclui pelo alargamento do conceito de interdisciplinaridade, assim como teria ocorrido com o de ciência, pois “[...] já tivemos que passar de uma ciência que era predominantemente analítica para uma ciência que, atenta às novas complexidades que constantemente descobre e inventa, procede cada vez mais de forma transversal.” (2004, p. 21). De onde podemos ver com clareza a posição da autora em relação à interdisciplinaridade como ruptura, apesar de também contemplar os outros sentidos não-problemáticos.

Olga Pombo selecionou diversas definições para interdisciplinaridade e termos afins em “Contribuição para um Vocabulário sobre Interdisciplinaridade”, publicado em “A Interdisciplinaridade: Reflexão e Experiência” (POMBO; LEVY; GUIMARÃES, 1994). Apresentaremos algumas das definições selecionadas por Pombo, a partir dos sentidos que estamos propondo como eixo para a análise.

As definições em que a proposta é entendida como o trabalho de diferentes especialistas, sendo que as disciplinas guardam suas especificidades, seriam, de acordo com Pombo (1994, p. 92-97):

Interdisciplinaridade

Interação existente entre duas ou mais disciplinas. Esta interação pode ir desde a simples comunicação das ideias até à integração mútua dos conceitos directivos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da

investigação e do ensino correspondentes. Um grupo interdisciplinar compõe-se de pessoas que receberam formação nos diferentes domínios do conhecimento (disciplinas), tendo cada um conceitos, métodos, dados e temas próprios (*Berger*).

Interdisciplinaridade compósita

É uma das seis modalidades interdisciplinares propostas por Heckhausen. O que une disciplinas tão diversas é a necessidade imperiosa de encontrar soluções técnicas para a resolução de problemas que resistem às contingências históricas em constante evolução. As forças que a promovem residem nos grandes problemas que envolvem a dignidade e a sobrevivência do homem: luta contra a guerra, a fome, a delinquência, a poluição, etc.. A investigação sobre a manutenção da paz ou sobre o urbanismo são exemplos de interdisciplinaridades em elaboração (*Heckhausen*).

Cooperação de várias disciplinas científicas no exame de um mesmo e único objecto (*Marion*).

Interdisciplinaridade restritiva

É um dos três tipos de interdisciplinaridade que propõe Boisot. O campo da aplicação de cada disciplina posta em jogo por um objectivo definido está restringido pelas outras. Cada disciplina actua como restritiva das demais ao impor-lhes fins técnicos, económicos e humanos. Não há, no entanto, modificações estruturais das disciplinas contíguas. Por exemplo, num projecto de urbanismo, o psicólogo, o sociólogo, o especialista em transportes, o arquitecto, o economista... irão impor, cada qual, um número de restrições que, tomadas no seu conjunto, delimitarão a área de possibilidades dentro da qual pode situar-se o projecto (*Boisot*).

Este tipo de interdisciplinaridade parece corresponder à pluri ou multidisciplinaridade.

Multidisciplinaridade

Justaposição de disciplinas diversas, às vezes sem relação aparente entre elas (*Berger*).

Quando a solução de um problema requer a obtenção de informações de uma ou mais ciências ou sectores do conhecimento, sem que as disciplinas que são convocadas por aqueles que as utilizam sejam alteradas ou enriquecidas por isso (*Piaget*).

Conjunto de disciplinas justapostas sem nenhuma cooperação entre elas (*Jantsch*).

A multidisciplinaridade orienta-se para a interdisciplinaridade quando as relações de interdependência entre as disciplinas

emergem. Passa-se então do simples «intercâmbio de ideias» a uma cooperação e a uma certa compenetração das disciplinas (*Palmade*).

Pluridisciplinaridade

Justaposição de especialistas estranhos uns aos outros. Ponto de vista estritamente qualitativo e algo ingénuo. Consiste em reunir pessoas que nada têm em comum, cada qual falando sem escutar os outros aos quais nada tem a dizer e dos quais nada quer ouvir (*Gusdorf*).

Justaposição de disciplinas mais ao menos próximas nos seus campos de conhecimento (*Berger*).

Cooperação de carácter metodológico e instrumental entre disciplinas e que não implica uma integração conceptual interna (*Palmade*).

Colaboração em equipa de especialistas de diversas disciplinas (*Thom*).

Colocação face a face de diversas disciplinas visando à análise de um mesmo objecto e sem implicar a elaboração de uma síntese (*Resweber*).

Simples associação de disciplinas que concorrem para uma realização comum, mas sem que cada disciplina tenha que modificar sensivelmente a sua própria visão de coisas e os seus métodos próprios (*Delattre*).

Já as definições de interdisciplinaridade e termos afins como uma proposta de integração, de modo a formar novas disciplinas, ou promover um nível maior interação entre disciplinas, por exemplo, seriam:

Interdisciplinaridade

O prefixo "inter" não indica apenas uma pluralidade, uma justaposição; evoca também um espaço comum, um factor de coesão entre saberes diferentes. Os especialistas das diversas disciplinas devem estar animados de uma vontade comum e de uma boa vontade. Cada qual aceita esforçar-se fora do seu domínio próprio e da sua própria linguagem técnica para aventurar-se num domínio de que não é o proprietário exclusivo. A interdisciplinaridade supõe abertura de pensamento, curiosidade que se busca além de si mesmo (*Gusdorf*).

Princípio de organização que visa a coordenação dos temas, dos conceitos e das configurações disciplinares (*Jantsch*).

Intercâmbio mútuo e integração recíproca entre várias ciências. Esta cooperação tem como resultado um enriquecimento recíproco (*Piaget*).

Tentativa de elaboração de um formalismo suficientemente geral e preciso que permita exprimir na única linguagem dos conceitos, as preocupações e as contribuições de um número considerável de disciplinas que, de outro modo, permaneceriam acantonados nos seus dialectos respectivos (*Delattre*).

A interdisciplinaridade ultrapassa a pluridisciplinaridade porque vai mais longe na análise e confrontação das conclusões, porque procura a elaboração de uma síntese a nível de métodos, leis e aplicações, porque preconiza um regresso ao fundamento da disciplina, porque revela de que modo a identidade do objecto de estudo se complexifica através dos diferentes métodos das várias disciplinas e explicita a sua problematicidade e mútua relatividade (*Resweber*).

Interdisciplinaridade complementar

Relação entre várias disciplinas que tratam o mesmo assunto. Em geral não se alarga a toda a gama dos campos de estudo de disciplinas aparentadas mas antes tende a originar-se nas regiões fronteiriças de uma mesma disciplina (*Palmade*).

Interdisciplinaridade estrutural

É um dos três tipos de interdisciplinaridade que propõe Boisot. As interacções entre duas ou várias disciplinas levam à criação de um corpo de novas leis que formam a estrutura básica de uma disciplina original não redutível à reunião formal daquelas que lhes deram origem. Um exemplo típico é o do electromagnetismo que, não só compreende a electrostática e o magnetismo, mas possui leis próprias que asseguram a sua especificidade. A nova disciplina aparece como a combinação de duas disciplinas básicas e de uma área não incluída nelas; não é, portanto, a simples soma das disciplinas de origem (*Boisot*).

Interdisciplinaridade linear

É um dos três tipos de interdisciplinaridade que propõe Boisot. Uma lei de uma disciplina transfere-se para outra através de um processo de extensão. Quando, numa disciplina, um fenómeno não explicado pelas leis desta é explicado por uma lei tomada de outra, existe interdisciplinaridade linear. As leis criadas numa disciplina são assim aplicadas com êxito a outra disciplina. Por exemplo, a lei de Coulomb é aplicada na gravitação, na electrostática, no magnetismo, no fluxo económico entre cidades (*Boisot*).

Interdisciplinaridade unificadora

É uma das seis modalidades interdisciplinares propostas por Heckhausen. Procede de uma coerência cada vez mais estreita dos domínios do estudo das disciplinas, coerência essa que resulta de uma aproximação dos níveis respectivos de integração teórica e dos métodos correspondentes. É assim, por exemplo, que certos elementos e perspectivas da biologia se aproximaram do domínio de estudo da física para dar lugar à biofísica (*Heckhausen*).

Transdisciplinaridade

Desenvolvimento de uma axiomática comum a um conjunto de disciplinas (*Berger*).

E, finalmente, podemos encontrar também os sentidos de ruptura com o conhecimento disciplinar:

Interdisciplinaridade

Integração interna e conceptual que rompe a estrutura de cada disciplina para construir uma axiomática nova e comum a todas elas com o fim de dar uma visão unitária de um sector do saber (*Palmade*).

Integração global das várias ciências. À etapa das relações interdisciplinares sucede-se uma etapa superior, que seria a transdisciplinaridade que, não só atingiria as interacções ou reciprocidades entre investigações especializadas, mas também situaria estas relações no interior de um sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas. Tratar-se-ia de uma teoria geral de sistemas ou estruturas que incluiria estruturas operativas, estruturas regulatórias e sistemas probabilísticos e que uniria estas diversas possibilidades por meio de transformações reguladas e definidas (*Piaget*).

A transdisciplinaridade corresponde a «um grau último de coordenação susceptível de existir num sistema de educação e inovação». É uma etapa avançada relativamente à interdisciplinaridade (*Jantsch*).

A transdisciplinaridade evoca uma perspectiva de transcendência que se aventura para além dos limites do saber propriamente dito em direcção a uma unidade de natureza escatológica. Se cada disciplina propõe um caminho de aproximação ao saber, se cada aproximação revela um aspecto da verdade global, a transdisciplinaridade aponta para um objeto comum, situado além do horizonte da investigação epistemológico, nesse ponto imaginário em que todas as paralelas acabam por se encontrar (*Gusdorf*).

Transdisciplinaridade ampliada

Neste caso a transdisciplinaridade actua sobre várias disciplinas ou diz respeito a sectores importantes das ciências consideradas ou, ainda, as duas coisas verificam-se simultaneamente (*Palmade*).

Podemos observar, portanto, que o sentido de grupo de trabalho também é aqui tratado como multi- ou pluridisciplinaridade; e que o sentido de ruptura recebe principalmente o nome de transdisciplinaridade. Mas, como temos visto na literatura sobre o tema, o termo interdisciplinaridade pode designar qualquer um desses sentidos, além de que a terminologia é vasta e nem sempre convergente. Há mais de um termo

para um mesmo sentido (ex: interdisciplinaridade linear, unificadora, estrutural...), e um único termo pode possuir dois ou mais sentidos (ex: interdisciplinaridade como trabalho auxiliar às disciplinas, na perspectiva científica; e interdisciplinaridade como ruptura com a ciência). Mesmo após apresentação tão abrangente, Pombo nos deixa com a mesma falta de conceitos claros e fechados que temos encontrado nos demais pesquisadores que buscam definir a proposta.

Edgar Morin

Uma das principais fontes da interdisciplinaridade enquanto proposta de ruptura epistemológica é o trabalho do sociólogo e filósofo francês Edgar Morin. De acordo com Fazenda (2008), na coletânea “*Relier Les connaissances*” (1999) Morin coloca o desafio de enfrentar os problemas globais colocados pela sociedade em oposição a saberes “disciplinados”, “fragmentados” e “parcelados”.

[...] seu trabalho convida-nos ao desapego das falsas seguranças e a um lançar-se à aventura do sonho interdisciplinar onde o gosto do risco, a inquietude das novas descobertas, a renovação das fontes de inspiração, possam traduzir-se num projeto de uma humanidade mais feliz. (FAZENDA, 2008, p. 13).

Ao longo de suas obras, Morin elabora uma mordaz crítica às fronteiras que as disciplinas estariam impondo ao pensamento, alegando seu caráter disciplinador, restritivo e de censura:

A fronteira disciplinar, sua linguagem e seus conceitos próprios vão isolar a disciplina em relação às outras e aos problemas que se sobrepõem às disciplinas. O espírito hiperdisciplinar irá tornar-se um espírito de proprietário que impede toda incursão estrangeira na sua parcela do saber. Dizem que a origem da palavra disciplina designava um pequeno chicote que servia para a autoflagelação, permitindo a autocrítica; nesse sentido degradado, a disciplina torna-se um meio de flagelar aqueles que se aventuram nos domínios das ideias que os especialistas consideram como de sua propriedade.⁶⁷ (MORIN, 1994⁶⁸).

⁶⁷ La frontière disciplinaire, son langage et ses concepts propres vont isoler la discipline par rapport aux autres et par rapport aux problèmes qui chevauchent les disciplines. L'esprit hyperdisciplinaire va devenir un esprit de propriétaire qui interdit toute incursion étrangère dans sa parcelle de savoir. On sait qu'à l'origine le mot discipline désignait un petit fouet qui servait à s'auto-flageller, permettant donc l'autocritique ; dans son sens dégradé, la discipline devient un moyen de flageller celui qui s'aventure dans le domaine des idées que le spécialiste considère comme sa propriété.

⁶⁸ Texto publicado em site, sem número de páginas (<http://ciret-transdisciplinarity.org/bulletin/b2c2.php>).

Segundo Morin (1994), as disciplinas científicas possuem uma história: nascem, se institucionalizam, evoluem e declinam, assim como as universidades, as quais, por sua vez, estão inscritas na história da sociedade. Desse modo, as disciplinas dependeriam das sociologias das ciências e do conhecimento, de uma reflexão interna sobre elas mesmas, mas também de um conhecimento exterior: “Não é suficiente estar no interior de uma ciência para conhecer os problemas referentes a ela.”⁶⁹.

Morin considera que, apesar de a história oficial das ciências ser a da disciplinaridade, essa é inseparável da história da inter-, trans- e polidisciplinaridade, pois:

[...] a história das ciências não é somente a da constituição e proliferação das disciplinas, mas ao mesmo tempo aquela das rupturas das fronteiras disciplinares, das invasões de um problema de uma disciplina sobre uma outra, de circulação de conceitos, de formação de disciplinas híbridas que vão terminar por se tornar autônomas; enfim é também a história da formação de complexos onde diferentes disciplinas vão se agregar e aglutinar⁷⁰. (MORIN, 1994).

Morin diferencia a interdisciplinaridade da polidisciplinaridade (com um sentido aproximado àquele em que normalmente emprega-se o termo multidisciplinaridade) e da transdisciplinaridade. Ainda que aponte que há dificuldades em precisar essas definições:

Vamos rever os termos interdisciplinaridade ou multipolisciplinaridade e transdisciplinaridade, que não foram definidos porque são polissêmicos e pouco claros. Por exemplo, a interdisciplinaridade pode significar, simplesmente, que diferentes disciplinas estão na mesa, em uma reunião, como as nações se reúnem na ONU sem poder para fazer qualquer coisa, mas para se afirmar cada uma com seus próprios direitos nacionais e sua soberania contra as invasões de seus vizinhos. Mas interdisciplinaridade pode significar também a partilha e a cooperação, para que a interdisciplinaridade possa se tornar algo orgânico. A polidisciplinaridade é uma combinação de disciplinas em um projeto ou objeto que é comum, às vezes são chamadas disciplinas com técnicas especializadas para resolver um problema particular, ao contrário, por vezes estão em interação profunda para tentar conceber este objeto e este projeto, como no exemplo da evolução humana. Quanto à

⁶⁹ Il ne suffit donc pas d'être à l'intérieur d'une discipline pour connaître tous les problèmes afférents à celle-ci.

⁷⁰ [...] l'histoire des sciences n'est pas seulement celle de la constitution et de la prolifération des disciplines, mais en même temps celle de ruptures des frontières disciplinaires, d'empiétements d'un problème d'une discipline sur une autre, de circulation de concepts, de formation de disciplines hybrides qui vont finir par s'autonomiser ; enfin c'est aussi l'histoire de la formation de complexes où différentes disciplines vont s'agréger en s'agglutiner.

transdisciplinaridade, ela é, muitas vezes, esquemas cognitivos que podem atravessar as disciplinas, às vezes com uma virulência tal que as coloca em um transe. Na verdade, estas são as complexas inter, poli e transdisciplinaridade, que estavam operando e que desempenharam um papel na história frutífera da ciência, devemos lembrar os principais conceitos envolvidos na mesma, isto é, a cooperação e, mais, a articulação, um objeto melhor e comum, um projeto conjunto⁷¹. (MORIN, 1994).

Podemos perceber que as definições de Morin se aproximam das usualmente aceitas, em que pese o destaque que atribui a este tipo de trabalho em oposição ao trabalho disciplinar, considerado limitado. Contudo, Morin reconhece que a multiplicidade de aspectos envolvidos em qualquer objeto empírico impossibilitaria a tomada do todo como objeto de estudo.

Por exemplo, a noção de homem encontra-se parcelada entre diferentes disciplinas biológicas e todas as disciplinas das ciências humanas: a psique é estudada de um lado, o cérebro de outro lado, o organismo de um terceiro, os genes, a cultura etc.: são efetivamente múltiplos aspectos de uma realidade complexa, mas que só fazem sentido se estiverem ligados a esta realidade em vez de ignorá-la. Não se pode acreditar em uma ciência unitária do homem, que dissolva a multiplicidade complexa do que é humano⁷². (MORIN, 1994).

Mas defende que não se pode perder de vista essa unidade:

O importante é não se esquecer que o homem existe e não é uma ilusão ingênua dos humanistas pré-científicos. Senão chegaremos a um resultado absurdo (que de fato já se chegou em certos setores das ciências humanas onde a inexistência do homem foi decretada desde

⁷¹ Revenons sur les termes d'interdisciplinarité, de multi- ou polydisciplinarité et de trans-disciplinarité qui n'ont pas été définis parce qu'ils sont polysémiques et flous. Par exemple, l'interdisciplinarité peut signifier purement et simplement que différentes disciplines se mettent à une même table, à une même assemblée, comme les différentes nations se rassemblent à l'ONU sans pouvoir faire autre chose que d'affirmer chacune ses propres droits nationaux et ses propres souverainetés par rapport aux empiètements du voisin. Mais inter-disciplinarité peut vouloir dire aussi échange et coopération, ce qui fait que l'interdisciplinarité peut devenir quelque chose d'organique. La polydisciplinarité constitue une association de disciplines en vertu d'un projet ou d'un objet qui leur est commun; tantôt les disciplines y sont appelées comme techniciennes spécialistes pour résoudre tel ou tel problème tantôt au contraire elles sont en profonde interaction pour essayer de concevoir cet objet et ce projet, comme dans l'exemple de l'humanisation. En ce qui concerne la transdisciplinarité, il s'agit souvent de schèmes cognitifs qui peuvent traverser les disciplines, parfois avec une virulence telle qu'elle les met en transes. En fait, ce sont des complexes d'inter, de poly, et de transdisciplinarité qui ont opéré et qui ont joué un rôle fécond dans l'histoire des sciences; il faut retenir les notions clés qui y sont impliquées, c'est-à-dire coopération, et mieux, articulation, objet commun et mieux, projet commun

⁷² Par exemple, la notion d'homme se trouve morcelée entre différentes disciplines biologiques et toutes les disciplines des sciences humaines: le psychisme est étudié d'un côté, le cerveau d'un autre côté, l'organisme d'un troisième, les gènes, la culture etc.: il s'agit effectivement d'aspects multiples d'une réalité complexe, mais qui ne prennent sens que s'ils sont reliés à cette réalité au lieu de l'ignorer. On ne peut certes créer une science unitaire de l'homme, qui elle-même dissoudrait la multiplicité complexe de ce qui est humain.

que este bípede não se enquadrou nas categorias disciplinares)⁷³. (MORIN, 1994).

É fundamental valorizar o contexto em que se inserem os objetos de cada uma das disciplinas, mas o objetivo da divisão da produção do conhecimento não é negar a existência de múltiplas relações entre os objetos a serem analisados e nem a unidade que os envolve. Ora, se alguma disciplina assim o faz, trata-se de um problema pontual a ser corrigido e não uma demanda de que se decrete o fim das disciplinas a fim de revalorizar a inserção dos objetos estudados em um contexto maior.

Para melhor compreender os questionamentos que Morin faz à produção de conhecimento pelas disciplinas científicas, podemos recorrer a seu trabalho “Ciência com Consciência”, em que procura dividir aspectos “bons” e “maus” da ciência. Entre estes últimos, enumera (MORIN, 2005, p. 16-18):

- 1) A divisão das disciplinas não traz apenas “a contribuição das partes especializadas para a coerência de um todo organizador”, mas também o que Morin chama de inconvenientes da superespecialização: “enclausuramento ou fragmentação do saber”.
- 2) O grande desligamento entre as ciências naturais e as ditas ciências do homem.
- 3) As ciências antropossociais teriam os “vícios da especialização sem nenhuma de suas vantagens”. Para Morin, isso quer dizer que “Os conceitos molares de homem, de indivíduo, de sociedade, que perpassam várias disciplinas, são de fato triturados ou dilacerados entre elas, sem poder ser reconstituídos pelas tentativas interdisciplinares”.
- 4) A fragmentação do saber científico teria como consequência a tendência para o anonimato. O saber deixaria de ser pensado e refletido por seres humanos para ser “acumulado em bancos de dados”, e posteriormente “computado por instâncias manipuladoras”, como o Estado.

⁷³ L'important est de ne pas oublier que l'homme existe et n'est pas une illusion "naïve" d'humanistes pré-scientifiques. On arriverait sinon à une absurdité (en fait on y est déjà arrivé dans certains secteurs des sciences humaines où l'inexistence de l'homme a été décrétée puisque ce bipède n'entre pas dans les catégories disciplinares).

- 5) Os cientistas produzem poder, mas não serão eles que o exercerão e, sim, os níveis políticos e econômicos.

Ou seja, temos aqui uma visão de ciência que elabora a divisão em disciplinas como “má”, desconsiderando os aspectos inerentes à própria ciência que levaram às divisões: os de cunho epistemológico, tal como a impossibilidade de compreender, simultaneamente, as particularidades do mundo natural e social, pelo mesmo pesquisador.

Mais adiante, na mesma obra, Morin apresenta uma defesa da transdisciplinaridade, uma vez que a interdisciplinaridade apresentaria um problema: ao buscar atender às demandas por maior integração de conhecimentos tão isolados e fragmentados, as disciplinas teriam realizado algumas trocas, entretanto “[...] a interdisciplinaridade controla tanto as disciplinas como a ONU controla as nações.” (2005, p. 135), na visão de Morin. De modo que, em vez de dissolver as fronteiras estabelecidas, a interdisciplinaridade teria como consequência reforçá-las. Ele defende que a história da ciência desde o século XVII não é apenas disciplinar, mas também transdisciplinar, referindo-se a uma “unidade de método” que perpassa todas as disciplinas, que têm alguns postulados em comum: “[...] o postulado da objetividade, a eliminação da questão do sujeito, a utilização das matemáticas como uma linguagem e um modo de explicação comum, a procura da formalização etc..” (MORIN, 2005, p. 135). Aponta também que, em seu desenvolvimento histórico, a “[...] ciência é percorrida por grandes unificações transdisciplinares marcadas com os nomes de Newton, Maxwell, Einstein, o resplendor de filosofias subjacentes (empirismo, positivismo, pragmatismo) ou de imperialismos teóricos (marxismo, freudismo).” (MORIN, 2005, p. 136).

Morin identifica os princípios/paradigmas que orientam o pensamento científico como um problema para o trabalho transdisciplinar, pois teriam sido elaborados para a ciência do século XVIII ao final do século XIX. Um deles seria o princípio da separação/redução, que estabeleceu a distinção entre sujeito e objeto, e que leva a uma diferenciação de realidades inseparáveis, segundo Morin, e as reduz, da mais complexa a menos complexa.

Precisamos, portanto, para promover uma nova transdisciplinaridade, de um paradigma que, decerto, permite distinguir, separar, opor, e, portanto, dividir relativamente esses domínios científicos, mas que possa fazê-los se comunicarem sem operar a redução. O paradigma que denomino simplificação (redução/separação) é insuficiente e mutilante. É preciso um paradigma de complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais. (MORIN, 2005, p. 138).

Podemos observar nesse trecho o chamado de Morin para a complexidade, proposta que, como já vimos, é frequentemente associada à interdisciplinaridade. Para ele, um dos sentidos dessa complexidade é aquele que busca escapar não da “incompletude”, mas, sim, à “mutilação”.

Por exemplo, se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. (MORIN, 2005, p. 176-177).

Dessa forma, a complexidade vai reivindicar a dissolução das fronteiras e demarcações definidas pelas disciplinas. Morin vai sugerir, inclusive, que os conceitos claros e fechados estão em crise, pois estariam em desacordo com a ideia de complexidade. Esta romperia com “[...] a grande idéia cartesiana de que a clareza e a distinção das idéias são um sinal de verdade; ou seja, que não pode haver uma verdade impossível de ser expressa de modo claro e nítido.” (2005, p. 183), defende Morin. E, conseqüentemente, tornar-se-ia difícil também, neste caso, a distinção entre ciência e não-ciência.

Assim, podemos apreender da problemática exposta por Morin e de suas definições para poli-, inter- e transdisciplinaridade um sentido de ruptura com os saberes constituídos, pois há a implicação de várias proposições incompatíveis com a ciência, cuja crítica mais profunda faremos à frente. Por hora, cabe marcar que Morin não escapa tampouco das críticas em relação à execução de sua proposta transdisciplinar. Em artigo de 1999, o professor de Ciências Econômicas e Sociais Philippe Guillot crítica o fato de que Morin, como presidente do conselho científico que

analisaria reformas nos liceus franceses para o século XXI, ignorou em seu relatório os aspectos econômicos e sociais. Guillot (1999) acreditava, no momento em que escreveu sua crítica, que as Ciências Econômicas e Sociais não se encontravam bem contempladas pelas mudanças feitas sob a rubrica da transdisciplinaridade. Estas lacunas das pesquisas que se propõem com a perspectiva englobante tanto da interquanto da transdisciplinaridade são bastante comuns e nos indicam a dificuldade de operacionalização da proposta.

Basarab Nicolescu

O físico teórico romeno Basarab Nicolescu trabalha desde 1995 na defesa da unidade do conhecimento, por ele denominada como transdisciplinar. Foi o criador do Cîret, Centro Internacional de Pesquisas e Estudos Transdisciplinares, fundado na França em 1987. Entre suas preocupações, estão as articulações entre artes, ciências e tradições. Nicolescu assina ao lado de Lima de Freitas e Edgar Morin a “Carta da Transdisciplinaridade” (1994), editada no Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, realizado no Convento da Arrábida, em Portugal, de 2 a 7 de novembro de 1994. A Carta seria “[...] um conjunto de princípios fundamentais da comunidade dos espíritos transdisciplinares [...]”, tendo em vista que “[...] a proliferação atual das disciplinas acadêmicas e não-acadêmicas conduz a um crescimento exponencial do saber, o que torna impossível uma visão global do ser humano [...]. Dessa forma, “[...] o crescimento dos saberes, sem precedente na história, aumenta a desigualdade entre os que os possuem e os que deles estão desprovidos, gerando assim uma desigualdade crescente no seio dos povos e entre as nações do nosso planeta [...]” (FREITAS, MORIN & NICOLESCU, 1994, p. 1). Ou seja, a carta é um compromisso firmado entre os defensores da transdisciplinaridade como uma resposta política à desigualdade, cuja causa é relacionada à produção crescente de conhecimentos. A instância política toma a frente das questões epistemológicas e é tomada como base para uma nova forma de produção de ciência.

De acordo com Klein, a proposta de Nicolescu envolve um novo tipo de transdisciplinaridade:

No Manifesto, e no ensaio "New Vision of the World", Nicolescu identificou três pilares da transdisciplinaridade: complexidade, vários níveis de realidade e a lógica do terceiro incluído. Em contraste com a realidade unidimensional do pensamento clássico, a

transdisciplinaridade reconhece a multidimensionalidade. A lógica do terceiro incluído é capaz de descrever a coerência entre os diferentes níveis de realidade, induzindo uma estrutura aberta da unidade. A visão transdisciplinar, que substitui a redução por um novo princípio de relatividade, é transcultural, transnacional, e engloba ética, espiritualidade e criatividade. Não é uma nova disciplina ou superdisciplina. Nicolescu a chama de a ciência e a arte de descobrir pontes entre as diferentes áreas do conhecimento e diferentes seres⁷⁴. (KLEIN, 2004, p. 516).

Mas nos artigos da “Carta da Transdisciplinaridade”, de Nicolescu, Freitas e Morin (1994), podemos perceber uma inconsistência: não está explicitado como tornar operacional este tipo de abordagem proposta, definindo a transdisciplinaridade como complementar à abordagem disciplinar, ao mesmo tempo em que deve ser trabalhada através e além das disciplinas, portanto recusando-as e, portanto, propondo suplantar o conhecimento científico:

Artigo 3

A transdisciplinaridade é complementar à abordagem disciplinar; ela faz emergir novos dados a partir da confrontação das disciplinas que os articulam entre si; oferece-nos uma nova visão da natureza da realidade. A transdisciplinaridade não procura a mestria de várias disciplinas, mas *a abertura de todas as disciplinas ao que as une e as ultrapassa*.

Artigo 4

A pedra angular da transdisciplinaridade reside na unificação semântica e operativa das acepções *através e além das disciplinas*. Ela pressupõe uma racionalidade aberta a um novo olhar sobre a relatividade das noções de "definição" e de "objetividade". O formalismo excessivo, a rigidez das definições e a absolutização da objetividade, incluindo-se a exclusão do sujeito, conduzem ao empobrecimento. (FREITAS, MORIN & NICOLESCU, 1994, p. 2, grifos nossos).

O *como* operar esse “através” e “além” não está claramente apresentado. E de todo modo seria difícil que estivesse, uma vez que seria complicado definir especificamente uma proposta de trabalho que ao negar o papel das disciplinas na

⁷⁴ In the Manifesto, and the essay “New Vision of the World”, Nicolescu identified three pillars of transdisciplinarity: complexity, multiple levels of reality, and the logic of the included middle. In contrast to the one-dimensional reality of classical thought, transdisciplinarity acknowledges multidimensionality. The logic of the included middle is capable of describing coherence among different levels of reality, inducing an open structure of unity. Transdisciplinary vision, which replaces reduction with a new principle of relativity, is transcultural, transnational, and encompasses ethics, spirituality, and creativity. It is not a new discipline or superdiscipline. Nicolescu calls it the science and art of discovering bridges between different areas of knowledge and different beings.

produção de conhecimento, usa como referência na apresentação de sua forma de trabalho justamente as disciplinas. E ao citá-las como complementares à transdisciplinaridade, contraditoriamente, as negam por atribuir-lhes características que compõem uma visão mal informada do trabalho científico, enfatizando propostas bastante difundidas do pensamento transdisciplinar: a relação com a abertura, a ruptura de fronteiras e a ideia de liberdade como contrapostas às disciplinas.

Artigo 5

A visão transdisciplinar é completamente aberta, pois, ela ultrapassa o domínio das ciências exatas pelo seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência interior. (FREITAS, MORIN & NICOLESCU, 1994, p. 2).

Artigo 14

Rigor, abertura e tolerância são as características fundamentais da visão transdisciplinar. O rigor da argumentação que leva em conta todos os dados é o agente protetor contra todos os possíveis desvios. A abertura pressupõe a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito a idéias e verdades diferentes das nossas. (FREITAS, MORIN & NICOLESCU, 1994, p. 4).

Os autores tentam, também, marcar as diferenças da perspectiva transdisciplinar em relação a outras abordagens:

Artigo 6

Em relação à interdisciplinaridade e à multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade é multirreferencial e multidimensional. Leva em consideração, simultaneamente, as concepções do tempo e da história. A transdisciplinaridade não exclui a existência de um horizonte transistórico (FREITAS, MORIN & NICOLESCU, 1994, p. 2).

Mas deixam em aberto o que seria propriamente a transdisciplinaridade, se furtando de uma definição clara a respeito.

Artigo 7

As transdisciplinaridade não constitui nem uma nova religião, nem uma nova filosofia, nem uma nova metafísica, nem uma ciência da ciência. (FREITAS, MORIN & NICOLESCU, 1994, p. 3).

Ora, a definição negativa de transdisciplinaridade apenas escamoteia o problema principal: que tipo de conhecimento é este que pretende substituir a ciência. Portanto,

temos aqui uma clara oposição ao conhecimento científico, constituindo-se uma proposta de ruptura.

Immanuel Wallerstein

Em 1993, foi criada a Comissão Gulbenkian para reestruturação das ciências sociais, cujo presidente era o professor Immanuel Wallerstein. O trabalho de dois anos da Comissão resultou na publicação de “Para abrir as ciências sociais – relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais” (1996), sob a coordenação de Wallerstein. O relatório apresentou dois pontos principais: a divisão interna das ciências sociais em múltiplas disciplinas seria resultado de decisões institucionais e aspectos históricos; e a proposta de se reestruturar as ciências sociais tendo em vista a fragilidade das fronteiras disciplinares.

De acordo com o relatório, entre 1850 e 1945, uma série de disciplinas se formaram dentro das chamadas ciências sociais. A formação dessas disciplinas teria se iniciado por meio da constituição de cátedras nas universidades, posteriormente transformadas em departamentos, os quais ofereciam cursos e títulos com o nome dessas disciplinas. E a essa institucionalização do ensino se seguiu a da pesquisa, com o estabelecimento de publicações e associações específicas para cada uma delas. Em 1945, as disciplinas que constituem as ciências sociais estavam institucionalizadas na maioria das principais universidades do mundo. As ciências sociais nomotéticas (economia, sociologia, ciência política) afirmavam sua especificidade, por meio de seu engajamento na formulação de leis gerais do comportamento humano, da necessidade de fragmentar a realidade para fins analíticos, de métodos científicos – formulação de hipóteses derivadas de teorias, para serem comprovadas por dados da realidade obtidos com métodos estritamente científicos e preferencialmente quantitativos e etc.. Assim, uma vez estabelecidas as diferenças em relação à história, uma ciência ideográfica, esses cientistas partiram para estabelecer as distinções entre si, a partir da definição de objetos de estudo e metodologias próprios (WALLERSTEIN et al, 2006).

Em texto posterior, Wallerstein (2004) reafirma que as disciplinas não são apenas construtos intelectuais, elas têm também um aspecto organizacional, pois desde o século XIX as universidades estão divididas em faculdades (superdisciplinas) e departamentos (disciplinas). E estes departamentos, formados por professores e alunos

afiliados, definiriam as regras das disciplinas. Ele distingue dois tipos de interdisciplinaridade, uma intelectual e outra organizacional, sendo “que a frequência mais baixa da última serve como uma limitação material para a primeira⁷⁵” (WALLERSTEIN, 2004, p. 23).

Além disso, em seu entender, as disciplinas também formam “comunidades culturais”, em que os pesquisadores recebem formação intelectual que tende a induzir tipos específicos de pesquisa, métodos e leituras compartilhadas e que devido à limitação intrínseca do tempo, tendem a desenvolver diferenças culturais em relação a outros pesquisadores. Devido a essa natureza de construto intelectual, ou de recipiente organizacional (*organizational container*), ou de comunidade cultural das disciplinas, Wallerstein aponta duas consequências que ele considera óbvias. A primeira delas se dá pelo fato de que as disciplinas descrevem a visão da maioria das pessoas envolvidas e não da totalidade de seus praticantes. A segunda está relacionada justamente com essas três características das disciplinas supracitadas, cuja correlação não é perfeita e pode levar a divergências. Este seria o ponto mais importante e que vem acontecendo especialmente a partir dos anos 60, na visão de Wallerstein.

As distinções intelectuais das disciplinas têm, em muitos aspectos, se tornado turvas (em relação ao que eram antes), enquanto que os recipientes organizacionais têm sido relativamente resistentes à redefinição. Quanto às comunidades culturais, elas são, na maior parte, subconscientes e estão sentindo fortemente o impacto da divergência entre as construções intelectuais e os recipientes organizacionais⁷⁶. (WALLERSTEIN, 2004, p. 23).

Ele retoma que há outra questão importante discutida no relatório da Comissão Gulbenkian em relação à construção dessas disciplinas e, conseqüentemente, de seus recipientes organizacionais: elas foram definidas por pesquisadores de cinco países (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos)⁷⁷ e, ao menos até a década

⁷⁵ [...] that the lower frequency of the latter serves as a material constraint on the former.

⁷⁶ The intellectual distinctions of the disciplines have in many ways gotten blurred (as compared to what they were before), whereas the organizational containers have been relatively resistant to redefinition. As for the cultural communities, they are for the most part subconscious and they are feeling strongly the impact of the divergence between the intellectual constructs and the organizational containers.

⁷⁷ De acordo com “Para abrir as ciências sociais – relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais”, este é um aspecto da institucionalização da ciência social que é importante destacar, pois esse processo se desenrola justamente no momento em que a Europa confirmava seu domínio sobre o restante do mundo. A justificativa para esse domínio era realizada por meio da comparação entre civilizações e não em nível dos estados soberanos que impunham seu poderio imperial

de 1950, pensadas a partir de uma visão de mundo que antevia duas categorias: o mundo “moderno” (industrializado, racional, urbanizado...) e o “resto” do mundo (tradicional, menos racional, rural...). Segundo Wallerstein, cada uma das arenas em que o mundo estava dividido elegeu algumas disciplinas para lidarem com seus problemas. Mas, após as mudanças geopolíticas ocorridas depois de 1945, esses construtos intelectuais e seus recipientes organizacionais passam a ser questionados, assim como surgem novas comunidades culturais.

De acordo com o relatório da Comissão Gulbenkian, três são os processos que provocam essas alterações quanto às disciplinas: as mudanças geopolíticas pós-segunda guerra, com o poderio dos Estados Unidos em oposição à União Soviética; o crescimento da população e da capacidade produtiva mundiais sem precedentes; e a expansão do sistema universitário por todo o mundo. A ascendência econômica dos Estados Unidos vai influenciar as prioridades da pesquisa social, que serão em grande parte definidas por instituições norte-americanas. Pelo mesmo motivo, os pressupostos de supremacia europeia que orientavam a pesquisa caem por terra, tendo em vista a afirmação política dos povos não-europeus. Também se complexifica a história das ciências sociais nos anos posteriores, especialmente pela crescente expansão que se verifica no mundo acadêmico, com mais universidades, professores, publicações e alunos.

A expansão desenfreada dos sistemas universitários no mundo inteiro teve uma implicação organizacional muito concreta: criou uma pressão social pelo aumento da especialização devido simplesmente ao feito de que os estudiosos buscavam nichos que pudessem definir sua originalidade ou pelo menos sua utilidade social. O efeito mais imediato consistiu em estimular as invasões recíprocas de cientistas sociais aos campos disciplinares vizinhos, ignorando neste processo as várias legitimações que cada uma das ciências sociais havia erigido para justificar suas especificidades como reinos reservados. E a expansão econômica alimentou essa especialização proporcionando os recursos que a tornaram possível⁷⁸. (WALLERSTEIN et al, 2006, p. 38).

sobre as colônias. Assim, teorias como a evolucionista foram utilizadas para dar legitimidade científica para a supremacia europeia, de acordo com o relatório (WALLERSTEIN et al, 2006).

⁷⁸ La expansión desenfreada de los sistemas universitarios en el mundo entero tuvo una implicación organizacional muy concreta: creó una presión social por el aumento de la especialización debido simplemente al hecho de que los estudiosos buscaban nichos que pudieran definir su originalidad o por lo menos su utilidad social. El efecto más inmediato consistió en estimular las intrusiones recíprocas de científicos sociales en campos disciplinarios vecinos, ignorando en este proceso las varias legitimaciones que cada una de las ciencias sociales había erigido para justificar sus especificidades como reinos

Justamente por essa expansão, as grandes potências, incentivadas pela Guerra Fria, investiram em pesquisa, e as ciências sociais receberam parte desses recursos. Sendo que o principal financiador era os Estados Unidos. Uma das consequências dessas mudanças observadas por Wallerstein (et al, 2006) é o questionamento das distinções entre as disciplinas. Se antes as divisões estavam bem fundamentadas, entre história e ciências sociais nomotéticas ou estudos do mundo civilizado/moderno e do mundo não moderno, no período pós-45 essas distinções já não são tão claras. Evidência disto são os estudos de área, surgidos nos Estados Unidos, que eram caracterizados pelo trabalho multidisciplinar das ciências sociais, humanidades e eventualmente ciências naturais para investigar uma determinada área geográfica de interesse político. Assim, acredita-se que a “artificialidade” das divisões disciplinares das ciências sociais viria à tona.

Outra divisão questionada foi a estabelecida entre o mundo ocidental civilizado e os outros povos, antes de interesse apenas dos antropólogos com suas etnografias. A discussão levou a uma concepção de que a modernidade seria um caminho para todos os povos, mas que foi atingido antes pelos países ocidentais dominantes. O que desemboca na preocupação crescente com o “desenvolvimento” dos que se encontravam em situação de atraso:

Do ponto de vista organizacional, a preocupação com a modernização/desenvolvimento tendeu a agrupar as múltiplas ciências sociais em projetos comuns e em uma posição comum frente às autoridades públicas. O compromisso político dos estados com o desenvolvimento passou a ser uma das grandes justificativas para investir fundos públicos nas investigações das ciências sociais⁷⁹. (WALLERSTEIN et al, 2006, p. 44-45).

Neste contexto, foram ocorrendo superposições entre as disciplinas que teriam culminado em duas consequências apontadas pelo relatório da Comissão: tornou-se mais difícil marcar as linhas divisórias entre as disciplinas; sendo que cada uma delas adquiriu um caráter mais heterogêneo, em função do alargamento dos limites dos objetos de estudo aceitos no interior de cada uma delas. O que levou ao questionamento

reservados. Y la expansión económica alimentó esa especialización proporcionando los recursos que la hicieron posible.

⁷⁹ Desde el punto de vista organizacional, la preocupación por la modernización/ desarrollo tendió a agrupar a las múltiples ciencias sociales en proyectos comunes y en una posición común frente a las autoridades públicas. El compromiso político de los estados con el desarrollo pasó a ser una de las grandes justificaciones para invertir fondos públicos en la investigación de las ciencias sociales.

dos fundamentos que estabeleceram as divisões e à criação de “novos nomes ‘interdisciplinares’, como, por exemplo, estudos da comunicação, ciências administrativas e ciências do comportamento⁸⁰” (WALLERSTEIN et al, 2006, p. 52), de modo a lidar com a situação. A ênfase multidisciplinar conquistou adeptos que viam na proposta uma maneira de flexibilizar as disciplinas, num movimento que deveria ser incentivado. Outros acreditam que a concessão da interdisciplinaridade apenas resgatava a legitimidade das divisões disciplinares, por isso, defendiam uma reconstrução mais radical para superar a “confusão intelectual” que percebiam. Independente do juízo feito, a consequência sobre a organização das disciplinas é que, se de 1850 a 1945 o número de termos para designar a atividade das ciências sociais diminuiu, depois de 45 novos termos teriam surgido buscando suas bases institucionais nas universidades (WALLERSTEIN et al, 2006).

Wallerstein (2004) adiciona, ainda, um outro elemento a este quadro: o crescente custo dos trabalhos de pesquisa, o que leva a interferências externas à universidade quanto a como empregar esses recursos.

Uma maneira de definir a situação atual do ensino superior em todo o mundo é vê-lo como uma corrida, no século XXI, entre os administradores e os estudiosos a respeito de quem terá mais a dizer na reestruturação intelectual dos sistemas de conhecimento que foram construídos essencialmente no século XIX⁸¹. (WALLERSTEIN, 2004, p. 24).

Um outro aspecto que merece atenção, segundo Wallerstein, diz respeito ao poder que as universidades têm em relação à produção de conhecimento, uma vez que elas não foram sempre os principais recipientes organizacionais e nem deveriam ser. E o modo de funcionamento das universidades seria uma das causas pelas quais muitos pesquisadores estariam optando por deixá-las em direção a outros centros de estudos e pesquisas, de acordo com ele.

Tal mudança pode enfraquecer enormemente os recipientes organizacionais e aumentar a liberdade de se fazer novas construções intelectuais (ou refazer as mais antigas), ou até mesmo fazer das

⁸⁰ [...] nuevos nombres "interdisciplinarios", como, por ejemplo, estudios de la comunicación, ciencias administrativas y ciencias del comportamiento.

⁸¹ One way to define the present situation in higher education worldwide is to see it as a race in the twenty-first century between the administrators and the scholars as to who will have the larger say in the intellectual restructuring of the systems of knowledge that were constructed essentially in the nineteenth century.

comunidades culturais a filiação emocional mais importante. Estamos a nos mover mais rapidamente e mais radicalmente nesse sentido, é bastante incerto quais as consequências. Mas certamente seria improvável deixar as atuais estruturas em grande parte no lugar⁸². (WALLERSTEIN, 2004, p. 25).

Soa contraditória a colocação de Wallerstein sobre uma disputa entre administradores e acadêmicos em relação às decisões quanto à pesquisa ao mesmo tempo em que defende novas estruturas que não a universidade. Ele valoriza as mudanças institucionais nas universidades e, contraditoriamente, denuncia que as autoridades públicas não querem deixar os sistemas de conhecimento nas mãos dos acadêmicos, cuja consequência não seria positiva:

Eles têm demonstrado uma tendência crescente para inserir seu controle sobre recursos financeiros e utilizá-lo a fim de alterar os sistemas de conhecimento, para "racionalizá-los". Claro que, para as autoridades públicas, racionalização muitas vezes significa o controle principalmente de custos, que pode não ser útil em termos de reestruturação dos sistemas de conhecimento que nos permitam compreender a realidade social mais profundamente, de modo mais eficaz, mais útil⁸³. (WALLERSTEIN, 2004, p. 24).

Ou seja, se as autoridades públicas não têm legitimidade para decidir os rumos das pesquisas e produção de conhecimento em relação às universidades, Wallerstein não deixa claro por que os institutos e entidades privados teriam e qual seria a vantagem dessa nova ordem em relação à estrutura organizacional das universidades.

O relatório da Comissão Gulbenkian também marca o caráter histórico e precível de que seriam vítimas as disciplinas. Todas elas, quer sejam sociais, humanas ou naturais, ao buscar a universalidade de suas proposições esbarrariam no fato de que essas afirmações são concebidas em um sistema social determinado, o que limitaria a abrangência de cada uma delas. Sendo que as ciências sociais sofreriam ainda mais essas limitações uma vez que a natureza de seu objeto é especial: as pessoas

⁸² Such a shift may weaken enormously the organizational containers and increase the freedom to make new intellectual constructs (or remake old ones), or even make the cultural communities the most important emotional affiliation. Were we to move more swiftly and more radically in this direction, it is quite unsure what would be the consequences. But it would certainly be unlikely to leave the present structures largely in place.

⁸³ They have shown an increasing tendency to intrude their control of financial resources and use it in order to change the systems of knowledge, to "rationalize" them. Of course, for public authorities, rationalization often means primarily cost control, which may not be useful in terms of restructuring the systems of knowledge to enable us to understand social reality more thoroughly, more effectively, more usefully.

investigadas podem dialogar com os pesquisadores. Assim, as críticas quanto à circunscrição geográfica e institucional das disciplinas levantaram um debate não só epistemológico, mas também político. Para muitos, os dois desafios não poderiam ser separados:

O desafio político se referia ao recrutamento de pessoal (estudantes e professores) dentro das estruturas universitárias (e estava unido a um desafio similar no mundo político – mais amplo). Se sustentava que havia grupos de todas as classes “esquecidos” pelas ciências sociais – as mulheres, os povos não ocidentais em geral, grupos de “minorias” dentro dos países ocidentais, e outros grupos historicamente definidos como marginais no político e no social⁸⁴. (WALLESTEIN e al, 2006, p. 59-60).

Deste modo teria se configurado a demanda para “abrir as ciências sociais”, afim de livrá-las dos preconceitos e modos de raciocínio que não se encontrariam justificados nem teórica nem empiricamente. Percebe-se, portanto, o declarado deslocamento da questão epistemológica para o debate político, atribuindo a toda a produção da ciência a pecha de preconceituosa e parcial, a despeito de que esta mesma afirmação tem muito de juízo de valor, e não de evidenciação teórica e empírica. A saída proposta para escapar à determinação histórica e geográfica da pesquisa não é discutida epistemologicamente, e sim na instância política. Ora, não é esta também uma alternativa determinada historicamente? E, logo, uma substituição de algo que se julga inadequado por outra coisa muito semelhante?

No relatório, o processo de formação das disciplinas é descrito apenas pelos aspectos institucionais, ou seja, como “[...] a ciência social foi historicamente construída como uma forma de conhecimento e por que se dividiu em um conjunto específico de disciplinas relativamente padrão em um processo que ocorreu entre o fim do século XVII e 1945⁸⁵.” (WALLERSTEIN e al, 2006, p. 102). São negadas as discussões epistemológicas e as razões científicas para a constituição de diferentes especialidades. Além disso, a intenção também é enfatizar que processos ocorridos no mundo depois de 1945, “[...] colocaram questões acerca dessa divisão do trabalho intelectual e por isso

⁸⁴ El desafío político se refería al reclutamiento del personal (estudiantes y profesores) dentro de las estructuras universitarias (e iba unido a un desafío similar en el mundo político -más amplio). Se sostenía que había grupos de todas las clases "olvidados" por las ciencias sociales -las mujeres, los pueblos no occidentales en general. grupos de "minorías" dentro de los países occidentales, y otros grupos históricamente definidos como marginales en lo político y en lo social.

⁸⁵ [...] la ciencia social fue históricamente construida como una forma de conocimiento y por qué se dividió en un conjunto específico de disciplinas relativamente estándar en un proceso que tuvo lugar entre fines del siglo XVII y 1945.

reabriram os problemas da estruturação organizacional instaurada no período anterior⁸⁶” (WALLERSTEIN e al, 2006, p. 102). A proposta da direção a seguir, entretanto, não se apresenta definida, esclarece Wallerstein (et al, 2006, p. 102): “[...] não temos nenhuma fórmula simples e clara, a não ser principalmente um conjunto de propostas tentativas que em nossa opinião vão na direção correta⁸⁷”. Mas o relatório, apesar da ênfase no enfraquecimento das fronteiras entre as disciplinas, não chega a recusá-las explicitamente:

Certamente não propomos abolir a ideia da divisão do trabalho dentro das ciências sociais e cremos que estas podem seguir adotando a forma de disciplinas. As disciplinas cumprem uma função, a função de disciplinar as mentes e canalizar a energia dos estudiosos⁸⁸. (WALLERSTEIN et al, 2006, p. 102-103).

A sociologia, a história ou a economia não são exclusivas dos sociólogos, historiadores ou economistas, de acordo com o relatório. Cada um desses especialistas deveria levar em conta em suas análises as diferentes instâncias: “Em resumo, não acreditamos que existam monopólios da sabedoria nem zonas de conhecimento reservadas a pessoas com determinado título universitário.⁸⁹”. Ou seja, o relatório desconsidera que a divisão da produção de conhecimento em disciplinas não demarca fronteiras territoriais de exclusividade, apenas propõem objetos em que um determinado modo especializado de análise possa ter maior poder explicativo.

O relatório sugere tanto o trabalho interdisciplinar quanto o transdisciplinar como formas de propor alternativas para a clamada reestruturação das ciências sociais. O primeiro é entendido como aquele executado por diferentes especialistas em torno de um objeto e este último se referiria ao trabalho transversal que “corta” as diferentes ciências sociais ou mesmo naturais.

As instituições de investigação independentes na América Latina propiciariam um caminho alternativo para a produção de conhecimento, ao não respeitarem as

⁸⁶ [...] plantearon cuestiones acerca de esa división del trabajo intelectual y por lo tanto reabrieron los problemas de estructuración organizacional instaurada en el periodo anterior.

⁸⁷ [...] no tenemos ninguna fórmula simple y clara, sino principalmente un conjunto de propuestas tentativas que en nuestra opinión van en la dirección correcta.

⁸⁸ Ciertamente no proponemos abolir la idea de la división del trabajo dentro de las ciencias sociales, y creemos que ésta puede seguir adoptando la forma de disciplinas. Las disciplinas cumplen una función, la función de disciplinar las mentes y canalizar la energía de los estudiosos.

⁸⁹ En suma, no creemos que existan monopolios de la sabiduría ni zonas de conocimiento reservadas a las personas con determinado título universitario.

divisões disciplinares, as quais, por sua vez, não encontrariam respaldo nas recentes universidades desses países. É o papel que Wallerstein atribui às “muito exitosas estruturas de investigação e docência da FLACSO em toda a América Latina, que tem operado como instituições parauniversitárias não amarradas às categorias de conhecimento tradicionais⁹⁰” (WALLERSTEIN et al, 2006, p. 110).

Independentemente de a proposta ser de interdisciplinaridade ou de transdisciplinaridade, Wallerstein encabeça um movimento que questiona os alicerces epistemológicos da constituição das disciplinas, mas a partir de uma crítica apenas da instância política e sociológica. Mesmo quando acredita na necessidade da existência da divisão do conhecimento em disciplinas, estas são consideradas apenas como categorias organizacionais, onde somente as demandas institucionais e o contexto histórico influenciam e determinam a produção de conhecimento. E é pertinente observar que o mesmo reducionismo às questões da sociologia da ciência empregado na análise das disciplinas pode ser observado quando explica a constituição da própria interdisciplinaridade, que seria uma consequência das interferências enfrentadas pelas universidades e das lutas políticas de grupos minoritários, como pudemos ver acima. Daí considerarmos que a visão de Wallerstein é de oposição ao conhecimento disciplinar e, logo, de ruptura com a ciência.

c. Interdisciplinaridade como ruptura: um sentido problemático

Algumas considerações críticas sobre a proposta interdisciplinar se fazem necessárias antes de prosseguirmos. Ao contrário de um mito muito difundido, o trabalho interdisciplinar cria isolamento, pois os participantes não compartilham nem a experiência da formação, nem bibliografias comuns. Ele exige um esforço muito maior que o trabalho especializado e corre o risco de gerar idioletos ou de não poder superar um nível muito superficial de contato entre os pesquisadores, incapazes de acompanhar criticamente o trabalho de pesquisa ou de avaliar seus resultados.

Origgi e Darbellay (2010) apontam que, a despeito do reconhecimento conquistado, a interdisciplinaridade ainda enfrenta uma série de desafios, que classificam como “obstáculos e decepções crônicas” (ORIGGI & DARBELLAY, 2010,

⁹⁰ [...] las muy exitosas estructuras de investigación y docencia de FLACSO en toda América Latina, que han operado como instituciones parauniversitarias no amarradas a las categorías de conocimiento tradicionales.

p. 10). Falta uma linguagem comum entre as disciplinas, há o risco da superficialidade e do ecletismo nos programas interdisciplinares e o impossível controle da qualidade dessas pesquisas pela dificuldade de avaliação (LAUDEL & ORIGGI, 2006 *apud* ORIGGI & DARBELLAY, 2010). Acrescentam que o percurso disciplinar ainda oferece mais chances de sucesso aos estudantes, que por isso podem tender a preferir a investigação interdisciplinar.

A dificuldade da avaliação das práticas interdisciplinares é apontada também por Édouard Kleinpeter (2013), que diz que o problema é múltiplo, pois “[...] as instâncias de avaliação, sejam elas os pesquisadores individuais, as equipes ou estruturas, funcionam segundo critérios herdados da ciência disciplinar.”⁹¹. A dificuldade principal é justamente julgar aspectos da pesquisa sem os meios pertinentes, pois pertencem a outra área do conhecimento, a qual o pesquisador não domina. De acordo com Kleinpeter, as revistas interdisciplinares sofrem com o mesmo empecilho. Daí as tentativas de definir melhor os parâmetros para a avaliação das práticas interdisciplinares. Julie Thompson Klein (2008 *apud* Kleinpeter, 2013) elabora uma lista de itens os quais acredita serem critérios que caracterizam a interdisciplinaridade e que devem ser levados em conta na avaliação de projetos e pesquisas. A apresentação abaixo está em ordem decrescente de importância:

- Variabilidade dos objetivos: tendo em conta a dependência do contexto, valorizando a flexibilidade.
- Variabilidade de critérios e indicadores: fim dos critérios herdados do pensamento disciplinar (publicações, etc.) e ter em conta, por exemplo, critérios estéticos ou o potencial para a abertura de novos caminhos de pesquisa.
- Integração: a importância da participação de todos os colaboradores. Integrar diferentes perspectivas de disciplinas presentes na pesquisa.
- Aspectos sociológicos: a capacidade de resolver conflitos, a comunicação entre os participantes, etc..
- Gerenciamento de projetos: a eficiência na busca de consenso. A análise da distribuição de tarefas, o tempo concedido para reuniões e discussões.
- A interação e transparência: o programa fornece os meios da sua própria avaliação através da definição de objetivos claros e critérios de sucesso?⁹²

⁹¹ Les instances d'évaluation, que ce soit des chercheurs individuels, des équipes ou des structures, fonctionnent selon des critères hérités de la science disciplinaire.

⁹² - Variabilité des objectifs: prise en compte de la dépendance au contexte, valorisation de la flexibilité.

Relatório da Aeres (*Agence d'évaluation de la recherche et de l'enseignement supérieur*), órgão francês de avaliação da pesquisa e do ensino superior, portanto com funções similares às da Capes, apresenta alguns critérios. De acordo com Kleinpeter (2013), no texto *Critères d'évaluation des entités de recherche: le référentiel de l'Aeres*, de maio de 2012, são destacados dois critérios para este tipo de avaliação : o tipo de interação e a proximidade. Os tipos de interação seriam quatro:

- pesquisadores de uma disciplina "piloto" aplicam métodos ou usam ferramentas de outra disciplina;
- pesquisadores de (pelo menos) duas disciplinas têm um objeto comum de investigação. Todos trabalham em suas próprias perguntas e compartilham seus resultados;
- pesquisadores de (pelo menos) duas disciplinas constroem um problema comum e os resultados dependem do progresso em cada uma dessas disciplinas;
- investigadores experientes na prática interdisciplinar do tipo acima referido estão envolvidos em uma ou mais redes disciplinares e contribuem para a criação de uma nova comunidade de investigação ⁹³ (KLEINPETER, 2013).

E os critérios de proximidade são dois: um primeiro de natureza epistemológica, relacionado a paradigmas, conceitos, instrumentos e etc.; e o segundo seria o grau de interação entre as disciplinas, quanto à copublicações e citações, por exemplo.

Veronica Boix-Mansilla e Howard Gardner também sinalizam para os problemas em relação à avaliação da produção interdisciplinar. Não é novidade, mesmo entre os que praticam a interdisciplinaridade, que esta é uma dificuldade significativa: “Os

- Variabilité des critères et des indicateurs : en finir avec les critères hérités de la pensée disciplinaire (publications, etc.) et prendre en compte, par exemple, les critères esthétiques ou le potentiel d'ouverture à de nouvelles pistes de recherche.

- Intégration: importance de l'appropriation par tous les collaborateurs. Intégration des différentes perspectives des disciplines en présence en amont de la recherche.

Aspects sociologiques : capacité à résoudre des conflits, communication entre les participants, etc.

- Management du projet : efficacité dans la recherche du consensus. Analyse de la répartition des tâches, du temps laissé aux rencontres et discussions.

- Itération et transparence : le programme fournit-il les moyens de sa propre évaluation en définissant des objectifs clairs et des critères de réussite ?

⁹³ [...] - des chercheurs d'une discipline « pilote » appliquent des méthodes ou utilisent des outils issus d'une autre discipline ;

- des chercheurs appartenant à (au moins) deux disciplines ont un objet de recherche commun. Chacun travaille sur ses propres questions et partage ses résultats ;
- des chercheurs appartenant à (au moins) deux disciplines ont construit une problématique commune et les résultats dépendent des avancées dans chacune de ces disciplines ;
- des chercheurs confirmés dans la pratique de l'interdisciplinarité du type précédent sont impliqués dans un ou plusieurs réseaux disciplinares et participent à l'animation d'une nouvelle communauté de recherche.

critérios de julgamento constituem o aspecto menos compreendido da interdisciplinaridade⁹⁴”, afirma Julie Thompson Klein (*apud* BOIX-MANSILLA & GARDNER, 2010, p. 105). Boix-Mansilla e Gardner empreenderam, então, um estudo empírico em que foram entrevistados 60 pesquisadores envolvidos em trabalhos interdisciplinares. A validação dessas pesquisas foi apontada como um grande desafio, pois cada disciplina possui critérios específicos de validação, falta também clareza conceitual sobre a natureza do trabalho interdisciplinar e, ainda, o fato de que os próprios critérios de validação devem ser pesquisados, uma vez que se trata de uma área inovadora.

Nossos resultados mostram que esses pesquisadores contam sistematicamente com indicadores de qualidade indireta (por exemplo, o número de patentes e publicações ou tipo de revistas e agências de financiamento relacionados com o seu trabalho). As medidas diretamente relacionadas com as dimensões epistemológicas do trabalho interdisciplinar (como poder explicativo, apelo estético, integridade) são mais raras e menos bem articuladas⁹⁵. (BOIX-MANSILLA & GARDNER, 2010, p. 106).

Boix-Mansilla e Gardner identificaram, a partir das entrevistas, três eixos fundamentais geralmente utilizados para avaliação dos trabalhos interdisciplinares. O primeiro diria respeito à *coerência* que a pesquisa apresenta em relação às disciplinas estabelecidas; o segundo seria o *equilíbrio* entre as diferentes perspectivas disciplinares que participam da pesquisa; e, finalmente, se essa integração de conhecimentos proporciona maior compreensão recíproca entre os pesquisadores envolvidos, ou seja, sua *eficácia*. Para garantir a coerência, os pesquisadores interdisciplinares recorrem com frequência aos critérios de validação das disciplinas, ainda que haja conflitos na tentativa de conciliar as distintas perspectivas disciplinares. E “Se a pesquisa interdisciplinar viola de alguma forma doutrinas disciplinares ou revela os seus limites, ela deve, contudo, referi-las, discutí-las e tomá-las como parte do processo de investigação⁹⁶.” (BOIX-MANSILLA & GARDNER, 2010, p. 111). Segundo eles, a

⁹⁴ Les critères de jugement constituent l'aspect le moins compris de l'interdisciplinarité.

⁹⁵ Nos résultats révèlent que ces chercheurs s'appuient systématiquement sur des indicateurs de qualité indirects (par exemple, le nombre de brevets et de publications ou le type de revues et d'agences de financement associées à leur travail). Les mesures concernant directement les dimensions épistémiques du travail interdisciplinaire (telles que le pouvoir explicatif, l'attrait esthétique, la complétude) s'avèrent plus rares et moins bien articulées.

⁹⁶ Si les recherches interdisciplinaires violent en quelque sorte les doctrines disciplinaires ou révèlent leur limites, elles doivent néanmoins s'y référer, les discuter et les compter comme partie prenante du processus de recherche.

credibilidade das pesquisas interdisciplinares é tanto maior quanto for a compatibilidade entre os conhecimentos anteriores das disciplinas envolvidas.

Quanto ao equilíbrio, o desafio é contemplar as diferentes disciplinas, quando estas entram em conflito no trabalho interdisciplinar, o que não significa necessariamente uma representação igualitária de cada uma delas. Poderá ser requisitada também uma coordenação pertinente entre os diferentes saberes envolvidos, de acordo com os objetivos do trabalho. Mas a pesquisa apontou também que:

Os pesquisadores consideraram insatisfatórias, por outro lado, as avaliações disciplinares isoladas do trabalho interdisciplinar, porque elas não conseguem entender a organização geral do conhecimento: esta crítica é também muitas vezes dirigida para as revistas científicas com revisão por pares que são compostas estritamente por especialistas que trabalham isoladamente⁹⁷ (BOIX-MANSILLA & GARDNER, 2010, p. 112-113).

Boix-Mansilla e Gardner apontam que este equilíbrio entre as disciplinas também agrega credibilidade à pesquisa interdisciplinar, principalmente se os dogmas centrais das disciplinas não forem violados. E, além disso, o trabalho interdisciplinar poderá ser considerado mais pertinente e aceitável na medida em que formule novas questões e proposições “[...] fundamentadas e razoáveis para a transformação das práticas disciplinares estabelecidas⁹⁸” (2010, p. 113).

A eficácia dos trabalhos interdisciplinares pode ser avaliada em termos dos objetivos propostos, os quais variam bastante. Entre os que desenvolvem pesquisas orientadas para a solução de problemas, a viabilidade, a operabilidade e os impactos são valores importantes. Para os que buscam modelos algorítmicos formais, a simplicidade, a capacidade de previsão e a parcimônia representam critérios mais significativos. Aqueles que pesquisam fenômenos multidimensionais consideram a completude e a fundamentação empírica na avaliação.

Nas considerações dos pesquisadores interdisciplinares, eles mencionaram um aspecto importante: a ausência de resultados anteriores com que possam comparar os seus, e assim melhor avaliar o trabalho. Um dos entrevistados da pesquisa, Jonathan

⁹⁷ Les chercheurs trouvent par contre insatisfaisantes les évaluations disciplinaires et isolées du travail interdisciplinaire parce qu'elles échouent à saisir l'organisation globale des connaissances: cette critique est d'ailleurs souvent adressée aux revues scientifiques dont les comités de lecture sont strictement composés de spécialistes travaillant de façon isolée.

⁹⁸ [...] raisonnées et raisonnables de transformation des pratiques disciplinaires établies.

Rosen, do CIMIT, diz que eles não “sabem se fazem melhor que os predecessores, pois não dispomos sistematicamente de meios para medir o avanço de nossas pesquisas” (*apud* BOIX-MANSILLA & GARDNER, 2010 p. 114). No mesmo sentido, Anne Balsamo (*apud* BOIX-MANSILLA & GARDNER, 2010 p. 114) da RED, Xerox-PARC, diz que, ao realizar um trabalho interdisciplinar novo, o pesquisador não tem autoridades em quem se apoiar para julgar a pertinência e a utilidade de um novo conhecimento.

Entre as conclusões do estudo, o fato de que os critérios para avaliação da interdisciplinaridade não podem ser muito restritivos, dada a grande diversidade de trabalhos aí desenvolvidos. Por outro lado, não podem ser demasiado genéricos, pois correriam o risco de não auxiliar no desafio que representa a integração interdisciplinar. Portanto, na visão dos autores, esses parâmetros de avaliação poderiam ser deduzidos de três aspectos:

[...] 1) a relação entre os resultados interdisciplinares e seus inúmeros antecedentes disciplinares, 2) o delicado ajuste que ocorre quando as disciplinas são entrecruzadas para produzir um conhecimento global equilibrado e 3) as trocas e os cruzamentos metodológicos que criam novos domínios híbridos⁹⁹. (BOIX-MANSILLA & GARDNER, 2010, p. 115).

No trabalho de Boix-Mansilla e Gardner fica evidente a perspectiva de complementaridade em relação ao trabalho disciplinar desenvolvida pelos autores, que enfatizam que sua discussão da interdisciplinaridade no trabalho é circunscrita à relação entre disciplinas, excluindo a transdisciplinaridade, como uma forma de integração de perspectivas múltiplas, incluindo as não-disciplinares. E podemos constatar também a dificuldade que constitui a empreitada de avaliar o trabalho interdisciplinar, pois uma das vantagens indiscutíveis do trabalho disciplinar quanto à produção de conhecimento é justamente a existência de critérios para o julgamento de que resultado é mais ou menos pertinente. As regras do jogo são claras na pesquisa disciplinar, enquanto, no trabalho interdisciplinar, o pesquisador sério fica à deriva.

O sociólogo da ciência Grit Laudel (2010) comentou os resultados de Boix-Mansilla e Gardner questionando se é possível de fato que existam critérios específicos

⁹⁹ [...] 1) la relation entre les résultats interdisciplinaires et leurs nombreux antécédents disciplinares, 2) le délicat ajustement qui se met en place lorsque les disciplines sont entrecroisées pour produire une connaissance globale équilibrée et 3) les échanges et les croisements méthodologiques qui créent de nouveaux domaines hybrides.

para avaliar o trabalho interdisciplinar que já não sejam utilizados para mensurar as pesquisas disciplinares. Laudel argumenta quanto à dificuldade de estabelecer quais os melhores critérios para julgar a investigação interdisciplinar, especialmente porque nenhum cientista poderia fazê-lo sozinho, uma vez que desconheceria os conteúdos específicos das outras disciplinas envolvidas que não a dele mesmo: “É conveniente se interrogar a pertinência e a validade dos procedimentos de avaliação no contexto da interdisciplinaridade.¹⁰⁰” (LAUDEL, 2010 *apud* BOIX-MANSILLA & GARDNER, 2010, p. 120). Ele acredita que a avaliação dos trabalhos interdisciplinares deva ser feita por grupos compostos por representantes dos domínios disciplinares envolvidos e, inclusive, por pesquisadores de outras áreas; o processo de avaliação pelos pares deve constituir um debate, em vez de ser anônimo; os avaliadores devem participar das reuniões que discutam a avaliação da pesquisa; o grupo de avaliação precisa também assegurar um monitoramento do trabalho por um longo período, de mais de dez anos. Podemos perceber que não se trata, portanto, de uma proposta facilmente exequível.

Christophe Heintz (2010 *apud* BOIX-MANSILLA & GARDNER, 2010, p. 121-122) vai mais além: se os pesquisadores interdisciplinares duvidam dos critérios de validade das disciplinas (patentes, publicações, taxas de citação, etc.), como podem se apoiar nesses parâmetros desenvolvidos pela comunidade científica? Entretanto, se os recusam, perdem sua ancoragem justamente em uma das maneiras mais difundidas de validação da prática científica. Daí, segundo Heintz, a busca por critérios especificamente interdisciplinares, como uma tentativa de escapar à contradição.

Dan Sperber, diretor do centro de pesquisa interdisciplinar Institut Jean Nicod, vinculado ao *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), em Paris, também comenta alguns dos principais desafios quanto à avaliação da pesquisa interdisciplinar. Entre eles, a dificuldade de decidir quais projetos receberão financiamento. Ele relata que se instaura um dilema quando é preciso julgar uma proposta de pesquisa mais bem fundamentada, porém em que não há significativa integração entre as disciplinas envolvidas; e outro em que a interdisciplinaridade é mais efetiva, apesar de ser um projeto menos desenvolvido. Sperber (2010, p. 20) afirma que “[...] voto pelo projeto que é melhor, mas que dificilmente seria interdisciplinar¹⁰¹.”. O que, segundo ele, é

¹⁰⁰ Il convient d’interroger la pertinence et la validité des procédures d’évaluation dans le contexte de l’interdisciplinarité.

¹⁰¹ [...] vote pour le projet qui est meilleurs mais guère interdisciplinaire.

uma contradição, pois como as pesquisas de fato interdisciplinares poderiam se desenvolver, se esta situação “permite que os casos disciplinares sigam sua rotina, ao modesto preço de um pouco de retórica interdisciplinar?”¹⁰² (SPERBER, 2010, p. 21)”.

Sperber (2010, p. 22) cita também a experiência, por vezes desestimuladora, de participar de um grupo interdisciplinar, no caso um programa sobre cultura e cognição na Universidade de Michigan, em que psicólogos e antropólogos muitas vezes retornam aos mesmos desacordos, como se fosse impossível ultrapassar as filiações disciplinares e teóricas. Mas, segundo ele, aqueles que persistem no grupo passam a compreender melhor o trabalho das outras disciplinas e podem, então, desenvolver seus próprios trabalhos de forma interdisciplinar.

Todos aqueles entre nós que participam desse programa como membros permanentes ou como visitantes regulares experimentam por vezes uma certa frustração – será que não poderia funcionar melhor, avançar mais rápido, serem superados de uma vez por todas os mal-entendidos iniciais? – e um sentimento de realização – mesmo que não vá mais longe e mais rápido que se gostaria, alguma coisa de pertinente e de inovador está emergindo, que não seria produzido em um contexto disciplinar¹⁰³. (SPERBER, 2010, p. 23).

A apresentação dos resultados de uma pesquisa interdisciplinar ainda segue um caminho disciplinar, em que artigos e apresentações em congressos são adaptados para os contextos disciplinares de cada um dos envolvidos, a fim de facilitar a compreensão e divulgação dos dados. A formação dos estudantes interessados na pesquisa interdisciplinar também geralmente segue o padrão disciplinar, para apenas após estabelecido como pesquisador, ele poder se dedicar ao trabalho interdisciplinar. De outro modo, seria mais difícil, inclusive, ocupar um posto de pesquisador, conforme Sperber.

Como é possível perceber, Sperber faz parte do grupo que entende o trabalho interdisciplinar como complementar ao trabalho disciplinar. Ele argumenta que, apesar de a primeira ser frequentemente classificada como uma “bonne chose” e a outra como “mauvaise chose”, tanto a interdisciplinaridade quanto a especialização têm avançado

¹⁰² [...] permet aux affaires disciplinaires de suivre leur train-train, au prix modeste d'un peu de rhétorique interdisciplinaire?

¹⁰³ Tous ceux d'entre nous qui participent à ce programme comme membres permanents ou comme visiteurs réguliers éprouvent à la fois une certaine frustration – est-ce que tout cela ne pourrait pas fonctionner mieux, avancer plus vite, être débarrassé une fois pour toute des malentendus initiaux? – et un sentiment d'accomplissement – même si cela ne va pas aussi loin et aussi vite qu'on le voudrait, quelque chose de pertinent et de novateur est en train d'émerger, que n'aurait pas pu produire un contexte disciplinaire.

nos últimos anos – especialmente esta última, segundo ele – ainda que o avanço de uma seja em detrimento da outra. Ou seja, o trabalho interdisciplinar deve ser desenvolvido no âmbito científico. Sperber critica que a maior parte das discussões sobre interdisciplinaridade seja feita a partir do ponto de vista da política científica, e não da filosofia da ciência, da história ou da sociologia da ciência.

Nós poderíamos pensar que a interdisciplinaridade é uma dessas noções ocas úteis ao discurso político, mas que não deve ser levada muito à sério. Como eu espero ter mostrado, não é sempre assim. A interdisciplinaridade não é sempre uma coisa boa, nem a especialização uma coisa ruim para o progresso da ciência. Em certos domínios, as disciplinas e subdisciplinas estabelecidas põem produzir melhores resultados. Em outros muitos domínios, ao contrário, as fronteiras disciplinares são um obstáculo à evolução desejável e a interdisciplinaridade ajuda a otimizar a pesquisa¹⁰⁴. (SPERBER, 2010, p. 29-30).

Ainda que reconheça o papel desempenhado pelas disciplinas, Sperber conclui que existem dificuldades ao trabalho interdisciplinar colocadas pela força da “inércia” das disciplinas estabelecidas, o que leva a que alguns considerem ser necessário repensar a organização disciplinar da produção de conhecimento, tendo em vista que não seria uma divisão natural, e sim histórica.

Outro aspecto que pode ser apontado é que “A acusação de superficialidade ainda assombra o trabalho interdisciplinar¹⁰⁵.” (KLEIN, 2010b, p. 32). Pois os conceitos não significam sempre o mesmo para todos, como aponta Mieke Bal (2002 *apud* KLEIN, 2010b) em relação aos estudos da cultura: “Os conceitos tem a força teórica e analítica para ir além da difusão multidisciplinar, ilustrada pelos exemplos de imagem, mise-en-scène, framing, performance, tradição, intenção e intimidade crítica. Eles têm tanto especificidade quanto intersubjetividade¹⁰⁶.” (KLEIN, 2010b, p. 32). Mas não se trata de generalismos superficiais, alerta Klein. Pois, na proposta de Bal, a questão não é

¹⁰⁴ On pourrait penser que l’interdisciplinarité est une de ces notions creuses utiles au discours politique, mais ne devant pas être prises trop au sérieux. Comme j’espère l’avoir illustré, il n’en va pas toujours ainsi. L’interdisciplinarité n’est pas toujours une bonne chose, ni la spécialisation une mauvaise chose pour le progrès de la science. Dans certains domaines, les disciplines et les sous-disciplines établies peuvent produire des résultats optimaux. Dans de nombreux autres domaines, au contraire, les frontières disciplinaires sont un obstacle à des développements souhaitables, et l’interdisciplinarité aide à optimiser la recherche.

¹⁰⁵ The charge of superficiality, though, still haunts interdisciplinary work.

¹⁰⁶ Concepts have the theoretical and analytical force to go beyond multidisciplinary diffusion, illustrated by the examples of image, mise-en-scène, framing, performance, tradition, intention, and critical intimacy. They exhibit both specificity and intersubjectivity.

apenas uma prática de “surfing” ou “zapping” entre as disciplinas, o que levaria a uma interdisciplinaridade que é denominada como confusa.

No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, propõe uma tabela que classifica as Áreas do Conhecimento, com uma “finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações” (CAPES, 2012). A proposta da classificação tem como objetivo principal “sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente aquelas concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos” (CAPES, 2012).

Há desde 1999 uma área dedicada à pesquisa interdisciplinar, primeiramente chamada Área Multidisciplinar. Em 2008, passou a ser designada como Área Interdisciplinar, dentro da Grande Área Multidisciplinar, conforme a tabela.

90000005	MULTIDISCIPLINAR
90100000	ÁREA DE AVALIAÇÃO: INTERDISCIPLINAR INTERDISCIPLINAR
90191000	MEIO AMBIENTE E AGRÁRIAS
90192000	SOCIAIS E HUMANIDADES
90193000	ENGENHARIA/TECNOLOGIA/GESTÃO
90194000	SAÚDE E BIOLÓGICAS
90200000	ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA ENSINO
90201000	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
90300009	ÁREA DE AVALIAÇÃO: MATERIAIS MATERIAIS
90400003	ÁREA DE AVALIAÇÃO: BIOTECNOLOGIA BIOTECNOLOGIA

Tabela 1- Site da Capes, 2012

E o desenvolvimento da Área Interdisciplinar tem sido expressivo: desde que foi criada, apresenta a maior taxa de crescimento da Capes. Em 1999, eram 46 cursos

cadastrados; e em 2008, o número já era de 258 (CAPES, 2009). Em 2012, o número passou para 297 programas (CAPES, 2013). Para o coordenador da área, Pedro Pascutti, o crescimento é positivo, mas deve ter um limite, para não prejudicar os trabalhos da comissão: "Todas as áreas chegam a um limite e se não chegarem, a avaliação fica prejudicada, a discussão fica prejudicada.",¹⁰⁷.

De acordo com o Documento de Área 2009 da Área Interdisciplinar da Capes, documento que resume os procedimentos e rumos da área, essa quantidade de programas se deve a dois fatores:

Em primeiro lugar, a existência da Área propiciou e induziu na Pós-Graduação brasileira a proposição de cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares, acompanhando a tendência mundial de aumento de grupos de pesquisa e programas acadêmicos tratando de questões intrinsecamente interdisciplinares e complexas. Em segundo lugar, a comissão serviu de abrigo para propostas de novos cursos de universidades mais jovens ou distantes, com estruturas de Pós-Graduação em fase de formação e consolidação com dificuldades naturais de constituir densidade docente. (CAPES, 2009, p. 1).

Como podemos perceber, as demandas pela criação da área partem não só de aspectos intrínsecos à pesquisa, mas também de demandas institucionais, acusação frequentemente atribuída às disciplinas em tom de crítica. Pascutti tenta afastar a percepção que o texto do documento provoca, de que a aprovação na área seria mais fácil, já que o documento sugere a inscrição dos programas de universidades com poucos recursos humanos.

Na comunidade dos programas interdisciplinares essa percepção não existe, porque o crivo é bastante alto. É a área que mais cresce na Capes, mas também a que tem a menor aprovação proporcionalmente entre as áreas da Capes. Essa menor aprovação é justamente pelos critérios de interdisciplinaridade que precisam ser satisfeitos na proposta, essa é a maior causa de reprovação¹⁰⁸. (PASCUTTI, 2013).

A fim de melhor avaliar a pertinência das propostas e fazer face aos desafios implicados em selecionar os programas que compõem a área, foram elaborados alguns critérios, que constam do Documento de Área 2013 (p. 15):

¹⁰⁷ Notícia publicada pela Coordenação de Comunicação Social da Capes, em 24 de outubro de 2013. Disponível em: <http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/home-page/noticias-publicas/coordenadoresdaareainterdisciplinarfalamsobrecrecimentoedesafios>. Acesso em: 17 dez. 2013.

¹⁰⁸ Notícia publicada pela Coordenação de Comunicação Social da Capes, em 24 de outubro de 2013. Disponível em: <http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/home-page/noticias-publicas/coordenadoresdaareainterdisciplinarfalamsobrecrecimentoedesafios>. Acesso em: 17 dez. 2013.

[...] tem-se como orientação, antes do envio de uma proposta de curso de Pós-graduação para a Área Interdisciplinar, averiguar seu possível enquadramento nas demais áreas de avaliação, se:

Acima de 60% do corpo docente permanente da proposta tem formação ou titulação em áreas disciplinares abrangidas em determinada área de avaliação, diferente da Interdisciplinar.

Acima de 80% do corpo docente permanente da proposta tem formação ou titulação em uma única Grande Área, diferente da Multidisciplinar;

A proposta do curso, as áreas de concentração, linhas de pesquisa ou atuação ou a estrutura curricular têm foco em uma área disciplinar ou em áreas disciplinares próximas.

Também para facilitar a avaliação dos programas, a Área Interdisciplinar é subdividida em câmaras, seguindo um padrão de divisões semelhante ao das disciplinas, conforme é possível observar na tabela publicada no site da agência:

ÁREA DE AVALIAÇÃO: INTERDISCIPLINAR

90100000	INTERDISCIPLINAR
90191000	MEIO AMBIENTE E AGRÁRIAS
90192000	SOCIAIS E HUMANIDADES
90193000	ENGENHARIA/TECNOLOGIA/GESTÃO
90194000	SAÚDE E BIOLÓGICAS

2 Fonte: Site da Capes, 2012

A justificativa seria que, “em função do expressivo número de cursos abrigados pela Área Interdisciplinar, buscou-se organizar suas atividades de maneira a responder ao desafio imposto pelo seu porte, ao mesmo tempo em que se preservava a qualidade das avaliações.” (CAPES, 2009, p. 3). Ou seja, evidencia-se a dificuldade da avaliação interdisciplinar, pois é necessário recorrer aos parâmetros disciplinares. No Documento de Área 2013, a divisão das câmaras foi alterada, porque a primeira delas, Meio Ambiente e Agrárias, se desvinculou da Área Interdisciplinar, passando a constituir uma nova área, a de Ciências Ambientais. Assim, as demais câmaras se reestruturam em: “Câmara I - Desenvolvimento & Políticas Públicas; Câmara II - Sociais & Humanidades; Câmara III - Engenharia, Tecnologia & Gestão; e Câmara IV - Saúde & Biológicas.” (CAPES, 2013). Apesar de as divisões seguirem um padrão análogo ao das disciplinas, Pascutti acredita que o trabalho da área é propriamente interdisciplinar, mas defende que não sejam criadas novas câmaras.

A ideia de câmara acaba levando a uma partição da área e com o crescimento e a partição, leva a um isolamento em disciplinas, ou seja,

a interdisciplinar acaba se partindo em várias áreas disciplinares e não é isso o que se pretende com a prática interdisciplinar. Como funciona atualmente, existe grande participação de consultores de uma câmara na outra, plenárias conjuntas e discussões conjuntas¹⁰⁹. (PASCUTTI, 2013).

Para melhor compreender a importância da Área Interdisciplinar e entender as sobreposições entre a área com as divisões disciplinares, e as dificuldades enfrentadas na avaliação deste tipo de trabalho, decidimos entrar em contato com os coordenadores da Área Interdisciplinar. Para tal, elaboramos um questionário aberto, para ser aplicado aos atuais coordenadores, Pedro Geraldo Pascutti (UFRJ) e Adelaide Faljoni-Alario (UFABC), e aos ex-coordenadores também, desde sua criação. Os ex-coordenadores são: Luiz Bevilacqua (LNCC/MCT), período 1999-2003; Cláudio Sampaio (Unifesp), 2003-2004; Cláudio Habert (COPPE/UFRJ), 2004-2005; Carlos Nobre (CPTEC/INPE), 2005-2008; e Arlindo Philippi Jr (USP), 2008-2011. Optou-se pelo questionário aberto por se acreditar que seria a ferramenta que melhor conciliaria a necessidade da pesquisa, e os fatores tempo e recursos. Ainda que pudesse ser mais interessante conversar pessoalmente com cada um dos ex-coordenadores, o fato de que eles não vivem em Brasília inviabilizou essa possibilidade.

Foi enviado um e-mail aos coordenadores e ex-coordenadores, solicitando a colaboração com a pesquisa e um link para o seguinte questionário, a ser respondida por meio da ferramenta Google Docs:

Questionário para Capes

1. O que levou a CAPES a criar uma Área Interdisciplinar?
2. Qual a importância dessa nova área? Que desafios ela tem enfrentado desde sua criação?
3. Quais critérios são utilizados para que um curso seja considerado interdisciplinar?
4. Por que é alta a taxa de não recomendação de novos cursos nessa área? (Em 2008, 96 cursos solicitaram credenciamento e apenas 28 conseguiram).

¹⁰⁹ Notícia publicada pela Coordenação de Comunicação Social da Capes, em 24 de outubro de 2013. Disponível em: <http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/home-page/noticias-publicas/coordenadoresdaareainterdisciplinarfalamsobrecrecimentoedesafios>. Acesso em: 17 dez. 2013.

5. O que diferencia a produção de conhecimento interdisciplinar daquela realizada pelas áreas disciplinares?

O questionário foi enviado em maio de 2013 e não obtivemos nenhuma resposta às questões. Apenas um professor retornou o e-mail, Cláudio Habert, justificando não ter respondido pelo fato de que questionários são “limitantes” e “vulneráveis”, ainda mais em relação a um tema “amplo” e “complexo”. Acreditamos que a falta de interesse em responder ao questionário pode ser um sintoma de um desinteresse em debater criticamente a proposta interdisciplinar. Outra possibilidade é que os coordenadores da área tenham a percepção de que está “tudo dito” sobre o tema, forma como alguns dos partidários da interdisciplinaridade respondem às críticas. O professor Habert no e-mail enviado indicou bibliografia sobre o tema. Finalmente, não podemos desconsiderar as limitações intrínsecas a esta técnica de pesquisa: “[...] a obrigação de redigir uma resposta poderá provocar aversão a vários dos interrogados previstos, seja por preguiça ou porque não se sentem capazes: por isso, a taxa de respostas se achará reduzida.” (LAVILLE & DIONNE, 1997, p. 186).

Voltando ao conceito (ou conceitos?) de interdisciplinaridade, o que as definições que tratamos acima não explicam é por que devemos esperar que da confrontação de conhecimentos de diferentes disciplinas deva necessariamente haver convergência e “integração mútua”. Pois sabemos que o propósito do conhecimento científico não é estabelecer um consenso absoluto, nem mesmo no âmago de uma mesma disciplina: “A contradição de teses, a concorrência teórica, a heterogeneidade dos conhecimentos, não é algo a se lamentar ou a ser superado, é a realidade e o motor do conhecimento científico. Uma crítica séria às disciplinas científicas deveria levar isso em consideração” (MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p. 4). Nas propostas de interdisciplinaridade que pregam uma ruptura com os saberes constituídos o que verificamos é justamente uma argumentação mal informada, que toma como base uma visão equivocada do trabalho científico para justificar um novo estado do conhecimento. Pois a especialização tem também como fundamento promover maior diversidade à ciência, proporcionando visões concorrentes e aprofundadas sobre os mais diversos tópicos.

A crítica às ciências sociais que propõe a ruptura com os saberes estabelecidos

se baseia frequentemente em diagnósticos tão equivocados quanto o é a solução de “reformular a ciência”. Um exemplo é o argumento de que o “vilão” a ser combatido é o positivismo:

Aqui, eu gostaria de ampliar essa perspectiva com algumas ideias sobre as bases ontológicas e epistemológicas das ciências sociais. Ao meu ver, é o positivismo que impede as ciências sociais de terem mais poder generativo (cf. Van Langenhove, 1995). Por isso, a busca por uma abordagem não-positivista das ciências sociais que mantenha os mais altos padrões de solidez metodológica e controle de qualidade ¹¹⁰ (VAN LANGENHOVE, 2004, p. 64 *apud* MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p.).

Mas a afirmação de que o problema das ciências sociais seja decorrente do positivismo reflete o desconhecimento sobre o que sejam propriamente as ciências sociais e as discussões epistemológicas.

Afirmar que “é o positivismo que impede as ciências sociais de terem mais poder gerativo” é de um reducionismo atroz, bastante longe da realidade do campo teórico. Reaviva o mito do pan-positivismo, que seria um pensamento total e onipresente, poderoso e perigoso, mas que só existe na ficção-científica. (MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p. 9).

O que chama a atenção nas críticas que propõem a reformulação do conhecimento científico e que argumentam a favor da interdisciplinaridade para alcançar esse objetivo é o fato de que, do ponto de vista epistemológico, são bastante inconsistentes, mas conquistam repercussão justamente em espaços acadêmicos. Ora, se essas propostas não estão mais no universo acadêmico ou das discussões científicas, nas quais as ideias são debatidas e se impõem por sua argumentação, como podem se estabelecer com tanta força nesses espaços? “O que temos aqui é o *ethos* da política, com as estratégias de agentes interessados em impor sua visão, disseminar sua ideologia, garantir os meios de reprodução de uma forma de pensar.” (MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p. 8).

Ou seja, de um lado, temos justificativas frágeis do ponto de vista epistemológico (suposta crise da ciência, identificação desta com o positivismo e com o

¹¹⁰ Here, I would like to broaden this perspective with some ideas about the ontological and epistemological basis of the social sciences. In my view, it is positivism that blocks the social sciences from having more generative power (cf. Van Langenhove, 1995). Hence, the quest for a non-positivist approach of the Social Sciences that keeps the highest standards of methodological soundness and quality control.

dogmatismo, etc); e de outro, percebemos o aspecto ideológico da crítica feita às ciências. Assim se explica por que os argumentos não precisam ser substanciais: quem formula essas críticas o faz com o apoio de organismos não-acadêmicos, preocupados em submeter a ciência a seus objetivos.

Lembremos que a OCDE, herdeira da OCEE (Organização para a Cooperação Económica Européia, 1948), nasce com o investimento estadunidense e o plano Marshall para reconstrução da Europa do pós-guerra. Assim como a Unesco, é uma instituição voltada para o desenvolvimento, trazendo as marcas dessa ideologia, que independentemente de seu valor (nem queremos julgar aqui), atribui à ciência apenas o papel de um instrumento para alcançar seus objetivos desenvolvimentistas. (MARTINO; BOAVENTURA, 2013, p. 9).

Essa perspectiva acaba por reduzir o papel da ciência à aplicação, o que ocorre com frequência também em outras vertentes da proposta interdisciplinar:

Também encontramos a versão *aggiornada* da posição pró-empresarial, no difundido texto de Gibbons e outros, *La nueva producción del conocimiento* (1997). Aqui a questão é postulada em termos de superação do passado acadêmico, caracterizado pela existência das disciplinas com um sentido intra-teórico desvinculado das exigências que se atribui à “realidade”. Esta última evocaria as urgências do desenvolvimento econômico, que o autor lê como sendo aquelas dos donos das grandes empresas. Deste modo, se trata de trasladar o lugar de investigação da universidade para a empresa, do acadêmico ao produtivo-econômico, e de passar do interesse pela explicação ao interesse pela aplicação¹¹¹. (FOLLARI, 2005, p. 13).

E, dessa forma, essa ideologia se sobrepõe nos espaços acadêmicos à produção de conhecimento científico, buscando definir um tipo de “epistemologia” que a justifique. Assim ganham força os argumentos sobre um novo status do conhecimento inter- ou transdisciplinar, que seria mais moderno, ou pós-moderno. Ainda que a interdisciplinaridade não seja propriamente uma novidade.

O tema da interdisciplinaridade sempre retorna. Estabelecido no imaginário da completude que superaria as fracionalidades próprias de cada disciplina, ou no da feliz mescla que reúne tudo em um pastiche dissolutor das peculiaridades isolacionistas, volta com a insistência

¹¹¹ También encontramos la versión *aggiornada* de la posición proempresarial, en el difundido texto de Gibbons y otros, *La nueva producción del conocimiento* (1997). Aquí la cuestión es postulada en términos de superación del pasado académico, caracterizado por la existencia de las disciplinas con un sentido intra-teórico desgajado de las exigencias que se atribuye a “la realidad”. Esta última llamaría con fuerza desde las urgencias del desarrollo económico, que el autor lee como las de los dueños de las grandes empresas. De tal modo, se trata de trasladar el lugar de investigación desde la universidad a la empresa, de lo académico a lo productivo-económico, y de pasar del interés por la explicación al que se tenga por la aplicación.

dos arquétipos inconscientes, e se estabelece de novo em cada ocasião como se fosse a primeira¹¹². (FOLLARI, 2005, p. 7).

Além do desenvolvimentismo, outra vertente ideológica que inspirou a interdisciplinaridade foi o Maio de 68, movimento estudantil complexo. Uma das correntes aí presentes, a *New Left*, reduzia as universidades a simples aparelhos ideológicos, meros instrumentos da luta política.

De modo que outra vez está em cena a reinventada proposta do interdisciplinar, reprimida sua origem para que não seja advertida no que tem de repetição e de retorno. Com roupagens às vezes mudadas, às vezes idênticas, isto já se viveu nos anos setenta, como uma resposta às propostas dos alunos rebeldes de maio de 68 (Follari, 1982 e 1990). A interdisciplina encheu rios de tinta, legitimou programas em eleição para autoridades universitárias, agraciou informes de atividades, sem ter encontrado nunca os princípios epistemológicos que a tiraram do plano da proposta política até o da viabilidade acadêmica e da fecundidade investigativa. De tal modo, se perdeu no esquecimento até os anos oitenta, até que no fim dos anos noventa, vivemos um *revival* que, para ser plenamente tal – decidiu prescindir das citações e de outras elegâncias que fazem o repertório de, por exemplo, *remakes* cinematográficos. Neste caso, ninguém parece saber que houve um auge anterior do tema, ou ninguém quer dar conta de que o sabe. De modo que no campo discursivo, estamos (re)descobrimos continentes já descobertos¹¹³. (FOLLARI, 2005, p. 7-8).

Enfim, a discussão sobre a interdisciplinaridade não repousa em uma base epistemológica, mas em questões ideológicas, como mostra sua origem e desenvolvimento. O que de certa forma explica as fragilidades de suas bases.

Nosso interesse ao longo da tese se restringirá apenas à questão epistemológica, uma vez que os outros sentidos não são problemáticos, quer dizer, representam usos no qual a interdisciplinaridade não é oposta ao pensamento científico como “*novo*

¹¹² El tema de la interdisciplinar siempre retorna. Establecido en el imaginario de la completud que superaría las fraccionalidades propias de cada disciplina, o en el de la feliz mezcla que todo lo reúne hacia un pastiche disolutor de las peculiaridades aislacionistas, vuelve con la insistencia de los arquetipos inconscientes, y se establece de nuevo en cada ocasión como si fuese la primera.

¹¹³ De modo que otra vez está en escena la reinventada propuesta de lo interdisciplinar, reprimido su origen para que no sea advertida en lo que tiene de repetición y de retorno. Con ropajes a medias cambiados y a medias idénticos, esto ya se vivió en los años setenta, como una respuesta a las propuestas de los alumnos rebeldes de mayo del 68 (Follari, 1982 y 1990). La interdisciplina llenó ríos de tinta, legitimó programas en elecciones para autoridades universitarias, engalanó informes de actividades, (2005, p. 7) sin haber encontrado nunca los principios epistemológicos que la sacaran del plano de la propuesta política hacia el de la viabilidad académica y la fecundidad investigativa. De tal modo, se perdió en el olvido hacia los años ochenta, hasta que a fines de los años noventa vivimos un *revival* que – para ser plenamente tal – decidió prescindir de las citas y de otras elegancias que hacen al repertorio de, por ejemplo las *remakes* cinematográficas. En este caso, nadie parece saber que hubo un auge anterior del tema, o nadie quiere dar cuenta de que lo sabe. De modo que em el campo discursivo, estamos (re)descubriendo continentes ya descubiertos.

paradigma emergente”. A questão surge, então, quando a interdisciplinaridade passa a ser vista como uma maneira alternativa de geração de conhecimento, que para alguns chega mesmo a ser considerada como uma superação da ciência.

Disciplinas menos consolidadas teoricamente, como a Comunicação e a Educação, ficam expostas a estas propostas radicais, de modo que alguns julgam encontrar na interdisciplinaridade uma maneira de resolver seus problemas de fundamentação, objeto e método. Contudo a própria falta de clareza sobre o sentido de interdisciplinaridade traz uma importante implicação epistemológica: dependendo da maneira como se compreenda a interdisciplinaridade, a consequência lógica é negar a possibilidade de que a Comunicação possa se aproximar de uma disciplina científica, além de criar embaraços para as atividades de ensino e pesquisa.

Portanto, torna-se necessário buscar as origens da proposta interdisciplinar especificamente nos estudos de Comunicação, a fim de desnudar alguns problemas que restam deslocados pelo desconhecimento, por exemplo, da citada natureza ideológica da interdisciplinaridade e evidenciar as implicações epistemológicas da proposta. Passaremos, então, à apresentação das bases históricas da interdisciplinaridade em nossa área. A partir deste momento, empregaremos o sentido mais amplo (guarda-chuva) de interdisciplinaridade. Das muitas definições apresentadas, reteremos, portanto, o termo interdisciplinaridade nesta acepção mais abrangente.

3. Formação do pensamento interdisciplinar na Comunicação

Para nos aproximarmos mais ao tema no que diz respeito à pesquisa comunicacional, procederemos agora à apresentação da formação do pensamento interdisciplinar na área. Primeiramente, para levantar a bibliografia com as fontes necessárias, realizamos em 2011 uma busca no Portal de Periódicos da Capes, por artigos que tratassem de Comunicação e Interdisciplinaridade. Foram encontrados **473** artigos contendo os termos “Communication” E “Interdisciplinarity” em alguma parte do texto (título, ou *abstract*, ou corpo do texto). A intenção era encontrar artigos que discutissem a relação entre o campo da Comunicação e a proposta interdisciplinar. Excluímos os artigos que obviamente fugiam ao critério de seleção, como os que foram escritos em áreas como Medicina, Enfermagem, Ciência da Computação e etc., em que a palavra “comunicação” aparece sem qualquer referência a uma área de conhecimento. Também foram descartados os resultados repetidos, editoriais e *book reviews*. Posteriormente, foi feita uma análise qualitativa do conteúdo desses artigos, a partir do *abstract*. Foram excluídos, então, os artigos em que a palavra comunicação se referia apenas ao processo comunicativo, enquanto fenômeno empírico, e cujas análises não tinham relação com o objeto desta pesquisa. Restaram **57** artigos.

Entre estes artigos selecionados, estão trabalhos que se referem às Ciências da Informação, que em alguns países não são separadas dos estudos da Comunicação. Outros são pesquisas que dizem se dedicar a assuntos de comunicação, mídia e etc., a partir de uma perspectiva interdisciplinar, mas não são estudos epistemológicos sobre a relação entre Comunicação e interdisciplinaridade. São estudos de gênero e estudos sobre a internet, por exemplo, entre outros. Também foram encontrados artigos exclusivamente sobre interdisciplinaridade, em que são discutidos conceitos e características dessa proposta. São trabalhos da área de sociologia da ciência, filosofia da ciência e teoria do conhecimento, que interessaram enquanto bibliografia a ser consultada, ainda que não contribuam para identificar aspectos críticos quanto à proposta interdisciplinar e a Comunicação especificamente. Entretanto, em uma primeira leitura a partir do *abstract* dos artigos do Portal de Periódicos da Capes, nenhum estudo epistemológico propriamente dito sobre as relações da proposta interdisciplinar e a Comunicação foi encontrado.

Após o levantamento inicial, continuamos a busca nos sites dos principais periódicos da área, em livros sobre o tema e nos anais de congressos de Comunicação. Reunimos literatura em português, espanhol, francês e, principalmente, inglês. Com a conclusão dessa etapa, passamos à pesquisa bibliográfica, dada a natureza da investigação proposta:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44).

Este foi, portanto, o instrumento metodológico considerado mais apropriado para as primeiras fases da pesquisa: o levantamento das origens e das definições de interdisciplinaridade; e das bases históricas da interdisciplinaridade na Comunicação no contexto internacional e no Brasil.

3.1 Constituição dos estudos de comunicação

Vamos agora apresentar alguns aspectos relevantes para a compreensão de nosso objeto quanto à constituição dos estudos em Comunicação sob uma organização disciplinar. Simonson e Peters (2008, p. 764) apontam que “A história internacional dos estudos de comunicação e dos meios de comunicação ainda está para ser escrita. Até este ponto, a maioria das histórias tem sido nacionais, com o grosso da atenção sendo devotada a América do Norte e Europa ocidental¹¹⁴.” (SIMONSON & PETERS, 2008, p. 764). Resumidamente, podemos dizer que, nos Estados Unidos, os programas que se dedicam ao estudo da comunicação e dos meios (*media studies*) são numerosos e bem estabelecidos, com mais subcampos que em outros países, como estudos de discurso (*speech*) e retórica, comunicação interpessoal, comunicação organizacional, além das áreas relacionadas com os meios de comunicação. O Canadá, entretanto, costuma seguir o padrão internacional, com o destaque da contribuição de Innis e McLuhan para a área. Na América Latina, as primeiras escolas de jornalismo datam das décadas de 1930 e 1940. Os estudos de comunicação começaram nos anos 60, com trabalhos influenciados pela tradição norte-americana de estudos empíricos, além dos estudos críticos tratando

¹¹⁴ The international history of communication and media studies has yet to be written. To this point, most histories have been national, with the bulk of attention devoted to North America and western Europe.

do imperialismo cultural e da globalização (CRAIG, 2008, p. 678-679). Na Europa, destacam-se os estudos críticos de tradição francesa e alemã e os Estudos Culturais britânicos. No restante do mundo, os estudos de Comunicação seguem padrão semelhante, com forte influência dos modelos norte-americano e europeu.

As origens ou, como preferem chamar Simonson e Peters (2008), a “pré-história do campo”, remontam ao período de 1870 a 1939. Eles nos contam que não antes da década de 1880 surgiram os primeiros esforços acadêmicos coordenados no sentido de melhor compreender a imprensa e os fenômenos a ela relacionados. Os trabalhos mais importantes vieram da Alemanha, França e dos Estados Unidos, tendo como base disciplinar a economia política e a sociologia. Com o maior interesse despertado pela propaganda, depois da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, estudos acadêmicos de maior relevância tratando do tema foram desenvolvidos por pesquisadores como Harold Lasswell, Walter Lippmann e John Dewey. Nas décadas de 1920 e 1930, Rudolf Arnhheim e Kurt Lewin pesquisaram filmes e rádio, com o financiamento da *League of Nations* e da *Payne Fund*. Tarde, Simmel e Cooley escreveram sobre a interação face a face, mas Simonson e Peters afirmam que o trabalho de George Herbert Mead foi o que provocou maior impacto sobre os estudos de comunicação.

Ainda nos anos entre as duas guerras mundiais, acadêmicos da literatura também direcionaram seus interesses para a comunicação. Nos Estados Unidos, os professores se dividiram em dois grupos, um dedicado ao estudo tradicional da retórica e da oratória; e o outro defendendo a formação de uma “*speech science*”. Na Inglaterra, o trabalho de F. R. Leavis sobre a relação entre o jornalismo e a literatura no século XVIII e suas análises da cultura de massa a partir da crítica literária influenciaram Marshall McLuhan e Raymond Williams (SIMONSON & PETERS, 2008, 765-767). Ainda na “pré-história” do campo, enquanto escolas de jornalismo surgiam em países como China, Japão e Finlândia, nos anos 20; Brasil, Argentina, México entre outros países latino-americanos começaram a desenvolver seus estudos na área nas décadas de 30 e 40 (SIMONSON & PETERS, 2008, p. 765-766).

a. Década de 40 até 70

Durante a Segunda Guerra Mundial, os estudos sobre a comunicação ganharam relevância e receberam investimentos das agências governamentais, evidenciando o

papel que as questões práticas têm no impulso à pesquisa na área. Após a ascensão do nazismo na Europa, pesquisadores que teriam um papel importante nos estudos de comunicação migraram para os Estados Unidos, entre eles Paul Lazarsfeld e Theodor Adorno, o primeiro conhecido pela pesquisa empírica e preocupação metodológica e o segundo pela abordagem crítica.

A ascensão de Hitler e da Alemanha nazista provocaram o interesse dos EUA na propaganda e seus usos. Também trouxeram aos EUA eminentes acadêmicos judeus, como Paul Lazarsfeld e Kurt Lewin, pioneiros nos trabalhos sobre efeitos da mídia e dinâmicas dos grupos, respectivamente. O cientista político Harold Laswell desenvolveu o primeiro modelo de comunicação (Quem? Diz o quê? A quem? Com que efeito?)¹¹⁵. (EADIE, 2008, p. 634).

O estabelecimento institucional da Comunicação se deu por meio dos institutos, programas e departamentos, sendo que Schramm foi uma figura importante nesse processo, ao constituir o *Institute of Communication Research*, na Universidade de Illinois, em 1948; e outro similar em Stanford, em 1956. “Schramm editou livros de comunicação, treinou estudantes de graduação, e através de vastos contatos internacionais exerceu grande influência no campo¹¹⁶.” (SIMONSON & PETERS, 2008, p. 767).

Simonson e Peters definem o período que vai de 1940 a 1968 como a fase em que a Comunicação se institucionaliza, pois “Com graus variados de aceitação, a comunicação conquistara uma base institucional em grande parte do mundo em 1968¹¹⁷.” (SIMONSON & PETERS, 2008, p. 769). Se no começo dos anos 60, os pesquisadores saíam de seus campos (Ciências Políticas, Sociologia, Psicologia...) para analisar o processo comunicativo, nos anos que se seguiram a 1968, os estudos de Comunicação e dos meios amadureceram como uma disciplina, com escolas independentes de ensino e pesquisa.

No final dos anos 1960 os pesquisadores se encontravam regularmente em conferências nacionais e internacionais e publicavam em um crescente número de periódicos de comunicação. Nacional e

¹¹⁵ The rise of Hitler and Nazi Germany brought about interest in the US in propaganda and its uses. It also brought to the US eminent Jewish scholars, such as Paul Lazarsfeld and Kurt Lewin, who pioneered work on media effects and group dynamics, respectively. Political scientist Harold Lasswell developed the first communication model (Who? Says What? To Whom? With What Effect?).

¹¹⁶ Schramm edited communications readers, trained graduate students, and through wideranging international contacts exerted great influence on the field.

¹¹⁷ With varying degrees of acceptance, communications gained institutional footholds around much of the world by 1968.

internacionalmente, associações de comunicação como a *International Communication Association* (ICA) e a *International Association for Media e Communication Research* (IAMCR) apoiaram a pesquisa acadêmica e a sua disseminação em convenções e periódicos¹¹⁸. (PARCELL, 2008, p. 758)..

Paralelamente, no Canadá do final da década de 40 e começo da de 50, o economista político Harold Innis desenvolvia seus estudos sobre as relações entre a comunicação e os impérios, na Universidade de Toronto. “Ele foi o catalisador de um grupo interdisciplinar que lá se uniu em torno dos estudos de mídia e comunicações¹¹⁹ [...]” (SIMONSON & PETERS, 2008, p. 769). O grupo era liderado por Marshall McLuhan e pelo antropólogo cultural Edmund Carpenter, responsável pela publicação do periódico *Explorations*. “O Canadá não teve programas de graduação em comunicação antes dos anos 70, mas o grupo *Explorations* foi pioneiro em uma distinta combinação de análise cultural, literária e histórica diferenciada da corrente dominante da pesquisa americana¹²⁰.” (SIMONSON & PETERS, 2008, p. 769).

Ambos esses colegas da Universidade de Toronto [McLuhan e Innis] focaram no desenvolvimento da tecnologia e na natureza e usos da mídia de uma perspectiva histórica e crítica. McLuhan, em particular, se tornou amplamente conhecido nos anos 1960 e 1970 e era, talvez, o acadêmico da comunicação com o maior grau de reconhecimento popular, ao ponto de fazer uma participação especial como ele mesmo no filme de Woody Allen *Annie Hall*, em 1977¹²¹. (EADIE, 2008, p. 636).

Na Europa, a pesquisa desenvolvida toma como base a teoria crítica. Diferentemente dos pesquisadores norte-americanos e seus estudos geralmente de base empírica e quantitativa, “Este trabalho geralmente tem raízes nas questões políticas e sociais, e os resultados da pesquisa são adaptados para promover mudança social [...]” (PARCELL, 2008, p. 759). Na França, os estudos sobre a imprensa foram retomados

¹¹⁸ By the late 1960s scholars regularly met at national and international conferences and published in a growing number of communication journals. National as well as international communication associations like the International Communication Association (ICA) and the International Association for Media and Communication Research (IAMCR) all support scholarly research and its dissemination through conventions and Journals.

¹¹⁹ He was the catalyst for an interdisciplinary group there which coalesced around the study of media and communications [...].

¹²⁰ Canada had no graduate programs in communication before the 1970s, but the *Explorations* group pioneered a distinctive blend of cultural, literary, and historical analysis that distinguished it from the mainstream of American research (Medium Theory)

¹²¹ These University of Toronto colleagues both [McLuhan e Innis] focused on the development of technology and the nature and uses of media from a historical and critical perspective. McLuhan, in particular, became widely known in the 1960s and 1970s and was, perhaps, the communication scholar with the greatest degree of popular recognition, to the point of appearing in a cameo role as himself in Woody Allen’s film *Annie Hall*, in 1977.

após a guerra sob a liderança de Fernand Terrou, historiador e jurista, proeminente no campo conhecido como *informação* naquele país. Duas outras fontes de influência apontadas por Simonson e Peters emergiram nos anos 60 no continente europeu: o *Centre d'Études des Communications de Masse* (CECMAS), fundado em Paris pelo sociólogo Georges Friedmann, por Edgar Morin e por Roland Barthes; e o *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), estabelecido em Birmingham por Richard Hoggart, em 1964. O primeiro publicava o periódico *Communications*, que funcionava como “[...] um fórum ecumênico sobre comunicação e cultura antes de se tornar a principal saída para a semiologia no final da década.¹²²”. O segundo era um instituto de pesquisa que “[...] complementava métodos de crítica literária com sociologia e história¹²³ [...]” (SIMONSON & PETERS, 2008, p. 769).

Nordenstreng (2004, p. 5-6) faz uma revisão da evolução do campo desde os anos 50, apontando seis estágios de desenvolvimento (*ferments*), coincidentes com a história do pensamento de esquerda (*leftist thinking*). Ele destaca como nas seis décadas a partir de seu surgimento os estudos de comunicação foram influenciados pela Esquerda, para demonstrar que a evolução do campo está estreitamente ligada ao pensamento esquerdista e que este desenvolvimento passou por várias mudanças e incluiu muitas contradições. Nordenstreng assinala que o conceito de esquerda é problemático, por isso o utiliza genericamente para abordagens críticas e progressistas. Mas ele cita Tarmo Malmberg quanto às possíveis distinções políticas da Esquerda – uma primeira que envolve os dois lados políticos da esquerda: comunistas e sociais democratas; e também uma segunda, em que é preciso distinguir a antiga esquerda, antes de 1960; a Nova Esquerda (*New Left*) dos anos 60 e 70, e ainda a Esquerda pós-moderna dos anos 80 e 90 (2004, endnote, p. 15). Além disso, aponta a importância para o campo da reforma do ensino superior europeia que ficou conhecida como “*Bologna process*”, pois “Bolonha convida – na prática obriga – cada grande área a reescrever seu currículo, e nesse processo não se pode escapar a definir o perfil disciplinar e os elementos centrais de cada área¹²⁴”. (NORDENSTRENG, 2007, p. 213). Na primeira “fermentação”, correspondente à década de 1950, a Esquerda seria invisível:

¹²² [...] an ecumenical forum on communication [...] and culture before it became the leading outlet for semiology late in the decade.

¹²³ [...] supplemented methods of literary criticism [...] with sociology and history.

¹²⁴ Bologna invites – in practice compels – each major subject to rewrite its curriculum, and in this process one cannot help defining the disciplinary profile and core elements of each subject.

Esse é o estágio de formação da moderna pesquisa da comunicação (de massa), quando o campo havia emergido e se estabelecido na academia assim como na indústria da mídia pela Europa e América do Norte. Um marco institucional desse estágio é a fundação da International Association for Communication Research (IAMCR) em 1957. E é uma característica desse período que o pensamento esquerdista teve pouco ou nenhum lugar na corrente dominante do novo campo. Contudo, ao lado da corrente dominante havia significativos bolsões de Marxismo, especialmente na França (Louis Althusser), mas também no Reino Unido (Raymond Williams)¹²⁵. (NORDENSTRENG, 2004, p. 6).

Já na segunda “fermentação” (década de 1960), a Esquerda estaria na ofensiva, a partir das revoltas de estudantes e trabalhadores que marcaram esse período e afetaram todas as ciências sociais, com questionamentos à hegemonia do positivismo. No período seguinte, a década de 70 – terceira “fermentação”, a Esquerda estaria estabelecida, tendo conquistado a posição de principal desafiadora dos poderes hegemônicos da mídia e da academia. Esta década foi marcada também por distensões dentro da própria esquerda, com uma linha mais moderada, identificada com os sociais democratas, e outra mais radical, incluindo os stalinistas e maoístas. Além disso, o período foi marcado pelas instituições internacionais que forneceram apoio para o desenvolvimento de linhas de pensamento progressistas. A Unesco foi uma das instituições que desde o final da década de 60 promoveu a pesquisa em comunicação sob o viés progressista. (NORDENSTRENG, 2004, p. 7). Simonson e Peters (2008, p. 767) levantaram que a função da Unesco também estava atrelada aos esforços do governo americano para expandir sua influência no mundo, a partir do incentivo às pesquisas em comunicação. Após a guerra, portanto, os estudos da comunicação se disseminaram por todo o mundo, com o apoio dessa instituição.

A UNESCO teve um importante papel depois de 1947 publicando bibliografias, apoiando estudos dos sistemas de comunicação de massa pelo mundo, e financiando centros de pesquisa, sobretudo o *International Center for Advanced Study of Journalism in Latin America* (CIESPAL, est. 1959 in Quito, Ecuador)¹²⁶. (SIMONSON & PETERS, 2008, p. 768).

¹²⁵ This is the formative stage of modern (mass) communication research, when the field had emerged and established itself in academia as well as in the media industry throughout Europe and North America. An institutional landmark of this stage is the founding of the International Association for Mass Communication Research (IAMCR) in 1957. And it is characteristic of this period that leftist thinking had little or no place in the mainstream of the new field. However, beside the mainstream there were significant pockets of Marxism, especially in France (Louis Althusser), but also in the UK (Raymond Williams).

¹²⁶ UNESCO played important roles after 1947 by publishing bibliographies, sponsoring studies of mass communication systems around the world, and funding research centers, most notably the International Center for Advanced Study of Journalism in Latin America (CIESPAL, est. 1959 in Quito, Ecuador).

O Ciespal – Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para América Latina, foi uma resposta do governo dos EUA à revolução cubana, a fim de marcar posição na América Latina (BERGER, 2001, p. 242). E os primeiros estudos sobre comunicação no continente latino-americano foram produzidos justamente no âmbito do Ciespal, fundado em 1959, pela Unesco, OEA e o governo do Equador. A criação do centro se alinha à estratégia da Unesco de utilizar a comunicação para promover o desenvolvimento. “O diagnóstico feito na década de 1950 – publicado no volume *La formation des Journalistes* (1958) – indicava que os países em vias de desenvolvimento deveriam ser estimulados a acelerar os processos de mudança social, educando a população por meio da mídia.” (MARQUES DE MELO, 2009, p. 15).

Os primórdios latino-americanos foram bastante promissores: desde o começo da década de 1960, o *Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina* (CIESPAL), filiado à UNESCO e sediado em Quito, estimulava fortemente a pesquisa acadêmica e a busca de excelência no ensino de jornalismo. Em fins dos anos 1960, no Rio de Janeiro e São Paulo, intelectuais de áreas diversas, muitos deles influenciados pelo estruturalismo lévi-straussiano e pela psicanálise lacaniana, foram atraídos pelo campo comunicacional. (CABRAL, 2012, p. 25).

Marques de Melo (2007, p. 14) aponta que uma obra encomendada pela própria Unesco, *Mass Media and National Development*, de Wilbur Schramm (1964), foi fundamental para que as relações entre comunicação e desenvolvimento conquistassem legitimidade acadêmica. O centro é considerado um divisor de águas no estudo científico da comunicação na região (MARQUES DE MELO, 2009).

Em seminário entre os pesquisadores latino-americanos, realizado em 1973, na Costa Rica, o trabalho do Ciespal foi avaliado e redirecionado no sentido de buscar suas raízes na própria América Latina, introduzindo a preocupação com a comunicação popular, a pesquisa participante, a substituição dos professores estrangeiros por argentinos, chilenos e brasileiros (BERGER, 2001). Foi um momento de revisão e de uma tentativa de readequação desses estudos à realidade local.

Foi, portanto, entre o final dos anos 60 e o início dos anos 70, que principiou uma reflexão efetivamente latino-americana a respeito da comunicação, marcada pela influência da esquerda, que conquistava espaço no continente, e pela oposição ao *american way of life*. Entretanto, essa onda de busca pela liberdade do continente, que

se manifestou em várias esferas (cultura, educação, política), foi freada pelas ditaduras militares que se implantaram em vários países da América Latina, como afirma Berger:

É neste contexto contraditório – de sonho e luta pelo socialismo e de intervenção militar e do capital norte-americano – que a Comunicação de Massa, como investimento econômico e projeto de dominação, é introduzida e sedimentada no continente. Comunicação identificada com a televisão (e esta com modernização), e com financiamento norte-americano (e este com desenvolvimento), formando o pano de fundo e a motivação para a produção de uma pesquisa crítica sobre o projeto de comunicação massiva que se instalava e ganhava adesões. (BERGER, 2001, p. 248).

Percebe-se, portanto, que a pesquisa, nessa perspectiva crítica, confundia-se com comprometimento político.

[...] era preciso denunciar o funcionalismo, a televisão comercial, os fluxos internacionais da notícia, as histórias em quadrinhos, as políticas de comunicação (ou a falta delas), as corporações multinacionais, a Indústria Cultural, a estrutura transnacional de informação, o cinema de Hollywood, a manipulação ideológica, a publicidade e as pesquisas de opinião, as novas tecnologias, a miséria da informação, o imperialismo cultural. (BERGER, 2001, p. 257).

Abordaremos com mais detalhes as consequências dessa vinculação entre comunicação e ação política mais adiante, quando apresentarmos a tradição dos Estudos Culturais e as reflexões epistemológicas da pesquisa brasileira sobre a Comunicação.

d. Anos 70-80 em diante

Embora tradicionalmente se oponha a pesquisa desenvolvida na Europa a dos Estados Unidos (crítica x administrativa), McQuail (2008, p. 639) acredita que até o momento do Maio de 1968 não havia diferenças significativas, a não ser pelos estudos de cultura popular, desenvolvidos especialmente no Reino Unido; e na preferência dos europeus por métodos qualitativos, como a etnografia e a os derivados da semiologia e linguística.

Até cerca de 1970, havia muito poucos programas de estudo em qualquer nível ou propósito, fossem acadêmicos ou profissionais. O estudo da mídia era principalmente um exercício de pesquisa individual ou organizado em um punhado de centros de pesquisa subfinanciados. Ocasionalmente havia cursos no interior de um quadro de análise da política, sociologia, psicologia ou educação. Em alguns países, havia instituições separadas para a formação profissional dos jornalistas, mas os cursos eram orientados para a prática e faziam poucas contribuições para a pesquisa e a teoria¹²⁷.

¹²⁷ Until about 1970, there were very few programs of study at any level or for any purpose, whether

(MCQUAIL, 2008, p. 640).

McQuail acrescenta que uma exceção significativa a essa regra eram as universidades da Alemanha, que tinham cursos de Ciências da Comunicação. Ou seja, apesar de as tradições intelectuais mais antigas de estudo da comunicação terem sua origem na Europa, foi apenas nos anos 70 que a pesquisa se organizou como um campo acadêmico na Europa Ocidental e, no período pós-União Soviética, na parte oriental do continente e na Rússia (CRAIG, 2008, p. 680). Nos anos 80, a situação começa a mudar, com uma rápida expansão dos cursos de comunicação, impulsionados pelo crescimento da demanda de estudantes e incentivos governamentais. Atualmente, para os franceses, o campo comunicacional tem autonomia disciplinar, de acordo com a SFSIC, a sociedade aglutinadora dos comunicólogos franceses, que adotou o termo *Sciences de l'Information et de la Communication*. Já no contexto anglo-saxão, o campo é tratado como mero segmento acadêmico, sendo usados os termos *Communication Science, Communication Research ou Communication Scholarship*. (ROSENGREN, 2000, *apud* MARQUES DE MELO, 2003). E, se até os anos 80 norte-americanos e europeus tendiam a trabalhar isoladamente, a partir de então a intensificação dos congressos e a maior circulação das publicações aumentou a colaboração entre esses pesquisadores, antes separados por diferentes escolas de pensamento e paradigmas (PARCELL, 2008).

No quarto período de “fermentação” (1980), Nordenstreng (2004, p. 7-8) descreve que a Esquerda passa a ser desafiada, tanto interna quanto externamente. A crítica interna vem principalmente do crescimento dos Estudos Culturais e do feminismo, e a externa advém da crescente comercialização da mídia e da cultura. O quinto período, já na década de 90, corresponde a uma fase de “cooptação” da Esquerda, na fase pós-guerra fria, a partir de influências neoliberais e populistas-conservadoras; e das novas tecnologias da informação e da comunicação. Nordenstreng questiona se a sexta e última fase de “fermentação” (anos 2000) poderia ser caracterizada pela volta da Esquerda, devido às contradições inerentes ao mundo globalizado.

É possível ver isso como a escrita na parede das verdadeiras ideias

academic or professional. The study of media was mainly an individual research pursuit or organized in a handful of underfunded research centers. Occasionally there were courses within the framework of the study of politics, sociology, psychology, or education. In some countries there were separate institutions for the professional training of journalists, but the courses were practical in orientation and made little contribution to research and theory.

esquerdistas – como o estágio final quando a Esquerda está sendo totalmente cooptada pelo Sistema, nomeadamente através do papel ativo dos esquerdistas na aplicação das TIC [Information and Communication Technologies], não só como instrumentos técnicos, mas acima de tudo como ferramentas conceituais para a construção de uma nova teoria de redes da sociedade à la Manuel Castells. Por outro lado, há bons fundamentos para uma leitura otimista das tendências, em que a Esquerda não é apenas sustentada, mas mesmo revigorada pela lógica do desenvolvimento socioeconômico em si, incluindo os novos movimentos sociais e a tendência de radicalização no interior da classe média¹²⁸. (NORDENSTRENG, 2004, p. 8).

Quanto às outras regiões do mundo, Craig (CRAIG, 2008, p. 681-682) diz que na Índia, no Paquistão e nos países próximos o campo da Comunicação teve um desenvolvimento lento entre os anos 40 e 80. Sua base eram os cursos de jornalismo das universidades e as iniciativas financiadas pelos organismos internacionais preocupados com a questão do desenvolvimento. Uma segunda fase de crescimento mais rápido ocorreu na década de 1990, quando a liberalização econômica e a privatização da educação provocaram maior demanda por profissionais e pesquisas na área de comunicação. No leste asiático, Craig afirma que o campo da comunicação floresceu, com potencial de importantes contribuições estimuladas pelos esforços de adaptar a disciplina às tradições culturais locais:

A pesquisa e o ensino em comunicação, principalmente em jornalismo e estudos da mídia, são bem estabelecidos em *Taiwan* e *Hong Kong* e tem se desenvolvido rapidamente na *China* continental desde os anos 1990 assim que a liberalização econômica expandiu o mercado de trabalho para profissionais de comunicação. O campo é também muito desenvolvido na *Coréia do Sul*, onde a maioria das universidades instituiu programas de jornalismo e comunicação desde os anos 1970, e onde a comunicação interpessoal e os estudos de relações públicas estão crescendo junto com os já estabelecidos e ainda dominantes campos da mídia. A educação em jornalismo baseada no modelo dos EUA começou a se desenvolver no Japão depois da Segunda Guerra Mundial e o campo da comunicação tem emergido gradualmente nas décadas recentes¹²⁹. (CRAIG, 2008, p. 682).

¹²⁸ It is possible to see it as the writing on the wall for true leftist ideas – as the final stage when the Left is being totally co-opted by the System, not least through the active role of the leftists in applying ICT [Information and Communication Technologies] not only as technical instruments but above all as conceptual tools in the construction of a new network theory of society à la Manuel Castells. On the other hand, there are also good grounds for an optimistic reading of the trends, whereby the Left is not only sustained but even invigorated by the logic of the socio-economic development itself, including the new social movements and radicalization tendencies within the middle class.

¹²⁹ Communication research and education, mainly in journalism and media studies, are well established in *Taiwan* and *Hong Kong* and have been developing rapidly in mainland *China* since the 1990s as economic liberalization has expanded the job market for communication professionals. The field is also highly developed in *South Korea*, where most universities have instituted journalism and communication

Já na África, a produção acadêmica sofre os impactos da herança pós-colonial. Nos países com maior desenvolvimento de uma mídia industrial, há cursos de comunicação para formação de profissionais para o setor. No Mundo Árabe, Craig aponta maior crescimento a partir dos anos 80, com mais de 70 programas espalhados pela região, em sua maioria dedicados principalmente à formação de profissionais. A pesquisa e os centros acadêmicos tanto na África quanto no Oriente Médio tendem a seguir os padrões ocidentais. A situação é um pouco diferente em Israel, onde a comunicação se desenvolveu com mais fôlego com a criação de um instituto dedicado a esses estudos em 1966. A partir da década de 90, a ênfase maior passou a ser na formação de profissionais para abastecer os setores da mídia, após sua privatização. “Além da pesquisa de mídia, tanto administrativa quanto crítica, os acadêmicos israelenses têm se destacado nos estudos culturais, estudos de discurso, e etnografias da comunicação, entre outros campos.¹³⁰” (CRAIG, 2008, p. 681).

e. Estatuto da Comunicação

Quando os estudos de Comunicação despontaram no final do século XIX, com importantes trabalhos na Alemanha, na França e nos EUA, estavam ainda dispersos em tópicos como sistemas de transporte, comportamento de multidões e jornais (CRAIG, 2008, p. 676). A pesquisa em Comunicação cresceu e se institucionalizou como um campo acadêmico na segunda metade do século XX, após a segunda guerra, sendo que a “[...] formação do campo resultou de diferentes fontes, a partir da convergência parcial de várias disciplinas e linhas de investigação que se intersectaram de formas complexas, todas relacionadas de algum modo com o fenômeno da ‘comunicação’ [...]”. (CRAIG, 2008, p. 677). Daí que a diversidade tenha caracterizado desde os primórdios o desenvolvimento histórico do campo. Craig identifica duas fontes iniciais entre as tradições que deram base ao campo: 1) as humanidades - retórica, dialética e poética da Grécia antiga; além de Estética, hermenêutica, historiografia e linguísticas do século XIX; 2) e as ciências sociais - psicologia experimental e as ciências sociais cristalizadas no século XX: antropologia, economia, ciência política e sociologia, mas não comunicação (ABBOT, 2001 *apud* CRAIG, 2008). Craig afirma que a comunicação se

programs since the 1970s, and where interpersonal communication and public relations studies are now growing along with the earlier established and still dominant media fields. Journalism education based on US models began to develop in *Japan* after World War II and the field of communication has gradually emerged in recent decades.

¹³⁰ In addition to media research, both administrative and critical, Israeli scholars have been prominent in cultural studies, discourse studies, and ethnography of communication, among other fields.

tornou t3pico de interesse entre as diversas disciplinas e um est3mulo para o trabalho interdisciplinar, e que justamente esse aspecto levou 3 a institucionaliza33o do campo (CRAIG, 2008, p. 677). “A disciplina comunicacional inicialmente tentou definir-se como uma esp3cie de centro de coordena33o interdisciplinar para todas essas abordagens disciplinares.” (CRAIG, 1999, p. 121).

Em texto elaborado a partir de sua participa33o em um painel sugerido pela Unesco – “*Proposals for and International Programme of Communication Research*”, em 1971, Nordenstreng finalizou sua apresenta33o com algumas recomenda33es para a 3rea. No que tange 3 a interdisciplinaridade, ele afirmou que:

N3s n3o devemos cair de novo na mistifica33o da pesquisa de meios de comunica33o, ou seja, uma ilus3o de uma disciplina isolada. Afinal de contas, a pesquisa de comunica33o de massa sempre foi e sempre permanecer3 um campo em vez de uma disciplina independente. Aqui eu sinceramente apoio Wilbur Schramm, que falou em uma encruzilhada em que muitos passam e poucos permanecem¹³¹. (NORDENSTRENG, 2007, p. 218)

Al3m da diversidade da produ33o da 3rea, a Comunica33o 3 o campo de pesquisa que tem apresentado um dos maiores crescimentos nos 3ltimos 30 anos, afirma Donsbach (2006, p. 437), talvez equiparado apenas 3 biotecnologia ou ci3ncias da computa33o.

Quando eu comecei como estudante no final dos anos 60/come3o dos anos 70, nossos professores eram generalistas, isto 3, eles estavam olhando todo o campo e todo o processo de comunica33o, ao menos na comunica33o p3blica. Um dia eles faziam pesquisa sobre jornalistas, no dia seguinte sobre os efeitos emocionais das imagens e depois, por exemplo, sobre as leis e pol3ticas dos meios de comunica33o. Hoje, restaram apenas poucos generalistas; nomes como Denis McQuail, Elisabeth Noelle-Neumann, ou Elihu Katz vem 3 mente.¹³² (DONSBACH, 2006, p. 437).

Da mesma forma, enquanto nos primeiros anos existiam poucos peri3dicos que tratavam de comunica33o, e era poss3vel se manter atualizado sobre os desdobramentos da 3rea, atualmente esse n3mero pode ser contabilizado em 40, 50 ou mesmo um

¹³¹ We should not fall back on a mystification of media research, i.e. an illusion of an isolated discipline. After all, mass communication research has always been and will always remain a field rather than an independent discipline. Here I wholeheartedly support Wilbur Schramm, who spoke about a crossroads where many pass but few remain.

¹³² When I started as a student in the late ‘60s/early ‘70s, our professors were generalists, that is, they were overlooking the whole field and the whole communication process, at least in public communication. One day they would do research on journalists, the next on emotional effects of pictures, and then, for instance, on media law and politics. Today, there are only a few such generalists left; names like Denis McQuail, Elisabeth Noelle-Neumann, or Elihu Katz come to mind.

número maior, de acordo com Donsbach (2006, p. 437), o que inviabiliza que um mesmo pesquisador possa dar conta de tudo que é produzido pelo campo.

Diante de tamanha diversidade encontrada na área, da crescente produção e dos desafios colocados pela proposta interdisciplinar, a discussão epistemológica quanto ao estatuto da Comunicação tem sido tema de debates no contexto internacional pelo menos desde os anos 80. Em 1983, foi publicado um número especial do periódico *Journal of Communication*, com o nome de “*Ferment in the field*”, em que pesquisadores dos fenômenos comunicacionais discutiram a situação da área e os novos desafios. Parcell comenta que, apesar de todas as críticas, a edição mostrou que “A pesquisa em comunicação, ao que pareceu, estava muito viva¹³³.” (PARCELL, 2008, p. 758).

A "Fermentação no Campo" abordada por uma edição especial do *Journal of Communication (JOC)* em 1983 principalmente dizia respeito à insurgência dos estudos culturais críticos e da economia política contra a tradição estabelecida da pesquisa funcionalista dos meios de comunicação (Gerbner, 1983). Porque as abordagens insurgentes ganharam aceitação antes na Europa e em outros lugares que não os EUA, a “fermentação” também envolveu tensões entre diferentes tradições nacionais no interior de um campo crescentemente internacionalizado¹³⁴. (CRAIG, 2008, p. 684).

Para Craig, está implícito na edição o tema da “unidade na diversidade”, ainda que muitos não concordem com a ideia, porque “Os dissidentes estão agora ‘no’ campo. O campo será redefinido para incluí-los¹³⁵” (CRAIG, 2008, p. 684). A despeito da ideia de “unidade na diversidade”, há também o debate em torno de duas propostas divergentes: a existência de uma disciplina, sentido em que as exigências institucionais forcem a área (DONSBACH, 2006 *apud* CRAIG, 2008); ou se a configuração deve ser de um campo interdisciplinar, caracterização que para muitos traria abordagens mais frutíferas que o isolamento e que faria a área prosperar (BENIGER, 1988, 1990 *apud* CRAIG, 2008), além de que impediria o empobrecimento da pesquisa sobre comunicação (PETERS, 1986 *apud* CRAIG, 2008).

¹³³ Communication research, it appeared, was very much alive.

¹³⁴ The ‘Ferment in the Field’ addressed by a special issue of the *Journal of Communication (JOC)* in 1983 mainly concerned the insurgency of critical cultural studies and political economy against the established tradition of functionalist mass communication research (Gerbner, 1983). Because the insurgent approaches had gained earlier acceptance in Europe and elsewhere than in the USA, the ‘ferment’ also involved tensions between different national traditions within an increasingly internationalized field.

¹³⁵ The dissidents were now ‘in’ the field. The field would be redefined to include them.

A temática da conferência da ICA de 1985, “*Beyond Polemics: Paradigm Dialogues*”, e dois volumes de ensaios editados logo após retomaram a discussão. Entre os autores, dois dos mais reconhecidos teóricos da interdisciplinaridade: Stuart Hall e Anthony Giddens. Para Craig, o “diálogo de paradigmas” proposto enfatizava “[...] o pluralismo epistemológico, a abertura interdisciplinar, e a reflexividade crítica nos estudos da comunicação.¹³⁶” (CRAIG, 2008, p. 685).

Dez anos depois do número especial “*Ferment in the field*”, a falta de consenso quanto ao estatuto do campo prosseguia. Duas edições especiais do *Journal of Communication* retomaram a discussão em 1993. De acordo com Craig (1998), enquanto parte dos artigos tratava a Comunicação como uma disciplina sem avançar nas questões envolvendo esse estatuto, outros afirmavam a identidade não disciplinar da área. Mesmo entre estes últimos prevalecia a falta de acordo sobre o que fazer a respeito, ou até mesmo se seria necessário tomar alguma atitude quanto a esse estatuto do campo:

Alguns estavam otimistas que o campo estava emergindo para um estatuto disciplinar; outros pareciam igualmente certos de que isto não estava acontecendo. Alguns viam a contínua fragmentação do campo como um problema; outros celebravam a fragmentação como uma valiosa fonte de força adaptativa. Alguns clamavam urgentemente por esforços para definir o foco intelectual da disciplina; outros tão urgentemente quanto insistiam que qualquer esforço para definir um núcleo teórico seria não só inútil, mas contraproducente. Outros ainda não eram claros sobre a possibilidade ou conveniência de se tornar uma disciplina, mas, no entanto, propuseram várias definições conceituais do campo da comunicação¹³⁷. (CRAIG, 1998, p. 686).

Nordenstreng comenta que a edição “*Ferment in the field*” lançou um metaolhar sobre o tipo de trabalho que estava sendo feito, mas que não chegou a revelar nenhuma “verdade final” sobre o estado da arte das pesquisas que vinham sendo implementadas. Além disso, a edição especial de 1993 não fez outra coisa que repetir esse “[...] panorama do campo, ‘entre a fragmentação e a coesão’ (o título da edição) sem

¹³⁶ [...] epistemological pluralism, interdisciplinary openness, and critical reflexivity in communication studies.

¹³⁷ Some were optimistic that the field was emerging towards disciplinary status; others seemed equally certain that no such thing was happening. Some saw the continuing fragmentation of the field as a problem; others celebrated fragmentation as an invaluable source of adaptive strength. Some called urgently for efforts to define the intellectual focus of the discipline; others just as urgently insisted that any such effort to define a theoretical core would be not only useless but counterproductive. Still others were unclear about the possibility or desirability of becoming a discipline but nevertheless proposed various conceptual definitions of the communication field.

perspectivas particularmente intrigantes ou desafiadoras.¹³⁸” (NORDENSTRENG, 2007, p. 212).

Para Craig, a situação não mudou muito até meados dos anos 2000:

A desconexão entre a comunicação interpessoal e a de massa ainda era considerada por alguns como um problema (McMahan, 2004), assim como o contínuo crescimento institucional do campo sem um consenso em um núcleo teórico e uma epistemologia científica rigorosa (Donsbach, 2006). A visão pluralística do "diálogo de paradigmas" ainda continua (Dervin, 2006; Putnam, 2001), assim como os esforços para definir um núcleo teórico disciplinar que possa ainda acomodar o pluralismo do campo (Craig, 1999, 2007, forthcoming)¹³⁹. (CRAIG, 2008, p. 686).

Craig (2008, p. 684) aponta que, embora o estatuto disciplinar da Comunicação não seja consenso entre os acadêmicos da área, há alguns elementos que indicam uma configuração disciplinar da Comunicação. Cita a definição de Abbott (2001 *apud* CRAIG, 2008) para disciplina: um campo se tornaria disciplina quando há um mercado de trabalho para quem concluiu um doutorado na área. Nesse sentido, Donsbach (2006 *apud* CRAIG, 2008) mostrou que um levantamento entre os membros da ICA em 2005 evidenciou que dois 2/3 deles já tem formação acadêmica em Comunicação. E a tendência é crescente entre os membros mais novos. “Os céticos, no entanto, ainda podem debater se a comunicação é suficientemente coerente e distinta das outras disciplinas em seus métodos, teorias e objetos de estudo para garantir ser admitida neste clube exclusivo¹⁴⁰.” (CRAIG, 2008, p. 684).

Apesar de todo o desenvolvimento do campo, as contribuições das disciplinas que constituíram os primeiros estudos de comunicação “[...] nunca foram fortemente integradas como um coerente corpo de pensamento¹⁴¹”, de acordo com Craig (2008, p. 677). Sendo que a mesma variedade de contribuições das diferentes áreas que proporcionou a riqueza do campo em formação foi responsável pelo estado de dispersão

¹³⁸ [...] panorama of the field “between fragmentation and cohesion” (the title of the issue) without particularly intriguing or challenging perspectives.

¹³⁹ The disconnection between interpersonal and mass communication research was still regarded by some as a problem (McMahan, 2004), as was the continued institutional growth of the field without any consensus on a theoretical core and a rigorous scientific epistemology (Donsbach, 2006). The pluralistic vision of ‘paradigm dialogues’ also continued (Dervin, 2006; Putnam, 2001), as did efforts to define a disciplinary theoretical core that could still accommodate the field’s pluralism (Craig, 1999, 2007, forthcoming).

¹⁴⁰ Skeptics, however, still may debate whether communication is sufficiently coherent and distinct from other disciplines in its methods, theories, and objects of study to warrant admitting it to that exclusive club.

¹⁴¹ [...] have never been tightly integrated as a coherent body of thought.

posterior: “[...] assim que muitos pesquisadores abandonaram a pesquisa em comunicação, o campo foi deixado com uma vasta gama de teorias e métodos que não podiam responder independentemente muitos problemas da comunicação¹⁴².” (PARCELL, 2008, p. 757).

Parcell (2008, p. 758) conta que, apesar de ter se formado a partir das outras ciências sociais, a Comunicação perdeu contato com as demais disciplinas sociais, mas que nos anos recentes cresceu o número de trabalhos multidisciplinares envolvendo pesquisadores da Comunicação e das outras ciências sociais. Nordenstreng (2007, p. 212) acredita que a grande diversidade do campo é problemática se tivermos em conta uma perspectiva mais ampla da história das ciências. Pois estaríamos tanto abandonando nossas raízes na psicologia, sociologia e ciência política, quanto estaríamos nos tornando mais dependentes de pesquisas aplicadas, submetidas às instituições existentes. Isso significaria, em sua opinião, uma pesquisa de tipo administrativa em vez de crítica.

Finalmente, podemos apontar ainda que à Comunicação também tem sido atribuídos outros tipos de estatutos além do disciplinar e do interdisciplinar, não menos confusos e problemáticos que este último. Shepherd (1993, p. 88, *apud* SHOLLE, 1995, p. 136-137) cataloga três ou quatro possibilidades para a área:

[...] uma resposta indisciplinar (um mecanismo de cópia em que nós continuamos a serviço de outras disciplinas); a resposta antidisciplinar, na qual as fundações são rejeitadas; a resposta disciplinar, na qual a comunicação é fundamentada ontologicamente. Eu acrescentaria uma quarta, a resposta interdisciplinar. [...] Minha afirmação é que os estudos de mídia vão prosperar intelectualmente, moralmente e materialmente forjando uma solução que esteja entre as respostas anti- e a inter-disciplinares.¹⁴³ (SHOLLE, 1995, p. 136-137).

Sholle defende que a comunicação pode ser melhor entendida como uma pós-disciplina, dado o papel da área de questionamento das disciplinas e a invenção de novas formas de interdisciplinaridade:

¹⁴² [...] as many of these scholars then moved away from communication research, the field was left with a wide array of theories and methods that couldn't independently answer many communication problems.

¹⁴³ [...] the undisciplinary response (a coping mechanism in which we continue to service other disciplines); the antidisciplinary response, in which foundations are rejected; the disciplinary response, in which communication is grounded ontologically. I would add a fourth, the interdisciplinary response. [...] My contention is that media studies will prosper intellectually, morally, and materially by forging a solution that lies between the anti- and inter-disciplinary responses.

Assim, a pós-disciplinaridade não aceita a interdisciplinaridade como um simples casamento de campos, nem rejeita todas as estruturas de conhecimento numa simples reação antidisciplinar. A pós-disciplinaridade como uma prática reconhece as mudanças que estão ocorrendo nas universidades (a reinvenção da interdisciplinaridade, o revigoração dos núcleos de artes liberais, a formação de institutos transdisciplinares, etc.) e apela aos estudos da mídia para se posicionarem como fundamentais na formação das novas formas de conhecimento acadêmico.¹⁴⁴ (SHOLLE, 1995, p. 140).

Entretanto, a proposta pós-disciplinar tampouco resolve os problemas de fundamentação da área ou reduz a dispersão, tal qual a interdisciplinaridade. Discussão esta que retomaremos mais adiante. Procederemos, então, à apresentação das contribuições específicas de algumas das principais fontes dessa proposta interdisciplinar que, para muitos, fundamenta o chamado campo comunicacional, e que, de todo modo, a despeito de suas limitações, é inegavelmente bastante aceita entre os pesquisadores da área.

3.2 Principais fontes da interdisciplinaridade

Após a contextualização da constituição do campo comunicacional, ou mais especificamente da disciplina, e de como o estatuto da área foi aos poucos se definindo pela interdisciplinaridade, o recorte escolhido para a apresentação da formação da proposta interdisciplinar na Comunicação foi definido pelas tradições da *Communication Research* norte-americana, da Escola de Toronto, da Escola de Frankfurt e dos Estudos Culturais. Apesar de existirem outras fontes para a proposta interdisciplinar em nossa área, consideramos que, pela relevância e reconhecimento que essas quatro tradições conquistaram nos estudos sobre comunicação, elas podem contribuir para a compreensão de como a proposta de interdisciplinaridade que verificamos hoje se sedimentou de forma paradigmática.

a. Communication Research – a tradição norte-americana de pesquisa administrativa e a interdisciplinaridade

Convencionalmente, muitos consideram que a origem dos estudos de comunicação organizados como uma disciplina deu-se nos EUA. De acordo com Buxton, a área é carente de uma visão histórica sobre as primeiras ideias e preocupações

¹⁴⁴ Thus, post-disciplinarity does not accept interdisciplinarity as a simple wedding of fields, nor does it reject all structuring of knowledge in a simple antidisciplinary reaction. Post-disciplinarity as a practice recognizes that shifts are occurring in the university (the reinvention of interdisciplinary, the reinvigoration of liberal arts cores, the formation of transdisciplinary institutes, etc.) and calls for media studies to position itself as fundamental in forming the new shape of academic knowledge.

que deram origem aos estudos da Comunicação. Assim, disseminou-se a visão de que a disciplina surgiu em algum lugar entre os anos 30 e 40 do século passado, nos Estados Unidos, a partir das investigações de um grupo de pesquisadores que examinavam os efeitos das comunicações de massa (BUXTON, 1996, p. 1). E, como se pode esperar, não há consenso em como deve ser contada a história da área. O que é possível dizer com razoável segurança é que, no contexto norte-americano, as raízes da disciplina se encontram em duas tradições: a do “discurso” (speech) e a do “jornalismo” (EADIE, 2008, p. 632).

Contudo, há controvérsias em relação a essa origem em solo estadunidense, como aponta Veikko Pietilä, que cita o prefácio de James Carey a *“Social Theories of the Press: Early German & American Perspectives”*, de Hanno Hardt (1979) e o próprio trabalho de Hardt acerca do pioneirismo da pesquisa alemã sobre jornalismo.

Como James Carey observou, os “impulsos originários” por trás da pesquisa sobre a comunicação da massa eram europeus e não americanos: apesar de que “não foi antes do século XX que o jornalismo e os meios de massa se tornaram assuntos acadêmicos nos Estados Unidos de forma significativa”, a imprensa capturou a mente acadêmica europeia muito antes que isso (Carey, foreword, p. 11). Acadêmicos alemães em particular descobriram a imprensa como “uma instituição problemática” e digna da atenção acadêmica em um tempo em que os acadêmicos americanos ainda acreditavam que os meios de comunicação eram, nas palavras de Carey, “uma mão invisível conduzindo a vontade dos indivíduos para a maximização do bem social.” (Ibid., p. 11-12)¹⁴⁵. (PIETILÄ, 2008, p. 205).

De todo modo, a influência das pesquisas norte-americanas no contexto internacional não pode ser negada.

Embora sempre com muitos empréstimos da Europa, o campo amadureceu primeiro nos EUA e se espalhou a partir de lá. A dependência excessiva de conceitos e práticas americanas e europeias e a necessidade de desenvolver conhecimento de comunicação localmente baseado e culturalmente relevante são temas comuns em outras regiões.¹⁴⁶ (CRAIG, 2008, p. 678).

¹⁴⁵ As James Carey has remarked, the “originating impulses” behind research concerning mass communication were European rather than American: although it was “not until the twentieth century that journalism and the mass media became subjects of scholarship in the United States in any significant way,” the press had captured the European scholarly mind much earlier than this.¹ German scholars in particular had found the press to be “a problematic institution” and worthy of scholarly attention at a time when American scholars still believed mass communication to be, in Carey’s words, “an invisible hand leading the will of individuals to the maximization of the social good.”²

¹⁴⁶ Although always with much borrowing from Europe, the field matured first in USA and spread from there. Overdependence on American and European concepts and practices and the need to develop locally

É sabido que entre os anos 20 e 60 predominou nos Estados Unidos a *Mass Communication Research*, campo de estudos que contempla autores e abordagens que vão desde a engenharia das comunicações à psicologia e sociologia. Com pressupostos teóricos tão distintos, os resultados são, em muitos casos, praticamente inconciliáveis, como nos conta Araújo (2001, p. 120).

Contudo, o que permite dar unidade a esse conjunto de estudos são quatro características comuns. A primeira delas é a orientação empiricista dos estudos, tendendo, na maioria das vezes, para enfoques que privilegiam a dimensão quantitativa. A segunda é a orientação pragmática, mais política do que científica, que determinou a problemática de estudos. As pesquisas em comunicação desta tradição de estudos têm origem em demandas instrumentais do Estado, das Forças Armadas ou dos grandes monopólios da área de comunicação de massa, e têm por objetivo compreender como funcionam os processos comunicativos com o objetivo de otimizar seus resultados. A terceira característica é o objeto de estudos: tratam-se de estudos voltados, prioritariamente, para a comunicação mediática. Por fim, a quarta diz respeito ao modelo comunicativo que fundamenta todos os estudos [...]. (ARAÚJO, 2001, p. 120).

A constituição de uma disciplina comunicacional ou campo, como muitos preferem, se deu a partir de uma série de estudos desenvolvidos por pesquisadores de outras áreas sobre o processo comunicacional nos Estados Unidos. Os novos meios de comunicação de massa despertavam a atenção dos estudiosos no começo do século XX, dadas as possibilidades e alterações na forma de se comunicar. Agências como a Fundação Rockefeller, a Fundação Payne e governo dos EUA financiavam estudos sobre a novidade representada pelas novas formas de comunicação de massa, principalmente a propaganda. Destacaram-se as pesquisas desenvolvidas pelo cientista político Harold Lasswell, pelo sociólogo Paul Lazarsfeld, e pelos psicólogos Kurt Lewin e Carl Hovland. Os quatro foram citados por sua grande influência nos estudos de comunicação por Bernard Berelson (1959) e, posteriormente, receberam de Wilbur Schramm a designação de “pais fundadores” do campo. Mais adiante, Chaffee & Rogers (1997) identificaram no próprio Schramm o papel de fundador, dado o seu trabalho no sentido da institucionalização do campo: fundação de cursos universitários, orientação de alunos, síntese dos trabalhos sobre o tema.

Independentemente da discussão crítica posterior sobre o mito fundacional do campo da Comunicação, Schramm estabelece uma proposição que muitos consideram

based, culturally relevant knowledge of communication are common themes in other regions.

como a origem da interdisciplinaridade na área: os quatro fundadores são provenientes de distintas disciplinas, criando a comunicação como área de “intersecção de saberes”. Ao comentar os questionamentos de Bernard Berelson acerca da vitalidade da área, Schramm afirma que a “*communication research* é um campo, não uma disciplina. No estudo do homem, ela é uma das grandes encruzilhadas em que muitos passam e poucos permanecem.¹⁴⁷” (SCHRAMM, RIESMAN & BAUER, 1959, p. 8). Os pesquisadores da comunicação eram provenientes de outras áreas, traziam ferramentas e inovações, e depois voltavam para suas disciplinas, após trabalharem em problemas de comunicação que se impunham para que seus próprios objetos de origem pudessem ser melhor compreendidos. Por esse motivo, Schramm acreditava que não se poderia esperar da Comunicação uma unificação teórica ou o tipo de carreira que se via nas disciplinas propriamente ditas. Na visão de Schramm, a área era um campo multidisciplinar, que contribuía para a compreensão de um dos processos sociais mais fundamentais, a comunicação: “Em meia dúzia de lugares nesse país, foi elaborado em conjunto, formalmente ou informalmente, um grupo de cientistas sociais dedicados a *communication research*, que contribuem uns com os outros para os conhecimentos e *insights* de suas disciplinas.¹⁴⁸” (SCHRAMM, RIESMAN & BAUER, 1959, p. 9). Além disso, a partir desse trabalho multidisciplinar que levava jovens pesquisadores da época a dominarem conhecimentos de áreas diferentes (psicologia e sociologia, ou política e psicologia), Schramm acreditava que seria possível nos aproximarmos de uma “ciência do homem”.

Rogers (1994, *apud* BUXTON, 1996, p. 2) questiona o “mito dos quatro pais fundadores” da Comunicação, distinguindo entre precursores (*forerunners*) e fundadores (*founders*). Estes seriam os que conduziram as primeiras pesquisas em comunicação, apesar de não terem formação na área, e foram os responsáveis por ensinar a primeira geração de acadêmicos dessa disciplina. Os precursores teriam proporcionado importantes contribuições para a área sem, entretanto, se identificarem como pertencentes a um novo campo de estudos, nem se preocuparem em institucionalizar a área. Buxton, porém, defende que este questionamento ao mito não é efetivo, pois Rogers apenas substituiu os quatro pais fundadores pelo trabalho de Wilbur

¹⁴⁷ [...] communication research is a field, not a discipline. In the study of man, it is one of the great crossroads where many pass but few tarry.

¹⁴⁸ In half a dozen places in this country, it has drawn together, formally or informally, a group of social scientists dedicated to communication research who contribute to each other knowledge and insights from their disciplines.

Schramm, que teria desempenhado essa função em relação ao campo. Por sua vez, Simpson (1994, *apud* BUXTON, 1996, p. 2) critica os estudos sobre a origem da Comunicação por não examinarem como os contextos político, econômico e social influenciaram as origens desse campo, especialmente na relação com as instituições financiadoras, como as agências públicas e a filantropia privada. Buxton compara o trabalho de historiografia do campo realizado pelos dois pesquisadores: enquanto Rogers se dedicou à biografia dos que são considerados os principais pesquisadores do campo, desconsiderando as questões contextuais; Simpson aborda a guerra psicológica (*psychological warfare*) em que a Comunicação foi parte fundamental desde os seus primórdios, como elemento utilizado para atingir objetivos políticos e militares.

De qualquer forma, o papel de Schramm é bastante dúbio, uma vez que ele estabelece os marcos epistemológicos para a fundação de um novo saber, ao propor a discussão e o olhar para a produção do campo, mas simultaneamente apresenta a comunicação como interdisciplinar, como ciência encruzilhada (MARTINO, 2009, p. 129-130). Desconsidera-se nesta perspectiva, que os quatro “fundadores” do campo não tinham nenhuma intenção de estabelecer uma nova disciplina ou mesmo campo de estudos, daí seu fraco interesse pela discussão epistemológica da Comunicação: “Todos são amplamente reconhecidos pela genialidade de seus trabalhos, salvo em um único detalhe, *o de não se darem conta de que estavam fundando uma nova ciência.*” (MARTINO, 2009, p. 130). De todo modo, em relação ao trabalho publicado por Schramm, podemos observar que

É extremamente curioso constatar que uma obra de referência epistemológica para a constituição de um campo de conhecimento e que tanto influiria na história do saber comunicacional, tenha tais características: ter sido transmitida em massa e concebida para um público leigo, como uma compilação de autores que não acreditam na disciplina que supostamente fundaram. A comunicação traria esta inconfundível marca, de ver seus fundamentos epistemológicos nascerem à revelia e de um material de divulgação, ligeiros e insólitos como o ar que lhes serviu de suporte. (MARTINO, 2009, p. 131).

Mesmo assim, ainda hoje esses quatro pesquisadores são evocados como “fundadores”, principalmente para justificar as relações interdisciplinares do campo. Marques de Melo, por exemplo, acredita que o estudo pioneiro de Harold Lasswell, *Propaganda Technique in the World War* (1927), o credenciou para liderar o novo campo acadêmico das ciências da comunicação nos Estados Unidos. Lasswell propôs

em *The Science of Mass Communication*, publicado em livro organizado por ele mesmo e Smith e Casey, em 1935, as bases para estruturar o campo científico emergente. Mas Marques de Melo cita a compreensão de Lasswell sobre a comunicação apenas como subsídio para reforçar a interdisciplinaridade entre Comunicação e Política (MARQUES DE MELO, 2003, p. 20-21).

Mauro Wolf destaca as várias facetas dos *mass media*, que teriam se refletido na forma de se estudar a comunicação: setor industrial, universo simbólico, que é objeto de consumo de massa; investimento tecnológico em expansão, experiência individual, terreno de confronto político, sistema de intervenção cultural e agregação social, modo de passar o tempo, entre outros. A tradição de pesquisa conhecida como *communication research* teria atravessado diversas perspectivas e disciplinas, na tentativa de contemplar esse objeto em constante transformação. “Daí resultou um conjunto de conhecimentos, métodos e pontos de vista tão heterogêneos e discordantes que tornam não só difícil mas porventura também insensata qualquer tentativa para se conseguir uma síntese satisfatória e exaustiva.” (WOLF, 1999, p. 13).

De acordo com Wolf (1999), na segunda metade da década de 70, a área passava por um momento de crise, dado o consenso que se firmara acerca da complexidade do objeto de investigação. A crítica discutia a impossibilidade de uma síntese coerente para os conhecimentos produzidos até então sobre o tema das comunicações de massa. A fragmentação parecia, então, um obstáculo de difícil superação, principalmente por dois aspectos: a definição de uma área temática de estudos dos meios de comunicação mais pertinente; e a dúvida em relação à qual deveria ser a base doutrinária da *communication research*.

Tratava-se de determinar um nível privilegiado de análise, uma pertinência mais significativa do que as outras, que permitisse a homogeneização da área de estudos. Para além disso, e paralelamente, era necessário elaborar uma abordagem teórica, um conjunto de hipóteses e metodologias que permitisse superar a fragmentação e a dispersão de conhecimentos. (WOLF, 1999, p. 15).

Foi a partir dessas duas perspectivas, segundo Wolf, que a Comunicação se desenvolveu como área distinta, “[...] se não como âmbito disciplinar autônomo, pelo menos como área temática específica” (WOLF, 1999, p. 15). Wolf (1999) afirma que uma das linhas que unem o setor é justamente a consciência acerca da complexidade dos problemas relativos aos *mass media*. Isso levou à compreensão crescente de que o

tratamento multidisciplinar desses objetos seria uma necessidade para a área de estudos da comunicação.

Denis McQuail (2013) acredita que, devido à abrangência de seus problemas e sua origem em várias disciplinas, a Comunicação não pode ter independência e autossuficiência: “O estudo da comunicação tem que ser interdisciplinar e deve adotar abordagens e métodos variados (ver McQuail, 2003b).” (McQUAIL, 2013, p. 25). Ele distingue diferentes níveis de comunicação: a comunicação de massa difere da comunicação no interior de uma empresa ou da interpessoal. Por isso, defende que

[...] qualquer tipo de “comunicação científica” tem que ser construída necessariamente a partir de diversos corpos de teoria e evidências, provenientes de “disciplinas” tradicionais (principalmente a sociologia e a psicologia em seus primórdios, mas agora também a economia, a história e os estudos literários e de cinema, entre outras). (McQUAIL, 2013, p. 28).

Nos EUA, a discussão sobre o caráter disciplinar da Comunicação inclui uma particularidade. Como a área abrange os estudos do discurso, há uma dificuldade adicional em definir um estatuto disciplinar e um objeto de estudo específico, uma vez que a diversidade é ainda maior.

Os anos 1960 e 1970 foram um período de fermentação, particularmente no campo do discurso. Como os cientistas sociais pressionaram pelo reconhecimento de “comunicação” como o termo dominante, os acadêmicos da retórica e performance começaram a reconsiderar e redefinir suas teorias e metodologias [...]. Nos anos 1980, muitos departamentos acadêmicos haviam se renomeado para incluir a palavra “comunicação” em seus títulos¹⁴⁹. (EADIE, 2008, p. 635).

Mas Eadie relata que a atitude de redefinição não eliminava desconfortos, pois muitas vezes o curso permanecia vinculado à faculdade a qual pertencia originalmente. Assim, se o departamento estava na faculdade de artes, ele lá permaneceria, mas incluindo a pesquisa social desenvolvida pela comunicação.

Como podemos perceber, o sentido da interdisciplinaridade praticada nos EUA pela tradição da *communication research* é principalmente o de grupo de trabalho. A interdisciplinaridade nesse contexto é muito mais a justaposição do conhecimento de

¹⁴⁹ The 1960s and 1970s were a time of ferment, particularly in the speech field. As social scientists pushed for recognition of “communication” as the dominant term, rhetorical and performance scholars began to reconsider and redefine their theories and methodologies. [...]. By the 1980s, many academic departments had renamed themselves to include the word “communication” in their title.

diferentes especialistas, proposta geralmente denominada multidisciplinaridade, que propriamente uma oposição ao conhecimento científico em si. Contudo, a questão epistemológica resta mal resolvida, porque epistemologicamente a área se estrutura como um campo, em que o que agrega o interesse dos pesquisadores é o objeto empírico constituído pelo processo comunicativo; apesar de que a organização institucional é a de uma disciplina. As consequências são que, apesar da dificuldade em definir um objeto específico para a Comunicação, tendo em vista tamanha amplitude de preocupações que são abordadas pelos pesquisadores da área, ainda assim o trabalho é realizado no âmbito científico.

f. A proposta interdisciplinar de Innis e McLuhan e a pesquisa em Comunicação¹⁵⁰

Apesar da importância que dois pesquisadores canadenses em particular têm para a Comunicação, Marshall McLuhan e Harold Innis, o desenvolvimento dos programas de pós-graduação em Comunicação no Canadá é tardio, a partir dos anos 70. Pois, diferentemente do que aconteceu nos EUA, os programas especificamente de Comunicação demoraram a se constituir como centros de formação na área.

O número muito pequeno de universidades canadenses que concedem o grau de doutor em Comunicação pode ter dificultado o desenvolvimento dos programas de comunicação no Canadá, já que muitos dos membros das faculdades de comunicação canadenses provavelmente precisaram obter o doutorado nas universidades dos EUA¹⁵¹. (EADIE, 2008, p. 636).

As características do trabalho desenvolvido por McLuhan e Innis explicam em parte esse modelo de desenvolvimento: ao mesmo tempo em que suas proposições representam muito para a Comunicação, a ênfase em certo tipo de abordagem interdisciplinar enfraqueceu a percepção que se poderia ter acerca da contribuição que podem proporcionar para a formação de uma disciplina científica especificamente comunicacional.

¹⁵⁰ Este tópico é baseado no trabalho “A proposta interdisciplinar de Innis e McLuhan e a pesquisa em Comunicação brasileira” (BOAVENTURA, K. T.; BARBOSA, R. M.), apresentado no Colóquio Internacional Brasil-Canadá (2012) e no prelo.

¹⁵¹ The very small number of Canadian universities that grant a doctoral degree in communication may have hindered the development of communication programs in Canada, as many Canadian communication faculty members probably needed to obtain doctoral degrees from US universities.

Marshall McLuhan

Em 1953, Marshall McLuhan e Edmund Carpenter receberam um financiamento da Fundação Ford para criar um grupo de estudos interdisciplinar, que se chamava “Mudanças nos padrões de linguagem e comportamento e os novos meios de comunicação” (MARCHAND, 1989, p. 114). Não havia muitos critérios para a qualificação do projeto, mas era necessário envolver pesquisadores de ciências do comportamento, assim como de disciplinas relacionadas. Além disso, eles também deveriam organizar um seminário para lidar não só com os problemas da pesquisa especificamente, mas também com as questões gerais da colaboração interdisciplinar.

Nos encontros do seminário participavam professores de vários departamentos, estudantes de pós-graduação, além de alguns pesquisadores de forma esporádica, como o próprio Harold Innis. Segundo o biógrafo Philip Marchand (1989), a proposta citava o trabalho de Innis como um projeto capaz de demonstrar que as mudanças nos meios de comunicação resultavam em mudanças sociais, políticas e econômicas, sendo que o projeto se baseava no entendimento de que uma nova linguagem se constituía a partir dos novos meios de comunicação.

Para Marchand (1989, p. 118), “McLuhan esperava que a descoberta do grupo seria um sinal para o mundo de que a era do especialista estava morta e que o que hoje seria chamado de uma visão holística das coisas era possível.”¹⁵² Com a conclusão do seminário em 1955, McLuhan escreveu um relatório para a fundação. Para ele, quanto mais especializado era um acadêmico, mais se agarrava a sua experiência e menos vontade tinha de compreender os outros e que os outros o compreendessem. Uma das situações recorrentes durante os encontros é que, na ausência de McLuhan, cada participante lia um artigo de sua disciplina e quase não havia interação entre os membros.

Outro fator que fortalecia o desdém de McLuhan pelos especialistas era o método de trabalho de G. K. Chesterton, que defendia o desprezo às especialidades: “O que arruína a humanidade é a ignorância do especialista.”¹⁵³ (G. K. Chesterton *apud* MARCHAND, 1989, p. 24). Contudo, a relação de McLuhan com a ciência é bastante ambígua:

¹⁵² McLuhan hoped the group’s finding would signal to the world that the era of the specialist was dead and that what would now be termed a holistic view of things was possible.

¹⁵³ What ruins mankind is the ignorance of the expert.

O desprezo de McLuhan pelo especialista não significava que ele fosse contrário à ciência, pois ele apoiava certos modos de pensamento científico, como percebido pelo uso de metáforas originárias de diversos campos científicos como a biologia evolutiva, mecânica quântica e neurologia. Assim como pelos inúmeros projetos em que se envolveu com vistas a dar credibilidade científica às suas percepções (MARCHAND, 1989, p. 140; 229). (BOAVENTURA; BARBOSA, no prelo).

A intenção de McLuhan era subverter as regras tradicionais da ciência, buscando modos alternativos de produzir conhecimento científico. Uma característica importante era que ele não respondia às críticas, alegando que suas afirmações eram apenas sondagens (*probe*), e propunha outras. Essa atitude era estendida às suas preocupações sobre a comunicação:

Como costumava dizer, Marshall McLuhan não tinha A Teoria da Comunicação e não usava teorias em seu trabalho. Claro que ele tinha noções definidas sobre o que constituía a comunicação e o que não constituía. Ele afirmaria que “usava observação”; usava “sondagens”. É uma questão de como se começa: se você começa com a teoria, então de uma forma ou de outra a pesquisa se orienta para ser a favor ou contra a verdade da teoria. Começando com a teoria, se começa com a resposta; começando com a observação, se começa com as questões. (E. MCLUHAN, 2008, p. 26)¹⁵⁴.

Ou seja, se por um lado Marshall McLuhan se propunha a trabalhar a Comunicação, por outro rechaçava a possibilidade de fazê-lo a partir de um trabalho estritamente teórico: “*Sempre* que provocado, Marshall McLuhan iria declarar: ‘Olhe, eu não tenho uma teoria da comunicação. Eu não uso teorias. Eu apenas observo o que as pessoas fazem, o que *você* faz’.”¹⁵⁵(E. MCLUHAN, 2008, p. 26).

Eric McLuhan argumenta que McLuhan não formulava Teorias da Comunicação no sentido normalmente empregado para o termo: “‘Eu não tenho uma Teoria da Comunicação’ significava ‘Eu não trabalho do mesmo jeito que a Ciência Normal. Eu não começo com uma teoria para prová-la ou desaprová-la ou refutá-la ou submetê-la

¹⁵⁴ Just as he often said, Marshall McLuhan did not have A Theory of Communication and that he did not use theories in his work. Of course, he did have definite notions about what constituted communication and what did not. He would aver that he “used observation”; he used “probes”. It is a matter of how you begin: if you begin with theory, then one way or another your research winds up geared to making the case for or against the truth of the theory. Begin with theory, you begin with the answer; begin with observation, you begin with questions.

¹⁵⁵ *Whenever* provoked, Marshall McLuhan would declare, Look, I don’t have a theory of communication. I don’t use theories. I just watch what people do, what *you* do.

aos torturadores. Eu começo com – e fico com – a observação’.”¹⁵⁶ (MCLUHAN *apud* E. MCLUHAN, 2008, p. 27).

Mas, apesar da ausência de uma Teoria da Comunicação, trabalhava com uma ideia definida do que constituía a comunicação: “Bem simples: sem efeitos significa sem comunicação (E. MCLUHAN, 2008, p. 31)¹⁵⁷. E mesmo com sua recusa em trabalhar de acordo com as convenções da ciência¹⁵⁸, ainda assim é possível enxergar um estudioso firme no seu problema de pesquisa, que poderia ser descrito como a análise da sociedade e da cultura a partir dos meios de comunicação.

McLuhan lançou uma valorização da especificidade do meio como tal. Segundo Peters (2011), ajudou a destruir a imagem abstrata de conteúdo e a noção de neutralidade dos meios de comunicação. [...] Para McLuhan, não existe informação sem forma e qualquer percepção se dá por meio dos órgãos perceptivos. (BOAVENTURA; BARBOSA, no prelo).

Podemos observar na obra de McLuhan a presença de todos os sentidos para a interdisciplinaridade que estamos trabalhando: o que diz respeito aos grupos de trabalho em torno de uma questão – trabalhos com Carpenter financiados pela Fundação Ford; os dois que tratam do nível epistemológico e propõem a integração dos conhecimentos ou a ruptura com as disciplinas, sendo que esta última se desenvolve em um movimento que se opõe à ciência; e ainda o relativo ao ensino.

Acreditava ele que os conhecimentos não poderiam ficar engavetados em disciplinas estanques, nos moldes das linhas de produção industrial fordista. Em diversas ocasiões criticou a linearidade e a compartimentalização dos saberes. Antecipou-se aos teóricos da interdisciplinaridade, criticando a pretensão escolar de constituir disciplinas enquanto corpos de conhecimento independentes. (MARTINS & BIANCHETTI, 2010, p. 5).

Esta preocupação diz respeito à necessidade de integração dos conhecimentos em sala de aula, em relação à aprendizagem. “Há quase meio século, antes mesmo de G. Gusdorf, H. Japiassu e I. Fazenda (Jantsch e Bianchetti, 1997), McLuhan já chamava

¹⁵⁶ “I don’t have a Theory of Communication” means “I don’t work in the way of Normal Science. I don’t start with a theory to prove or disprove or submit to the torturers. I start with—and stick with—observation.

¹⁵⁷ Quite simply: no effect means no communication.

¹⁵⁸ No final de sua vida, McLuhan pensou em deixar um legado e realizar uma última tentativa de ser científico, em resposta aos seus críticos. Surge, assim, a ideia para o livro póstumo *Laws of Media* (1988), escrito com seu filho Eric McLuhan, em que procuram estabelecer quatro leis dos meios de comunicação, as quais são científicas, pois respondem à ideia de falsificação, um dos critérios da epistemologia da ciência estipulado por Karl Popper e citado no livro, ainda que o uso de Popper seja bastante caricato, como em outras apropriações feitas por McLuhan.

a atenção para o problema dos currículos compartimentalizados.” (MARTINS & BIANCHETTI, 2010, p. 7).

Harold Innis

“O Viés da Comunicação”, de Harold A. Innis, é considerado por Heyer e Crowley um dos textos clássicos para o novo campo de estudo da comunicação, ainda que sua influência se estenda a outras áreas: “Ele também continua a influenciar um amplo conjunto de temas interdisciplinares nas ciências sociais e humanas referentes às relações dos meios com a história e a sociedade [...]”(HEYER & CROWLEY, 2011, p. 45).

Nessa obra estão textos de Innis, vários deles oriundos de apresentações orais, sobre a importância que os meios de comunicação têm: “Tentei sugerir que a civilização ocidental tem sido profundamente influenciada pela comunicação e que transformações significativas nas comunicações tiveram implicações importantes.” (INNIS, 2011, p. 69). Ou seja, os meios de comunicação possuem papel de destaque nessas análises:

A história é percebida como uma série de épocas separadas pela descontinuidade. Cada época se distingue por formas dominantes de meios de comunicação que absorvem, registram e transformam a informação em sistemas de conhecimento, em consonância com a estrutura de poder institucional da sociedade em questão. A interação entre o meio de comunicação e a realidade social cria vieses que afetam fortemente a orientação e os valores da comunidade. Tais vieses comunicacionais funcionam como o primeiro e o último ponto a partir dos quais podemos avaliar as características de uma civilização. (HEYER & CROWLEY, 2011, p. 53).

Os esforços de Innis para compreender a importância dos meios de comunicação resultam em uma especial influência sobre um grupo de acadêmicos da Universidade de Toronto, durante os anos de 1950, que, embora tenham tido pouco contato direto com Innis, formaram uma espécie de escola invisível: “Em 1962, a publicação de três trabalhos forneceu uma importante fusão dessa influência: *A galáxia de Gutenberg*, de Marshall McLuhan; *Prefácio a Platão*, de Eric Havelock; e um ensaio de Goody e Ian Watt, sobre *The Consequences of Literacy*.” (HEYER & CROWLEY 2011, p. 59).

Mais a frente, Heyer e Crowley (2011, p. 60) afirmam que “[...] essas obras, de diferentes maneiras, desenvolveram o argumento comum de que os ‘modos de comunicação’, como Goody os chama, são fundamentais para compreender o desenvolvimento de formas culturais e suas consequências.”. Dessa forma, essas obras

se relacionavam com a tese central de Innis, acerca da primazia da comunicação. Contudo, a repercussão de seu trabalho junto a McLuhan teria sido uma surpresa para Innis, de acordo com Watson:

Innis provavelmente ficou lisonjeado e perplexo por receber uma longa carta de McLuhan em 1951: lisonjeado, porque este propôs que os trabalhos de comunicação de Innis fornecessem a base para “organizar uma escola inteira de estudos”; perplexo, porque Innis era um relativo filisteu cultural e McLuhan divagava sobre Rimbaud, Mallarmé, Einstein, Francis Bacon e o declínio da literatura. (WATSON, 2011, p. 37).

Afinal, ao tratar da comunicação, Innis não se mostrava preocupado com a fundação de um novo saber. Para Martino, uma publicação de Innis de 1952, “*Imprensa: um fator negligenciado na história econômica do século XVIII*”, evidencia que a preocupação principal dele era a história econômica, sua área de trabalho ao longo da vida. “Sob este aspecto não há dúvida de que Innis via uma continuidade e não se preocupou em fundar uma nova disciplina.” (MARTINO, 2011, p. 12).

A construção de um saber comunicacional autônomo não foi uma questão para o autor de *Bias of Communication*; como ainda não é para a maioria dos autores canadenses. A própria área de comunicação só se organizaria mais tarde. Os primeiros sinais viriam quase uma década depois de sua morte e seria preciso três décadas para que uma discussão organizada se estabelecesse. Innis, portanto, não participou desse debate (MARTINO, 2008, p. 128).

Martino sustenta que a interpretação do trabalho de Innis (e também de McLuhan) como interdisciplinar pode suprimir a originalidade da contribuição destes para a fundação de um campo comunicacional: a centralidade nos meios de comunicação: “Tal posicionamento epistemológico evita e resolve satisfatoriamente os inconvenientes de uma identificação dos processos comunicacionais com todo e qualquer processo social ou cultural, conforme são analisados com base na mediação tecnológica.” (MARTINO, 2008, p. 126). E, assim, teríamos uma alternativa à indefinição de um objeto de estudo para o campo da comunicação, fato que tem levado muitos a apelarem para uma “saída” interdisciplinar:

O foco nos meios de comunicação nos permite ressignificar a abordagem interdisciplinar presente nesses autores, de modo a diferenciá-la de uma visão holística. As desmesuras da interdisciplinaridade são contornadas à medida que os meios de comunicação passam a ser tomados como eixo de análise. É isso que evita a dispersão temática e que, em última instância, caracteriza os

estudos de comunicação como saber autônomo (Martino 2001b; 2001a). (MARTINO, 2008, p. 126).

Para Martino, podemos constituir um saber especificamente comunicacional ao adotarmos “[...] a proposição da *centralidade dos meios* como a tese central ou o núcleo duro do programa comunicacional de Innis [...]” (MARTINO, 2008, p. 135). A perspectiva de Innis inaugura, então, uma nova forma de leitura do social: não trata apenas do controle dos meios de comunicação (viés político), ou destes como resultado de forças da economia (viés econômico), nem mesmo dos acontecimentos históricos (viés histórico). Innis, sem negar essas instâncias, trata os meios como uma “chave de leitura” para entender a realidade:

Em outros termos, a análise da mercadoria papel, vista em profundidade – como se propõe a perspectiva de Innis, que se inquieta pelas razões da demanda – depara-se com o desenvolvimento da indústria cultural e seu valor para os poderes dominantes, como o Estado e as instituições religiosas, que acabam disputando a hegemonia e o controle dos fluxos comunicacionais. Mas o aspecto mais importante recai sobre o modo como Innis entende o jogo do poder e a forma da cultura, isto é, dando importância ao papel dos meios de comunicação neste processo: *the bias of communication*, o viés da comunicação, esta é a primeira significação de *bias*, enquanto *perspectiva de análise*, maneira de abordar um assunto. (MARTINO, 2011, p. 13).

Deste modo torna-se possível escapar a uma interpretação corrente da obra de Innis quanto à interdisciplinaridade, pois “[...] é preciso reconhecer a evidente desigualdade do valor da contribuição dos diferentes *bias*.” (MARTINO, 2011, p. 16). O trabalho de Innis tendo a centralidade na comunicação mostrou-se com o maior vigor para contribuir à produção de conhecimento: “Se há vários modelos explicativos, o único que verdadeiramente interessa e traz uma originalidade é a do viés da comunicação, que coloca os meios e a arquitetura comunicacional como princípio explicativo, ou, se preferirem, como um recurso para o entendimento da realidade.” (MARTINO, 2011, p. 16).

Além disso, a compreensão do pensamento innisiano como interdisciplinar remonta à amplitude deste. “Porém, ela é típica de qualquer historiador, que, procurando compor o quadro de uma época, evoca e perquire diversos aspectos da realidade estudada (MARTINO, 2011, p. 17)”. Innis possuía diversos interesses e atuou em várias áreas: economista, historiador, acadêmico e também intelectual e político atento às relações internacionais.

Contudo, como podemos apreender o núcleo duro do programa comunicacional innisiano dentro de um quadro de ricas experiências e de pensamento interdisciplinar? Esta questão equivale, em grande parte, a dar conta da originalidade de sua abordagem sobre a comunicação e, ao mesmo tempo, destacá-la do contexto de interdisciplinaridade que a cerca. (MARTINO, 2008, p. 127-128).

Assim como McLuhan, Innis criticava o ensino compartimentado em disciplinas. Apesar da ênfase que Innis atribui à comunicação em sua análise, a associação da obra do último à interdisciplinaridade se dá tanto pelo fato de que ele transita por diferentes áreas do conhecimento, como também por que ele se posicionava contra os “monopólios acadêmicos”:

Ele combateu essa situação pessoalmente, criticando a especialização obsessiva a partir de suas contribuições para o trabalho interdisciplinar e também pelo próprio envolvimento com questões sociais práticas, tais como o planejamento regional e a educação de adultos. (HEYER & CROWLEY, 2011, p. 57).

Podemos perceber também o sentido de ruptura epistemológica, a partir do desdém demonstrado por Innis e McLuhan, em vários momentos, pela perspectiva disciplinar, principalmente em McLuhan, que chega a questionar certos pilares da ciência.

Finalmente, podemos levantar, para posterior investigação, que a escassa bibliografia em português discutindo a interdisciplinaridade nesses autores indica que, apesar da presença de uma proposta interdisciplinar, a repercussão da obra de Innis e McLuhan não tem influência significativa na interdisciplinaridade que prevalece entre os pesquisadores brasileiros, a qual teria outras fontes de maior relevância neste aspecto. (BOAVENTURA; BARBOSA, no prelo).

Entre essas fontes de repercussão mais significativa, poderíamos apontar a Escola de Frankfurt e os Estudos Culturais, que apresentaremos a seguir.

g. Escola de Frankfurt

Somente no final da década de 60 os primeiros textos traduzidos dos mais conhecidos autores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, a Escola de Frankfurt, Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin, chegam ao Brasil, trazendo a tônica do pessimismo e do desencantamento típicos desses estudos. O Instituto, fundado em 1923, foi fechado durante o nazismo, quando seus principais nomes emigraram para os Estados Unidos. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Instituto reabre em Frankfurt em 1950. Para a Escola de Frankfurt não há espaço para otimismo: tudo é dominação. Seus pensadores trabalham na perspectiva “negativa”, de oposição ao status quo. Arte, civilização e teoria crítica negam cultura de massa, cultura e positivismo (ORTIZ, 1986).

Reaberto em 1950, retoma sua atividade de estudo e pesquisa, prosseguindo na atitude teórica que o tinha distinguido desde o início e que motivara sua originalidade, isto é, na tentativa de fundir o comportamento crítico nos confrontos com a ciência e a cultura com a proposta política de uma reorganização racional da sociedade, de modo a superar a crise da razão. (WOLF, 1999, p. 82)

Em “A Dialética do Iluminismo”, Adorno e Horkheimer apresentam uma perspectiva sobre o Iluminismo que se contrapõe à maneira como este tradicionalmente é interpretado: em vez de uma vitória da racionalidade científica sobre o obscurantismo religioso, ele seria uma força de dominação sobre as diferenças:

Se os historiadores enfatizam os aspectos positivos dos séculos XVII e XVIII, emergência da ciência e da crença na existência de um homem universal, tem-se, com a Escola, um contraponto, quando se busca focalizar a dimensão coercitiva que se esconde por trás do discurso libertador da razão. (ORTIZ, 1986).

Essa postura quanto à razão relaciona-se justamente com a visão total da sociedade e com a crítica da ciência e “[...] daí, a polêmica constante contra as disciplinas sectoriais, que se especializam e diferenciam progressivamente campos distintos de competência.” (WOLF, 1999, p. 82). Dessa forma, a ciência e as disciplinas, que estariam subordinadas à razão instrumental, acabariam por exercer uma função ideológica, e “[...] desviam-se da compreensão da sociedade como um todo e, por conseguinte, acabam por desempenhar uma função de manutenção da ordem social existente” (WOLF, 1999, p. 82), ao que a teoria crítica se opõe. Dessa forma, a interdisciplinaridade se configura para os frankfurtianos como um projeto de fuga da dominação (aqui identificada com o pensamento científico) cujo escopo é a

compreensão total da sociedade. Siebeneichler (1989) diz que a questão da interdisciplinaridade na Escola de Frankfurt “[...] se configura através do caminho ético de uma teoria crítica da sociedade, apoiada num juízo existencial.” (p. 159).

Embora tenham sido os responsáveis por cunhar o termo indústria cultural e contribuído para o desenvolvimento dos estudos sobre a comunicação, os frankfurtianos não buscavam desenvolver um saber especificamente comunicacional. Ainda que a Escola de Frankfurt faça parte da bibliografia dos cursos de Teorias da Comunicação e a despeito de boa parte deste campo reconhecer os frankfurtianos como teóricos da área, Rüdiger (2011) alerta para o fato de que eles não o foram nem pretenderam sê-lo.

Karl Kraus nos sugeriu que *comunicação* é um termo científico e valorativamente neutro, com que se chama um processo de transmissão que permite a uma pessoa falar a outra, escondendo o fato de que, através dele, as principais forças do poder econômico concentrado e seus prolongamentos administrativos ludibriam as massas a elas se ajustando. (ADORNO, 1992, p. 43 *apud* RÜDIGER, 2011, p. 95).

Eles rejeitaram a comunicação como categoria analítica e acreditavam que ela estava profundamente comprometida com o projeto de dominação presente na racionalidade moderna. Os meios de comunicação eram estudados com objetivos bem distintos da compreensão de problemas comunicacionais. De acordo com o paradigma da produção, os meios representam apenas o momento da circulação no processo de transformação da cultura em mercadoria (RÜDIGER, 2011). Nesse sentido, os pensadores buscam trabalhar numa perspectiva de generalização, afastados das questões empíricas, pois “Da mesma forma que a arte e a cultura, a teoria deve se distanciar da práxis, que é vista como estreita e coercitiva.” (ORTIZ, 1986). E isso acarreta um modo de compreender o espaço das universidades que é coerente com a proposta filosófica de fundo.

O pensamento do Instituto leva ao extremo a polarização entre o espaço da liberdade e a sociedade. Isto nos ajuda a entender porque Marcuse (1970), ao finalizar seu artigo sobre o conceito de cultura, termina com proposições que podem parecer paradoxais, como a criação de universidades de elite que se ocupariam exclusivamente com uma teoria pura desvinculada das questões práticas. Ou ainda Adorno (1979), após uma análise crítica das relações entre cultura e administração, que defende a existência de especialistas da cultura, que não estivessem comprometidos com a ordem administrativa ou mercadológica, como a única forma de defender o público contra si mesmo. (ORTIZ, 1986).

Essa concepção do trabalho acadêmico foi um dos motivos que inviabilizou o trabalho de Adorno, em seu período nos Estados Unidos (1938-41), com Paul Lazarsfeld, o qual desenvolvia pesquisas sobre o rádio, com financiamento da Fundação Rockefeller. Adorno acusava a pesquisa norte-americana administrativa, que combinava análise de mercado com pesquisa acadêmica, de ser uma forma de manipulação, para conseguir o maior público possível para os meios. Ainda que os dados empíricos colhidos nesse período tenham influenciado o trabalho posterior de Adorno, este não poupava críticas à modalidade de pesquisa praticada pelos colegas:

Para ele a pesquisa, tal como vinha sendo empreendida, tomava a resposta dada como o pensamento real do entrevistado. Neste sentido ela deixava de lado dois pontos fundamentais: a) que o produto social, no caso o rádio, está imerso nas relações de mercado que o predeterminam; b) que o ouvinte não possui liberdade de opinar. Compreender esses pontos é na verdade reorientar a análise no sentido de uma crítica da cultura na sociedade industrial. (ORTIZ, 1986).

Dessa forma, para a teoria crítica não pode existir o tipo de pesquisa desenvolvida pelos teóricos norte-americanos da tradição da *Communication Research*, pois as metodologias aplicadas para conhecer a opinião dos ouvintes do rádio, no exemplo da pesquisa de Lazarsfeld, não apreenderiam de fato uma recepção verdadeira, tendo em vista que esta já estaria pré-determinada na instância da produção, não sendo mais que uma resposta a um questionário com opções pré-definidas (ORTIZ, 1986). A visão total da sociedade pelos frankfurtianos leva a outra oposição importante em relação às pesquisas administrativas: uma vez que a indústria cultural não criaria novas necessidades, ela apenas organizaria as necessidades de um todo maior social, os problemas não serão apreendidos isolando-se a recepção do meio ao analisá-los e, sim, por um estudo globalizador e histórico. “Daí a dificuldade que eles têm para dizer o que a televisão faz com o povo. Isto porque por mais avançadas que as técnicas da pesquisa social empírica isolem os fatores específicos da televisão, esses fatores mesmos recebem a sua força da totalidade do sistema.” (ADORNO, 1975, p. 346 *apud* ORTIZ, 1986). Assim, na impossibilidade de que os ouvintes tenham uma opinião não ilusória da cultura de massa, Adorno acreditava que “Devemos tentar compreendê-los melhor do que eles se compreendem a si próprios.” (1950 *apud* WOLF, 1999, p. 94). Wolf nos conta que, para a teoria crítica, “[...] as ciências sociais que se reduzem a meras técnicas de pesquisa, de recolha, de classificação dos dados ‘objetivos’, vedam a si próprias a possibilidade de verdade, na medida em que, programaticamente, ignoram as suas

intervenções sociais.” (WOLF, 1999, p. 83). A diferença entre as duas abordagens é, portanto, de cunho epistemológico, como aponta Horkheimer:

A necessidade de se limitar a dados seguros e certos, a tendência a desacreditar toda a pesquisa sobre a essência de fenômenos como "metafísica" corre o risco de obrigar a pesquisa social empírica a se restringir ao não-essencial, em nome do que não pode constituir objeto de controvérsia. Com excessiva frequência, a pesquisa se vê impondo seus objetos pelos métodos de que dispõe, quando seria preciso adaptar os métodos ao objeto. (HORKHEIMER, 1972 *apud* MATTELART & MATTELART, 2006, p. 76).

De tal modo que a crítica deveria se voltar também à própria construção científica, algo que escaparia à sociologia, na visão dos frankfurtianos:

A sociologia transforma-se em crítica da sociedade no momento exacto em que não se limita a descrever as instituições e os processos sociais e a reflectir sobre eles para, pelo contrário, os confrontar com a vida daqueles a que se sobrepõem as instituições e de que eles próprios vêm a fazer parte das mais variadas maneiras. Quando a reflexão sobre o que é a “sociedade” perde de vista a tensão existente entre instituições e vida, e procura, por exemplo, dissolver o social no natural, não faz um esforço para a libertação da pressão das instituições: pelo contrário, corrobora numa segunda mitologia, a ilusão idealizada de qualidades inatas que faria realçar aquilo que surge precisamente por intermédio das instituições sociais. (HORKHEIMER & ADORNO, 1956, p. 36 *apud* WOLF, 1999, p. 84).

Os frankfurtianos buscavam denunciar a falsa liberdade a que os indivíduos estavam sujeitos, uma vez que, ao contrário da pesquisa administrativa que enxergava democratização nessa cultura para todos difundida pelos meios massivos, eles apontavam as relações de poder ocultas pela ilusão que termos como “cultura de massa” representavam. Pois, para Adorno, “[...] o imperativo categórico da indústria cultural diversamente do de Kant nada tem em comum com a liberdade. Ele enuncia tu deves submeter-te.” (*apud* ORTIZ, 1986). Herbert Marcuse, com o texto “O homem unidimensional” (1964), vai se juntar aos demais autores da Escola de Frankfurt, com uma análise filosófica da situação de dominação vivenciada pela humanidade: “[...] sob a aparência de um mundo cada vez mais modelado pela tecnologia e pela ciência, manifesta-se a irracionalidade de um modelo de organização da sociedade que subjuga o indivíduo, em vez de libertá-lo.” (MATTELART & MATTELART, 2006, p. 81). A alternativa a essa totalização seria então, propôs Marcuse, a reconciliação entre a *Aufklärung* (confronto de ideias e opiniões esclarecidas) e a ciência, por meio de uma revolução completa da ciência e da técnica. Pois, “Para Marcuse, assim como para

Adorno e Horkheimer, todo o potencial emancipatório da ciência está voltado para a reprodução do sistema de comunicação e sujeição.” (MATTELART & MATTELART, 2006, p. 85).

A emancipação, tal qual proposta por Kant, como a autonomia do indivíduo moderno, é a ideia, portanto, que Horkheimer (1974 *apud* MARTINO, 2013, p. 349) toma como base para sua formulação da teoria crítica como oposição à teoria tradicional, e que vai orientar a Escola de Frankfurt. Mas Martino lembra que o conceito de emancipação não é necessariamente claro e que, portanto, restam dúvidas sobre o porquê se deve buscar a emancipação, se esta é possível ou mesmo se ela é necessária. Deste modo, “[...] o grande risco do conceito de emancipação é que ele se transforme em uma espécie de *salvação* da alma, fazendo do pensamento crítico uma ferramenta ideológica¹⁵⁹.” (MARTINO, 2013, p. 349-350).

Horkheimer também contribuiu para a defesa da vinculação entre a ciência e a ação, a partir de sua proposição de que a teoria deve contemplar uma dimensão prática de luta pela mudança social.

Uma ciência que, pensando-se autônoma, considera que não é de sua alçada moldar a práxis de que ela faz parte [...] e se acomoda com a dicotomia entre pensamento e ação já está desviada dos valores humanos verdadeiros. [...] A natureza própria [da atividade de pensar] convida a promover a mudança na história, a estabelecer entre os homens o estado da justiça¹⁶⁰. (HORKHEIMER, 1974, p. 81 *apud* MARTINO, 2013, p. 350).

O pensamento crítico que estabelece como critério de validação de uma teoria seu poder de resistência e luta incorre em erro bastante semelhante ao positivismo ingênuo, que acredita no valor da teoria apenas pela aplicação de um método científico, segundo Martino. Pois não se sabe de antemão que uso ou utilidade uma teoria poderá ter, daí que julgá-la por suas intenções será infrutífero.

¹⁵⁹ [...] le risque majeur du concept d’émancipation est qu’il se transforme en une sorte de salut de l’âme, faisant ainsi de la pensée critique un outil idéologique.

¹⁶⁰ Une science qui, s’imaginant être autonome, considère qu’il n’est nullement de son ressort de modeler la praxis dont elle fait partie [...] et s’accommode de la dichotomie entre pensée et action s’est déjà de ce seul fait détourné des vraies valeurs humaines. [...] La nature propre [de l’activité de penser] l’invite à promouvoir le changement dans l’histoire, à établir parmi les hommes l’état de justice (Horkheimer, 1974, p. 81).

Nenhuma teoria científica pode ter sua significação inscrita nela mesma, não é possível assegurar de antemão a orientação política de seu emprego efetivo. Suas utilizações podem ter conotações políticas muito diferentes e não devem ser confundidas com a própria teoria. Mesmo os que se inscrevem na linha de pensamento crítico estão expostos a este problema¹⁶¹. (MARTINO, 2013, p. 351)

Martino também questiona por que uma teoria que não tenha como objetivo a justiça social não poderia contribuir nesse sentido.

Apesar de recusarem a ideia de que os estudos sobre a comunicação possam se estabelecer como uma disciplina científica autônoma, ao identificar nesses apenas suportes da ideologia, os teóricos críticos não podem ignorar a crescente institucionalização da área e a constituição de um corpo de conhecimentos estabelecidos a partir das regras do trabalho científico. Ainda assim muitos desses teóricos identificados com o pensamento crítico, especialmente os que o entendem como ativismo político, não reconhecem legitimidade em uma disciplina comunicacional. Conforme Martino explica, essa recusa é justificada, em termos epistemológicos, pela associação que fazem entre o pensamento científico e o positivismo e da associação deste com uma falsa consciência; e também por ligarem o pensamento crítico à interdisciplinaridade:

Os fundamentos epistemológicos desta afiliação remontam à negação do conjunto das ciências sociais realizado por Horkheimer (1974) quando formula a teoria crítica em oposição à ciência (pensamento tradicional): as divisões disciplinares não seriam mais que simples reflexos da ideologia dominante. Seria, portanto, ilusório postular a existência de outras esferas de conhecimento (disciplinas). Tudo seria político, qualquer ato de conhecimento, todas as abordagens à realidade, tudo se resume à política¹⁶². (MARTINO, 2013, p. 355).

Vemos, portanto, que um dos principais matizes da interdisciplinaridade proposta pela Escola de Frankfurt está orientado por esta redução de todas as dimensões aos fatores políticos. Sem desmerecê-los, não podemos, contudo, atribuir-lhes o papel de única explicação possível para os fenômenos. Também precisamos considerar que a

¹⁶¹ Aucune théorie scientifique ne peut porter sa signification inscrite en elle-même, il n'est pas possible d'assurer d'avance la couleur politique de son emploi effectif. Ses utilisations peuvent avoir des connotations politiques fort différentes et ne doivent pas être confondues avec la théorie elle-même. Même ceux qui s'inscrivent dans la ligne de pensée critique sont exposés à ce problème.

¹⁶² Les fondements épistémologiques de cette affiliation remontent à la négation de l'ensemble des sciences sociales réalisée par Horkheimer (1974) lorsqu'il formule la théorie critique en opposition à la science (pensée traditionnelle): les divisions disciplinaires ne seraient que des simples reflets de l'idéologie dominante. Il serait donc illusoire de postuler l'existence d'autres sphères de connaissance (disciplines). Tout serait politique, le moindre acte de connaissance, toutes les approches du réel, tout revient au politique.

interdisciplinaridade praticada pela Escola de Frankfurt vincula-se, como vimos, a um projeto de escopo maior que o de uma ciência comunicacional. Ou seja, a própria inserção filosófica dos teóricos frankfurtianos na produção de conhecimento os afasta de um modo de trabalho científico especificamente disciplinar.

h. Estudos Culturais

As pesquisas de Richard Hoggart, Edward Palmer Thompson e Raymond Williams deram origem aos *cultural studies*, sendo que três obras desses autores são consideradas marcos: “*Uses of Literacy*” (1957), de Hoggart; “*The Making of the English Working Class*” (1963), de Thompson; e “*Culture and Society*” (1958), de Williams. Acerca das origens dos Estudos Culturais, Stuart Hall, outro pesquisador de destaque nesta tradição, afirma que esses três autores não tinham a intenção de constituírem uma disciplina acadêmica. Também lembra que as obras de Williams, E. P. Thompson e Hoggart que deram origem à tradição “[...] eram, claro, textos seminais e de formação. Não eram, em caso algum, ‘livros-textos’ [manuais] para a fundação de uma nova sub-disciplina acadêmica: nada poderia ter sido mais estranho ao seu impulso intrínseco.” (HALL, 2003, p. 125). Mas, apesar de negarem essa intenção, os Estudos Culturais acabaram por se institucionalizar, em um movimento que teve início em 1964, quando foi fundado o CCCS (*Centre for Contemporary Cultural Studies*), na Universidade de Birmingham, na Inglaterra. No local se consolidaram os Estudos Culturais.

No projeto do centro, a proposta seria utilizar os métodos e os instrumentos da crítica textual e literária, deslocando sua aplicação de obras clássicas para os produtos da cultura de massas e o universo das práticas da cultura popular (MATTELART & NEVEU, 2006, p. 56). Tanto Raymond Williams quanto Edward Thompson consideravam a cultura como uma rede de práticas e relações da vida cotidiana, dentro da qual o papel do indivíduo estaria em primeiro lugar (ESCOSTEGUY, 2001, p.153). Para eles, as análises deveriam ultrapassar a visão da cultura submetida à economia. Em seu trabalho, Thompson optou por uma história centrada na vida e nas práticas de resistência das classes populares. Sendo que “*The Making of the English Working Class*” é considerado um clássico da história social e da reflexão sociohistórica de um grupo social (MATTELART & NEVEU, 2006, p. 45-46). Richard Hoggart, em “*The Uses of Literacy*” estudou a influência da cultura difundida pelos meios de comunicação junto à classe operária. Além de descrever o cotidiano da vida popular, o

autor analisou as publicações voltadas a esse público para saber como elas se integram a esse contexto. Segundo Hoggart, haveria uma tendência a superestimar a influência dos produtos da indústria cultural sobre as classes populares (MATTELART & NEVEU, 2006, p. 42). De acordo com esse paradigma, a pesquisa em Comunicação não deveria se concentrar apenas nos meios, mas no espaço de um circuito composto por produção, circulação e consumo da cultura midiática (ESCOSTEGUY & JACKS, 2005, p.37-38).

Embora nos pareça um tanto artificial esta oposição entre meios de comunicação e cultura, o trecho acima evidencia uma de suas principais diretrizes dos Estudos Culturais, pois reivindica um deslocamento da atenção para a cultura e não para os meios de comunicação. Raymond Williams procurava realizar uma desconstrução do conceito de cultura a partir da história, e propôs duas frentes para pensar a dinâmica cultural contemporânea: uma teórica, responsável por desenvolver as implicações do conceito de hegemonia de Antonio Gramsci na teoria cultural; e outra metodológica, com a proposta de uma tipologia das formações culturais (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 116-117). Williams em *“The Long Revolution”*, de 1965, defendeu que a cultura é o processo global por meio do qual as significações são construídas social e historicamente. Ele também sugere o rompimento com a ideia de um marxismo considerado redutor, em que a cultura é determinada social e economicamente. No que vai encontrar depois o conceito de hegemonia de Gramsci, que propõe deslocar a classe dominante, que teria o poder pelo fato de controlar os meios econômicos. A fim de recusar alinhar cultura e ideologia às classes e à base econômica, introduziu a necessidade de se levar em conta negociações, compromissos e mediações entre as classes (MATTELART & MATTELART, 1999, p. 108). Mas a cultura teria apenas uma “autonomia relativa”, pois ao mesmo tempo em que não seria apenas um reflexo, ela ainda assim seria influenciada pelas relações político-econômicas (ESCOSTEGUY, 2001, p. 156). De acordo com o paradigma dos Estudos Culturais, a cultura deveria ser considerada em sentido amplo e antropológico. Ainda que a cultura permanecesse fixada sobre uma dimensão política, a questão central seria entender como ela funciona como contestação ou adesão à ordem social (MATTELART & NEVEU, 2006, p. 13-14). Hall chama a atenção para o fato de que os Estudos Culturais coincidem em vários pontos com a “agenda” da Nova Esquerda (*New Left*), sendo que os culturalistas pertencem, de alguma forma, a esse grupo esquerdista: “Essa ligação colocou a ‘política do trabalho intelectual’ bem no centro dos Estudos Culturais desde o início – uma

preocupação da qual, felizmente, eles nunca foram nem jamais poderão ser liberados.” (HALL, 2003, p. 125).

É importante destacar que os Estudos Culturais não surgiram como uma linha teórica para a análise do processo comunicacional. Como lembra Ana Carolina Escosteguy:

[...] os mass media e a cultura popular são recortes para refletir sobre a esfera cultural como um campo de relações estruturadas pelo poder e por diferenças sociais, sendo portanto um equívoco reduzir o projeto dos Estudos Culturais a um modelo de comunicação, pois os questionamentos propostos por essa tradição extrapolam o campo da comunicação. (ESCOSTEGUY, 2001, p. 151).

Stuart Hall também lembra que os Estudos Culturais não tiveram um único rumo definido, compreendendo uma ampla variedade de trajetórias, metodologias e posicionamentos teóricos: “O trabalho teórico do Centre for Contemporary Cultural Studies era mais apropriadamente chamado de ‘ruído teórico’, sendo acompanhado por uma quantidade razoável de sentimentos negativos, discussões, ansiedades instáveis, e silêncios irados.” (HALL, 2003, p. 189). Ele, contudo, não concorda que a variedade deva significar a inexistência de um direcionamento, ou seja, que qualquer caminho possa ser seguido:

Ora, será que isto significa que os estudos culturais não constituem uma área de regulamentação disciplinar, ou seja, que vale qualquer tipo de ação desde que o autor opte por se denominar ou se posicionar dentro do seu projeto e prática? Também não me agrada esta formulação. Apesar do projeto dos estudos culturais se caracterizar pela abertura, não se pode reduzir a um pluralismo simplista. (HALL, 2003, p. 189).

Os pesquisadores envolvidos nos Estudos Culturais reivindicavam um estatuto interdisciplinar, ou antidisciplinar para o trabalho desenvolvido, o que significa a recusa da divisão do conhecimento em disciplinas e o desejo de combinar contribuições de “saberes cruzados” (MATTELART & NEVEU, 2006, p. 15). Apesar de a proposta nunca ter sido de constituir uma disciplina específica, contraditoriamente, pôde ser observada a institucionalização da área. Segundo Patrizia Lombardo, “O termo ‘interdisciplinaridade’ pode ser um conceito viável para descrever algumas características de um programa de estudos culturais, especialmente agora, nos Estados

Unidos, quando esse tipo de programas se institucionalizou¹⁶³.” (1992, p. 3). Contudo, outros autores preferem identificar os Estudos Culturais com a transdisciplinaridade:

[...] no caso da tendência transdisciplinar, característica dos estudos culturais, se escapa ao imperialismo metodológico das duas tendências anteriores [multidisciplinaridade e interdisciplinaridade] onde o objeto de estudo é submetido às restrições do método, e em seu lugar os métodos de investigação se constroem a partir de uma negociação entre a natureza do objeto e as expectativas do projeto de investigação específico, o qual é deliberadamente contextual e relativizador de suas próprias condições de possibilidade¹⁶⁴. (ZAVALA, 2002).

A ideia era que o trabalho funcionasse como um campo de interação de diversas disciplinas, mas surgiram vários departamentos universitários ligados aos Estudos Culturais, nos moldes dos que eram criticados: “A institucionalização deles – primeiro, no centro em Birmingham, e depois, por meio de cursos e publicações provenientes de várias fontes e lugares, com suas perdas e ganhos característicos, pertencem ao período dos anos 60 em diante.” (HALL, 2003, p. 126).

Apenas cinquenta anos depois da publicação de *The Uses of Literacy* e trinta anos após os primeiros textos marcantes do Centro de Birmingham, os Estudos Culturais já haviam espalhado sua influência (MATTELART & NEVEU, 2006, p. 127). Atualmente constituem uma problemática teórica que repercute em vários países. Os Estudos Culturais não se confinam mais à Inglaterra e à Europa, nem aos Estados Unidos, tendo se expandido para a Austrália, Canadá, Nova Zelândia, América Latina e também para a Ásia e África. Escosteguy afirma, inclusive, que:

[...] é especialmente significativo afirmar que o eixo anglo-saxão já não exerce mais uma incontestável liderança nesta perspectiva. A observação contemporânea de um processo de estilhaçamento do indivíduo em múltiplas posições e/ou identidades transforma-se tanto em tema de estudo quanto em reflexo do próprio processo vivido atualmente pelo campo dos Estudos Culturais: descentrado geograficamente e múltiplo teoricamente. (ESCOSTEGUY, 2001, p. 168)

¹⁶³ The term 'interdisciplinarity' can be a viable concept to describe some features of a programme for cultural studies, especially now, in the United States, when such types of programmes have been institutionalised.

¹⁶⁴ [...] en el caso de la tendencia transdisciplinaria, característica de los estudios culturales, se escapa del imperialismo metodológico de las dos tendencias anteriores, donde el objeto de estudio es sometido a las constricciones del método, y en su lugar los métodos de investigación se construyen a partir de una negociación entre la naturaleza del objeto y las expectativas del proyecto de investigación específico, todo lo cual es deliberadamente contextual y relativizador de sus propias condiciones de posibilidad.

Sobre a situação específica na América Latina, Armand Mattelart e Érik Neveu acreditam que o continente ocupa um lugar à parte nesse movimento internacional de importação e exportação de pesquisas sobre a cultura:

A interrogação sobre as culturas populares e as identidades culturais na América Latina é rica de uma vasta memória política. Consubstancial às lutas de emancipação contra a hegemonia cultural da Europa, posteriormente dos Estados Unidos, essa interrogação atravessou numerosos projetos de reforma e de revoluções sociais que teceram as histórias particulares das nações que compõem o subcontinente. (MATTELART & NEVEU, 2006, p. 141-142).

Jésus Martín-Barbeiro é um dos expoentes da linha de pensamento identificada como Estudos Culturais Latino-Americanos. E também um dos maiores defensores na região da proposta de trabalho interdisciplinar:

Também no campo comunicação/cultura já começamos a *inventar*: começando por indisciplinar os saberes diante das fronteiras e dos cânones, despregando a escrita como meio de *expressividade conceitual*, e, finalmente, mobilizando a *imaginação categorial*, que é aquilo que torna pensável o que até agora não foi pensado, abrindo novos territórios ao pensamento. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 19).

Além de defender a proposta de “indisciplinar os saberes”, Martín-Barbero também enfatiza a ligação que os Estudos Culturais entendem que exista entre a Comunicação e a ação política. Ao comentar que as tradições funcionalista, estruturalista e marxista das pesquisas na área provocam uma “esquizofrenia” entre métodos e objetos, ele acredita que isso leva também à recusa da ação:

Essa esquizofrenia se plasma, por um lado, na tendência ao teorismo, a confundir pesquisa com especulação, na tendência de um discurso vago e generalizante com o qual se trata de ocultar não só a falta de trabalho empírico mas também o escapismo político: *fazer investigação para não ter que passar à ação*, ou melhor, fazer um tipo de pesquisa que não nos envolva, uma investigação generalista que não exija “prática” alguma, porque pesquisando o particular, sobre o que é possível intervir, se corre o risco de descobrir não só argumentos para “criticar” o sistema, mas ferramentas para transformá-lo. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 64).

Martín-Barbero acredita também que as rupturas provocadas, no final dos anos 1970, se manifestam não apenas como rupturas teóricas, mas também como marcas que, no espaço do trabalho teórico e metodológico, levariam a certos deslocamentos no social e no político (2004, p. 110). Além disso, a América Latina seria um lugar a partir do qual se pensa diferentemente as transformações que atravessam as práticas e as

técnicas de comunicação. Acredita que é preciso derrubar as fronteiras acadêmicas que limitariam o campo da Comunicação para entrar em contato com a reflexão feita por sociólogos, antropólogos, historiadores e etc.. Entretanto, mesmo entendendo que é crescente a consciência do estatuto transdisciplinar do campo, defende contraditoriamente que isso não significa a dissolução de seus objetos nos das disciplinas sociais. E ainda defende que a especificidade latino-americana seria justamente a proposta de inserir a pesquisa em comunicação no espaço das ciências sociais e nos Estudos Culturais. Para ele, as mudanças que emergem na Comunicação estariam alterando o próprio saber, ao romper as fronteiras entre disciplinas e propor objetos “móveis”, “nômades”, “impossíveis de encerrar em um saber positivo e rigidamente parcelado”. Identificar a Comunicação com uma disciplina, em sua visão, significaria reduzir o campo a uma parcela (MARTÍN-BARBERO, 2004, 2006).

Lauro Zavala (2002) entende os “estudos culturais como lugar de confluência das ciências sociais e humanidades”, pois seu objeto seria a articulação entre identidades e cultura, objetos das sociais e humanas respectivamente. Em relação à comunicação nesse cenário, ele enfatiza que as circunstâncias que teriam colocado em crise as ciências sociais, num período de cem anos compreendido entre sua institucionalização nas universidades modernas e a crise atual, estão entre as causas de um estatuto diferenciado para a Comunicação:

[...] nas ciências sociais se pode observar uma transformação dos interesses comuns a todas elas. Assim, se passou de uma maneira paulatina do estudo da ordem coletiva à investigação das rupturas dessa ordem, até chegar, no momento atual, a um interesse justificado pela relação entre poder e informação. Isto explica o lugar estratégico que em nossos dias ocupam os estudos sobre as novas tecnologias e a identificação das ciências da comunicação com as ciências sociais em sua totalidade¹⁶⁵. (ZAVALA, 2002).

Zavala acredita que os estudos de comunicação constituem uma recuperação crítica das tradições clássica e moderna, configurando o que seria um tipo de epistemologia, a qual ele denomina pós-moderna. Vemos, portanto, que, numa confusa

¹⁶⁵ [...] en las ciencias sociales se puede observar una transformación de los intereses comunes a todas ellas. Así, se ha pasado de manera paulatina del estudio del orden colectivo a la investigación de las rupturas de este orden, hasta llegar, en el momento actual, a un interés justificado por la relación entre poder e información. Esto explica el lugar estratégico que en nuestros días ocupan los estudios sobre las nuevas tecnologías y la identificación de las ciencias de la comunicación con las ciencias sociales en su totalidad.

explicação supostamente no nível epistemológico, a Comunicação não possui um estatuto disciplinar, equivalendo à totalidade das ciências sociais. Não está muito claro, contudo, qual exatamente a relação entre a Comunicação e os estudos culturais, apenas podemos entender que neste movimento da transdisciplinaridade ambos aparecem como peças chave.

Néstor García Canclini tenta especificar o que entende por transdisciplinaridade, contrastando-a com a interdisciplinaridade: “Não digo interdisciplinar porque isto costuma significar que os diversos especialistas justapõem conhecimentos obtidos fragmentária e paralelamente.” (CANCLINI, 2008, p. 281). Mas, apesar de julgar necessário que o conhecimento seja obtido de uma maneira que ultrapasse a divisão disciplinar, ele reconhece a existência de diferentes especialidades: “Ter trabalhado com antropólogos, sociólogos, comunicólogos e historiadores da arte deu-me a possibilidade de obter informações novas e multifocais [...]” (CANCLINI, 2006, p. 51).

É bastante comum essa contradição entre os partidários da interdisciplinaridade: criticam o trabalho disciplinar, mas reconhecem que não têm condições para aprofundar certos aspectos de suas análises, tornando-as superficiais por não dominarem o conhecimento especializado, sendo que uma das principais justificativas para a interdisciplinaridade é justamente que esta possibilitaria uma compreensão mais ampla do objeto.

Pode se crer plausivelmente que a “síntese” operada por amor não seja aquela funcional a sua própria e específica formação? Aqui encontramos parte da explicação dos déficits dos EC [Estudos Culturais] na América Latina, desde o ponto de vista do econômico e do sociológico. “Eu não sou economista”, responde G. Canclini quando é perguntado pelo lugar que ocuparia o econômico em uma perspectiva do que chamo interdisciplinar. Por certo: só um bom economista poderia incluir suficientemente a perspectiva econômica¹⁶⁶. (FOLLARI, 2002, p. 88).

Edison Otero Bello também questiona a proposta de interdisciplinaridade defendida pelos Estudos Culturais como uma solução para os problemas colocados à produção de conhecimento e critica a postura teórico-metodológica frouxa dessa

¹⁶⁶ ¿Puede creerse plausiblemente que la “síntesis” operada por un autor no sea aquella funcional a su propia y específica formación? Aquí encontramos parte de la explicación de los déficits de los EC [*Estudios Culturales*] en Latinoamérica desde el punto de vista de lo económico y lo sociológico. “Yo no soy economista”, responde G. Canclini cuando se le pregunta por el lugar que ocuparía lo económico en una perspectiva de lo que yo llamo interdisciplinar. Por cierto: sólo un buen economista podría incluir suficientemente la perspectiva económica.

perspectiva:

De uma parte, os estudos culturais revelam estar, não mais além do cenário das disciplinas humanísticas e sociais (qualquer que seja a definição de seu estado atual), mas mais aquém, em um estado intelectual pré-disciplinar, com tratamentos metodológicos rudimentares e uma teorização elementar e simplista, tudo isso disfarçado por uma retórica demagógica¹⁶⁷. (2006, p. 71).

O próprio Néstor García Canclini, defensor da proposta transdisciplinar dos Estudos Culturais, aponta falhas, pois não há a discussão teórica e epistemológica necessária. “Sem esta última, pode ocorrer o que tantas vezes se tem dito dos estudos literários, do folclore e de outros campos disciplinares: que permanecem na aplicação rotineira de uma metodologia pouco disposta a questionar sua prática¹⁶⁸.” (CANCLINI, 1997, p. 45-60).

Carlos Reynoso também questiona por que os Estudos Culturais teriam supostamente a prerrogativa para trabalhar fora das disciplinas constituídas, pois nenhum autor da área chega a explicar por que razão essa linha de pensamento seria “uma espécie de supersociologia da ciência”. E critica também a institucionalização posterior dessa tradição: “[...] como se a recente conversão dos estudos culturais em uma disciplina acadêmica formal tampouco afetasse a superioridade que creem gozar¹⁶⁹.” (REYNOSO, 2000, p. 48-49). Reynoso se posiciona também em relação à contradição existente entre, de um lado, a defesa do trabalho além das divisões disciplinares e, até mesmo, contra essa separação – antidisciplinaridade – e, por outro lado, o reconhecimento de especificidades disciplinares:

Não há surpresa se o culturismo passa sem estações intermediárias da antidisciplinaridade a interdisciplinaridade. Os culturistas creem que as disciplinas são todas mais ou menos prejudiciais; mas também creem que (por uma razão que nunca se explica) a combinação de duas ou mais delas gera de algum modo um conhecimento ótimo. Se a

¹⁶⁷ De una parte, los estudios culturales revelan estar, no más allá del escenario de las disciplinas humanísticas y sociales (cualquiera se ala definición de su estado actual), sino más acá, en un estadio intelectual predisciplinario, con manejos metodológicos rudimentarios y una teorización elemental y simplista, todo ello enmascarado por una retórica demagógica.

¹⁶⁸ El otro aspecto crítico que deseo destacar es que la enorme contribución realizada por los estudios culturales para trabajar transdisciplinariamente y con procesos interculturales – dos rasgos de esta tendencia – no va acompañada por una reflexión teórica y epistemológica. Sin esto último, puede ocurrir lo que tantas veces se ha dicho de los estudios literarios, del folclor y de otros campos disciplinares: que se estancan en la aplicación rutinaria de una metodología poco dispuesta a cuestionar teóricamente su práctica.

¹⁶⁹ [...] como si la reciente conversión de los estudios culturales en una disciplina académica formal tampoco afectara la superioridad que creen gozar.

interdisciplinaridade que alguns autores colocam como definidora do movimento fosse a solução às limitações das disciplinas consideradas individualmente, é preciso dizer que os estudos culturais tampouco elaboraram com algum pormenor essa possibilidade. Assim como jamais se desenvolveu a crítica que deveria dar respaldo a sua postura antidisciplinar, a pregação em favor da interdisciplinaridade tampouco se apoia em um raciocínio substantivo¹⁷⁰. (REYNOSO, 2000, p. 53).

De todo modo, independentemente das críticas que possam ser feitas à fragilidade epistemológica da proposta interdisciplinar dos Estudos Culturais, podemos verificar sua larga influência entre os pesquisadores brasileiros da área da Comunicação. Especialmente no que diz respeito às análises de recepção desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 90, em que as pesquisas sobre a recepção ganham legitimidade a partir da identificação com o paradigma dos Estudos Culturais Latino-Americanos, como apontam Jacks & Escosteguy (2005). As pesquisadoras consideram que as pesquisas que se apoiam em outros referenciais teóricos devem ser consideradas como análises de audiência, vinculadas às pesquisas encomendadas pelo mercado e de caráter quantitativo (por exemplo, Ibope).

Além disso, a ênfase na militância política característica dos Estudos Culturais, quer sejam britânicos ou latino-americanos, também influencia a defesa de um estatuto interdisciplinar para a Comunicação. Entendê-la como uma ciência é visto como uma redução de sua condição ao positivismo, apesar de que não é explicado por que a redução da Comunicação à dimensão política seria mais proveitosa.

3.3 A proposta interdisciplinar e a Comunicação

A partir das tradições analisadas, podemos apontar algumas características que acreditamos terem significativa influência na proposta interdisciplinar que se configurou na área. São elas: a vinculação política presente em parte desses estudos; os aspectos que envolvem as origens e a conseqüente diversidade do campo; e as questões pedagógicas que são apontadas. Acreditamos que essas categorias, se não esgotam a

¹⁷⁰ No hay que sorprenderse si el culturismo pasa sin estaciones intermedias de la antidisciplinariedad a la interdisciplinariedad. Los culturistas creen que las disciplinas son todas más o menos perniciosas; pero también creen que (por una razón que nunca se explica) la combinación de dos o más de ellas genera de algún modo un conocimiento óptimo. Si la interdisciplinariedad que algunos autores plantean como definitoria del movimiento fuera la solución a las estrecheces de las disciplinas consideradas individualmente, hay que decir que los estudios culturales tampoco elaboraron con algún pormenor esa posibilidad. Así como jamás se desarrolló la crítica que debería dar respaldo a su postura antidisciplinaria, la prédica en favor de la interdisciplinariedad tampoco se apoya en un razonamiento sustantivo

explicação do problema, pelo menos nos ajudam a entender tal importância que a proposta interdisciplinar conquistou na Comunicação.

a. Vinculação política

Seja o pragmatismo norte-americano, na ênfase na ação política da teoria crítica, ou na militância dos Estudos Culturais, é possível apontar que a interferência da instância política na dimensão propriamente epistemológica dos estudos da comunicação tem papel preponderante na proposta interdisciplinar vigente. No primeiro caso, a justificativa para que o trabalho em comunicação não seja realizado em uma perspectiva disciplinar recai na necessidade de contemplar simultaneamente vários aspectos do processo comunicativo pela pesquisa multidisciplinar. A demanda pela solução de problemas práticos se impõe sobre a reflexão propriamente teórica. E dessa forma os processos de comunicação, o uso dos meios e de suas consequências na sociedade se colocam, enquanto objetos empíricos, à frente da necessidade de construção destes em objetos de estudo, específicos de cada disciplina, entre elas a Comunicação. Sem desconsiderar também o papel ideológico que instituições como a Unesco e os projetos expansionistas norte-americanos desempenham neste sentido, como apontado previamente.

Já no caso da pesquisa crítica e dos Estudos Culturais, a interdisciplinaridade se apresenta como uma necessidade de ruptura com o conhecimento científico. Seja por meio de uma proposta filosófica, seja por um discurso que tem mais de retórica que de argumentos fundamentados, a interdisciplinaridade é alardeada como uma resistência política, um rompimento de fronteiras, uma atitude frente à dominação. As questões científicas e propriamente da ordem da produção de conhecimento são deixadas em segundo plano, o que importa é o aspecto ideológico, a luta política. É cobrado do pesquisador um tipo de engajamento político na pesquisa que sobrepõe esta instância à dimensão efetivamente epistemológica.

i. Origens e diversidade

Aspectos da constituição do campo comunicacional também são aventados como causas da interdisciplinaridade. De um lado, muitos não conseguem superar o fato de que, embora os primeiros estudos sobre os processos comunicativos tenham sido realizados por pesquisadores de outras áreas, isso não impede que a comunicação também se constitua como disciplina autônoma. Ora, se essas pesquisas foram feitas por

sociólogos, psicólogos, cientistas políticos, isso não se torna impedimento para que comunicólogos também possam expressar sua perspectiva especificamente comunicacional sobre os processos estudados. A diversidade é colocada num pedestal e, assim, torna-se um obstáculo intransponível no avanço da definição da disciplinaridade da Comunicação.

De outro lado, a vinculação dos estudos sobre a mídia com os interesses empresariais e governamentais provoca uma reação a tudo que seja produzido pelos meios, levando à negação da própria possibilidade de existência da Comunicação como uma disciplina. Assim como a ligação desses primeiros estudos da comunicação com caráter científico com os Estados Unidos e a Europa conduz a uma defesa da interdisciplinaridade que se configura como crítica e resistência à dominação. É a ação de defender interesses que seriam propriamente latino-americanos, em nosso caso específico, que leva à negação da ciência, como se a origem de uma teoria pudesse determinar uma ação política eficaz para o subcontinente.

E ainda, no caso da Escola de Toronto, a formação de Innis e McLuhan como pesquisadores ajuda a explicar por que os estudos de comunicação não poderiam se configurar como uma disciplina. Enquanto o primeiro não tinha a intencionalidade de fundar um novo saber e, servindo-se de uma perspectiva histórica, transitava por várias áreas; McLuhan com suas origens na literatura não conseguia escapar a uma visão teórica e métodos pouco científicos, a despeito da contribuição de ambos para a constituição de um objeto comunicacional que pode ser destacada de suas obras.

j. Questões pedagógicas

As preocupações com o currículo e o ensino também influíram na configuração da proposta interdisciplinar da área, por meio do sentido de interdisciplinaridade atrelado à Educação. Tanto McLuhan quanto Innis criticavam formas de ensino que desconsiderassem a interdisciplinaridade curricular. A Escola de Frankfurt, como uma proposta filosófica, não buscava nenhum tipo de compartimentação. Os Estudos Culturais criticavam as universidades e departamentos enquanto espaços da institucionalização da produção de conhecimento responsáveis por corromper essa produção. Mesmo no contexto da *Communication Research* a preocupação com a relação entre diferentes especialidades na formação dos profissionais de comunicação é considerada.

Contudo, este não é um aspecto especialmente problemático. Como já dissemos anteriormente, a preocupação pedagógica com a interdisciplinaridade dos currículos e da formação dos estudantes é legítima, e está entre as questões da área da Educação. Contanto que não se confunda as instâncias e se defenda a prática interdisciplinar como um impeditivo à produção de conhecimento especificamente disciplinar, não há muitas consequências problemáticas nessa proposta.

Após essa breve análise das pesquisas desenvolvidas por essas quatro tradições no âmbito internacional, passaremos à apresentação da pesquisa brasileira em Comunicação e sua relação com a interdisciplinaridade.

4. Interdisciplinaridade na pesquisa comunicacional brasileira

Focaremos agora o desenvolvimento dessa perspectiva no Brasil. Para tanto, retomaremos, em um primeiro momento, conceitos e propostas quanto ao tema trabalhadas pela área, durante sua formação e consolidação. Posteriormente, buscaremos traçar um panorama do estado atual da proposta interdisciplinar em nossa área.

Para cumprir o primeiro dos objetivos listados acima, optamos por traçar um histórico da interdisciplinaridade na área de Comunicação no Brasil, a partir da pesquisa bibliográfica. A definição do *corpus* a ser analisado levou em conta os que são apontados como os principais epistemólogos de nossa área: José Marques de Melo, Antonio Fausto Neto, M. Immacolata V. Lopes, Luiz Martino, José Luiz Braga, Lucrécia Ferrara, Muniz Sodré, Ciro Marcondes Filho, Lúcia Santaella e Francisco Rüdiger:

O pensamento epistemológico no campo da Comunicação no Brasil constitui uma perspectiva recente que se manifesta no crescimento de análises auto-reflexivas. Elas têm se expressado, por exemplo, em trabalhos de reconstrução histórica do campo e de teorização dos objetos de pesquisa de comunicação no Brasil feitos, entre outros, por José Marques de Melo, Antonio Fausto Neto, M. Immacolata V. Lopes, Luiz Martino, José Luiz Braga, Lucrécia Ferrara, Muniz Sodré, Ciro Marcondes Filho, Lúcia Santaella e Francisco Rüdiger. (LOPES, 2006, p. 25).

Buscamos no currículo *lattes* desses pesquisadores suas principais obras sobre o tema interdisciplinaridade ou as que pudessem ter alguma discussão desse aspecto, como as que tratam de epistemologia, do campo e do objeto da área. O objetivo foi levantar o maior *corpus* possível para fundamentar a apresentação das bases históricas da interdisciplinaridade no país. Pesquisamos os textos em busca de seus posicionamentos e argumentos quanto à interdisciplinaridade, sendo que nem todos trabalharam a interdisciplinaridade e discussões propriamente epistemológicas com a mesma profundidade, daí que a apresentação de seus pontos de vista possa se apresentar desproporcional, uma vez que a linha condutora é justamente o posicionamento quanto à interdisciplinaridade.

Após uma primeira seleção das obras e publicações a serem analisadas, separamos as que mais poderiam interessar à pesquisa segundo os seguintes critérios:

- Pertinência da discussão proposta com o objeto de nossa análise, a interdisciplinaridade – julgamos pelo título aquelas que possuíam mais chances de abordar o tema. Por exemplo, as que continham termos como “epistemologia”, “campo”, “objeto”, além de “multi”, “inter” ou “transdisciplinaridade”; ou fizessem referência à Comunicação como um saber.
- Data de publicação – procuramos, na medida do possível, realizar uma distribuição equilibrada entre textos de diferentes épocas publicados pelo mesmo autor, para capturar as formulações mais recentes, sem perder o desenvolvimento das propostas.
- Possibilidade de acesso às obras – alguns textos se encontram em obras esgotadas ou de difícil acesso.

Assim, a lista ficou definida conforme abaixo:

José Marques de Melo
História do pensamento comunicacional. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2003b. v. 01. 373p . Identidade do campo da comunicação: para sair do gueto acadêmico. In: Duarte Barros; Martinez. (Org.). Comunicação: Discurso, Práticas e Tendências. Brasília: Editora Rideel - UniCEUB, 2002, v. , p. 55-66.
A Recepção das Idéias de Wilbur Schramm no Brasil. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 6, p. 13-21, 2007. Ciências da comunicação na América Latina: itinerário para ingressar no século XXI. INTERCOM (São Paulo), São Paulo, Intercom, v. XXVI, n.n.1, p. 79-86, 2003a.
Resgate do Pensamento Latino-Americano Desafio Inadiável do Campo da Comunicação. Chasqui, v. 107, p. 8-13, 2009.
Ciências da Comunicação na América Latina: O Papel Histórico do CIESPAL (1959-2009). Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 11, p. 12-27, 2009.

Antônio Fausto Neto

Condições da Pesquisa em Comunicação no Brasil. Revista Famecos, Famecos/PUC/RS 1996.

Dos sintomas aos programas de estudo. INTERCOM (São Paulo), São Paulo, v. 28, p. 11-26, 2005.

Epistemologia do zigue-zague. In: Jairo Ferreira, Luiz Antonio Signates, Francisco

Paoliello. (Org.). Estudos da Comunicação: transversalidades epistemológicas. 1ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2010, v. 1, p. 79-100.

A pesquisa vista “de dentro de casa”. In: Maria Helena Weber, Ione Bentz, Antonio Hohlfeldt. (Orgs). Tensões e Objetos da pesquisa em comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2002, p. 21-35.

Maria Immacolata Vassalo de Lopes

La investigación de la comunicación: cuestiones epistemológicas, teóricas y metodológicas. *Revista Dia-logos de la comunicación*. N. 56. FELAFACS, Lima, octubre de 1999.

O campo da comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. *Revista USP*. São Paulo, n. 48, dez-fev 2000/2001. Pp. 46-57.

Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Ed. Loyola, 2003

O campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas. *Revista FAMECOS*, v. 1, p. 16-30, 2006.

Comunicação, Disciplinaridade e Pensamento Complexo. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Epistemologia”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, Curitiba, PR, em junho de 2007.

Luiz C. Martino

Interdisciplinaridade e Objeto de Estudo da Comunicação. CD-ROM *Anais do XXI Congresso da INTERCOM*, Recife, 1998. Publicado em A. Fausto Neto, S. Porto, J.L. Aidar Prado (orgs), *Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. Editora Universitária/UFPB. João Pessoa, 2001.

Ceticismo e interdisciplinaridade: paradoxos e impasses da teoria da comunicação. *Revista Argentina de Comunicación*, v. 3, p. 125-136, 2009.

“As Epistemologias Contemporâneas e o Lugar da Comunicação”, in Maria Immacolata Vassalo Lopes (org.) *Epistemologia da Comunicação*. Loyola. São Paulo, 2003, p. 69-101.

“História e Identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional”, in S. Capparelli; M. Sodré; S. Squirra – *Livro da XIII COMPÓS - 2004: A Comunicação Revisitada*, Ed. Sulina. Porto Alegre, 2005, pp. 41-66. Disponível em: www.compos.org.br.

Os Cursos de Teoria da Comunicação à Luz do Jornalismo: obstáculos e

impropriedades das posições tecnicista e intelectualista. In: *Revista Líbero*, n. 17, jun. 2006a. Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. Disponível em: ou http://www.facasper.com.br/pos/libero/libero15/02_martino.pdf. Acesso em: 05 nov. 2011.

Teorias da Comunicação: O Estado da Arte no Universo de Língua Espanhola. In: Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Congresso anual da INTERCOM, Universidade de Brasília (UnB). 4 a 9 de setembro de 2006b.

Teorias da Comunicação: Poucas ou Muitas? Ateliê. São Paulo, 2007.

“Significação da Teoria em um Campo Diversificado”, Anais do XXXIII IV Colóquio Brasil-EUA de Ciências da Comunicação, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Caxias do Sul, RS – 3 a 6 de setembro de 2010.

"Algumas Considerações sobre a Explicação em Comunicação", in Martino, L. C.; Ferreira, G.; Hohlfeldt, A.; Morais, O. de. *Teorias da Comunicação no Brasil e no Canadá*. EDUFBA, Salvador, 2014.

José Luiz Braga

O que faz de uma pesquisa uma pesquisa em Comunicação?. In: Maria Helena Weber; Ione Bentz; Antonio Hohlfeldt. (Org.). *Tensões e objetos de pesquisa em Comunicação*. 1ed. Porto Alegre: Edições Sulinas / Compós, 2002, v. , p. 257-270.

Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. *Contracampo* (UFF), Rio de Janeiro, v. 10/11, n.2004/2, p. 219-235, 2004.

Comunicação, disciplina indiciária. *Matrizes* (USP. Impresso), v. 1, p. 73-88, 2008.

Disciplina ou campo? O desafio da consolidação dos estudos em Comunicação. In: Ferreira, Jairo; Pimenta, Francisco José Paoliello; Signates, Luiz. (Org.). *Estudos da Comunicação: transversalidades epistemológicas*. 1ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010, v. 1, p. 19-38.

Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso* (Unisinos. Online), v. 25, p. 62-77, 2011.

Uma teoria tentativa. *E-Compós* (Brasília), v. 15, p. 1-17, 2012.

Lucrécia Ferrara

Epistemologia da Comunicação: além do sujeito, aquém do objeto. In: Maria Immacolata Vassallo de Lopes. (Org.). *Epistemologia da Comunicação*. 1ed. São Paulo: Loyola, 2003, v. 1, p. 55-67.

A comunicação como espetáculo e dispositivo epistemológicos. *Signo y Pensamiento*, v. 58, p. 40-51, 2011.

Os Nomes da comunicação. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2012. v. 1. 231p

Muniz Sodré

Sobre a episteme comunicacional. *Matrizes* - Revista do Programa de pós Graduação em Ciência da Comunicação da USP, v. 1, p. 15-26, 2007.

Comunicação: um campo em apuros teóricos. *Matrizes* (USP), v. 5, p. 11-27, 2012.

Ciência e Método em Comunicação. In: Maria Immacolata V. Lopes. (Org.). *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2003, v. 1, p. 305-312.

Ciro Marcondes Filho

Projeto da Nova Teoria da Comunicação. *Revista Existo.Com*, São Paulo, v. 7, 2005.

Até hoje ainda não começamos a estudar a comunicação. *Communicare* (São Paulo), v. 9, p. 33-40, 2009.

Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão política. Uma discussão com José Luís Braga. *Matrizes* (USP), v. 5, p. 169-178, 2011.

Lucia Santaella

Comunicação e Pesquisa. São Paulo: Editora Hacker, 2001. 216p .

Novos desafios da comunicação. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 3, n.2, p. 1-10, 2002.

Uma cartografia para a inter e transdisciplinaridade. *Informática na Educação*, v. 8, p. 37-46, 2006.

Francisco Rüdiger

A trajetória da comunicação como campo do conhecimento científico. *Ética na Informação*, São Paulo, v. 1, n.1, p. 11-22, 1999. Disponível em: http://www.robertexto.com/archivo14/a_trajetoria.htm

A comunicação no saber pós-moderno: crítica, episteme e epistemologia. In: Jairo Ferreira. (Org.). *Cenários, teorias e epistemologias da comunicação*. 1ed. Rio de Janeiro: e-papers, 2007, v. , p. 25-40

A partir das leituras do *corpus* constituído para a análise, buscaremos apresentar a formação da proposta interdisciplinar que é operada pelos pesquisadores brasileiros, reproduzindo e discutindo seus posicionamentos a respeito do tema.

4.1 Constituição da proposta interdisciplinar no Brasil

Enquanto a discussão que predomina nos EUA e na Europa sobre o estatuto da Comunicação questiona se a área seria um campo ou uma disciplina, na América Latina os termos do debate geralmente se situam entre a disciplinaridade e a interdisciplinaridade. De um lado, a maioria dos membros da área opta por negar a possibilidade de constituição de um saber comunicacional organizado nos moldes de uma disciplina científica, argumentando que a Comunicação seria marcada por um tipo de natureza interdisciplinar que inviabilizaria tal empreendimento. Por outro, vozes dissonantes, em número crescente, apontam para a ausência de fundamentação teórico-metodológica envolvida na proposta interdisciplinar e suas consequências negativas para a área, alegando que não há impedimentos epistemológicos para se desconsiderar a possibilidade de uma disciplina científica. Apresentaremos, a seguir, os principais argumentos dos pesquisadores brasileiros que participam dessa discussão.

Apesar de haver esboços de estudos sobre comunicação no Brasil desde o século XIX, “[...] a acumulação sistemática de conhecimentos sobre a matéria é datada das últimas três décadas do século passado, quando a universidade legitimou e fortaleceu a nova área de estudos.” (MARQUES DE MELO, 2003b, p. 9). A pesquisa em Comunicação no Brasil, portanto, coincide com o surgimento dos primeiros programas de pós-graduação, na década de 70, momento marcado justamente pela busca de novos paradigmas para a ciência. Somam-se a essa suposta crise da ciência, a análise ideológica e a teoria da dependência econômica, que perderam força na década de 80 para a pesquisa-ação, caracterizada por uma perspectiva comprometida e militante do trabalho acadêmico, levando em conta a comunicação popular e alternativa, e tomando Gramsci como referência (BERGER, 2001).

Mas foi nos anos 90 que a pesquisa em Comunicação brasileira conquistou os primeiros reconhecimentos internacionais, sediando inclusive a XVIII Conferência

Mundial de Ciências da Comunicação, promovida pela IAMCR, no Guarujá-SP (MARQUES DE MELO, 2003b). E foi nessa década também que a perspectiva da interdisciplinaridade conquistou, definitivamente, espaço, tanto no Brasil quanto no restante do continente latino-americano:

Se até os anos 80 os contornos que demarcavam o campo da comunicação conservavam bastante nitidez, pois se podia identificar com precisão os estudos sobre a estrutura transacional da comunicação, a comunicação participativa/popular e a problemática das políticas públicas de comunicação, no início dos anos 90 as fronteiras entre as linhas e a relação com as disciplinas já não são tão claras. A constatação da necessidade, primeiro, de revisões e de releituras – logo, de novas proposições teórico-metodológicas – é a tônica deste período. (BERGER, 2001, p. 266-267).

No contexto brasileiro, a institucionalização da pesquisa em Comunicação é marcada por uma contradição: ao mesmo tempo em que cresceram os cursos de pós-graduação em Comunicação no país, avançou também o entendimento de que a área é trans- ou interdisciplinar e que, portanto, não poderia configurar uma disciplina. O desenvolvimento desses estudos ocorreu justamente em faculdades e departamentos universitários, espaços disciplinares:

É no âmbito dos programas de pós-graduação que foram e estão sendo titulados os principais quadros para o exercício da docência universitária; treinados pesquisadores; estruturados grupos de pesquisa; e, principalmente, sendo desenvolvida a atividade da pesquisa, na forma da atividade universitária e via natureza de prestação de serviços. Tais fatos nos levam a dizer que no Brasil a pesquisa se constitui numa atividade patrocinada e desenvolvida fundamentalmente, através do Estado mediante ações das agências e das universidades. (FAUSTO NETO, 1996, p. 83).

Seis programas de Comunicação foram criados nas décadas de 70 e 80. Nas duas décadas que se seguiram, houve uma forte aceleração, com um total de 63 cursos de pós-graduação em 2013, incluindo doutorados, mestrados e mestrado profissionalizante. Cinco cursos de Mestrado começaram a funcionar na década de 70 (USP, UFRJ, UnB, PUC-SP e UMESP), um na década de 80 (UNICAMP), seis na década de 90 (UFBA, PUC-RS, UNISINOS, UFRGS, UFMG e UFF). Em 2013, o total já é de 43 cursos. Dos 20 cursos de Doutorado avaliados pela Capes em 2013, três são da década de 80 (USP, UFRJ e PUC-SP) e quatro de 90 (UFBA, UMESP, PUC-RS e UNISINOS). Os outros 13 foram credenciados a partir dos anos 2000. Além disso, a partir dos anos 90 se verifica uma descentralização desses programas, antes concentrados no eixo Rio-São

Paulo. E mesmo com esse crescimento institucional vertiginoso, a área conheceu os maiores questionamentos sobre sua viabilidade a partir dos anos 90.

É no entroncamento dos processos de institucionalização acelerada dos estudos de comunicação com o crescimento da insatisfação generalizada com a sua disciplinarização no contexto das ciências sociais (Wallerstein) e, também, com a sociedade da comunicação, (Vattimo) que se pode identificar a *institucionalização transdisciplinar dos estudos de comunicação* a que remete o sociólogo italiano Mario Morcellini. Para a comunicação, vale a sua metáfora de que a comunicação é “indisciplinada” (Morcellini e Fatelli, 1996), o que a torna um “paradoxo” em face à aceleração do seu processo de institucionalização acadêmica, pelo menos desde a última década. (LOPES, 2006, p. 24).

A despeito da concentração dos estudos em universidades e faculdades de Comunicação, a proposta interdisciplinar configurou-se como uma espécie de consenso para a Comunicação, talvez um dos únicos da área, dada a grande aceitação e a pouca problematização em torno do assunto. À medida que a interdisciplinaridade ganhou adeptos, foi convertendo-se em um “*novo paradigma emergente*”:

[...] o pensamento interdisciplinar vai entender que a comunicação não somente é uma forma de conhecimento válida, mas que supera as chamadas formas “tradicionais”. Se de um lado a comunicação tinha dificuldades em estabelecer um estatuto científico, era, por assim dizer, menos que uma ciência, ela agora ultrapassa o pensamento científico, para se instaurar além e acima de seus requisitos. (MARTINO, 2009, p. 134).

Apesar do otimismo da maioria dos pesquisadores em relação à adoção da perspectiva transdisciplinar e/ou interdisciplinar para a Comunicação, visões críticas a esta proposta despontaram no cenário latino-americano, principalmente a partir dos anos 2000. A fim de melhor compreender a formação do pensamento interdisciplinar dos estudos da Comunicação no Brasil, apresentaremos os principais argumentos dos pesquisadores que constituem o *corpus* da pesquisa.

a. José Marques de Melo

José Marques de Melo é titular da Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, docente do programa de pós-graduação da Universidade Metodista de São Paulo, tendo publicado diversos livros e coletâneas, além de artigos em periódicos nacionais e internacionais. Entre seus objetos de pesquisa podemos identificar o interesse por reconstituir a história do pensamento comunicacional latino-americano, em especial o brasileiro. Uma vez que essa história é apresentada

desvinculada de uma discussão epistemológica acerca do objeto de estudo da Comunicação, a reconstrução dessas bases remonta aos mais longínquos registros de atividade comunicacional no Brasil, com detalhes tão pormenorizados quanto, muitas vezes, pouco justificados¹⁷¹.

Marques de Melo afirma que o primeiro objeto comunicacional a despertar interesse foi a imprensa, no século XIX; depois o jornalismo, no século XX; e finalmente as que ele chama de demais disciplinas midiológicas (publicidade, relações públicas, radialismo, cinema e etc.), nas últimas três décadas do século passado. Ele classifica as etapas de desenvolvimento desses objetos como:

- a) *Legitimação empírica* – conhecimentos gerados nas corporações, manualizados ou transformados em livros e ensaios que comportavam reflexões críticas dos seus produtores paradigmáticos ou se incorporavam à memória histórica das profissões.
- b) *Assimilação universitária* – pressionadas pelo mercado, pelo Estado ou pela sociedade civil, as universidades admitem essas novas formas de saber e as convertem em cursos profissionais ou as privilegiam como objetos de pesquisa, institucionalizados ou não.
- c) *Reconhecimento acadêmico* – quando se criam programas regulares de ensino avançado e de pesquisa, institucionalizados ou não. (MARQUES DE MELO, 2003b, p. 39-40).

Para Marques de Melo (2003b, p. 108), a Comunicação é um campo científico, tal qual definido pela noção de “campo social”, de Pierre Bourdieu. A área estaria entre as ciências aplicadas (medicina, engenharia e direito) e não entre os cientistas “hegemônicos” das ciências básicas (físicos, botânicos, sociólogos).

Quanto à comunicação como “campo acadêmico”, Marques de Melo nos diz que sua identidade se caracterizou pela delimitação de fronteiras, sendo que a principal delas seria a que existe entre: 1) os atos de comunicação interpessoal e grupal; 2) e os atos de comunicação comunitária e de comunicação pública. O que ele chama de “campo acadêmico da Comunicação Social” corresponderia ao segundo grupo: comunicação comunitária (comunicação organizacional, corporativa e institucional) e pública (comunicação massiva, mercadológica e cibercomunicação).

Marques de Melo acrescenta que a Comunicação é “[...] um aglomerado de

¹⁷¹ Frei Caneca chegou a ser apresentado entre os precursores da Teoria da Comunicação, pelo exercício jornalístico e atuação como orador político, em que teria usado de teorias argumentativas desenvolvidas para suas aulas de Retórica (MARQUES DE MELO, 2003b).

disciplinas composto por cinco segmentos da atividade intelectual”:

Artes – linguagens e estilos, formatos e tendências (Estética, Artes Plásticas, Literaturas).

Humanidades – reflexões e especulações sobre sua natureza e impactos sociais (da Filosofia da Comunicação à Pedagogia e à História da Comunicação).

Tecnologias – suportes que permitem a difusão das mensagens (Imprensa, Telecomunicações, Informática).

Ciências Sociais – análises sistemáticas sobre os fatores que determinam os atos comunicacionais e seus reflexos no organismo social (da Sociologia da Comunicação à Antropologia da Comunicação, passando pela Ciência Política aplicada à Comunicação – seja no âmbito da Comunicação Política ou das Políticas de Comunicação – e pela Psicologia da Comunicação – na vertente da Opinião Pública ou do Imaginário Coletivo).

Conhecimento midiológico – saberes acumulados no interior das corporações profissionais e das agências produtoras de bens midiáticos. [...] Incluem-se aqui Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Bibliologia, Hemerografia, Cinematografia, Radialismo, Teledifusão, Entretenimento, Cibernídia etc.. (MARQUES DE MELO, 2003c, p. 108-109).

Como podemos perceber, a comunicação constitui, em sua visão, um campo bastante amplo, sendo que o que atrai o interesse dessas diversas abordagens disciplinares é o processo comunicacional, um objeto empírico, fazendo com que o objeto de estudo da Comunicação acabe coincidindo com o interesse das outras ciências humanas e sociais. Não há um recorte epistemológico de um objeto de estudo especificamente comunicacional. Marques de Melo é tributário das ideias de Wilbur Schramm sobre o campo da comunicação em relação à interdisciplinaridade:

Ao definir Comunicação como “processo social básico”, Wilbur SCHRAMM (1954) vislumbrou um campo científico caracterizado por amplitude cognitiva e pluralidade metodológica. Por isso mesmo, alguns anos depois, ao revisar o avanço das pesquisas na área, ele exortaria os comunicólogos a não considera-la como seu “território exclusivo” de estudos. Seu argumento era o de que a natureza dos fenômenos comunicacionais os convertia necessariamente em “focos de interesse” de qualquer “disciplina relacionada com a sociedade humana e o comportamento humano” (SCHRAMM, 1972:6-7). (MARQUES DE MELO, 2002, p. 55, grifo no original).

Ele lembra que a criação dos cursos de Comunicação não significou a independência destes em relação às ciências sociais básicas (história, sociologia, antropologia, ciências políticas) e às humanidades (filosofia, literatura e belas-artes). E aponta o que seria um obstáculo ao desenvolvimento do campo nesse sentido: “[...] a ausência de tradição interdisciplinar nas nossas universidades (CUNHA, 1980),

estruturadas como ‘conglomerados de faculdades’. Isso inviabilizou a circulação dos estudantes pelas áreas conexas, estreitando a grade curricular [...]” (MARQUES DE MELO, 2002, p. 56, grifo no original).

Para Marques de Melo, a “Comunicação” seria objeto de estudo de diferentes disciplinas científicas que “[...] a refletem teoricamente e analisam empiricamente, a partir de seus respectivos paradigmas.” (MARQUES DE MELO, 2002, p. 59). Ao marcar Comunicação com a inicial maiúscula, o autor nos induz à compreensão de que está falando da Comunicação como disciplina ou, pelo menos, área do saber autônoma. O que seria bastante incoerente, pois o que tem interessado às demais disciplinas como objeto de estudo não é uma outra disciplina e, sim, o processo comunicacional.

Além de ser objeto de estudo das demais ciências, para Marques de Melo, a Comunicação é também um “[...] campo vocacionado para a interdisciplinaridade, na medida em que seus objetos específicos são produtos cujo conteúdo está enraizado no território das demais disciplinas que constituem o universo científico.” (MARQUES DE MELO, 2002, p. 60, grifo no original). Deste modo, os pesquisadores da Comunicação, considerados em sua perspectiva como produtores de conhecimento aplicado, precisam das ciências sociais, fontes dos conhecimentos básicos. Assim, recusa à Comunicação a possibilidade de uma maior autonomia em relação às demais disciplinas, no sentido de produzir conhecimentos fundamentais. Ela ficaria restrita às aplicações práticas. Entretanto, em outro texto, Marques de Melo defende que a Comunicação deve aumentar a autonomia teórica em relação às demais disciplinas:

Trata-se de superar o reboquismo em relação às ciências sociais, assumindo nosso perfil de ciências aplicadas e recorrendo a estratégias investigativas que permitam estocar conhecimentos capazes de melhorar a qualidade dos produtos midiáticos demandados pela sociedade. Devemos preservar o diálogo com as ciências sociais, em condições equilibradas de parceria acadêmica, superando um certo complexo de inferioridade intelectual que fragiliza parcela hesitante de nossa comunidade. (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 84-85).

Marques de Melo defende ainda que o campo comunicacional teria as características de uma ciência em crise, tal qual proposto por Kuhn, sendo que o reconhecimento da crise seria o “[...] prelúdio apropriado ao surgimento de novas teorias.” (KUHN, 1971 *apud* MARQUES DE MELO, 2003b, p. 36). Entretanto, Marques de Melo não deixa claro em que contexto a Comunicação teria sido uma

ciência normal, nem avança na especificação de como entende que a área seria após a crise, uma vez que em seguida às revoluções, de acordo com Kuhn, seguem-se novos períodos de ciência normal.

Finalmente, podemos citar uma última característica atribuída ao campo por Marques de Melo e que influencia na defesa de um estatuto interdisciplinar: o aspecto político. De seu entendimento da área como ciência aplicada, decorre uma visão instrumental do trabalho sobre a comunicação: “Trata-se de produzir conhecimento aplicável, ou de fazer a crítica socialmente utilitária.” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 85).

Para concluir, entendemos que a visão de interdisciplinaridade de Marques de Melo decorre da não problematização do que seria a especificidade do saber comunicacional, de uma discussão epistemológica, ao traçar a história do campo. Sem uma definição que oriente o percurso a ser traçado, a história do campo é apenas uma reunião aleatória de eventos, que levam a equívocos como identificar a interdisciplinaridade como uma condição necessária, devido às origens dos estudos de comunicação em outras áreas. Essa visão interdisciplinar também é consequência da confusão entre o processo comunicacional e a Comunicação, como área de conhecimento.

b. Lucia Santaella

A professora Lucia Santaella é titular do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, tem 37 livros e cerca de 300 artigos publicados, em temas como Comunicação, Semiótica Cognitiva e Computacional, Estéticas Tecnológicas e Filosofia e Metodologia da Ciência.

Santaella (2001) distingue a comunicação, processo que sempre existiu, dos fenômenos de comunicação que observamos hoje. Ela concorda com Baylon e Mignot (1999, p. 3 *apud* SANTAELLA, 2001, p. 13) quanto ao que seria essa diferença: estaria na “[...] multiplicação crescente e acelerada dos meios de que o ser humano dispõem para criar, registrar, transmitir e armazenar linguagens e transformações.”. Santaella (2002) acredita que, a partir do século XXI, se estabelece uma nova era para os meios de comunicação, que representa a passagem de todas as mídias para a transmissão digital. Assim, os fenômenos de comunicação passam a desempenhar um papel central em todos os setores da vida. De modo análogo, a Comunicação, como área de

conhecimento, passa a ter importância em várias outras áreas, além das que já lhe são vizinhas: biologia, economia, inteligência e vida artificiais. Isso levaria a:

[...] um consenso quase incontestável sobre o caráter híbrido da comunicação, de um lado, enquanto fenômeno comunicacional em si, que se faz presente e interfere em vários setores da vida privada e social e em várias áreas do conhecimento; de outro lado, enquanto área de conhecimento ela mesma que, cada vez mais, parece se situar na encruzilhada de várias disciplinas e ciências já consensuais ou emergentes. (SANTAELLA, 2002, p. 2).

Assim, Santaella propõe que: “[...] a comunicação como área de conhecimento está cada vez mais tomando o lugar de uma ciência piloto para cujas questões acabam convergindo muitas outras ciências.” (2002, p. 4). Mas, independente que se considere a natureza da Comunicação como diferenciada, de todo modo Santaella (2001) acredita que é preciso avançar em relação ao estatuto da área:

Um crescimento tão acelerado das bases reais de uma área de conhecimento só pode produzir confusões e dificuldades de compreensão, inclusive naqueles que trabalham na área e nela pesquisam. As afirmações de que a complexidade da comunicação advém da sua natureza inter, multi e mesmo transdisciplinar já se tornaram um truísmo. Em função disso, parece urgente dar um passo à frente e tentar divisar quais são os fios e desenhos que essa multidisciplinaridade está criando. (SANTAELLA, 2001, p. 4).

Santaella conta que, enquanto foi consultora da área de comunicação do CNPq, entre 1992 e 1995, a lista de disciplinas e campos relacionados à comunicação era extensa e caótica, em sua opinião, e que julgar os projetos tornava-se difícil tendo em vista a dificuldade de verificar sua inserção ou não na área, principalmente quando eram claramente interdisciplinares: “Ora, o conhecimento pode não ter fronteiras, quando o tomamos em sentido lato, mas pesquisas específicas devem necessariamente estar enquadradas em áreas de conhecimento definidas, inclusive nas suas interfaces.” (SANTAELLA, 2001, p. 15). O que a autora propõe aqui, na verdade, é justamente a diferenciação entre um objeto empírico e um objeto de estudo, uma vez que o primeiro tem suas múltiplas dimensões e o segundo exige um esforço de construção teórica por parte do pesquisador, que vai recortá-lo a partir da realidade.

Na mesma obra (Comunicação e Pesquisa, 2001), o passo seguinte de Santaella é buscar uma definição para comunicação. Ela parte da constatação da polissemia do termo, apresenta diversas fontes e formula o que considera uma definição que contempla traços comuns a todas as demais:

[...] a transmissão de qualquer influência de uma parte de um sistema vivo ou maquinal para uma outra parte, de modo a produzir mudança. O que é transmitido para produzir influência são mensagens, de modo que a comunicação está basicamente na capacidade para gerar e consumir mensagens. (SANTAELLA, 2001, p. 22).

Santaella estende a definição de comunicação a um nível tão amplo, que engloba inclusive as relações microscópicas e inconscientes, uma vez que acredita que os processos de comunicação sociais da atualidade têm muito a aprender com aquelas. De qualquer forma, podemos facilmente perceber que a amplitude da definição adotada não pode contribuir muito no sentido apontado pela autora anteriormente, de definir um domínio específico de processos de interesse para uma disciplina comunicacional.

Santaella (2001) apresenta também a “teia inter-multi e transdisciplinar da comunicação”, caracterizada pelas colocações de Delia (1987), Sfez (1992), Farrell (1987) e Bougnoux (1994), entre outros, acerca da natureza diferenciada do campo. A autora toma esses posicionamentos acerca da área, da diversidade, das interseções e das sobreposições com outras ciências como ponto de partida para traçar o mapeamento das interfaces da Comunicação. Em sua visão, a área depende dessas interações para avançar:

Junto com a busca dos novos paradigmas, vem sendo conclamada com muita ênfase a urgência da inter, multi e transdisciplinaridade. Não são poucos os cientistas que têm atualmente chamado a atenção para a necessidade da inter e transdisciplinaridade, pois, sem elas, a ciência está destinada a estagnar. (SANTAELLA, 2006, p. 37).

Além disso, Santaella acredita que as relações que a Comunicação estabelece com áreas vizinhas acabam transformando a área em “[...] um campo híbrido e pouco nítido nos seus limites interno e fronteiras.” (SANTAELLA, 2001, p. 73). Um exemplo dessas relações é a que se estabelece entre a Semiótica e Comunicação. A primeira tem características de uma ciência, de acordo com a autora, sendo difícil considerá-la apenas como uma teoria da comunicação. Mas as sobreposições e intersecções seriam tantas, que demandariam um estudo à parte sobre esses limites tão difusos (SANTAELLA & NÖTH, em progresso, *apud* SANTAELLA, 2001).

Temos aqui tanto os elementos que poderiam diferenciar a interdisciplinaridade como prática comum a todas as ciências, e que possivelmente levariam à diferenciação da Comunicação: preocupação com o estatuto da área, distinção entre o fenômeno comunicacional e o objeto de uma disciplina... Contudo, essa argumentação perde força

quando entram em cena alguns dos argumentos correntes acerca da interdisciplinaridade como ruptura com as ciências: Comunicação como ciência piloto, campo híbrido, limites difusos, necessidade de romper com as ciências “em crise” para avançar, etc..

c. Ciro Marcondes Filho

Ciro Marcondes Filho é professor titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP e coordenador geral do FiloCom, o Núcleo de Estudos Filosóficos da Comunicação. Ele também está à frente do Projeto Nova Teoria da Comunicação, iniciado com as discussões sobre a Nova Teoria nos cursos de pós-graduação da ECA-USP nos anos 90, e continuado por meio de projetos de pesquisa até 2009, resultando em uma série de publicações de livros e artigos.

O objetivo principal seria desenvolver um novo paradigma que se opusesse aos que supostamente estariam em crise no final do século XX: modelo funcionalista, modelo semiológico, modelo da teoria crítica, modelo estruturalista clássico. Um novo modelo precisaria dar conta da “[...] nova realidade comunicacional, que se configurava a partir dessa época com a introdução maciça das novas tecnologias digitais, com a crise dos modelos ideológicos de diagnóstico da realidade e com o novo quadro social inaugurado pela chamada pós-modernidade.”¹⁷² (MARCONDES FILHO, 2005).

Também consta na proposta a intenção de produzir teorias próprias e um novo método para investigar a comunicação que não viesse dos Estados Unidos e da Europa. No novo modelo teórico para trabalhar os processos comunicacionais, a comunicação deveria ser entendida como uma “questão filosófica estruturante”, que se tornaria central a partir do desenvolvimento das novas formas de reprodução, sendo que no século XX passaria a ser o próprio eixo de toda a estruturação social, política e econômica da sociedade. E a formulação dessa proposta de comunicação envolveu orientações filosóficas, com um referencial tão vasto que incluiu Platão, Descartes, Kant, Hegel, Marx, Lukács, Bloch, Nietzsche, Husserl, Merleau-Ponty, Lyotard, Bergson, Heidegger, Sartre, Deleuze, Derrida, Frege, Neurath, Russell, Wittgenstein, Prigogine, Maturana e Varela. Além disso, o referencial teórico abrangeu o que eles consideraram como parte das “escolas e filosofias de comunicação”, como a Teoria Crítica, a Semiologia e a Semiótica; o Pragmatismo Lingüístico; o Positivismo Empírico (P. Lazarsfeld, Merton, Shannon); a Teoria dos Meios Como Mensagem

¹⁷² Disponível em: <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/existocom/especial7.html>.

(Innis, McLuhan); a Teoria Psicanalítica; o Pós-Estruturalismo (M. Foucault, G. Deleuze, J. Derrida); a Teoria dos Sistemas (H. von Foerster, Niklas Luhmann); e a Nova Crítica Alemã (Villém Flusser, Friedrich Kittler, Dietmar Kamper, Christoph Wulf). Como podemos ver, além de as referências serem bastante amplas, têm destaque as reflexões oriundas da filosofia, em que pese a própria definição que propuseram de comunicação (MARCONDES FILHO, 2005).

Para Marcondes, um dos problemas da área seria justamente a dificuldade de estabelecer uma definição para comunicação e um ângulo de análise do fenômeno que seja propriamente comunicacional. Ele afirma que várias abordagens associadas à Comunicação não estão efetivamente tratando do tema:

Não obstante, em nenhum dos casos (Lazarsfeld, Escola de Frankfurt, estudos da linguagem ou “virada lingüística”) está se falando propriamente da comunicação. Lazarsfeld faz pesquisas administrativas e econômicas, Adorno e Horkheimer fazem reflexões filosóficas, Herder, Humboldt, Peirce e Saussure desenvolvem estudos lingüísticos e dos signos, Wittgenstein fala de uma ordenação lingüística do saber e da ciência, Heidegger reflete filosoficamente sobre o homem da massa, sobre a profusão de entes, o anonimato em uma era de altas tecnologias de comunicação. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 34).

E ele estende a crítica: nem mesmo vários dos estudos atuais estariam discutindo a comunicação:

A nova crítica marxista da cultura, herdeira de Bakhtin e Gramsci, faz sociologia política da comunicação (os latino-americanos e os que operam com estudos culturais especializaram-se no estudo da comunicação como mera ferramenta, pressuposto ou instrumento para outra coisa: a ação política); a crítica pós-moderna tenta traçar um quadro *filosófico* do mundo atual cercado de uma profusão de tecnologias; os novos funcionalistas norte-americanos realizam, sob o título de “pesquisas comunicacionais”, estudos de mercado, imagem de produtos, efeitos da publicidade ou de campanhas eleitorais; os críticos pós-estruturalistas realizam uma filosofia política da comunicação (Deleuze, Guattari, Foucault), uma crítica à interpretação (Derrida) ou à estética mediática da contemporaneidade (Baudrillard); os herdeiros de McLuhan falam do espetacular uso das novas tecnologias para aumentar as trocas de sinais eletrônicos; os estudiosos da cibercultura fazem sociologia (ou mesmo antropologia) da era virtual, distanciando-se excepcionalmente da questão comunicacional propriamente dita. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 34-35).

Segundo Marcondes, todos estes estudos apenas tangenciariam o fenômeno da comunicação, mas nenhum estudaria propriamente ou saberia dizer de que ela se trata.

Mas, ao apontar os pensadores que de fato estariam estudando a comunicação, Marcondes nos permite perceber que, em vez de definir comunicação, no sentido de estabelecer um conceito que possa gerar maior especificidade para essas pesquisas, ele parte em uma direção de crítica à produção de conhecimento científico. Estudar a comunicação exigiria uma postura que recuse conceitos como objetividade, imparcialidade e verdade.

Seu conceito de comunicação avança num sentido bastante filosófico e abrangente. Quem estaria pesquisando a comunicação *stricto sensu* seria, então, Edmond Husserl, Maurice Merleau-Ponty, Henry Bergson e, no período após a Segunda Guerra Mundial, o “Círculo Cibernético”; Gregory Bateson e Niklas Luhmann.

Há uma tentativa de estabelecer a distinção de um ângulo de análise comunicacional. Para Marcondes, enquanto outras disciplinas podem analisar o processo de comunicação a partir de suas perspectivas, à Comunicação interessa analisar “[...] *o conhecimento do fenômeno*, o jogo entre um sinal externo e a relação que se estabelece com pressupostos anteriores, ou seja, *como a coisa é recebida*.” (MARCONDES FILHO, 2009, p. 38). Mas não se trata de qualquer aspecto relacionado à recepção:

Subsidiar estas investigações as pesquisas que se incomodam com a recepção *num primeiro momento*, não com seus usos posteriores, seu trabalho de compartilhamento com amigos, colegas e outras pessoas do convívio social. Isto é campo da sociologia ou da ação política, não mais campo da comunicação. Como se dá a “releitura”, a “leitura crítica”, a reinversão de valores ou de significações, se ela ocorre com o apoio de familiares, líderes de opinião ou com “agentes sociais facilitadores”, nada disso tem a ver com o processo de recepção em si. São *usos posteriores* de uma comunicação (ou de uma sinalização). (MARCONDES FILHO, 2009, p. 38).

Ao descrever o que seria uma análise comunicacional segundo o que chama de “razão durante¹⁷³”, Marcondes introduz um vocabulário próprio para essas pesquisas: o “campo aberto das comunicabilidades em geral” seria chamado “contínuo atmosférico comunicacional”, cujo significado seria o espaço abstrato em que se irá estudar a comunicação. Ele faz questão de diferenciar essa pesquisa do que chama de ciências

¹⁷³ O modo de operar da “razão durante” seria construir o “próprio percurso enquanto investiga, na dinâmica do movimento”.

cognitivas, que teriam um olhar técnico e estariam interessadas em pesquisar a atenção, o aprendizado, a memória e a percepção. Para ele, as ciências cognitivas não teriam por si mesmas nada “[...] de inaplicável mas que, para os objetivos desta nossa razão durante só se aplicam se submetidas aos nossos princípios norteadores, isto é, se forem feitas com a finalidade exclusivamente de ajudarem a compreender o processo comunicacional.” (MARCONDES FILHO, 2009, p. 40). Ou seja, a diferença aparentemente não seria de método, mas de objeto. Inclusive, a lista de questões elaboradas para a análise do fenômeno comunicacional em muito se assemelha a perguntas de qualquer questionário empregado em análises. Por exemplo:

Como se deu a relação entre emissão de sinais noticiosos e sua eventual transformação em informação e em comunicação? Isto é, seu efeito foi de confirmação (mais provável) ou de comunicação? Gerou passividade ou atividade? A atividade foi para preservar mais fortemente o que já existia ou para suscitar mudanças? (MARCONDES FILHO, 2009, p. 39).

Mas, em outros textos, Marcondes defenderá que as pesquisas comunicacionais, à luz da Nova Teoria da Comunicação, demandam um novo método, o metáporo, que seria uma maneira de investigar “[...] que se opõe ao tradicional *método* de pesquisa, no sentido de que este subentende uma precedência do pesquisador e de sua concepção de saber ao atuar na pesquisa, enquanto que aquele deixa em suspensão todo esse conhecimento a priori do pesquisador.” (MARCONDES FILHO, 2011b, p. 8).

É curioso que a pesquisa metapórica, ao criticar a pesquisa cognitiva e os métodos tradicionais, se apoie no mesmo tipo de evidências. Pelo que a argumentação do autor indica, a única diferença seria a precedência da observação sobre a teorização, o que não chega a representar novidade:

Pesquisas metapóricas dependem fortemente da observação: observação do outro, do ambiente, de si mesmo. Evidentemente, não é possível estar dentro do outro para saber o que ele está sentindo quando recebe a comunicação mas pode-se captar suas reações físicas para eventuais inferências: as risadas, as mudanças de humor (quando a pessoa passa de incrédula a interessada), a mudança de expectativas. (MARCONDES FILHO, 2011b, p. 12).

A única questão que interessaria na pesquisa comunicacional seria “No contexto ou situação dada, constituiu-se a comunicação ou não?” (2011b, p. 8). Pois, em sua visão, a comunicação deve “[...] provocar no receptor algum tipo de reformulação de suas posições, por alterá-lo, por conseguir fazê-lo quebrar de alguma forma sua

resistência anterior e interferir na reformulação de suas sensações, percepções, idéias e visões de mundo.” (2011b, p. 8). Novamente aqui cabe pensar se essas preocupações não seriam semelhantes às questões formulados pelo que Marcondes chama de ciências cognitivas. Por exemplo, as pesquisas realizadas pelas abordagens empírico-experimentais de orientação psicológica, no princípio da *mass communication research*.

Em relação à possibilidade de constituição de um saber autônomo comunicacional, Marcondes reforça sua defesa de que se defina o que vem a ser comunicação. Pois, em sua opinião, muito poucos estariam discutindo questão tão central à área, sendo que “[...] há aqueles que advogam que a comunicação é um fato impossível, ou, pouquíssimo provável, enquanto que outros falam exatamente o contrário, que tudo é comunicação, que não dá para não comunicar.” (MARCONDES FILHO, 2011, p. 170), o que inviabiliza qualquer possibilidade de consenso. Entre as causas para tal situação, Marcondes também cita a questão da origem do campo, a partir de outras ciências.

A comunicação precisa aparecer, precisa afirmar diante do universo do conhecimento que possui um objeto, objeto este que, mesmo um tanto quanto ofuscado em seu aparecer fenomênico, um tanto quando indeterminado, difuso, sem contornos, mesmo assim, possui determinações específicas que o separam nitidamente de outros acontecimentos sociais. (MARCONDES FILHO, 2011, p. 171).

Apesar de afirmar sua preocupação com a definição de comunicação e enfatizar sua importância para a autonomia do campo, Marcondes trabalha com um sentido bastante amplo e genérico de comunicação, como vimos, e que, além disso, seria “[...] um processo muito raro porque envolve uma relação qualitativa com o mundo, que supõe minha disponibilidade de receber esse novo, um encontro com a alteridade do outro, uma experiência efetivamente diferente com aquilo que me acontece.” (MARCONDES FILHO, 2011, p. 172).

Em texto posterior, “*Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão à política. Uma discussão com José Luís Braga*” (2011), Marcondes argumenta que a definição teria avançado ao longo dos anos, mas, apesar das contradições apontadas por Braga, ele afirma não voltar atrás em relação a certos aspectos da argumentação anterior:

No livreto comentado por Braga, eu definia comunicação como algo muito raro, ela seria a possibilidade de driblar a proibição de se

comunicar imposta pela sociedade da comunicação. Essa tese eu não renego, de forma alguma, mas amplo, desenvolvendo o sentido já indicado naquela época, de comunicação ser efetivamente interação, *pela qual surge algo verdadeiramente novo* (2004: 88). O que foi descartado nos estudos posteriores é a idéia, ainda relativamente confusa de comunicação, que Braga traduz como “algo que articula, integra, vincula e cria reconhecimento mútuo” (Braga, 2010: 69), o que parece ser o mesmo que ele chama de *comunicação-comunhão*. Efetivamente não é isso. (MARCONDES, 2011, p. 171-172).

Dá talvez as diferentes definições que podemos encontrar para o termo comunicação nos textos analisados. De toda forma, podemos perceber que o conceito é bastante amplo e abstrato, qualquer que seja a época de sua formulação. Do modo como se encontra formulado, seria fácil que o conceito de comunicação pudesse assumir um sentido filosófico de comunicação, em que esta equivaleria à essência do ser. E, portanto, pouco ajuda a entender a especificidade que poderia gerar um objeto realmente particular para a área da Comunicação.

Podemos perceber, então, que Ciro Marcondes Filho defende que a Comunicação necessita de uma perspectiva de análise própria, que seja diferente dos ângulos que as demais disciplinas utilizam para analisar o processo comunicativo. Não há, portanto, a defesa da interdisciplinaridade como um paradigma para a área. Mas, apesar disso, também não há nos textos analisados uma clara proposta de um objeto que possa realmente garantir a especificidade da Comunicação. Pois, ao defender um objeto tão amplo e abstrato, Marcondes estabelece uma perspectiva de análise que é complicado que possamos considerar como exclusiva à Comunicação. É difícil também que a Comunicação tal qual define Marcondes não coincida com um interesse ainda mais amplo que o das ciências sociais: o da própria filosofia. Além disso, a proposta trabalha com ideias de ruptura com os saberes constituídos. Por exemplo, na proposição do metáforo como substituição ao método. E essa oposição ao conhecimento de tipo científico tem sido um dos argumentos trabalhados entre os defensores da interdisciplinaridade. Ou seja, a proposta nos parece confusa, pois defende um tipo de especificidade que nada indica que será conquistada com os movimentos sugeridos: aproximação da filosofia, ruptura com a ciência, ausência de método...

d. Antônio Fausto Neto

Antônio Fausto Neto é professor titular da Unisinos e co-fundador da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação – Compós. Após 25 anos da criação do primeiro programa de pós-graduação em Comunicação no Brasil, Fausto

Neto fez um diagnóstico da situação em que se encontravam as linhas de pesquisa dos cursos da área, sendo que a interdisciplinaridade foi apontada como uma característica:

- a) Há uma fragmentação do campo da comunicação numa heterogeneidade de problemas, questões e temas.
- b) Temos a eleição de um conjunto temático de referências que fazem emergir, necessariamente, a questão da transdisciplinaridade como um desafio e, ao mesmo tempo, como uma variável essencial na eleição de procedimentos que vão nortear o desenvolvimento da pesquisa [...] (FAUSTO NETO, 1996, p. 87).

Em 2001, por ocasião do II Seminário Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação, realizado em Porto Alegre, discutiu algumas das principais proposições na época sobre o estatuto da área, debate que, segundo ele, se desenvolve em torno da “[...] caracterização do próprio campo; a definição das suas relações e das suas fronteiras; as especificidades do seu conhecimento e, também, a caracterização dos seus objetos.” (FAUSTO NETO, 2002, p. 24). Na época, ele observava um conjunto de argumentos que apontavam para algumas características do campo, ainda que seus autores tivessem divergências em certos aspectos:

[...] os autores reconhecem a emergência deste novo campo; destacam a instância da técnica como uma das causas dominantes do seu aparecimento e da sua institucionalização; apontam algumas de suas relações com outros campos, dando ênfase, contudo, a seu aspecto de articulação; e falam também de várias dimensões de ações institucionalizadas que são desenvolvidas pelo concurso de processos estratégicos, saberes, hierarquias institucionais, performance de atores profissionais etc.. (FAUSTO NETO, 2002, p. 26).

Quanto à interdisciplinaridade propriamente dita, Fausto Neto diz que ela deriva do fato de que “[...] a realidade mediática’ não pode ser vista sem mediações de conhecimentos de outros campos [...]”, e por esse motivo, “[...] invoca-se a questão da interdisciplinaridade.” (FAUSTO NETO, 2002, p. 28). Ele procura responder também como se apresenta essa interdisciplinaridade:

De modo geral, declaração de intenção de documentos pedagógicos. Ainda, através da justaposição (de temas, autores, áreas de conhecimentos) muitas vezes arbitrária, momentânea, nomenclatural, também motivada por conjunturas específicas. Ou, por outro lado, a comunicação tomada em intersecções passivas, ou ainda subordinada a orientações de outros saberes. Ou seja, a interdisciplinaridade não seria fruto de “uma exigência do próprio objeto”. (FAUSTO NETO, 2002, p. 28-29, ver MARTINO, L. C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: *Constituição do Campo da Comunicação*. Op. Cit. p. 79).

Ainda na discussão apresentada no seminário em questão, Fausto Neto falou de uma possibilidade de interação entre diferentes campos caracterizada por uma pesquisa que dê respostas à “[...] ‘objetos’ que chegam à universidade e ao governo, às ongs etc., vindas do mundo, da vida ‘das pessoas’ ” (FAUSTO NETO, 2002, p. 32). Aqui o que podemos observar é uma clara referência ao sentido de interdisciplinaridade que estabelece a interação entre as diversas especialidades disciplinares, nos grupos de trabalho formados por pesquisadores oriundos de áreas distintas.

Posteriormente, Fausto Neto vai situar, entre as reflexões teórico-epistemológicas que estão sendo produzidas a respeito da natureza do campo, o debate sobre “[...] o estatuto da (possível) ciência da comunicação no âmbito das problemáticas que envolvem os temas da inter e da transdisciplinaridade.”. Mas acredita que a importância atribuída aos debates dessa ordem devem-se muito mais às “[...] injunções e repercussões das ‘políticas de áreas’ por agências institucionais [...]” que às “[...] auto-reflexões esboçadas a partir das práticas científicas e de investigação do âmbito universitário.” (FAUSTO NETO, 2005, p. 12-13). Pois, em sua visão, a análise das condições de produção da atividade científica, muitas vezes naturalizadas, é importante nesse debate teórico-epistemológico.

Fausto Neto (2005) se propõe a reunir um conjunto do que ele chama de “sintomas” da problemática quanto à qualidade da pesquisa comunicacional brasileira, que envolve dois ângulos: os aspectos institucionais e a discussão mais propriamente teórico-epistemológica e metodológica. Entre estes sintomas, está uma característica da área aventada por outros pesquisadores, como Marques de Melo e José Luiz Braga, quanto à falta de autonomia teórica da área em relação às Ciências Sociais, que demandaria assumirmos o papel de ciência social aplicada, na visão do primeiro; e a superação da dependência de problemas e questões gerados “de fora” do âmbito da Comunicação, no entender do segundo.

Outro sintoma diria respeito à noção de que a área não avança porque suas produções estão fora dos limites do próprio campo, posição defendida por Wilson da Silva Gomes, que já foi representante da área na Capes. Fausto Neto acrescenta à lista de sintomas, o fato de a institucionalização da área ter precedido a maturidade teórica, citando Martino, e que a pesquisa esteve subordinada mais às políticas institucionais que à reflexão, no que cita Sodré. E o último sintoma apontado seria quanto à própria

qualidade da pesquisa brasileira, que teria proporcionado poucas contribuições consideradas de ponta.

Fausto Neto acredita que a Comunicação não precisa ser considerada subordinada às Ciências Sociais, mas, por outro lado, a tradição destas não precisa ser excluída dos estudos comunicacionais, a fim de se garantir sua especificidade. Pois a demanda pelos clássicos das Ciências Sociais pode partir das características dos objetos comunicacionais, em sua complexidade (FAUSTO NETO, 2005, p. 18). Ou seja, a relação com outras áreas aparece proposta aqui como uma postura pertinente, dentro do âmbito do trabalho científico, e não como uma proposta de ruptura com os saberes constituídos. O que é interessante observar, a partir das colocações de Fausto Neto, é que a área muitas vezes não entende como proceder em relação a essa interdisciplinaridade constitutiva da ciência:

Há estilos metodológicos da investigação em comunicação no Brasil, que têm a ver com a sua condição em que se coloca como receptora de teorias e metodologias instituídas em outras áreas, postura que está associada à falta de lastro epistêmico-teórico da própria área. Também com a falta de tradição de uma reflexividade pela qual discute e dialogue com outros campos e suas respectivas práticas científicas. O diálogo, assim pretendido, é transformado numa posição de demanda e que se traduz na utilização automática de formulações metodológicas, estas reduzidas ao instrumental da técnica. (FAUSTO NETO, 2005, p. 18-19).

Fausto Neto apresenta o conceito de mediação como tendo o potencial de se constituir em um objeto de estudo específico para a Comunicação. Contudo, defende a complexidade deste objeto e que os fenômenos midiáticos “[...] vão elegendo novos formatos de pesquisa e novas formas de olhares analíticos que transcendem as fronteiras de tradicionais zonas de conhecimento.” (FAUSTO NETO, 2005, p. 20).

Assim, a mediação se converte num fenômeno social e comunicacional complexo, ao mesmo tempo que ela própria transforma o modo de ser da sociedade onde ela opera, aspectos que por si só são suficientes para chamar a atenção para a importância que isso tem sobre as transformações dos processos de investigação em comunicação. (FAUSTO NETO, 2005, p. 20-21).

Assim, podemos identificar na proposta de Fausto Neto um âmbito específico de análise dos processos comunicacionais, que se diferencia das tradicionais análises oriundas das demais Ciências Sociais.

É a própria existência dos meios, como uma nova forma de se colocar como uma atividade organizadora da interação social, quem se impõe como um fenômeno para o qual se deve redesenhar novos caminhos metodológicos e teóricos capazes de estudar suas atividades. (FAUSTO NETO, 2005, p. 21).

Fausto Neto propõe que o objeto proporcionado pela midiatização se tornaria também alvo da atenção de outras ciências:

[...] o conjunto de fenômenos que advém da invenção e da experimentação dos processos midiáticos e da cultura midiática, terá cada vez mais fortes impactos sobre os procedimentos de investigação, sobre os paradigmas e modelos analíticos, atravessando alguns modelos formais, transformando-se também em novos objetos para campos necessariamente, não midiáticos. (FAUSTO NETO, 2005, p. 22).

E assim esse objeto da Comunicação também estaria apto a interessar às demais disciplinas, nas interações que se estabelecem. Como ao mesmo tempo defende uma leitura da realidade pela midiatização, ou seja, que diferencia a área comunicacional enquanto um saber autônomo com objeto de estudo específico, entendemos que essa inter- e transdisciplinaridade referidas por Fausto Neto estão no âmbito da prática cotidiana de interação entre diferentes disciplinas, em que a Comunicação se coloca como mais uma delas ao atuar nesse diálogo:

Possivelmente, o principal elemento a se impor à agenda para os futuros programas de investigação em comunicação é a de que o chamado campo da comunicação produza reflexões sobre a compreensão do seu próprio “lugar de fala”, como possibilidade das práticas da inter e da transdisciplinaridade. Também para que estas empreitadas sejam sempre definidas pelas complexidades e exigências dos próprios fenômenos comunicacionais. (FAUSTO NETO, 2005, p. 23).

Portanto, a posição de Fausto Neto em relação à interdisciplinaridade, ao que a leitura dos textos analisados indica, não é de ruptura com os saberes constituídos. Apesar de que podemos fazer duas ressalvas: ele se refere à área sempre como um campo em vez de disciplina, atitude normalmente adotada pelos partidários da interdisciplinaridade como ruptura epistemológica; e que atribui, como mencionado acima, extrema importância à sociologia das ciências na análise das questões epistemológicas, o que poderia por vezes distanciar a pesquisa de uma reflexão propriamente situada no âmbito epistemológico, reduzindo este à dimensão política.

e. **Muniz Sodré de Araújo Cabral**

Muniz Sodré é Livre-Docente em Comunicação pela UFRJ e Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele possui cerca de 30 livros publicados nas áreas de Comunicação e Cultura. Sodré está entre os que se propõem a discutir a instância epistemológica dos estudos de comunicação, que ele entende ser um esforço de compreender o posicionamento filosófico sobre o discurso científico. Ele acredita que, na medida em que avançam os estudos sobre a comunicação, é natural que cresça também a preocupação epistemológica:

É bem possível que uma parte razoável dos futuros estudos e discussões em torno da comunicação venha a se pautar uma linha marcadamente “epistemológica”, isto é, de crítica interna de seus princípios, hipóteses e resultados, na medida em que os pesquisadores deste campo se preocupem mais com a precariedade teórica de suas análises — com a *generatio aequivoca*, que Kant fazia equivaler à gênese empírica dos conceitos. Ter alguma consciência da base epistemológica a partir da qual se fala de comunicação é certamente reforçar a sistematização cognitiva das reflexões teóricas e dos achados nas pesquisas. (SODRÉ¹⁷⁴, 2007, p. 16).

E este maior interesse pelos fundamentos do campo fatalmente levanta outro problema relacionado: pode o saber comunicacional se constituir como autônomo em relação às outras disciplinas?

É inevitável que, no questionamento ontológico, se levante o problema da determinação de um objeto específico para que esse campo teórico — sobre cuja autonomia ainda pairam suspeitas no campo das ciências humanas — possa ser de fato uma disciplina a mais no continente do pensamento social. (SODRÉ, 2007, p. 16).

Sem a definição deste objeto específico, não se pode constituir a autonomia dos estudos sobre a comunicação, como observa Sodré:

Com efeito, quando alguém se dispõe a fazer sociologia da (ou na) comunicação, senão antropologia, psicologia, economia, estudos culturais etc., permanece no interior dessa perspectiva, que faz do estudo da comunicação algo parasitário de uma disciplina clássica do pensamento social. A comunicação é concebida como instrumento (rádio, jornal, revista, televisão, internet e outros) a ser analisado, ou então como mero pretexto para a resolução de um problema da disciplina em questão, tal como o de suprir uma carência analítica frente à multiplicação dos dispositivos informacionais na cultura contemporânea. (SODRÉ, 2007, p. 16)

¹⁷⁴ Nas referências bibliográficas como CABRAL, Muniz Sodré. A., seguindo o padrão adotado pelo autor no currículo *lattes*.

Para ele, estabelecer o estatuto do conhecimento comunicacional significa definir se este se trata de uma mera prática social, uma doutrina ou um campo científico. Sendo que, quando se toma a última opção, este campo tem se fundamentado predominantemente pelo paradigma dos efeitos, em sua visão. “Esse paradigma tem se revelado epistemologicamente insuficiente para a fundamentação, mas é essencial conhecê-lo ou voltar a ele [...]” (SODRÉ, 2012, p. 12).

Ele tenta explicar o domínio que o paradigma dos efeitos exerce sobre os estudos da comunicação a partir de uma análise das relações entre esta e o mercado. Utiliza como exemplo a Economia, que forneceria apenas técnicas de medição, mas que não necessitaria de justificação epistemológica nem de fundamentação teórica, já que o mercado sempre teria razão. Com a Comunicação se passaria algo do mesmo gênero:

A comunicação seria em princípio uma experiência antropológica fundamental (já que não há vida social sem comunicação), em seguida um saber sobre essa experiência e, finalmente, é uma realidade industrial já concretizada por um formidável aparato tecnológico sustentado pelo mercado. Da força de espelhamento da realidade tecnocultural norte-americana sobre o saber acadêmico da comunicação, decorre o duradouro paradigma dos efeitos. (SODRÉ, 2012, p. 17).

Haveria, portanto, um paralelo entre Economia e Comunicação: “Econometria e sociometria são instrumentos de redução da complexidade histórica das relações sociais a números que esvaziam o fenômeno político e abrem caminho para a administração da sociedade pelo mercado.” (SODRÉ, 2012, p. 18). E assim, guiada pelo paradigma dos efeitos, a comunicação ficaria privada da fundamentação de um estatuto disciplinar próprio. Pois o trabalho estaria orientado para a análise de fenômenos empíricos sobre o processo comunicativo, mas que partem de um viés acadêmico já legitimado socialmente, seja ele sociológico ou psicológico. E, no contexto dessas análises, a instância epistemológica estaria em segundo plano (SODRÉ, 2007).

Mesmo com *teorias* ou ângulos diversificados, os estudos de mídia caminham sobre os trilhos da *mass communication research*, que é um capítulo da sociologia, portanto, apenas uma região de um sistema interpretativo, baseado na velha lógica predicativa (aristotélica), que atribui sujeitos/atores a fatos/objetos inscritos numa temporalidade *espessa* ou *adiada* (expressão de Paul Virilio para designar o tempo estendido). A comunicação é aí puramente *funcional*, isto é, concebida como instrumento (rádio, jornal, revista, televisão, internet e outros) a ser analisado, ou então como mero pretexto para a resolução de um problema da disciplina em questão, tal como o de suprir uma carência

analítica frente à multiplicação dos dispositivos informacionais na cultura contemporânea. (SODRÉ, 2012, p. 18)

Sodré cita outros desenvolvimentos posteriores do campo comunicacional: a Escola de Frankfurt, as elaborações de McLuhan, a semiologia de Saussure, Barthes e Baudrillard. A partir destes poder-se-ia falar em um paradigma dos códigos, contraposto ao dos efeitos. Entretanto, Sodré aponta que “A reflexão mais criativa começou a perder fôlego público desde a década final do século passado, ao mesmo tempo em que a universidade, em quase todas as partes do mundo, passou a gerenciar o campo por meio da criação de cursos de comunicação.” (2012, p. 23). E assim o campo viu-se entregue à diversidade de temas e objetos: outra constatação que frequentemente leva à adoção da perspectiva interdisciplinar. Diante de tamanha variedade, seria difícil definir um objeto para o campo:

Hoje, apesar de algumas tentativas isoladas, o campo permanece cientificamente tão ambíguo quanto no passado, em meio a milhares de estudos recortados sobre todo tipo de tema imaginável, se não diretamente relacionado à prática industrial da mídia ou do espetáculo diversificado, pelo menos permeável à colagem do par *comunicação/informação* ou ajustável ao vago rótulo de *estudos culturais*. (SODRÉ, 2012, p. 23-24).

Sodré acredita que, entre as causas dessa dispersão cognitiva estariam questões de ordem política e econômica: a formação profissional estaria orientada para a reprodução e não para a produção de novas ideias e conceitos que atendessem às tensões sociais: “Para bem situar esta argumentação, é preciso ter em mente que o prestígio de uma ciência social jamais se deveu exclusivamente à objetividade do conhecimento por ela gerado, mas, sobretudo, à sua *produção* de valor social, cultural e, mesmo, político.” (SODRÉ, 2012, p. 24). E a burocracia universitária, na visão de Sodré, seria responsável pela fragmentação crescente no saber comunicacional.

Hoje, nas faculdades brasileiras da área, é muito frequente que jornalistas, publicitários, especialistas em *marketing* e outros tornados professores se atenham exclusivamente à reprodução didática de suas técnicas específicas sem qualquer exigência acadêmica de articulação dos saberes parcelares com o estatuto do conhecimento implicado. Na fragmentação do campo de conhecimento, a percepção fragmentária, que é característica da comunicação funcional, transmuta-se numa variedade de competências academicamente reproduzidas. (SODRÉ, 2012, p. 25).

Finalmente, Sodré enfatiza que a indefinição do estatuto epistemológico da área também diz respeito a características que seriam próprias ao saber comunicacional. As

qualidades supostamente diferenciadas da natureza da comunicação constituem outros argumentos frequentemente utilizados para justificar a indefinição da disciplina. Mas ele propõe que uma configuração tripartite poderia ser adequada aos estudos de comunicação.

No caso de um estudo de mídia (e não de problemas atinentes à vinculação comunitária), pode-se considerar como um primeiro nível a descrição multifuncional de um dispositivo comunicativo (por exemplo, um sistema televisivo); como segundo, a interpretação das relações econômicas, políticas e sociais entre o dispositivo e a sociedade em questão. Nestes dois níveis, convoca-se o saber das disciplinas clássicas do pensamento social, como a sociologia, a antropologia cultural, a economia, a ciência política, a psicologia e a história, sem uma distinção epistemológica precisa frente ao discurso das outras ciências sociais e humanas. (SODRÉ, 2007, p. 24).

Mas o terceiro nível, este sim seria propriamente comunicacional e implicaria levar em conta a virtualização e a midiaticização da existência. “A comunicação dispõe-se à elucidação ou à compreensão dos novos modos de ser humanos num mundo de tecnologias totalizantes.” (SODRÉ, 2007, p. 25). Nesta formulação, podemos perceber uma análise do pensamento comunicacional que admite a possibilidade de uma especificidade a este saber. Mas apesar de Muniz Sodré considerar “[...] serem pertinentes para o desenvolvimento do saber comunicacional os estudos disciplinares que, de dentro de sua especificidade teórica, abordem problemas do campo comunicativo.” (2007, p. 25), ainda assim acredita que uma unidade teórica para o campo da comunicação não pode surgir apenas da dimensão epistemológica.

Isso bastaria para configurar uma unidade teórica para o campo da comunicação? A resposta não pode ser dada apenas pela dimensão «lógica» de uma epistemologia. É o poder quem responde, em última análise, pela autonomia científica das disciplinas do pensamento social: gerência social e cátedras de grandes universidades, no caso da sociologia; administração de territórios coloniais e pesquisa universitária, no caso da antropologia; Estado e avaliação de comportamentos, no caso da psicologia. Resta determinar o grau de interesse ou de desinteresse das instituições competentes no caso da comunicação. Mas as condições epistemológicas de base já estão dadas. (SODRÉ, 2007, p. 25).

Para Sodré, se encontra na “[...] história de um campo científico um dos requisitos imprescindíveis ao esclarecimento epistemológico.” (SODRÉ, 2012, p. 12). Sendo que “Os aspectos biográficos e institucionais (acadêmicos) não são secundários no exame das possibilidades e impossibilidades (de que se ocupa a epistemologia) para a constituição de um campo científico no continente das ciências sociais.” (2012, p. 13).

Esses aspectos, segundo ele, ajudam a compreender que as ciências sociais surjam por demandas práticas e só posteriormente se constituam com autonomia científica, a partir do trabalho teórico desenvolvido pelos acadêmicos, e assim assumem características críticas, que os afastam dessas necessidades iniciais que buscam responder.

Ao justificar a importância de outras instâncias para a compreensão epistemológica do campo, a argumentação de Sodré conduz para o entendimento de que a dimensão científica estaria subordinada às demais. Como podemos perceber na leitura sociológica que faz da área de Comunicação, tendo o conceito de campo social de Pierre Bourdieu como referência.

A cientificidade do conhecimento divulgado não é jamais uma variável independente da forma institucional assumida por cátedra, departamento ou grupos universitários. Graças à divisão departamental do saber, professores e pesquisadores protegem administrativamente o seu objeto teórico não apenas com a justificativa da especificidade disciplinar, mas também com vistas à repartição das verbas públicas de fomento ou à competitividade no mercado das encomendas de análises e pesquisas. O zelo disciplinar pode mesmo exacerbar-se na medida em que se vão tornando fluidas as fronteiras entre campos outrora bem demarcados (fenômeno análogo à crise dos gêneros na literatura) no pensamento social, como acontece atualmente entre a antropologia e a sociologia. (SODRÉ, 2012, p. 15).

Argumentos como estes reforçam a defesa do estatuto interdisciplinar no campo, uma vez que a instância científica é renegada, como se se tratasse apenas de uma mera divisão burocrática da pesquisa, e não houvesse justificativas epistemológicas para tal constituição da produção de conhecimento na forma de disciplinas:

[...] mesmo referidas a uma só totalidade, que é a ‘realidade social’, as ciências aprofundam a sua distinção disciplinar, com vistas a um poder (político-acadêmico-gerencial) de controle sobre uma forma diferenciada, específica, de analisar aquela mesma realidade. (SODRÉ, 2003, p. 306).

Sodré (2003) chega a propor que a comunicação siga o caminho de uma “indisciplina”, que representaria a “pluralidade de caminhos”. Essa posição é ainda mais contraditória, uma vez que a comunicação não deve ser considerada à parte das ciências sociais, nem uma ciência autônoma. Ela teria um estatuto *sui generis*:

Evidentemente, a Comunicação não pode subtrair-se ao território do pensamento social, alinhando-se, portanto, com o que se vem chamando de ciências do homem. Mas é também evidente que não se

trata mais de um mero “objeto” das velhas disciplinas sociais. Reconduzir o campo comunicacional ao paradigma já gasto das tradicionais disciplinas sociais parece-me um retrocesso epistemológico. Neste caso, talvez seja melhor fazer a pergunta do oriental: Por que teorizar? Ou melhor, por que fazer uma ciência da comunicação? (SODRÉ, 2003, p. 311).

Dessa forma, podemos perceber nos textos analisados de Muniz Sodré outro aspecto frequentemente relacionado com a proposta interdisciplinar em nossa área: a postura de crítica à ciência, de ruptura com o conhecimento científico. Aliada à ênfase nos fatores políticos relacionados à configuração do campo, essa postura oferece ainda mais argumentos para a defesa da proposta interdisciplinar.

f. Lucrecia D’Alessio Ferrara

Lucrecia D’Alessio Ferrara, atualmente, é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ela tem pesquisas na área de Comunicação, com ênfase em Teoria da Comunicação e atua principalmente nos seguintes temas: comunicação, cultura, semiótica, arquitetura e design. Ferrara acredita que a interdisciplinaridade é uma alternativa contra os “intransigentes paradigmas do movimento moderno”:

Supera-se o controle disciplinar da ciência governada por regras paradigmáticas pela interdisciplinaridade atenta ao concreto, observadora de indícios que apontam mudanças que superam regras, para se amparar na experiência que pode levar ao risco da produção de um novo conhecimento. (FERRARA, 2011, p. 8).

Neste sentido de crítica à ciência, Ferrara sugere que as pesquisas se dirijam a objetos que seriam diferentes dos que tradicionalmente interessam à ciência: “Confere-se ao banal da vida, o valor de objeto científico que, sem programações, precisa ser construído em cada observação, em cada análise ou interpretação jamais explicativa, mas sempre sugestiva.” (FERRARA, 2011, p. 8).

Ferrara se baseia em fontes que fazem a crítica à ciência, como Zygmunt Bauman, em sua proposta de oposição entre um modernismo sólido (séculos XVIII, XIX e início do XX), e a modernidade líquida. Neste contexto, a prática científica se torna uma “[...] atividade sem ilusões e sem totalizações paradigmáticas, mas submissa à dialética concreta do seu movimento ao prever totalidades que recusam explicações de mão única e constituem a base do debate da ciência contemporânea.” (FERRARA, 2011, p. 9).

Ela defende que as mudanças ocorridas nos últimos vinte anos do século passado levaram a um questionamento da ciência, a fim de desnaturalizá-la, e passar da explicação para a interpretação: “Anti-explicativa e anti-disciplinar, essa ciência promove a observação como estratégia metodológica indispensável à imprevisibilidade do novo processo científico.” (FERRARA, 2011, p. 9).

Ante essa complexidade, a ciência perde seus antigos referenciais epistemológicos e já não é possível falar em centralidade teórica ou paradigmas, porque urge criar uma epistemologia como performance crítica de uma meta-ciência em rede. Estamos em outro momento cultural que supera toda simplificação que leva Boaventura de Souza Santos (2001:103 e 107) a falar em conhecimento pós-moderno e em ruptura epistemológica do conhecimento e conduz o sujeito a romper com o senso comum conservador, não para criar uma forma autônoma de conhecimento, mas para agenciar outra liberdade capaz de propor o novo que vai buscar, na associação imprevista, sua energia e ousadia. (FERRARA, 2011, p. 10).

Diante desta aberta postura de ruptura epistemológica com o conhecimento científico, não resta muito a dizer acerca do posicionamento de Ferrara quanto ao estatuto da área. A interdisciplinaridade proposta configura-se no movimento de oposição à ciência e às disciplinas. Ainda que a autora fale em “nova ciência”, a proposta é explicitamente anti-científica, além de trabalhar com uma concepção de ciência que contém equívocos:

Essa indeterminação não é uma simples redução do conhecimento, ao contrário, é uma característica que acrescenta valor e originalidade à ciência contemporânea, sem relativizá-la ou simplificá-la. A ciência contemporânea nos faz ver que o modelo explicativo é um entrave à imaginação científica que, estimulada pelo imprevisto, precisa transgredir aquilo que está sedimentado, a fim de desenvolver outros processos de seleção, ordenação, avaliação e comparação, etapas indispensáveis para a definição de um objeto científico e para a consecução de uma produção científica que consolide uma área do conhecimento. (FERRARA, 2011, p. 11).

Como não pensarmos em relativização se os parâmetros devem ser abolidos em prol da “imaginação”, se são justamente as características teóricas e metodológicas do conhecimento científico que lhe conferem a credibilidade e o diferem do vale-tudo? Por outro lado, a descrição do que seriam as marcas da originalidade da “ciência contemporânea” não representa nenhuma novidade, se entendemos que a produção de conhecimento científico avança justamente a partir da inovação e do imprevisto, que surgem das condições propiciadas teórica e metodologicamente pelas características do trabalho científico.

A proposta de trabalho de Ferrara é pensar uma epistemologia para a comunicação se baseia em uma concepção de que os desafios colocados pela área não podem ser resolvidos pelo saber científico como o conhecemos, é necessário reformulá-lo, repensá-lo, para de “adequar” à Comunicação:

De modo geral, o objetivo nuclear da pesquisa é colaborar para a definição de uma epistemologia adequada ao objeto científico da comunicação, tendo em vista a análise e a interpretação dos conceitos que, construídos nas últimas décadas do século XX, identificam a área ou, embora trazidos de outras ciências, são considerados matrizes cognitivas para a análise e interpretação daquele objeto. (FERRARA, 2012, p. 8).

Nesta argumentação também é recorrente à recusa ao positivismo, como traço supostamente identificador de toda a construção científica que já que se tenha realizado previamente. Daí a proposta de estabelecer uma “Epistemologia da Comunicação como ciência não positivista”:

Procura-se estudar a possibilidade de uma epistemologia que repele qualquer positivismo, não por opção ideológico-científica, mas por imposição da própria indeterminação ontológica do objeto científico da comunicação, que não se deixa apanhar ou esgotar nas hierarquias e classificações que contaminam a hegemonia do pensamento científico tradicional. [...] Em consequência, o conceito assim representado elimina o positivismo científico e recupera, no modo de dizer, a versatilidade do objeto o qual impõe à ciência e à teoria, a flexibilidade que o faz surgir como fenômeno vivo, capaz de patrocinar o desenvolvimento reflexivo e permitir outros modos de ver a atuação científica, epistemológica e metodológica. (FERRARA, 2012, p. 9).

A concepção de ciência que é recusada, na verdade, é uma ideia equivocada, pois a ciência não trabalha com dogmas fixos nem com certezas e, sim, justamente com a dúvida, a reflexão e diferentes perspectivas. Portanto, uma epistemologia da comunicação não-positivista não iria de fato rechaçar todo o conhecimento científico, até mesmo pelo fato de que o positivismo identifica apenas parte da produção da ciência.

A teoria crítica da Escola de Frankfurt influencia a argumentação de Ferrara, segundo a qual a comunicação estaria numa situação de ambiguidade, entre a modernidade e a pós-modernidade. Sendo que a crítica à primeira condição se fundamenta nos frankfurtianos.

Enquanto ciência social, a comunicação assume a estranha ambiguidade que a leva, de um lado, a assumir a função administrativa da veiculação da ordem atuando, portanto, como intermediária entre o coletivo e o interesse do Estado, desenhando-se como infraciência social. De outro lado, poderia assumir a capacidade que, inerente aos meios técnicos, lhe permitiria aderir à mediação, à troca que superaria a passividade de um receptor unidimensional, como o nomeou Marcuse em sua obra. (FERRARA, 2012, p. 22).

A superação desse status, então, se daria da seguinte forma: “Distanciando-se de uma transparência instrumental manipuladora e alienada, surge a comunicação como ciência pós-moderna, às voltas com o desafio de definir a fenomenologia dos meios, que a fazem comunicante e, sobretudo, definitivamente social.” (FERRARA, 2012, p. 23), sendo que nessa aproximação com as concepções da pós-modernidade, Ferrara cita Boaventura Sousa Santos, Antonio Negri e Gianni Vattimo.

Ferrara também concorda com a vinculação política da qual as pesquisas em comunicação não poderiam prescindir: “[...] impõe-se considerar uma dimensão política que a epistemologia da comunicação não pode ignorar, se quiser ter uma atuação social contemporânea.” (FERRARA, 2011b, p. 50). Como já discutimos anteriormente, essa exigência é uma das responsáveis pelo deslocamento de um âmbito científico para a defesa do estatuto interdisciplinar da área.

Ferrara diz que o fato de as relações comunicativas estarem próximas da Sociologia e da Antropologia obriga a Comunicação a uma interdisciplinaridade de “fortes contaminações teóricas e metodológicas” com essas disciplinas. Ela pondera que essas interações seriam um obstáculo à definição de um campo científico autônomo. Mas aqui a autonomia é referida não apenas no âmbito epistemológico, e sim no sentido sociológico apresentado por Bourdieu, em sua teorização sobre os campos científicos: “Desse modo, epistemologia e campo científico parecem mesclar-se, confundir-se ou relativizar-se em certo dogmatismo que impede o exercício vital da ciência [...]” (FERRARA, 2012, p. 32).

Em um movimento de aparente contradição, Ferrara defende que embora a Comunicação não esteja constituída como campo autônomo, ainda assim é inaceitável, em sua visão, que seus métodos sejam provenientes das demais ciências sociais:

Se a interdisciplinaridade é um obstáculo à autonomia científica, a adesão aos métodos de outras ciências constitui uma estratégia falsa ou uma prótese passageira. Para superar esse obstáculo, é necessário

observar o objeto científico da comunicação que, como se viu, é indeterminado, móvel, oscilante e operar com ele. (FERRARA, 2012, p. 36).

Ou seja, a Comunicação seria, simultaneamente, inespecífica e particular, indeterminada, mas deve possuir autonomia. Além disso, para que a área se estabeleça, deveriam ser revistos os próprios conceitos do que seja ciência: “[...] como área científica, a comunicação exige a revisão daquilo que se tem entendido como autonomia científica e, enquanto empiria, demanda que a ciência esteja alerta à natureza do seu objeto, visto que a existência dela é simétrica à dele.” (FERRARA, 2012, p. 41).

Ferrara acredita que as mudanças da atualidade na dimensão epistemológica acarretam uma “outra dimensão científica”, em que se abre mão da noção de verdade, das regras e regularidades do campo científico. Essas mudanças seriam provocadas pela consciência das mediações, ou seja, de que o conhecimento se adquire “por meio de”. Assim, a comunicação, que seria caracterizada pela mediação, se transformaria em objeto de várias disciplinas: “[...] fazer ciência é, sobretudo, identificar seus elementos de mediação e, quase sempre, confundir mediação com tema de pesquisa, visto que aquela identificação não é imediata e, muito menos, auto-evidente.” (FERRARA, 2003, p. 59). E a comunicação teria um papel nessa alteração, pois ela seria “[...] um elemento de referência para todas as ciências, sem que isto queira dizer que ela seja, enquanto área de conhecimento, uma superciência que a isente dos entraves complexos que caracterizam a investigação contemporânea.” (FERRARA, 2003, p. 61). Se bem entendido, o confuso argumento sugere uma preponderância da Comunicação em relação às outras disciplinas, ao mesmo tempo em que descarta sua caracterização como uma supradisciplina. Talvez a confusão esteja no tratamento de comunicação que não diferencia o processo empírico do objeto de estudo de uma área do saber. E tal predominância da comunicação, na visão da autora, teria relação com o estatuto transdisciplinar da produção de conhecimento.

g. Francisco Rüdiger

Francisco Rüdiger é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), também leciona no Departamento de Filosofia e nos Cursos de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalha com a crítica à indústria cultural e estudos sobre pensamento tecnológico e cibercultura, onde incluem-se temas como cultura de massas, filosofia da técnica e teoria da comunicação.

Rüdiger constatava, em 1999, a Comunicação como uma área em processo de legitimação acadêmica, apesar de que já ocupava espaços nas universidades. Ele também considera que os fenômenos de mídia, por sua complexidade, interpõem dificuldades aos que tentam lhe “dar uma disciplina”. Neste sentido, o interesse das diferentes disciplinas pelo tema da comunicação seria um dos empecilhos para a constituição da área. Ainda que essas interações sejam esperadas e legítimas, a interdisciplinaridade que se pretende em função desse interesse, muitas vezes se torna um obstáculo que afasta a área de um maior rigor científico, segundo Rüdiger

Ele cita entre os fatores responsáveis por uma renovação nos temas de pesquisa da área o que ele denomina de movimento interdisciplinar conhecido por Estudos Culturais. Estes, ainda que não sejam uma corrente de pesquisa especificamente comunicacional, levantaram questões relacionadas à cultura em um sentido popular, que proporcionaria a percepção dos fenômenos analisados pela Comunicação como espaços de conexão de temas do debate público contemporâneo: estudos de gênero, pedagogia popular, política alternativa, entre outros (RÜDIGER, 1999).

Assim como no caso da influência dos Estudos Culturais, Rüdiger aponta que as principais tendências de pesquisa em nossa área têm dependência das demais ciências sociais e humanas. Apesar dos esforços no sentido de separar a Comunicação, segundo ele, os “manifestos programáticos” tem tido pouca eficácia nesse sentido: “Sabidamente a investigação em comunicação se encontra hoje diante de um impasse epistemológico, na medida em que, depois de anos, ainda não temos muitas evidências empíricas sobre a maneira como a mídia se conecta com a vida social.” (RÜDIGER, 1999, p. 22).

Ao abordar a questão do objeto da Comunicação, Rüdiger afirma que a natureza deste é problemática, em que pesem justamente as relações com as demais disciplinas:

Considerado multidisciplinar, o objeto seria visto melhor como campo, em cujos movimentos estaria fundada não apenas a coisa mas também a variedade de perspectivas capaz de, em princípio, elaborar seu conhecimento como base dos fenômenos de comunicação (Rüdiger, 1997: p. 9-33). (RÜDIGER, 2002, p. 182).

Ele cogita inclusive que na própria Comunicação estaria se “desintegrando” o conceito de objeto de conhecimento. Daí que não faria sentido tentar definir a especificidade do comunicacional, no contexto da pós-modernidade. Essa questão estaria, inclusive, ultrapassada, segundo ideias vanguardistas, aponta Rüdiger (2002).

Essa “desintegração” do objeto estaria ligada às propostas contemporâneas de que “[...] a ciência, se ainda é válido falar em tal entidade, destrói seu objeto e, por isso mesmo, revela-se duvidosa até mesmo como conhecimento, passando a importar apenas como esforço de comunicação.” (RÜDIGER, 2002, p. 202). De onde podemos ler a postura de ruptura com a ciência, um dos sentidos que contribuem para a ampla repercussão da proposta interdisciplinar.

Rüdiger também não diferencia o processo comunicativo do objeto da Comunicação como construção. Ele critica a formulação do *bios midiático* (tendência à virtualização da realidade pelas tecnologias da comunicação cria um novo bios), proposta de objeto de Muniz Sodré, dizendo que “a tendência à abstração senão à autonomização da esfera midiática não é em si mesma um óbice a priori a seu tratamento por qualquer outra disciplina humanística e/ou científica.” (RÜDIGER, 2002, p. 184). Mas tal crítica não nos parece muito fundada, pois como sabemos, nenhum fenômeno empírico é objeto exclusivo de uma única disciplina.

Em texto posterior, “*A Comunicação no saber pós-moderno: crítica, episteme e epistemologia*” (2007), Rüdiger comenta os crescentes esforços por definir o estatuto da Comunicação, motivados, segundo ele, pela intenção de legitimar a área junto às agências de fomento. Ele recusa, contudo, que a Comunicação possa se configurar como ciência, pois teria uma natureza diferenciada.

Para nós, a proposição dessa tarefa pode ter seu encanto, mas em seu curso só há ilusão: ela a nada conduzirá de produtivo no desenvolvimento desse terreno de investigação acadêmica. O problema é que os projetos nesse sentido pretendem criar a disciplina de um campo cuja vocação é à indisciplina. (RÜDIGER, 2007, p. 26)

Rüdiger, citando os três planos de constituição do discurso propostos por Foucault (positividade, epistemológico e científico), defende que, em relação à Comunicação, “A positividade que ela sem dúvida adquiriu como tal não encontra as condições necessárias para se legitimar em termos epistemológicos, quanto mais em termos de cientificidade.” (RÜDIGER, 2007, p. 27).

Ele vai, portanto, se amparar em referencial teórico ligado à pós-modernidade e de crítica à ciência para justificar que a comunicação não mais teria como se estabelecer como ciência, conceito cujo sentido estaria sendo esvaziado. “Conforme escreve Jesus Martin Barbero, atualmente as fronteiras do saber estão se diluindo sob o impacto de

fenômenos sociais diversos, oportunizando o surgimento de objetos móveis e de contornos difusos do ponto de vista disciplinar do conhecimento.” (RÜDIGER, 2007, p. 28)

A comunicação seria, assim, “[...] uma figura ou matriz caleidoscópica da falta de método e da perda do objeto do regime de saber ora em instauração.” (2007, p. 29).

A postulação feita por nós, assim, é de que o saber está ingressando em um novo tempo e que, nesse, sua legitimação se processa socialmente pela eficácia e rendimento para as instituições, para dizer o mínimo, porque, vendo bem, a chamada justificativa epistemológica, por força dos fatos, em regra tende, cada vez mais, a ser usada como disfarce ou forma camuflada de emprego daquele tipo de legitimação. (RÜDIGER, 2007, p. 29).

Rüdiger acredita que não há como se implementar uma disciplina comunicacional porque “[...] não se vê como seria possível fundamentar uma disciplina específica encarregada de pesquisar a comunicação. [...] essas pretensões, na realidade, não se sustentam em virtude da instalação dos processos de comunicação no centro da vida coletiva que se desenrola atualmente.” Ou seja, num movimento em que todas as outras disciplinas estariam perdendo sua legitimidade como ciência, não haveria como a Comunicação assim se estabelecer, além do fato de que os processos comunicacionais, além dos cibernéticos, seriam a estrutura do pensamento reflexivo contemporâneo. (p. 31).

Fazendo coro com o discurso de crítica à ciência, Rüdiger afirma que não faria mais sentido definir o estatuto da comunicação, pois o discurso epistemológico estaria “[...] cada dia mais caduco e, portanto, insustentável no novo cenário intelectual.” (RÜDIGER, 2007, p. 37).

h. Maria Immacolata Vassalo de Lopes

Maria Immacolata Vassalo de Lopes é professora titular da Escola de Comunicações e Artes da USP. Foi representante da área de Comunicação no CNPq (2004-2007), compõem o Conselho Curador da INTERCOM como ex-presidente da entidade, e é pesquisadora 1A do CNPq. Membro de conselho editorial de periódicos nacionais e internacionais. Publicou artigos e livros no país e no exterior sobre Epistemologia da Comunicação, Teoria da Comunicação e Metodologia da Pesquisa em Comunicação, recepção e ficção televisiva.

Lopes (2007) diz que uma das principais preocupações dos estudos de comunicação na década de 90 foi justamente quanto ao estatuto da área. E, a partir desse período, a discussão sobre a interdisciplinaridade vai ao encontro da crescente preocupação epistemológica da área. Segundo ela, “A história do campo da Comunicação tem sido marcada pela diversidade teórica e pela historicidade de seu objeto, as quais são marcas distintivas da identidade do campo das Ciências Sociais e Humanas, de que ela é parte¹⁷⁵.” (2007, p. 16). E a pesquisa em comunicação seria configurada não como uma disciplina e, sim, uma “investigação de intersecções”.

O que se nota é um movimento de convergência de saberes especializados sobre a comunicação, entendido mais como movimento de *intersecção* que não é, em hipótese alguma, um amálgama ou síntese de saberes. É, antes, um produto das relações entre o objeto de estudo, a especificidade das contribuições analíticas e a particularidade da evolução histórica entre ambos. (LOPES, 2000-2001, p. 51; 2006, p. 19; 2007a, p. 6).

Lopes diferencia multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, em relação à interdisciplinaridade. Nas obras analisadas, pudemos encontrar tanto a defesa da interdisciplinaridade, como prática entre diferentes especialistas reunidos em torno de uma questão:

Mas a questão da interdisciplinaridade hoje parece remeter fundamentalmente ao pensamento complexo e a um novo modo de produção de conhecimento. Refiro-me à investigação integrada, realizada por *uma equipe multidisciplinar de investigadores, que possa abarcar o trabalho interdisciplinar* em Comunicação de uma maneira mais satisfatória que a investigação individual¹⁷⁶. (LOPES, 2007, p. 22, grifo nosso).

Como também vamos encontrar críticas à interdisciplinaridade: Lopes defende o trabalho transdisciplinar na Comunicação, contrastando esta proposta com a anterior. Segundo ela, seus argumentos baseiam-se no Relatório Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais:

Há dois pontos polêmicos que constam do Relatório Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais. O primeiro é o de que a divisão interna das ciências sociais em múltiplas disciplinas resultou

¹⁷⁵ La historia del campo de la Comunicación ha sido marcada por la diversidad teórica y por la historicidad de su objeto, las cuales son marcas distintivas de la identidad del campo de las Ciencias Sociales y Humanas, de que ella forma parte.

¹⁷⁶ Pero, la cuestión de la interdisciplinaridad hoy parece remitir fundamentalmente al pensamiento complejo y a un renovado modo de producción de conocimiento. Me refiero a la investigación integrada, realizada por un equipo multidisciplinar de investigadores, que pueda abarcar el trabajo interdisciplinar en Comunicación de una manera más satisfactoria que la investigación individual.

principalmente de decisões institucionais que quase sempre mantiveram laços fracos com o debate propriamente epistemológico. E o segundo ponto é a proposta de trabalho transdisciplinar com base na crítica da prática interdisciplinar. (LOPES, 2000-2001, p. 51; 2006, p. 19-20; 2007a, p. 6).

Apesar de o citado relatório fazer referências tanto à inter quanto à transdisciplinaridade, não pudemos perceber essa postura de contraste entre as duas perspectivas, privilegiando uma delas, de que fala a autora. Como este não é o foco da pesquisa, não nos aprofundaremos nesta observação, mas trata-se de um elemento que poderia ser objeto de futura investigação: como os comentadores do Relatório Gulbenkian se apropriam dos argumentos contra a divisão disciplinar da produção do conhecimento. Possivelmente essa leitura de que há no relatório oposição à interdisciplinaridade se dê em virtude de Wallerstein ter feito essas críticas anteriormente, conforme Lopes:

Em trabalho anterior, Wallerstein (1991) já criticara os méritos da pesquisa e do ensino interdisciplinar em seu duplo sentido. O primeiro é o da combinação de perspectivas de diversas disciplinas sobre um objeto (por exemplo, o trabalho) e a lógica dessa abordagem leva à formação de uma equipe multidisciplinar ou a um só pesquisador estudando diversas disciplinas relacionadas ao objeto. O segundo sentido é o da localização do objeto nas fronteiras de duas ou mais disciplinas, sendo que a lógica desta abordagem pode dirigir-se eventualmente ao desenvolvimento de uma nova disciplina autônoma (é o que aconteceu com a lingüística, por exemplo). (LOPES, 2000-2001, p. 53; 2006, p. 21; 2007a, p. 8).

Lopes explica que o problema em relação à prática interdisciplinar é que esta não seria uma superação das divisões consideradas meramente institucionais – as disciplinas – pois:

Um pesquisador, ao justificar que precisa aprender do outro o que não pode conseguir no seu próprio nível de análise com suas metodologias específicas e que o "outro" conhecimento é pertinente e significativo para a resolução dos problemas intelectuais sobre os quais está trabalhando, tende a reafirmar e não a embaralhar os dois conhecimentos. O trabalho interdisciplinar não é, *per se*, uma crítica da compartimentação existente nas ciências sociais, além de lhe faltar o toque político para afetar as estruturas institucionais existentes (LOPES, 2000-2001, p. 53; 2006, p. 21; 2007a, p. 9).

O sentido de transdisciplinaridade que Lopes propõe é de um tipo de trabalho que supere as divisões entre as disciplinas:

Portanto, os *campos de estudo* aparecem como um novo padrão

emergente a que se pode chamar *transdisciplinarização* ou *pós-disciplinarização* (Fuentes, 1998), quer dizer, um movimento para a superação dos limites entre especialidades fechadas e hierarquizadas, e o estabelecimento de um campo de discurso e práticas sociais cuja legitimidade acadêmica e social vai cada vez mais depender da profundidade, extensão, pertinência e solidez das explicações que produza, do que do prestígio institucional acumulado. (LOPES, 2000-2001, p. 53; 2003, p. 287-288; 2006, p. 22).

Poderíamos questionar, contudo, se o trabalho transdisciplinar não padeceria do mesmo problema, segundo a autora, quanto à interdisciplinaridade, pois ao se realizar “através” das disciplinas, ainda as tomaria como base. Além disso, mais adiante, ela faz duas observações sobre a transdisciplinaridade que entram em contradição com a ideia de ruptura com a ciência e de abandonar as divisões entre as diferentes especialidades:

A primeira é que a reestruturação transdisciplinar das ciências sociais não implica dissolver a formação de pesquisadores nem a prática científica em generalidades, mas sim em articular nela a experiência e os recursos de diversos ramos e enfoques em uma síntese que, na proliferação de objetos de estudo abordados, conflua enquanto lógica científica para a produção de conhecimento pertinente e consistente, e que responda às necessidades sociais, além das “grupais”, que em todo caso se somariam em uma identidade maior para assim fortalecer-se. A segunda observação é que a transdisciplinarização assim entendida não supõe uma arbitrária e radical dissolução da estrutura disciplinar no institucional, e menos no cognoscitivo ou enquanto processo de formação. É precisamente com a conquista do rigor teórico-metodológico e a ampliação e consolidação do domínio dos saberes até agora fragmentados em disciplinas que nós, pesquisadores nas ciências sociais, poderemos avançar, a partir do espaço acadêmico, juntamente, com o nosso tempo sociocultural. (LOPES, 2000-2001, p. 56; 2003, p. 290-291; 2006, p. 24; grifos nossos).

Ou seja, o trabalho transdisciplinar seria uma superação do trabalho “fragmentado” em disciplinas, mas não significa a sua dissolução em generalidades. Além da formulação se apresentar confusa, não fica explicitado com clareza, também, como tornar operacional esse tipo de abordagem.

Lopes defende também que não há paradoxo na institucionalização da Comunicação, ao mesmo tempo que se difundia entre os membros da área a percepção de um estatuto inter- ou transdisciplinar, pois o caso brasileiro não estaria isolado, seria consequência de um movimento maior, que prega a reconstrução das ciências sociais, do qual a Comunicação faria parte.

[...] no Brasil, a sua institucionalização como campo acadêmico é concomitante a uma progressiva afirmação de seu estatuto transdisciplinar. Em outros termos, é um caso de luta para afirmar institucionalmente um campo acadêmico transdisciplinar e afirmar o estatuto transdisciplinar da comunicação. (LOPES, 2000-2001, p. 56).

Podemos perceber também uma confusão entre os diferentes níveis de análise na proposição da interdisciplinaridade. Lopes faz referência ao fato de que o objeto empírico é distinto do que é construído como objeto da pesquisa, tomando o conceito de ruptura epistemológica de Bachelard: “A operação de ruptura epistemológica é de fundamental importância, pois marca a consciência da distância entre o objeto real e o objeto da ciência.¹⁷⁷” (LOPES, 2007, p. 22, grifo no original). Contudo, não distingue em sua formulação da interdisciplinaridade a diferença entre o processo comunicativo tomado enquanto fenômeno empírico e a comunicação, enquanto objeto de pesquisa construído:

Para que a interdisciplinaridade não seja só uma petição de princípios, praticá-la exige o domínio de teorias disciplinares diversas integradas a partir de um objeto-problema. Assim, é importante destacar que não se trata de “dominar tudo” senão de um “uso útil” de teorias e conceitos de diversas procedências, um uso que seja sobretudo bem fundamentado e pertinente à construção do objeto teórico. Hoje os problemas de comunicação aparecem como importantes nos mais diferentes domínios – economia, política, estética, educação, cultura, etc., em que a investigação não pode ficar confinada a uma única dimensão¹⁷⁸. (LOPES, 2007b, p. 22).

A concepção de campo científico de Lopes é tributária do pensamento de Pierre Bourdieu sobre o assunto. Daí que a visada epistemológica da autora esteja sempre atrelada às implicações políticas.

Ao sublinhar a indissolubilidade entre o saber especializado e o reconhecimento social presente na autoridade do cientista, Bourdieu afirma que a posição de cada um no campo é tanto uma posição científica como uma posição política e que suas estratégias para manter ou conquistar lugar na hierarquia científica possuem sempre esse duplo caráter. Correlativamente, os conflitos epistemológicos são, sempre, inseparavelmente, conflitos políticos e, assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas. Resulta, então, ser “inútil

¹⁷⁷ La operación de ruptura epistemológica es de fundamental importancia, pues marca la conciencia de la distancia entre el objeto real y el objeto de ciencia.

¹⁷⁸ Para que la interdisciplinaridad no sea sólo una petición de principios, practicarla exige el dominio de teorías disciplinares diversas integradas a partir de un objeto-problema. Así, es importante destacar que no se trata de «dominar todo» sino de un «uso útil» de teorías y conceptos de diversas procedencias, un uso que sea sobre todo bien fundamentado y pertinente a la construcción del objeto teórico. Hoy los problemas de comunicación aparecen como importantes en los más diferentes dominios -economía, política, estética, educación, cultura, etc., en que la investigación no puede quedar confinada a una única dimensión.

distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais (políticas) das práticas essencialmente sobredeterminadas” dos agentes envolvidos (Bourdieu, 1983:124). (LOPES, 2000-2001, p. 49; 2006, p. 17, 2007a, p. 3).

Outro aspecto importante diz respeito à mistura entre as instâncias política e epistemológica. Lopes cita Bourdieu quanto à constante inovação do campo: “[...] o campo científico ‘encontra na ruptura contínua o verdadeiro princípio de sua continuidade’.” (1983, p. 143 *apud* LOPES, 2000-2001, p. 49). Entretanto, a autora considera que as mudanças por que passa o mundo na contemporaneidade (globalização, novas tecnologias...) seriam razão suficiente para um novo estatuto do conhecimento, numa visão de interdisciplinaridade, ou transdisciplinaridade como prefere, com sentido de ruptura com a ciência. Ora, se a ciência é espaço de contínua ruptura, o que estaria conferindo às mudanças citadas o poder de alterar a forma de se produzir conhecimento?

Se, por um lado, discordamos da redução da instância epistemológica à política, típica conclusão extraída da análise sociológica realizada por Bourdieu; por outro estamos de acordo com a justificativa de Lopes quanto às seguintes contribuições da obra deste autor para a análise do saber comunicacional:

Esta extensa reprodução da análise do campo científico feita por Bourdieu justifica-se, a nosso ver, pelas seguintes razões: para criticar aqueles que apressadamente vêem nas mudanças internas de uma “ciência normal” sempre sinais de “crise de paradigmas”; para impedir que se identifique automaticamente lutas institucionais com lutas epistemológicas ou, dito de outro modo, as conquistas institucionais são condições necessárias, porém não garantem *per se* o fortalecimento teórico de um campo; para evitar que se confunda o subcampo do ensino (reprodução) com o subcampo da pesquisa (produção) dentro do campo acadêmico. (LOPES, 2000-2001, p. 50).

Não obstante, tiramos conclusões no sentido oposto às de Lopes, pois o argumento fundamenta exatamente as razões pelas quais devemos ter cautela em relação à proposta interdisciplinar no sentido de uma ruptura do conhecimento: evitar que esta proposta ganhe terreno a partir de argumentos de autoridade que evitam a discussão epistemológica; não identificar nas mudanças eventuais quebras paradigmáticas, pois a ciência não vive de consensos... Neste sentido, o uso desse argumento pela autora vai de encontro ao que ela mesma propõe quanto à interdisciplinaridade, a qual incorre em todas estas posturas que a sociologia das ciências apresenta criticadas pela autora.

i. José Luiz Braga

José Luiz Braga é professor titular e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos (RS), pesquisador 1A do CNPq, e foi presidente da COMPÓS (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação) entre 1993 e 1995. É autor de livros e artigos na área da Comunicação, principalmente sobre métodos de pesquisa em Comunicação, crítica mediática e midiaticização.

Em um diagnóstico sobre a situação da pesquisa em Comunicação no Brasil, apontou que a discussão sobre a consolidação da área se polariza entre duas alternativas mutuamente excludentes: disciplina ou campo.

Ou a definição de Comunicação como uma disciplina (existente ou a constituir) se imporia como requisito formal para o objetivo de consolidação; ou a escolha de “campo de estudos” se assumiria como reconhecimento de uma interdisciplinaridade nas abordagens do fenômeno comunicacional – e nesse caso, não se falaria em “consolidação” visto não haver o que consolidar. (BRAGA, 2009, p. 57).

A opção pela interdisciplinaridade, da forma como está colocada pela área, seria, portanto, contraditória frente à consolidação institucional crescente da Comunicação. Em relação ao significado dessa interdisciplinaridade, Braga coloca que é cada vez mais comum a interação entre diferentes disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, com intercâmbio de teorias e aportes metodológicos. Nesses trabalhos interdisciplinares, os pesquisadores das disciplinas envolvidas trazem suas diferentes contribuições para a análise do objeto e, assim, abrangem pontos que a análise isolada não poderia contemplar. Eventualmente, “[...] tais encontros se tornam tão produtivos, tão sistemáticos, que acabam gerando sistematizações teóricas próprias ao processo articulador e superam as tensões reflexivas, problematizando-as diretamente como parte do próprio estudo” (BRAGA, 2009, p. 58). Surgem assim as interfaces como a Bioquímica ou a Sociologia Jurídica. Se tomarmos como base esse tipo de interação teórica e metodológica entre as disciplinas, não haveria nenhuma diferença entre a interdisciplinaridade na Comunicação e a que ocorre nas demais áreas. Entretanto, Braga aponta que, se este for o caso da interdisciplinaridade praticada entre nós, “[...] isso não avança muito nosso entendimento sobre a área – porque a proposição apenas estaria constatando que acontece, na Comunicação, exatamente como acontece nas demais áreas de estudo.” (BRAGA, 2009, p. 59). O problema estaria no fato de a

Comunicação, nessas investigações interdisciplinares, não ter uma contribuição específica: uma perspectiva comunicacional dos fenômenos analisados a oferecer.

A Comunicação, por seu lado, em vez de trazer contribuições, seria tomada como o próprio âmbito compartilhado entre as outras disciplinas. Pode-se usar a expressão “interdisciplinar” para tal circunstância – mas é claro que a palavra recobre conceituação diferente. Pareceria caber, aí, com mais pertinência, uma forma passivada: um âmbito “interdisciplinarizado”. É uma diferença significativa. (BRAGA, 2009, p. 59).

Outro aspecto importante diz respeito à prática da interdisciplinaridade: uma vez que “[...] o encontro interdisciplinar se caracteriza, no nível geral, como um trabalho de articulação e de enfrentamento das tensões que surgem nos pontos delicados de aproximação entre perspectivas diferenciadas.” (2009, p. 59), Braga afirma que não é isso que se observa na Comunicação. Pois o que se verificaria seria a mera convivência das múltiplas perspectivas que de algum modo se interessam pelo fenômeno comunicacional, indiferentes entre si. Logo, essa interdisciplinaridade não faria avançar a área. Mas Braga visualiza uma alternativa:

Para ser levado a sério, o argumento interdisciplinar implicaria uma busca de aproximação, de diálogo entre os diferentes aportes – uma vez que a produtividade interdisciplinar prevê justamente a sinergia entre visões especializadas outras que – ao se articularem e tensionarem mutuamente – superam assim suas zonas de cegueira parcial. Uma verdadeira interdisciplinaridade seria um processo construtor e não dispersor. Mas não vemos defensores dessa postura desenvolverem esse esforço articulador – o que parece confirmar seja a perspectiva conformista, seja a ocorrência de simples argumento justificativo de qualquer preferência de enfoque. (BRAGA, 2009, p. 60).

A complexidade dos objetos comunicacionais é frequentemente citada como uma das razões empregadas para justificar a interdisciplinaridade, uma vez que a natureza desses objetos não poderia ser apreendida por perspectivas especializadas. Braga contesta:

De minha parte, fora o tratamento filosófico (por definição e desde sempre supra-disciplinar), creio que enquanto não nos forem oferecidos os modos de apreender, de dominar e de acionar um tal conhecimento holista para enfrentar *ao mesmo tempo* os objetos sociais *por todos os seus aspectos* – acredito que devemos ainda por longo tempo recorrer às disciplinas (qualquer que seja seu formato ou justificativa, seus cânones e suas preferências), como espaço de formação do pesquisador, como âmbito de produção

teórica e como conhecimento compartilhado para o trabalho de interação e das objeções escoladas. (BRAGA, 2009, p. 61).

Portanto, a explicação do campo pela interdisciplinaridade deve ser recusada, segundo Braga, pois não há nenhuma novidade quanto à área da Comunicação que possa justificar esse estatuto supostamente diferenciado. Se tomarmos o sentido de interdisciplinaridade em que um “[...] campo de estudos hoje se vê inevitavelmente atravessado por dados, conhecimentos, problemas e abordagens concebidos e desenvolvidos em outras disciplinas e/ou tecnologias.”, não estaríamos falando de algo que não ocorra com as demais ciências, pois nesse sentido “[...] todos os campos de conhecimento são ‘interdisciplinares’, ou seja, não têm existência isolada, estanque.”. Por outro lado, se considerarmos as áreas de interface “[...] em que um determinado âmbito de conhecimentos se faz na confluência de duas ou mais disciplinas estabelecidas.” (BRAGA, 2011, p. 63), também não faria sentido dizer que a Comunicação é interdisciplinar.

No primeiro sentido, a denominação enfática para a Comunicação como campo interdisciplinar é óbvia e redundante, logo ociosa. No segundo caso, seria preciso estudar o conjunto específico de disciplinas, com seus fornecimentos e preocupações específicas que estariam compondo a interface interdisciplinar; e sobretudo as vinculações e encadeamentos que fazem interagir estes fornecimentos – o que nos parece bastante difícil de se capturar *enquanto características constituintes básicas do Campo da Comunicação*. (BRAGA, 2011, p. 63).

Logo, a adoção de um terceiro sentido vago e pouco refletido de interdisciplinaridade deveria ser rejeitada pelo campo: “É como se este fosse uma espécie de terreno vazio, sem outra existência senão pelo fato de que todas as disciplinas humanas e sociais tivessem alguma coisa a dizer sobre o tema.” (BRAGA, 2011, p. 63).

Note-se que outros temas ocupam igualmente o interesse de várias disciplinas – por exemplo – a violência, o trabalho, o sexo, o discurso, a tomada de decisões. Em várias disciplinas, esses temas surgem e simplesmente se encaixam na ordem de preocupações dominantes de cada campo, aí bem integradas. Ou seja, ainda que transversais a vários campos, estes diversos temas são facilmente subsumidos ao ângulo de interesse de cada disciplina. (BRAGA, 2011, p. 63-64).

A respeito da diversidade, compreendida como um aspecto intrínseco à área, Braga defende que ela não é uma característica específica da Comunicação e que, nem mesmo, chega a constituir um problema:

Todas as áreas e disciplinas de conhecimento em CHS [Ciências Humanas e Sociais] apresentam grande diversidade – teórica, de objetos, de abordagens. Nossa dificuldade é a dispersão – decorrente do fato de que essa diversidade não se interroga, não produz tensionamento mútuo, não se desafia por perguntas e interpretações concorrentes que exijam reflexão cruzada. (BRAGA, 2011, p. 3).

A defesa da interdisciplinaridade para justificar essa dispersão também não seria uma atitude de vanguarda ou novidade, ao contrário: “[...] a aceitação da dispersão implica justamente acolher o *status quo* – o que parece tender a um conformismo mais que ao desenvolvimento de conhecimentos mais auto-explicitados.” (BRAGA, 2009, p. 58).

Braga propõe que “É importante, assim, procurar *enfrentar a dispersão* – que decorre do insuficiente diálogo entre estudos que poderiam se apoiar e se tensionar produtivamente. *Reduzir a dispersão não corresponde, então, a uma pretensão de reduzir a diversidade.*” (2011, p. 3, grifo no original).

Braga, em comentário no qual revisa alguns pontos de artigo anterior, sustenta que a proposta interdisciplinar começou a perder forças a partir dos anos 2000:

A questão do “interdisciplinarismo” arrefeceu bastante, na década. A questão que se coloca hoje é justamente a de perceber as articulações entre o campo da Comunicação e outras áreas – o que se espera de cada lado da interface. No artigo de 2001, recusávamos um aspecto específico da pretensão de “interdisciplinaridade” do campo – que era justamente o uso dessa perspectiva para “explicar” o que seriam esses estudos e para justificar sua dispersão. Essa explicação era, na verdade, mais que a defesa de uma visão frouxa dos estudos, dispensando-os do cotejo entre diferentes visadas. Não tenho percebido, nos últimos anos, nenhuma proposição nesse sentido. E hoje já não se aceita que “qualquer coisa” possa ser alegada como um estudo de comunicação. (BRAGA, 2011, p. 64).

E, portanto, acredita que a área hoje já se configura como uma “disciplina” em processo de constituição, o que quer dizer, segundo ele, que apesar de não ser como as demais – não mais caracterizadas por um critério positivista, mas com uma história de criação em termos de “objeto & método” – ainda assim a Comunicação possui “[...] uma tradição constitutiva de um ângulo especial para olhar a sociedade” (BRAGA,

2011, p. 64). Excluído esse sentido de interdisciplinaridade como ruptura com os saberes, Braga acredita que a área poderá dedicar-se aos estudos das interfaces: “Este corresponde a um verdadeiro e efetivo trabalho de interdisciplinaridade – desde que se leve a sério a busca dos enfoques comunicacionais.” (BRAGA, 2011, p.64).

Apesar de não privilegiar em suas pesquisas a discussão sobre o estatuto da Comunicação, Braga não deixa de discutir aspectos relacionados à fundamentação da área:

Preliminarmente creio ser relevante adotar-se a posição decidida de que é ocioso debater sobre o estatuto acadêmico do Campo da Comunicação – se de ciência, arte, disciplina, ou apenas um gênero de literatura. O que parece importar é a constatação inarredável, na presente situação histórico-social, da objetivação de um espaço de estudos, reflexões e pesquisa percebidos largamente como relevantes, espaço este que, ao ser nomeado pelo termo “Comunicação” ou pela expressão “Comunicação Social”, encontra forte consenso quanto ao de que se está falando – ainda que o contorno e a organização interna desse espaço estejam longe de ser consensuais. (BRAGA, 2011, p. 63).

Ele se dedica à elaboração de uma proposta de investigação empírica e pragmática, por meio de um “objeto empírico” que possibilite “[...] um mesmo olhar sobre o diverso, permitindo descrever e comparar, nos aproximando do comunicacional que ocorre nessa diversidade.” (2012, p. 7). Este objeto seria os “dispositivos interacionais”, cuja definição é:

Trata-se de um modo de observar as interações sociais, procurando condições para estudar empiricamente sua diversidade quase caótica; e propondo uma perspectiva específica segundo a qual não só a singularidade de cada episódio seja ressaltada, mas também processos comuns possam ser percebidos. (BRAGA, 2012, p. 4).

A investigação, ainda que não tenha como meta “[...] esclarecer o que seja o ‘comunicacional’ nem a de tentar definir o que seria ‘o objeto’ desse âmbito de conhecimento.” (BRAGA, 2012, p. 14), se configura como uma tentativa de produção de conhecimento especificamente comunicacional, por meio de questões para o campo: “Nesse aspecto, o objetivo é o de testá-las e produzir perguntas melhores, que possam ser percebidas: a) como questões propriamente comunicacionais; b) e como questões que tenham alguma transversalidade – para certa diversidade de objetos comunicacionais.” (2012, p. 15). Ou seja, a proposição busca, mais que um “gesto

epistemológico”, segundo Braga, ela visa tensionar a dispersão em que o campo se encontra, em que as diferentes perspectivas se ignoram mutuamente.

A ideia é que qualquer das subáreas e das linhas em que conhecimentos parciais são desenvolvidos, se desafiada por perspectivas de outras angulações que estejam também (por seu ângulo específico) preocupadas com a questão comunicacional, tenderá a gerar perguntas mais agudamente “comunicacionais”. (BRAGA, 2012, p. 14).

Poderíamos aproximar o esforço empreendido por Braga das tentativas de definição de um objeto para a Comunicação a partir de uma definição empírica, a qual toma as instituições como base para a formulação da especificidade da área. Assim como neste caso citado, a busca de um “objeto empírico” a partir de nossa produção vai reproduzir a diversidade vigente, em todo o seu sentido de dispersão já apontado. O que pode acabar por tornar a proposta de nossa especificidade tão vaga e geral quanto for necessário para abranger todos os objetos pesquisados pela Comunicação.

j. Luiz C. Martino

Luiz C. Martino é professor titular da Universidade de Brasília, pesquisador 1C do CNPq e se dedica a temas como Epistemologia da Comunicação, Teorias da Comunicação, História da Comunicação e estudos dos meios de comunicação. Apresentou em 1998 o texto “Interdisciplinaridade e Objeto de Estudo da Comunicação”, no XXI Congresso da INTERCOM, em Recife. Foi o primeiro texto a discutir a relação do objeto de estudo da área com a proposta interdisciplinar¹⁷⁹. Também se caracteriza como o autor brasileiro mais crítico do pensamento interdisciplinar.

Martino (2009) conta que, em cerca de oitenta anos de existência dos estudos em Comunicação, diferentes posicionamentos hegemônicos se alternaram em relação ao estatuto de conhecimento da área, com destaque para três posições meta-teóricas que caracterizam o desenvolvimento do campo: 1) a fase positivista; 2) a fase do cepticismo, inicialmente crítico, depois vitorioso; 3) a fase interdisciplinar¹⁸⁰ (que deve ser distinguida da interdisciplinaridade presente na fase céptica). O primeiro desses

¹⁷⁹ Pelo menos em relação aos textos aqui pesquisados. Não nos foi possível encontrar outros que tenham tratado o assunto. Em todo caso, é a partir deste texto que se inicia uma discussão mais sistemática, envolvendo diversos autores da área de comunicação.

¹⁸⁰ Posteriormente, no texto "Abordagens e representação do campo comunicacional" (2006) é apresentada uma visão mais detalhada, com quatro períodos e com outras designações, mas que guarda o essencial.

períodos coincidiria com o que se convencionou como sendo o início dos estudos científicos da comunicação, nos anos 30, até meados da década de 70: “Trata-se na verdade de aplicar o prestigiado método científico, inspirado por uma concepção positivista da ciência, a um novo campo de observação.” (MARTINO, 2009, p. 126).

O período seguinte teve como marca o cepticismo em relação à possibilidade de se constituir uma disciplina científica comunicacional. Entre as causas da postura céptica, estão a extensa diversidade de estudos na área e o contexto de questionamentos à própria ciência, pela evidenciação das limitações do positivismo.

Sem a garantia empenhada pelos esquemas positivistas, sem um conceito *prêt-à-porter* para ser imediatamente apropriado e usado na justificativa do saber emergente, os comunicólogos se mostravam desorientados no que concerne à fundamentação de seu domínio de conhecimento. (MARTINO, 2009, p. 126).

Assim, a partir da década de 80, e com mais força nos anos 90, a Comunicação perde a base de sustentação que lhe proporcionava alguma unidade e “[...] vai se permitir uma certa deriva epistemológica”, segundo Martino. Mesmo carente de um trabalho efetivamente epistemológico de definição de seus fundamentos, a área vai continuar em crescimento e, assim, “[...] a nova disciplina chega a sua fase ‘adolescente’ repartida entre os traços de uma fundamentação infantil e os elementos de uma maturidade que se anuncia na reivindicação de um *estatuto interdisciplinar*.” (MARTINO, 2009, p. 127, grifo nosso).

No final do século passado, essa proposta assume um sentido de opção epistemológica, distinto da interdisciplinaridade que predominava nos anos 60 e 70. Enquanto esta última tinha uma função de crítica em relação às fraquezas da produção teórica e epistemológica do campo, em que se aventava a impossibilidade de a Comunicação se constituir como uma disciplina científica, a interdisciplinaridade que se segue é uma postura que adquire a condição de estatuto da área. Ou seja, frente aos desafios colocados pela crescente institucionalização da Comunicação, calcada numa fundamentação deficiente, a interdisciplinaridade passa a ser tomada como um estatuto *sui generis* para a área. O ceticismo sai, assim, triunfante, levando a um reposicionamento da Comunicação em relação à interdisciplinaridade. Se antes não poderíamos nem mesmo ser considerados como uma disciplina, tendo em vista a evidente interdisciplinaridade, a partir dos anos 80 e especialmente nos anos 90, essa

interdisciplinaridade passa a ser considerada como um estatuto diferenciado da Comunicação, que nos colocaria em vantagem sobre as demais áreas do saber. Conforme Martino, esta interdisciplinaridade é apresentada como alternativa à disciplinaridade e uma negação da ciência, e não como “[...] complemento de uma estrutura disciplinar (intersecção de campos constituídos) ou como uma fase necessária para a instauração de um novo campo”:

Nesse movimento ela tende a radicalizar cada vez mais sua oposição em relação ao pensamento científico, reivindicando o lugar de uma pós-epistemologia, ou melhor, de uma antiepistemologia, já que seu principal motor é a negação mesma da ciência ou de alguma de suas características básicas (racionalidade, sistematização, disciplinaridade...) (MARTINO, 2009, p. 134).

E, dessa forma, disseminou-se a crença de que a Comunicação deve, necessariamente ou preferencialmente, ser entendida como interdisciplinar, o que configurou uma espécie de paradigma para a área.

Isso fará com que os pesquisadores orientem sua atenção para longe das questões epistemológicas, aparentemente resolvidas por discursos cheios de argumentos incultos e despropositados contra a ciência, deixando-se levar por análises muitas vezes superficiais sobre a novidade do mundo contemporâneo. (MARTINO, 2006b, p. 43)

Estatuto interdisciplinar este que não se apresenta bem discutido e fundamentado, sendo caracterizado por, de um lado, uma resistência em aproximar a Comunicação da ciência; ao mesmo tempo que, de outro lado, paradoxalmente advoga que a comunicação seja entendida como uma espécie de superdisciplina, uma síntese das ciências humanas e da filosofia, como aponta Martino:

De modo que a Comunicação aparece ora como muito pouco consistente para ser ciência, ora como fundamento e acabamento das ciências humanas. Para além e aquém da ciência, entre o tudo e o nada, entre o desprezo e a exaltação injustificados, oscilando entre uma sub e uma superciência, o saber comunicacional praticamente se vê impedido de ser trabalhado numa dimensão científica, na qual ganha pertinência a questão epistemológica. (MARTINO, 2003, p. 83-84).

Simultaneamente à adesão à proposta interdisciplinar, ocorreu a forte institucionalização da área, com a criação de cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação. Martino questiona como seria possível conciliar, de forma coerente e sem cair em contradição, “[...] a construção de uma disciplina acadêmica no sentido

pleno, com a idéia de que nosso saber, quando muito, seria apenas um saber ‘emprestado’, que nossas teorias, são teorias apropriadas de outros saberes.” (MARTINO, 2009, p. 132).

Um dos aspectos frequentemente levantados em defesa da interdisciplinaridade diz respeito à variedade de assuntos abordados pela área. A afirmação dessa diversidade é uma das poucas ideias que ganham a força de um consenso entre os pesquisadores da comunicação. Entendendo que a opção pela definição de uma disciplina implicaria em negá-la, acabam por adotar “[...] uma vaga e inconsistente concepção *interdisciplinar*, que acima de tudo tem funcionado como uma justificativa para a dispersão e os equívocos de um conjunto teórico indefinível.” (MARTINO, 2007, p. 24). Assim, estabelecer a Comunicação como um saber autônomo, é preciso discutir essa compreensão da diversidade, pois, “Paradoxalmente, a área de comunicação não encontrará sua fundamentação necessária sem a revisão de seu único consenso.” (MARTINO, 2006c, p. 16). Martino esclarece que a “[...] diversidade nunca foi um empecilho para a ciência, seja a diversidade dos fenômenos, seja a diversidade de compreensões, explicações ou de teorias”:

Não é válido pretender tirar daí um argumento contra a ciência ou apresentar isso como a evidência de um pretense “novo estado”, de uma “nova fase” do conhecimento científico. Toda tentativa de refutar o trabalho científico ou epistemológico com base na diversidade de posições ou de entendimentos, toda reivindicação de uma pretensa “falta de consenso”, acaba sendo perfeitamente inócua, pois trabalha com uma imagem muito equivocada da ciência. (MARTINO, 2007, p. 119).

A adoção de uma perspectiva interdisciplinar pouco problematizada apenas escamoteia a discussão sobre o objeto de estudo da área, pois, se nosso objeto tende a se confundir com o de outras ciências, tanto maior deveria ser o esforço na busca por esta definição, segundo Martino.

Na realidade, a afirmação peremptória da natureza interdisciplinar da Comunicação é, em grande parte, o testemunho paradoxal tanto da sobrevivência quanto da suposta superação de um problema que estranhamente resta pouco abordado, senão intacto: o problema da definição do objeto de estudo dessa disciplina. (MARTINO, 1998, 2001).

Portanto, Martino defende que é necessário definir com mais precisão o objeto comunicacional, compreendendo-se que o processo comunicativo, enquanto um objeto

empírico, não poderia ter essa função. A defesa de uma perspectiva interdisciplinar em oposição à ciência se coloca, portanto, no lugar de um tratamento do verdadeiro problema: a definição de um objeto de estudo para a Comunicação:

Mais uma vez a preferência recai sobre as soluções mágicas: é melhor desaparecer com o problema que encará-lo de frente. Parece que qualquer coisa é melhor que enfrentar o problema da definição do campo: “invenção” de uma “disciplina” interdisciplinar; dissolução do saber comunicacional na ação dos agentes sociais, desprezo da teoria, negação da possibilidade de um saber comunicacional ou a afirmação de sua natureza *suis generis* (não seria ciência, nem filosofia, nem arte...). Mesmo se o preço a pagar seja o sacrifício do sentido de nossas atividades de educadores ou a vanidade de grande parte de nossas pesquisas. (MARTINO, 2004, p. 14).

Martino recusa, portanto, a adoção do sentido de interdisciplinaridade como ruptura com a ciência pela área. Apresenta os equívocos em relação a essa proposta e salienta a importância da discussão propriamente epistemológica para a superação do problema. O autor distingue a visão sociológica (campo = agentes sociais, instituições) da visão epistemológica, entendendo esta última como uma reflexão sobre o campo teórico (campo = as teorias e as relações entre elas). Isso o leva a tirar algumas conclusões importantes:

1) De um ponto de vista estritamente epistemológico, as disciplinas são abordagens da realidade (elaboração do objeto teórico), que servem de base para as teorias. Trata-se de um posicionamento indispensável e representam opções possíveis, frente às estratégias de tratamento dos objetos empíricos. Por isso o elemento explicativo é o que melhor caracteriza as disciplinas e o que permite marcar as diferenças entre elas.

No caso da ciência não há causas últimas, temos apenas explicações relativas aos diferentes quadros de referência teórico-epistemológico, cada um deles representado por uma disciplina científica. Dessa forma, as disciplinas correspondem às *dimensões de pertinência* de um problema, é no seu interior que se estabelecem os *graus de exigência* de uma explicação teórica, relativa ao estado do conhecimento naquela matéria.

[...] Ou seja, é o modo de explicar que define a disciplina e esse modo é dado por um posicionamento epistemológico frente ao conjunto dos conhecimentos estabelecidos (disciplinas) ou ao posicionamento particular de cada um em relação ao objeto empírico (MARTINO, 2010).

2) A defesa da interdisciplinaridade está diretamente associada à afirmação da diversidade do campo teórico. Contudo, esta se apóia na *crença* de que há teorias da

comunicação (MARTINO, 2007) e não exatamente em *critérios* válidos e discutidos sobre o que devemos entender por isso (MARTINO, 2006c, 2007). Todo o pensamento interdisciplinar em nossa área parte da constatação de um estado de diversidade ou dispersão teórica que não é refletida, mas tratada como um "fato". O qual depois retorna como conclusão sobre a inviabilidade de sistematização das teorias. E isto nos conduziria necessariamente a adotar um estatuto interdisciplinar (modelo do quebra-cabeça), mas, na verdade, a falta de sistematização está dada desde o início, ao se adotar toda e qualquer teoria pelo único e vago critério de empregar o termo "comunicação" (MARTINO, 2006c, 2010).

3) Em um campo diversificado não haveria teoria da comunicação (e no limite, não haveria teoria). A ideia de campo é contraditória com a afirmação de teorias da comunicação (MARTINO, 2010, 2014). E indo mais longe em sua crítica à posição de Robert Craig sobre a origem da interdisciplinaridade, como apagamento das fronteiras entre ciência e humanidades, movimento que levaria a perda do sentido do que é teoria. Martino recusa esta posição afirmando que o problema da incomensurabilidade das teorias seria uma consequência e não a causa da interdisciplinaridade. Ele propõe uma explicação propriamente comunicacional ao correlacionar a interdisciplinaridade a um efeito da circulação da informação acadêmico-científica: a interdisciplinaridade é um efeito dos meios de comunicação, uma influência das tecnologias da comunicação sobre as condições de produção do conhecimento.

Podemos concluir este tópico observando uma predominância das posturas pró-interdisciplinaridade, que variam de uma mistura entre instâncias que confunde objeto empírico com objeto de estudo; até as críticas ao conhecimento científico. Contudo, este predomínio não significa clareza sobre a matéria, nem reflete posições consistentes, ao contrário. Os argumentos contra a ciência, como vimos, não parecem suficientemente fundados e refletem as influências dos Estudos Culturais, da Escola de Frankfurt, dos pensadores da pós-modernidade e outros setores que se caracterizam mais por sua oposição ou desprezo à ciência do que por suas contribuições a ela. Por isso a associação entre "crise" da ciência e diversidade dos saberes e a tônica na defesa de que, diante da diversidade dos estudos de comunicação, a saída é um estatuto de conhecimento diferenciado, interdisciplinar. Entre os que identificam a necessidade de uma delimitação mais efetiva para a área, temos tanto posições críticas à interdisciplinaridade, quanto aqueles que buscam marcar a especificidade da

Comunicação contraditoriamente pela negação de uma disciplina comunicacional e pela defesa da interdisciplinaridade como característica especial dos estudos desse saber. Mesmo entre os que identificam a natureza do problema da inconsistência gerada pela falta de um objeto de estudo específico para a Comunicação, a solução proposta nem sempre é a do desenvolvimento de uma epistemologia. Como veremos a seguir, apesar dos avanços em termos de críticas a essa interdisciplinaridade configurada como estatuto do campo, ainda persiste uma crença, geralmente pouco discutida ou equivocada, de que a Comunicação não pode se configurar como uma ciência social. Passaremos agora à apresentação de uma análise dos principais posicionamentos do campo que hoje temos em relação à interdisciplinaridade.

4.2 Panorama institucional

Como vimos na apresentação das principais ideias relacionadas à proposta interdisciplinar discutidas pelos autores brasileiros considerados pioneiros na discussão da epistemologia na área, não há uma única definição para interdisciplinaridade. Mas, independentemente da terminologia empregada, podemos perceber que é predominante o sentido de interdisciplinaridade como ruptura com a ciência, seja de uma forma mais ou menos explícita, mais ou menos radical.

Para complementar a apresentação da proposta de interdisciplinaridade que é trabalhada pela Comunicação no Brasil, apresentaremos as conclusões do relatório elaborado pela Comissão de Interdisciplinaridade da Compós, em 2012, sobre o qual faremos algumas considerações. E também discutiremos os resultados do questionário que aplicamos entre pesquisadores da área em 2013. O objetivo é traçar um panorama de como atualmente se apresenta a proposta interdisciplinar no plano institucional, nos fornecendo algumas tendências para que possamos analisar criticamente essa proposta.

a. A Comissão da Compós

Apesar das crescentes críticas quanto aos limites da proposta interdisciplinar para a Comunicação, ainda há uma boa parte do campo que a defende como a única opção, encerrando o debate, antes mesmo que comece de fato. Como exemplo, podemos citar o relatório elaborado pela comissão designada pela Compós para analisar a interdisciplinaridade na área. O documento foi compartilhado na lista de e-mails da própria Compós em abril de 2013. A comissão criada para este objetivo era coordenada por Maria Immacolata Vassalo de Lopes (ECA/USP), Veneza Ronsini (UFSM) e

Eugênio Trivinho (PUC-SP). Inicialmente, foi solicitado por e-mail que os programas enviassem informações sobre título, áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. O objetivo da análise seria categorizar os conteúdos, a fim de buscar concentrações e diferenças. Além disso, a comissão pediu aos programas que enviassem seu entendimento do conceito de “interdisciplinaridade” e pontos positivos e negativos quanto à operação desta na realidade de cada um.

Segundo a “Ata da Reunião Extraordinária do Conselho da Compós Gestão 2011-2013¹⁸¹”, na reunião do dia 04 de dezembro de 2012, a Comissão de Interdisciplinaridade apresentou os resultados do trabalho. Foram avaliados 50 programas de pós-graduação no total, sendo que 23 deles responderam à solicitação de informações da comissão. Os dados dos outros 27 foram buscados nos sites, de acordo com o documento. De acordo com a Ata, os integrantes da comissão explicaram na reunião qual a metodologia de análise, que incluiu a elaboração de tabelas a partir de palavras-chave retiradas do material levantado.

O relatório inicia por uma “Nota Introdutória – Princípios de Base”, em que a Comunicação é situada na divisa com outras áreas, sendo que o texto cita as Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. E logo trata de afirmar a postura da comissão em relação à interdisciplinaridade:

A interdisciplinaridade constitui, para o conjunto de pesquisas (teóricas e empíricas) da área de Comunicação, a herança metodológica fundamental das áreas de conhecimento anteriormente consolidadas e com histórico de longevidade e maior diversificação de especialidades. Como tal, *a interdisciplinaridade está tanto na raiz e no desenvolvimento, quanto na aposta de horizontes renovados* em nossa área. Garantia de riqueza temática, teórica, epistemológica e metodológica, ela representa valor inelidível, desdobrado em ritmo de complexização progressiva. (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE DA COMPÓS, 2012, grifo nosso).

Como podemos ver, a interdisciplinaridade é enfaticamente citada como traço característico do passado, do presente e do futuro da área. E, nesse sentido, o texto se encaminha para marcar três recusas *a priori* em relação à interdisciplinaridade:

¹⁸¹ Tanto a Ata da Reunião Extraordinária do Conselho da Compós Gestão 2011-2013, quanto o Relatório da Comissão de Interdisciplinaridade foram disponibilizados pela lista da Compós em e-mail de abril de 2013.

[a] a recusa do *fundamentalismo disciplinar*, expresso na obsessão positivista e funcionalista de consolidação última da área de Comunicação como campo cognitivo restritivamente definido e, por isso, fechado (como um *bunker* simbólico do saber, autorreferencial e supostamente autossuficiente), sob o álibi de uma exigência pétrea (em tudo, convencional, em análise ulterior) do critério de pertencimento – em outras palavras, uma recusa a condecorar um *modernismo dogmaticamente fragmentador e engessador e historicamente regressivo em matéria de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação*;

[b] a recusa da *dispersão teórico-metodológica de foco*, expresso na defesa da Comunicação como campo científico radicalmente heterodoxo aos demais, com fronteiras tão flexíveis e poros internos tão voláteis (desde a sua constituição) que relativizaria ou mesmo inviabilizaria integralmente a afirmação de qualquer critério de pertencimento (em se tratando seja de Programa de Pós-Graduação, seja de periódico ou produção científica);

[c] a recusa da *mobilização retórico-estratégica* de um argumento (o do item “a”, por exemplo) como justificativa legítima para a afirmação do outro (“b”, e vice-versa). (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE DA COMPÓS, 2012, grifo no original).

Podemos perceber na primeira recusa que o relatório baseia suas premissas em uma visão equivocada de ciência, a qual estaria reduzida ao positivismo, ignorando que ciência e dogmatismo são conceitos antagônicos. Nenhuma proposta propriamente científica se propõe fechada ou autossuficiente. Contraditoriamente, o mesmo relatório sugere que a área não funcione de maneira dispersa e que são necessários parâmetros para melhor defini-la. Ora, questionamos se essas orientações quanto aos limites para que a área não opere com “fronteiras totalmente indefinidas” não seriam justamente obtidas pela discussão epistemológica e fundamentação da Comunicação como saber autônomo, de certa forma inviabilizada pela afirmação categórica da interdisciplinaridade de nossa área de conhecimento. Mas a terceira recusa se dirige precisamente ao uso da dispersão para justificar a definição do campo, ao mesmo tempo em que critica o estabelecimento de um estatuto diferenciado como justificativa para o campo continuar operando com limites difusos. Pois bem, a crítica presente no relatório se direciona para os dois pólos que costumamos identificar neste debate: tanto aos que buscam aproximar a Comunicação de uma disciplina, quanto aos que recusam esse estatuto, ou pela defesa justamente da interdisciplinaridade ou de outras propostas de ruptura com a ciência, como a pós-modernidade e os estudos culturais. Contudo não define o que seria esta terceira posição.

O segundo tópico do relatório é intitulado “Elementos de Definição Fundamentais”. O primeiro subtópico trata do que chamam de falsa interdisciplinaridade, de interdisciplinaridade mistificada e do que não seria interdisciplinaridade. Pois, de acordo com o documento, o conceito de interdisciplinaridade não pode ser usado para designar práticas de justaposição de conhecimentos de diferentes disciplinas; a pressuposição de relação entre os saberes considerada vaga (o exemplo citado é que a presença de “relações sociais” em um objeto não implica a disciplina “Sociologia”); nem quando são agrupadas diferentes fontes em publicações, livros, congressos em que cada um tem seu lugar de fala em uma disciplina específica. De acordo com o relatório:

Qualquer argumento em favor de uma ou mais práticas intelectivas e metodológicas acima, situando-se apenas na antessala da interdisciplinaridade – malgrado a tome de partida como absolutamente representada e saldada –, falseia e mistifica o seu conceito, reputando-se, pois, fundamental a sua necessária dissecação reflexiva ou analítica, em nome do esclarecimento mais rigoroso a respeito. (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE DA COMPÓS, 2012).

O subtópico seguinte busca apresentar as características essenciais da interdisciplinaridade. Esta envolveria, assim, uma necessária articulação epistêmica, teórica e metodológica entre diferentes disciplinas, de acordo com o objeto, o problema, a necessidade de esclarecer sua lógica, os objetivos e as hipóteses da pesquisa em questão. O relatório defende que tal articulação deve resultar em uma “[...] proposta epistemológica original e inovadora, consistente e profunda, com epicentro dominante e preferencial nos objetos praticados em e por uma das áreas cognitivas envolvidas [...]”.

De tudo que foi exposto até este momento, não poderíamos deixar de concordar com a seguinte definição de interdisciplinaridade apresentada na proposta:

Em palavras alternativas, a interdisciplinaridade, constituindo-se em princípio recomendado de criação de novos conhecimentos e paradigmas intelectivos, define-se fundamentalmente pela *prática efetiva de conjugação estrita de elementos imanentes* a áreas distintas do saber – prática laborada, no texto científico, de modo argumentado, fundamentado e justificado. (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE DA COMPÓS, 2012).

E ainda: “O valor da interdisciplinaridade jamais oblitera ou dispensa *lugares científicos de fala e/ou de pertencimento*.” De fato, cada disciplina preserva sua especificidade na interação interdisciplinar. Também podemos concordar que a

interdisciplinaridade não “[...] se finque meramente (como se isso fosse concretamente possível ou demonstrável, no sentido empírico) no ‘cruzamento’ entre tais áreas, em detrimento da ancoragem em alguma delas em particular.”.

Em outras palavras, a interdisciplinaridade não pode se constituir como “terreno” autônomo e privilegiado acima das áreas que a tornam possível. Como procedimento legítimo e recomendado de construção do saber, ela deve servir como caleidoscópio fundamental e rico para compreender e esclarecer um objeto e, quando preciso, tensionar a relação com ele, pressuposta a inserção ou enquadramento dos resultados em um campo científico particular. ((RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE DA COMPÓS, 2012, grifo nosso).

Como vimos no capítulo 2, a compreensão da interdisciplinaridade como interação entre diferentes áreas constituídas é totalmente esperada, condizente com a prática científica e não tem nenhum aspecto problemático. Daí que não faça sentido advogar um tipo de prática interdisciplinar que é característico da ciência como algo que se opõe às disciplinas e que impossibilitaria a constituição da Comunicação como uma delas. Pois o papel do [...] “*valor de dominância* – que coincide com um lugar científico prioritário de fala e/ou de pertencimento [...]”, citado no relatório, poderia facilmente ser desempenhado pelo objeto de estudo constituído de uma disciplina. Assim, concordamos com a comissão que

A interdisciplinaridade não deve ser pretexto justificatório (a) para a recusa da constituição/consolidação de um campo científico efetivamente bem recortado/definido e internamente múltiplo, na divisão social do trabalho intelectual, no Brasil e em âmbito internacional; nem (b) para a defesa de uma definição de campo indiscriminadamente flexível que acabe por remanescer a tal ponto permissiva que se omita em relação aos efeitos desconstrutores da dispersão em matéria de pertencimento da produção científica (como se o campo em questão pudesse equivaler a um não-lugar cognitivo necessariamente positivo apenas por causa da existência de cruzamentos supostamente construtores *per se* de uma identidade). (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE DA COMPÓS, 2012).

Mas não concordamos que a constituição e consolidação desse campo deva evitar a definição de um objeto, como se isso fosse algum tipo de atitude meramente “positivista” ou limitadora. Nem que a interdisciplinaridade deva ser vista ainda como uma característica que define a Comunicação, ou como um parâmetro para a área, como diz o texto da comissão:

Em razão da natureza e da história da área de Comunicação, as práticas de interdisciplinaridade (com pressuposição do rigor atinente, [...]) devem prevalecer como critério privilegiado de avaliação de Programas de Pós-Graduação, periódicos científicos, livros e produção científica de modo geral. (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE DA COMPÓS, 2012).

Portanto, em nossa análise do relatório da comissão, percebemos uma contradição entre, de um lado, a recusa às disciplinas (fundamentalismo disciplinar, *bunker*); e, de outro, a afirmação da especificidade comunicacional. Ora, o que pode permitir estabelecer a autonomia da Comunicação em relação às demais disciplinas na prática interdisciplinar só poderá ser sua definição enquanto uma ciência. Não ciência positivista ou dogmática, pois essa não é a concepção de trabalho científico que as demais ciências sociais operam atualmente. Nada estaria mais distante da prática científica que uma disciplina autorreferencial e autossuficiente. Justamente para garantir a perspectiva de análise comunicacional no diálogo e nas articulações com outras áreas é que se propõe a definição do saber comunicacional, e não para estabelecer rígidas fronteiras que o isolem.

Poderíamos destacar, ainda, que as críticas que a interdisciplinaridade configurada na Comunicação tem recebido e o amadurecimento da área têm de certa maneira tornado insustentável continuar justificando a Comunicação apenas como campo de cruzamento, área de passagem e etc.. Contudo, apesar dessa compreensão crescente quanto ao valor da definição de uma especificidade, ainda há uma recusa a tratar do tema do ponto de vista epistemológico, e os argumentos permanecem fortemente marcados pela retórica da interdisciplinaridade. Podemos dizer que, ao mesmo tempo em que se fragilizou como proposta epistemológica e suscitou crescentes e contundentes críticas, a interdisciplinaridade permaneceu no imaginário da área como uma sedutora alternativa à constituição de um objeto ou como a própria definição da Comunicação, como veremos a seguir.

b. Questionário

A fim de perceber algumas tendências quanto à situação atual da interdisciplinaridade no Brasil em nossa área, elaboramos um questionário por meio da ferramenta Google Docs, para ser respondido pelo maior número de pesquisadores possível. Com o propósito de facilitar o acesso às perguntas, o questionário esteve disponível online, o tempo necessário para responder era de apenas alguns minutos e

não era preciso se identificar. Para incentivar a participação, foram enviados convites para a lista de e-mails da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós; para a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, que publicou na *newsletter* da entidade nota sobre a pesquisa; e para os coordenadores dos programas de pós-graduação em Comunicação. Com isso, conseguimos 241 respostas, no período entre maio de 2013 e janeiro de 2014.

O questionário foi composto por 10 questões, que buscaram englobar todas as possíveis respostas a cada questão, estabelecendo uma gradação entre as opiniões. O objetivo era obter um panorama a respeito do interesse dos pesquisadores em Comunicação pelas discussões epistemológicas, sobre a percepção quanto ao estatuto da área e a importância atribuída à proposta interdisciplinar. As questões 7, 8, 9 e 10 foram incluídas também para nos fornecer informações sobre as origens e vinculações desses pesquisadores, que pudessem complementar a análise. Apresentamos abaixo as questões:

Questionário

1. Considerando o tipo de pesquisa que você faz, qual o grau de importância de discussões epistemológicas?
 - a) Muito importante
 - b) Importante
 - c) Parcialmente importante
 - d) Pouco importante
 - e) Sem importância
2. No desenvolvimento de suas pesquisas acadêmicas, a Comunicação é considerada pela perspectiva:
 - a) Transdisciplinar
 - b) Predominantemente interdisciplinar
 - c) Parcialmente interdisciplinar
 - d) De uma disciplina das ciências sociais.
3. No tocante à epistemologia, você diria que a interdisciplinaridade seria melhor identificada como:
 - a) Um avanço e ruptura com os saberes precedentes, como as ciências sociais.
 - b) Algo à parte e indiferente às ciências sociais.
 - c) Não necessariamente um avanço e que deve ser visto com muita atenção.
 - d) Uma perspectiva que pode ser um obstáculo para a inserção da comunicação entre as ciências sociais.
 - e) Não tenho opinião formada.
4. A diversidade das pesquisas realizadas pela Comunicação expressa preferencialmente:
 - a) A vitalidade da área em sua produção teórica.
 - b) Um sintoma da dispersão e falta de foco da área.

5. Em sua opinião, qual o principal desafio para o desenvolvimento da interdisciplinaridade?
 - a) Aspectos de fundamentação.
 - b) Aspectos de aplicabilidade e desenvolvimento metodológico.
 - c) Vencer resistências políticas hegemônicas.
 - d) Superar hábitos institucionais.

6. Você já publicou algo sobre interdisciplinaridade, campo ou objeto da área de Comunicação?
 - a) Sim.
 - b) Não.
 - c) Com frequência.

7. Qual sua área de formação?
 - a) Ciências Sociais.
 - b) Comunicação.
 - c) Outras. Qual:

8. Qual sua titulação?
 - a) Mestre
 - b) Doutor

9. Há quantos anos possui o título?
 - a) Menos de 5 anos.
 - b) Entre 5 e 10 anos.
 - c) Mais de 10 anos.

10. Em que região do país você atua nas atividades de ensino e pesquisa?
 - a) Norte
 - b) Nordeste
 - c) Sudeste
 - d) Centro-Oeste
 - e) Sul

Cientes das limitações intrínsecas ao instrumento, sabemos que, por se tratar de uma amostra não-probabilística, não é possível generalizar as conclusões. Entretanto, a análise das respostas nos permite traçar um panorama, perceber tendências, ou mesmo possíveis contradições quanto ao objeto de nossa pesquisa: a interdisciplinaridade na Comunicação.

Primeiramente, vamos apresentar os resultados das questões de 7 a 10, que ajudam a conhecer melhor o perfil dos pesquisadores que responderam ao questionário.

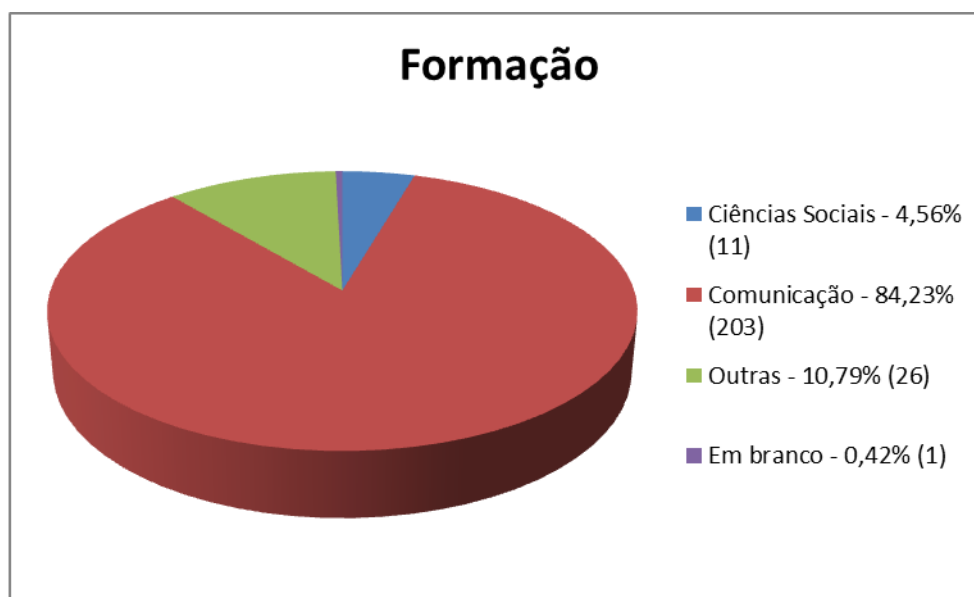


Gráfico 1

No gráfico 1, podemos perceber que a ampla maioria das respostas foi obtida junto a pesquisadores com formação em Comunicação, o que coincide com a nossa expectativa, dada a consolidada institucionalização da área. O dado também coincide com resultado de pesquisa supracitada, de Donsbach (2006 *apud* CRAIG, 2008), em que um levantamento entre os membros da ICA em 2005 mostrou que dois 2/3 deles já tem formação acadêmica em Comunicação. No campo “Outras”, 8 pessoas responderam ter formação parcial na área de Comunicação ou estarem cursando a pós-graduação: Ciências Sociais e Comunicação (3), pós-graduandos em Comunicação (2), Comunicação e Ciências Humanas, graduação em Psicologia e pós-graduação em Comunicação; e Psicologia, Comunicação e Sociologia. As demais áreas citadas foram: História (4), Filosofia (2), Letras (4), Ciência Política (1), Artes (1), Ciências Sociais Aplicadas (1), Design (1), Marketing (1), Administração (1), Tecnologia (1) e Hard sciences (1).

Em relação à titulação (Gráfico 2), a maioria dos respondentes possui o título de mestre: 61%. Outros 34% são doutores e 12 pessoas não responderam (provavelmente por ainda estarem cursando a pós-graduação, uma vez que foi permitido também a esses estudantes responderem às questões).

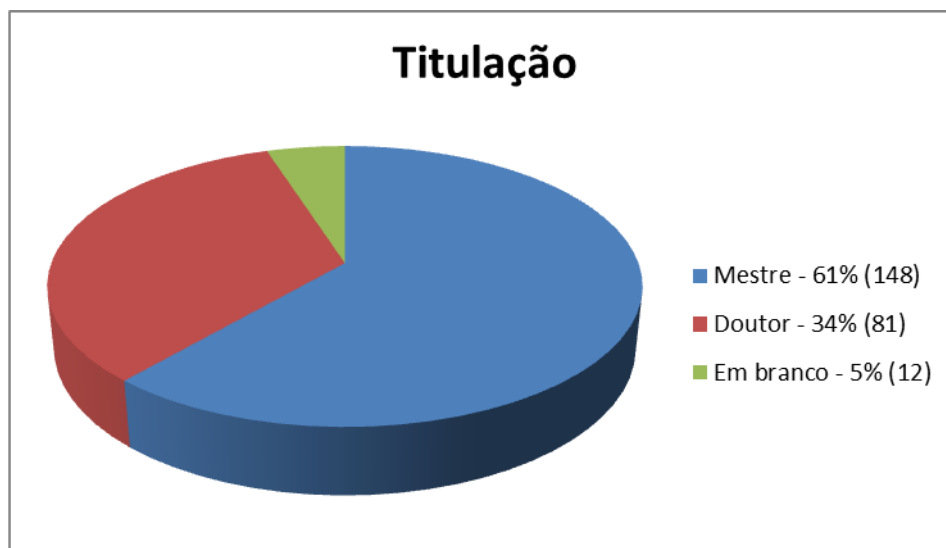


Gráfico 2

Quanto ao tempo de titulação (Gráfico 3), podemos perceber uma maioria de novos pesquisadores, ou seja, com menos de 5 anos entre a data em que responderam à pesquisa e a obtenção do título.

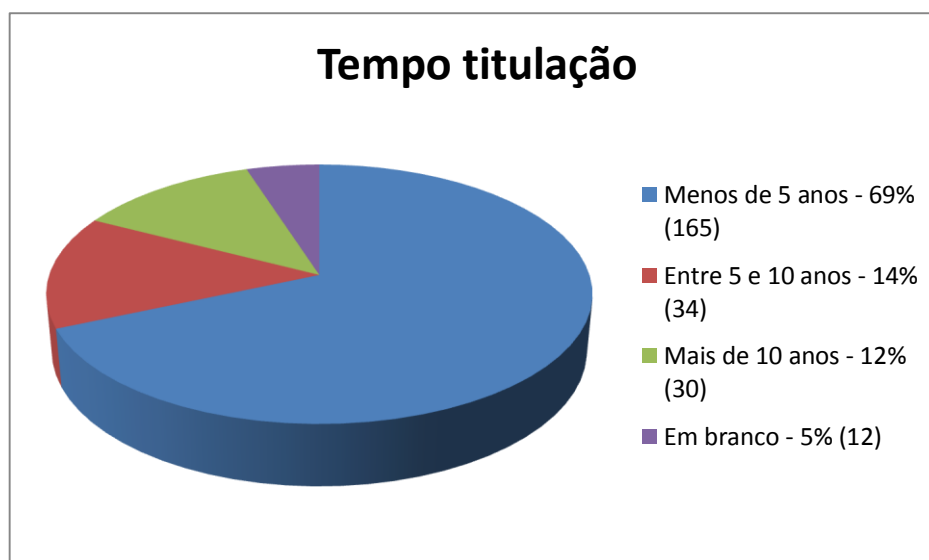


Gráfico 3

Finalmente, a última pergunta relacionada ao perfil dos participantes indica a região do país em que atua o pesquisador. O destaque é a Região Sudeste, que concentra mais da metade dos que responderam ao questionário, como podemos ver no gráfico 4:

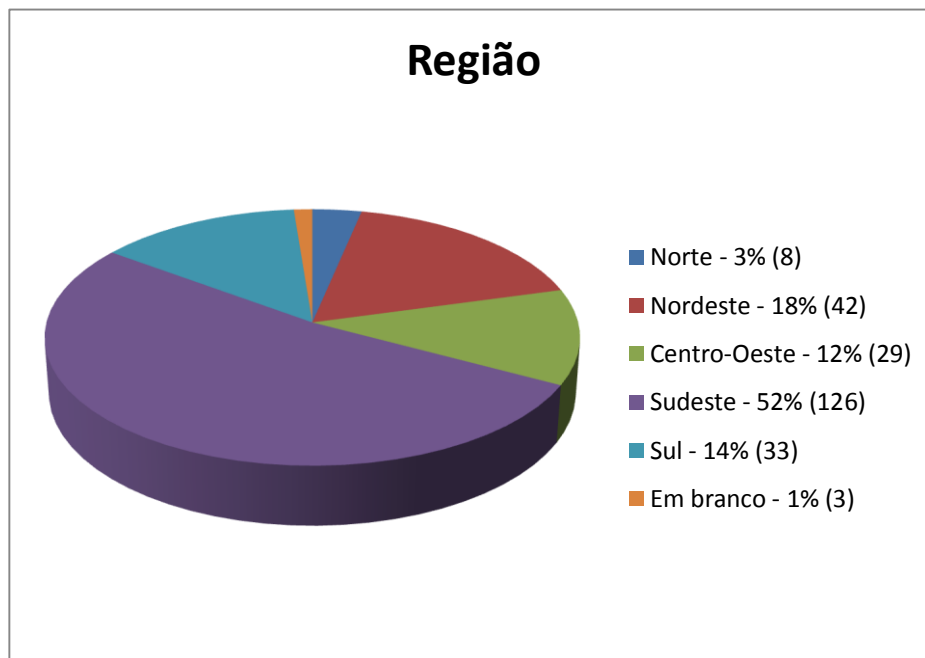


Gráfico 4

Passemos agora à descrição dos resultados relacionados à interdisciplinaridade. No que diz respeito à importância da epistemologia para as pesquisas realizadas (Gráfico 5), todos os que responderam concordaram que é uma discussão relevante: não houve nenhuma resposta “sem importância”. E apenas 3% disseram que é um tema pouco importante. A maioria, 47%, atribuiu muita importância à epistemologia.

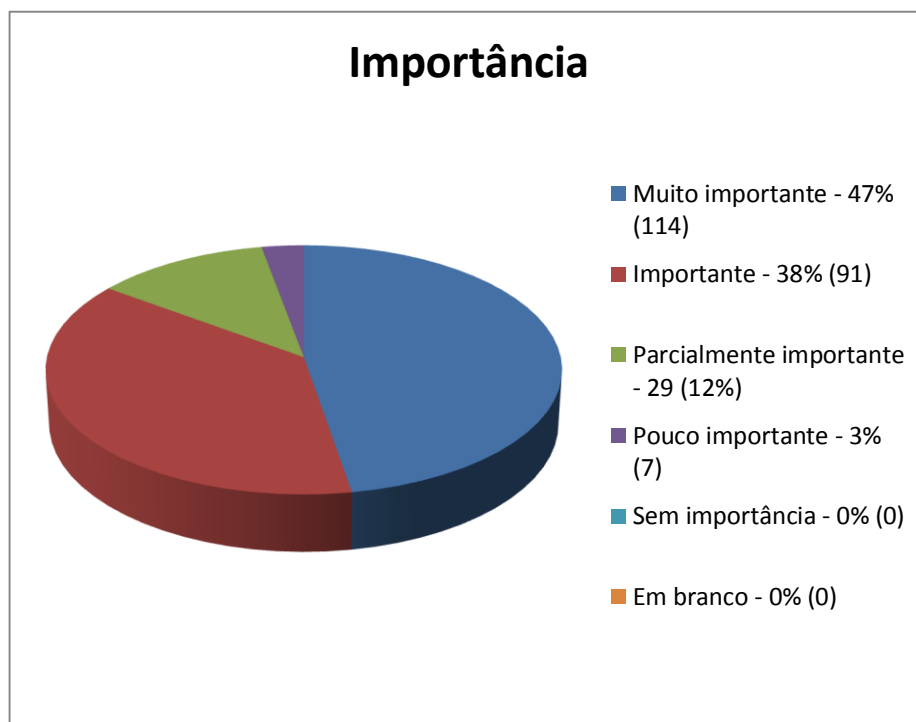


Gráfico 5

No que tange ao estatuto epistemológico da área (Gráfico 6), perguntamos sob qual perspectiva a Comunicação é considerada nas pesquisas desenvolvidas pelo respondente. A maioria deles trata a área como transdisciplinar (34%) ou predominantemente interdisciplinar (41%). Ou seja, quase 75% dos que responderam privilegiam uma perspectiva trans- ou interdisciplinar como estatuto para a área. Apenas 19% dos entrevistados entendem a Comunicação como uma das disciplinas das ciências sociais. Um entrevistado não respondeu a esta questão.

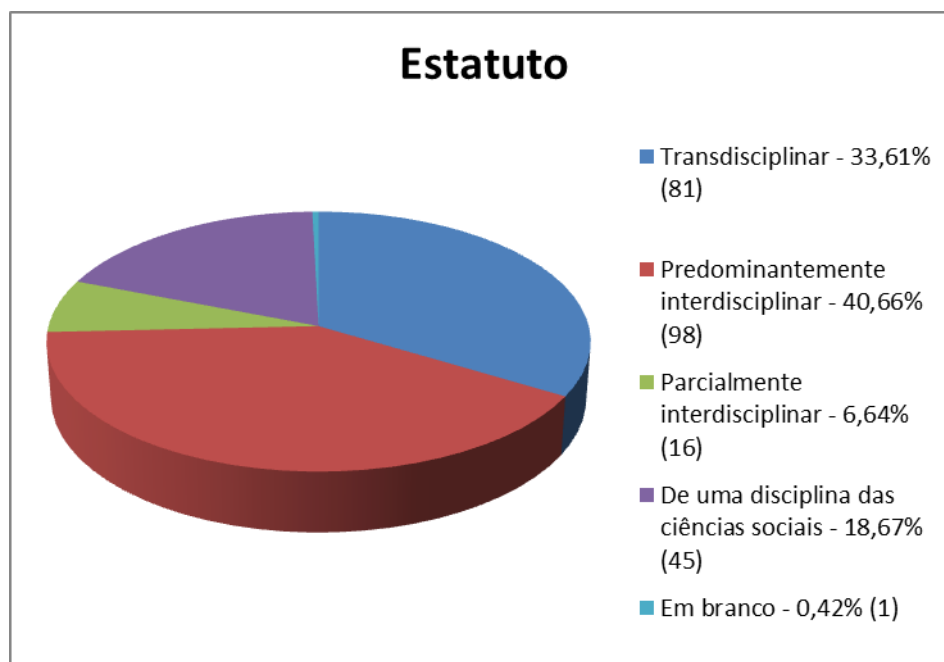


Gráfico 6

Questionamos também como a interdisciplinaridade pode ser melhor identificada, no tocante à epistemologia (Gráfico 7). Ao que 44% dos entrevistados responderam que representa um avanço, uma ruptura com os saberes precedentes, como as Ciências Sociais. Dos que responderam, outros 25% não tem opinião formada, 20% consideram que não necessariamente representa um avanço e deve ser vista com atenção, e 7% entendem que é uma perspectiva que pode ser um obstáculo para a inserção da Comunicação entre as Ciências Sociais. Seis pessoas deixaram a questão em branco.

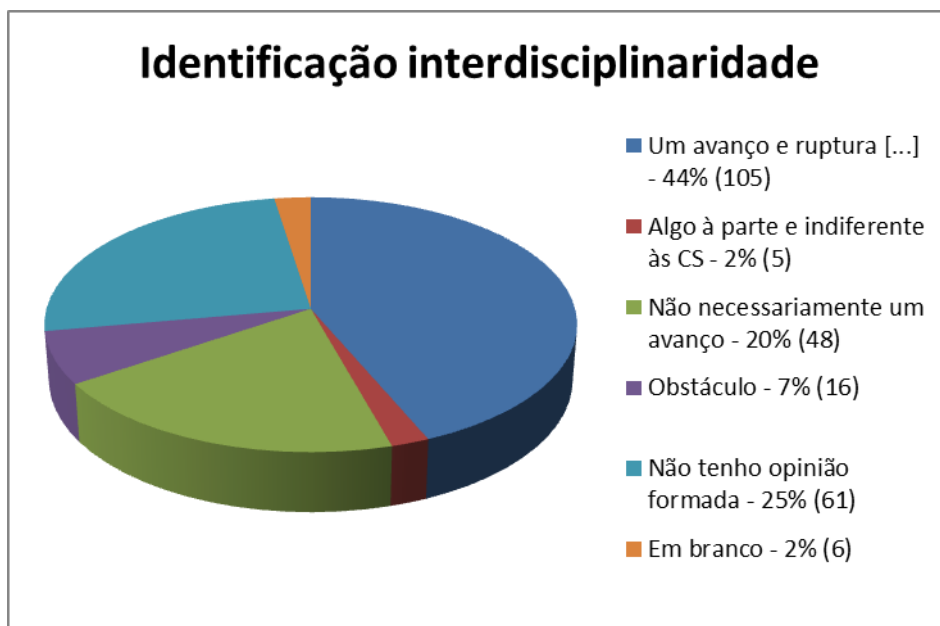


Gráfico 7

Em relação à diversidade das pesquisas da Comunicação, a maioria dos entrevistados, cerca de 73%, acredita que se trata da vitalidade da área em sua produção teórica. Os outros quase 27% pensam que a diversidade é um sintoma da dispersão e falta de foco da área. Duas pessoas deixaram em branco.

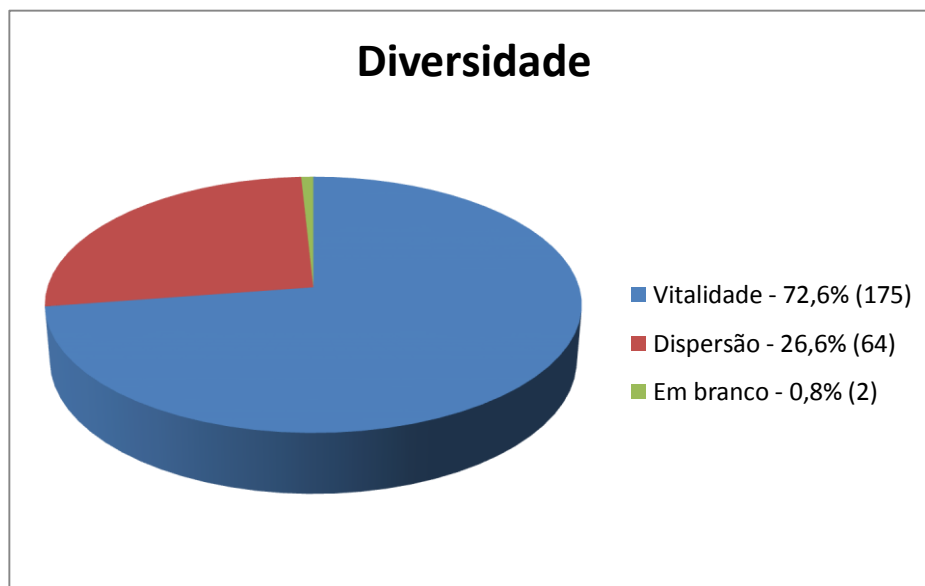


Gráfico 8

Questionados sobre o principal desafio para o desenvolvimento da interdisciplinaridade (Gráfico 9), a maior parte dos entrevistados acredita que os aspectos político-institucionais são o principal problema para a interdisciplinaridade: 23% marcaram “Vencer resistências políticas hegemônicas”, e 26% escolheram a opção “Superar hábitos institucionais”. Já para 30% dos que responderam, o principal desafio tem a ver com aspectos de aplicabilidade e desenvolvimento metodológico. E 20% apontaram os aspectos de fundamentação. Três entrevistados não opinaram.

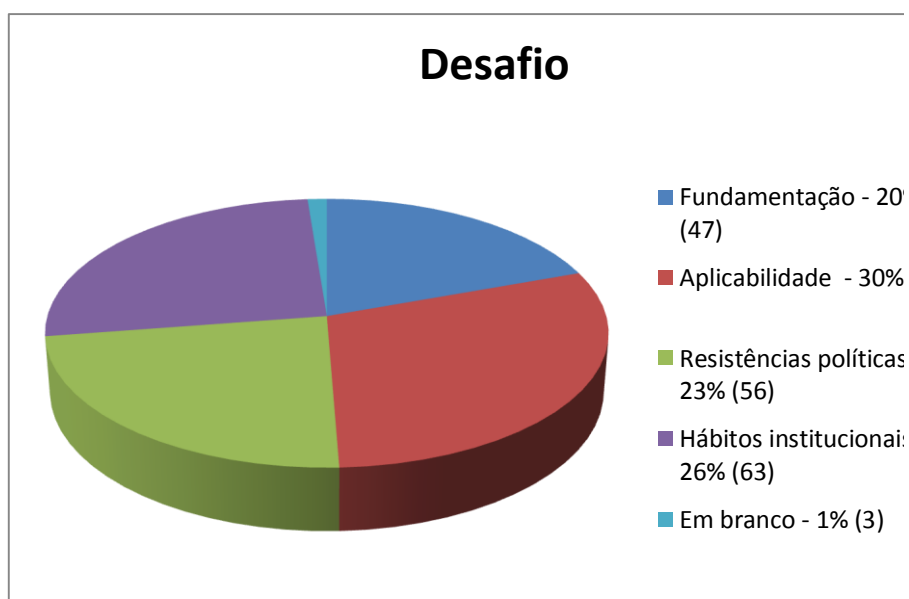


Gráfico 9

Questionados sobre já terem publicado trabalhos a respeito de interdisciplinaridade (Gráfico 10), campo ou objeto da Comunicação, 49% responderam que sim, sendo que 3% do total de entrevistados afirmou que publica com frequência sobre esses temas. Mas, apesar das características da área em termos de ausência de fundamentação, um número expressivo dos participantes disse nunca ter publicado sobre interdisciplinaridade, campo ou objeto comunicacional: 47%.

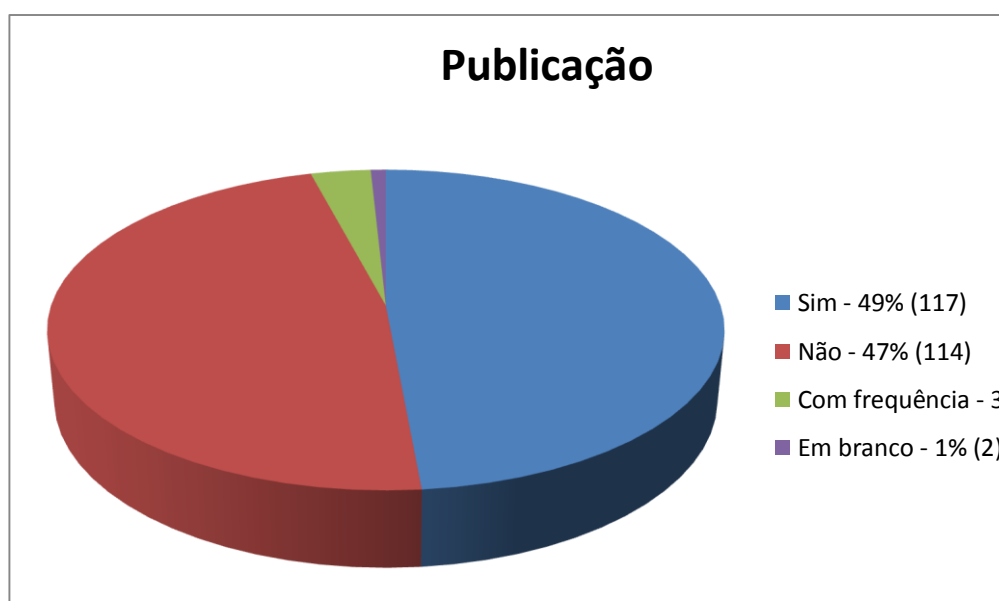


Gráfico 10

Análise

Entre os pesquisadores mais jovens, os 165 que marcaram que têm menos de 5 anos de titulação, 74 responderam que são muito importantes as discussões epistemológicas, e 64 consideram importantes. Dos 34 que declararam ter entre 5 e 10 anos de titulação, 19 consideram muito importante, e 11 importante. No grupo dos mais experientes (mais de 10 anos), composto por 30 entrevistados, 15 declararam ser muito importante e 13 importante. Proporcionalmente, o grau de importância teve uma tendência de crescimento de acordo com o tempo de titulação: 84% no primeiro grupo marcaram “muito importante” ou “importante”; 88% no segundo; e 93% no terceiro.

Dos 205 pesquisadores que consideram muito importantes ou importantes as discussões epistemológicas, 74 consideram a Comunicação como transdisciplinar e 82 como predominantemente interdisciplinar. Ou seja, 156 dos 205 pesquisadores que

consideram a discussão epistemológica relevante acreditam que a área não é nem uma disciplina científica e nem tampouco que a Comunicação seja apenas parcialmente interdisciplinar. Isso significa que 76% dos que atribuem importância aos aspectos epistemológicos trabalham com uma concepção da área trans- ou interdisciplinar, que, na verdade, é pouco afeita aos princípios norteadores do debate epistemológico, pois os termos-chaves dessa reflexão (ciência, disciplinas, teoria, método...) ficariam sem sentido. O que soa contraditório. Se não somos uma ciência, por que discutiríamos seus fundamentos?

A maioria dos que responderam – cerca de 75% dos entrevistados – considera a Comunicação transdisciplinar ou predominantemente interdisciplinar, coincidindo com nossa hipótese acerca de que este é um dos poucos consensos da área, operando como um paradigma. Entretanto, podemos perceber que a identificação desta interdisciplinaridade como “avanço e ruptura com os saberes” cai para 44% das respostas. Mas há um alto grau de incerteza quanto a essa proposta, pois 25% não têm opinião formada e outros 20% tem reservas a respeito. Mesmo assim, apenas 7% dos que responderam estão seguros de que poderia ser um obstáculo à formação de uma disciplina comunicacional. Ou seja, prevalece a visão de que a interdisciplinaridade seja um avanço e uma ruptura (44%), o que coincide com a preferência pela trans- e interdisciplinaridade, mas chama a atenção o significativo percentual de 25% que não tem uma compreensão suficientemente clara do que representa essa perspectiva. Das 61 pessoas que não têm opinião formada, 43 responderam que a área é trans- ou interdisciplinar, o que representa 70% do total dos que estão em dúvida. A incerteza é maior, portanto, entre os que optam por considerar esse estatuto diferenciado.

Da mesma forma, o fato de 73% dos que responderam ao questionário identificarem na diversidade a “vitalidade da área em sua produção teórica” também indica que uma das causas da visão interdisciplinar continuar bastante presente entre os pesquisadores da área. Ao identificarem uma variedade inconciliável de temáticas e se recusarem a abrir mão desta diversidade, muitos apelam para a interdisciplinaridade como uma possível explicação e justificativa para este estado. De fato, dos 175 que veem a vitalidade da área na diversidade, 65 acreditam que a perspectiva transdisciplinar é a que melhor define a Comunicação, e outros 79 a entendem como predominantemente interdisciplinar. Ou seja, 82% dos que compreendem a dispersão como vitalidade também defendem que a Comunicação seja trans- ou

predominantemente interdisciplinar. Apenas pouco mais de 25% dos pesquisadores que responderam identificam a diversidade como “um sintoma da dispersão e falta de foco da área”. Curiosamente, os que disseram que a Comunicação pode ser melhor identificada como trans- ou predominantemente interdisciplinar também são maioria entre os que apontam a diversidade como dispersão: 33 de 64 que escolheram essa alternativa, o que representa quase 52%. Talvez possamos entender que, mesmo entre os que identificam as consequências problemáticas que uma diversidade pouco sistematizada possa trazer, mesmo entre esses pesquisadores prevalece a visão de que área seja interdisciplinar, por força do consenso que se instaurou.

Dos 45 que consideram a Comunicação como uma disciplina das ciências sociais, 38 tiveram pelo menos parte da formação em Comunicação, quatro tem formação apenas em Ciências Sociais, um em História, um em Letras, e um em Ciência Política. Um dado que chama a atenção é que 11 entre esses 45 que acreditam que a Comunicação seja mais uma das disciplinas das Ciências Sociais, afirmaram que a interdisciplinaridade pode ser considerada como “Um avanço e ruptura com os saberes precedentes, como as Ciências Sociais”. O item foi pensado para descrever a postura mais radical em relação à interdisciplinaridade – a perspectiva que se opõem às disciplinas e as ciências. Então, podemos fazer duas leituras do resultado: ou que a pergunta não foi suficientemente compreendida; ou que, mesmo entre os que entendem a Comunicação como uma disciplina, permanece um mal-estar quanto a esse estatuto.

Dos 203 que responderam ter formação em Comunicação, 70 consideram a área como transdisciplinar, e 83 como predominantemente interdisciplinar. Ou seja, mesmo entre os pesquisadores que já têm formação exclusivamente na área de Comunicação, a maioria (75%) considera a área interdisciplinar.

Entre os que responderam ao questionário, 47 disseram que o principal desafio para a interdisciplinaridade relaciona-se à fundamentação. Isto é, reconhecem que a proposta ainda não está bem formulada. Desses, 17 acreditam que a área é transdisciplinar, 18 que seja predominantemente interdisciplinar, para três é parcialmente interdisciplinar e para outros 9 uma disciplina das ciências sociais. Novamente, chama a atenção que mesmo partidários da proposta reconheçam a ausência de fundamentação. Um número ainda mais expressivo de pesquisadores, 72, apontou que o principal desafio diz respeito à aplicabilidade e ao desenvolvimento

metodológico. Dos 72, 18 acreditam que a área seja transdisciplinar, 32 predominantemente interdisciplinar, 5 a veem como parcialmente disciplinar e para 17 é uma disciplina. Temos, portanto, uma percepção generalizada de problemas quanto às questões metodológicas.

NATUREZA DO CONHECIMENTO COMUNICACIONAL					
	TRANSDISCIPLINAR	PREDOMINANTEMENTE INTERDISCIPLINAR	PARCIALMENTE INTERDISCIPLINAR	DISCIPLINA	TOTAL
FUNDAMENTAÇÃO	17	18	3	9	47
METODOLOGIA	18	32	5	17	72
HÁBITOS INSTITUCIONAIS	27	22	4	10	63
RESISTÊNCIAS POLÍTICAS	19	25	3	9	56
TOTAL	81	97	15	45	

Tabela 3

Quanto aos outros dois itens listados para escolha entre os possíveis desafios, 63 optaram por “superar hábitos institucionais” e 56 marcaram “vencer resistências políticas hegemônicas”. Dos 63 que citaram os hábitos institucionais, 27 marcaram a perspectiva transdisciplinar e 22 a predominantemente interdisciplinar, a maioria, portanto. Quatro selecionaram parcialmente interdisciplinar e 10 acreditam que a área é uma disciplina. Entre os 56 que acreditam que os desafios estão numa dimensão ainda mais ampla, a das resistências políticas, 19 acreditam que o estatuto da área é transdisciplinar; 25, predominantemente interdisciplinar; 3, parcialmente interdisciplinar e 9, uma disciplina.

A distribuição das diferentes perspectivas quanto aos desafios se mantém semelhante: trans- e predominantemente interdisciplinar representam cerca de 70% dos pesquisadores em todos os quatro desafios. Não é possível, portanto, estabelecer uma

correlação entre uma maior preocupação epistemológica, teórica e metodológica entre os que entendem a área mais próxima de uma disciplina. Assim como não podemos dizer que os que optam pela perspectiva trans- e predominantemente interdisciplinar estejam indiferentes aos aspectos de fundamentação e metodologia.

Sintezando as diferentes análises acima – os resultados do questionário, o exame do relatório divulgado pela comissão de interdisciplinaridade da Compós, e a leitura crítica das obras citadas como epistemológicas – podemos afirmar que:

- A interdisciplinaridade constitui-se para a Comunicação com a força de um paradigma emergente por volta dos anos 90;
- As críticas que começaram a despontar nos anos 2000 com maior força já são razoavelmente conhecidas;
- Logo, não há mais espaço para posicionamentos ingênuos de que o estatuto interdisciplinar da área de Comunicação poderia se sustentar em um vale-tudo ou prescindir de fundamentação;
- Os principais pesquisadores que se dedicam à epistemologia se repartem entre duas posições irreconciliáveis: os esforços para fundamentar a disciplina pelas vias conhecidas epistemologicamente – a minoria deles –, e as tentativas de justificar e fundamentar um estatuto *sui generis*, trans- ou interdisciplinar – a maioria;
- Contraditoriamente, ainda que as críticas sejam crescentes e as limitações cada vez mais evidentes, a interdisciplinaridade ainda tem a força de um consenso para a maioria.

Dito isso, passaremos às principais críticas que podem ser formuladas quanto à proposta interdisciplinar que predomina na Comunicação.

5. O problema da interdisciplinaridade

Primeiramente, as leituras começaram por textos que pudessem contribuir com um quadro de referências importante para o desenvolvimento das análises a que se propôs a pesquisa. Iniciou-se com obras de epistemólogos e filósofos da ciência, cujas leituras e discussão foram realizadas no primeiro semestre de 2011, durante o seminário da Linha de Pesquisa Teorias e Tecnologias da Comunicação, do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Posteriormente, passou-se à análise de textos mais específicos, sobre epistemologia da Comunicação e que abordassem as relações da área com a interdisciplinaridade. Elaboramos, então, categorias que buscam reunir as principais críticas que podem ser feitas à proposta interdisciplinar que prevalece na Comunicação. Basearemos a discussão também em argumentos que, apesar de não serem críticas diretas à interdisciplinaridade, se opõem a algum de seus preceitos. Outro aspecto que merece ser destacado é que muitas vezes as críticas surgem no interior da argumentação de um pesquisador cujo pensamento é desfavorável à ideia da Comunicação como uma disciplina. Temos o caso de pensadores que avançam na crítica a vários aspectos problemáticos da área (dispersão, falta de critérios, ausência de definições), mas que ainda assim preferem identificar a área como uma interdisciplina. Mesmo assim nos apropriamos dessas colocações como parte de nossa crítica à proposta, pois acreditamos que a sistematização desses argumentos pode contribuir para compreender por que, muitas vezes, a partir das mesmas premissas, as conclusões acerca do estatuto da área são tão incompatíveis. Finalmente, as críticas também se apoiam em argumentos favoráveis à interdisciplinaridade, mas que, em suas contradições internas, sustentam a crítica que podemos fazer quanto às limitações da proposta.

5.1 Principais críticas

As críticas à interdisciplinaridade não são tão populares e difundidas quanto esta proposta o é. Temos poucos pesquisadores dedicados ao tema e as publicações neste sentido não estão facilmente disponíveis. Cabe ressaltar novamente que estamos nos referindo a certo tipo de interdisciplinaridade, a qual consideramos problemática por propor uma ruptura com o saber científico.

Muitas das críticas que apresentaremos estão inter-relacionadas, pois o que motivou uma delas está em relação com o que provocou outra crítica. Por exemplo, temos críticas à diversidade de objetos da área, que seria inconciliável, e argumentos contrários à dispersão teórica da Comunicação. Sabemos que a segunda é consequência da primeira e, portanto, as críticas que venham a ser feitas a esses dois aspectos acabam por se relacionar. Mas optamos pela apresentação separada para destacar cada um dos aspectos problemáticos.

As principais críticas que podemos dirigir à proposta interdisciplinar seriam: a) ausência de um conceito para interdisciplinaridade; b) incompreensão das disciplinas; c) modismo; d) complexidade do objeto; e) superficialidade X aprofundamento; f) diversidade de objetos; g) dispersão teórica; h) crítica à ciência; i) confusão de instâncias.

a. Ausência de um conceito para interdisciplinaridade

Uma das primeiras críticas que podemos levantar é justamente sobre essa indefinição do que venha a ser interdisciplinaridade. Como discutimos anteriormente (capítulo 2), há várias acepções para o termo que são perfeitamente compatíveis com a ideia de uma disciplina científica. E não seria a presença de interações com outras disciplinas que faria do estatuto da Comunicação algo *sui generis*. Podemos discutir um currículo interdisciplinar para os estudantes de Comunicação, a área pode participar de grupos de pesquisa com outros especialistas, importar teorias e metodologias, produzir conhecimento a partir da interação com outras disciplinas, tudo isso sem recusar à possibilidade de estabelecer-se como uma disciplina autônoma. Assim, a Comunicação seria interdisciplinar em vários aspectos, ao mesmo tempo em que pode ser uma disciplina.

Não importa o quanto bem estabelecida intelectual ou institucionalmente a disciplina da comunicação possa se tornar, muitas áreas do campo vão continuar a ser altamente *interdisciplinares*. Áreas contextualmente focadas como comunicação e saúde e comunicação política inerentemente abrangem fronteiras disciplinares. O estudo da mídia como instituições sociais é inevitavelmente um esforço multidisciplinar envolvendo psicologia, sociologia, economia, estudos jurídicos e de políticas, estudos de tecnologia, etc.. A questão não é se a comunicação continuará a ser um campo interdisciplinar, como certamente continuará. A questão aberta é se a comunicação também pode ter um núcleo teórico que permita que estudiosos de comunicação abordem temas interdisciplinares a partir de um ponto de

vista disciplinar distinto que adiciona valor real para a empresa interdisciplinar¹⁸². (CRAIG, 2008, p. 687).

A ausência de clareza quanto ao que seja propriamente a interdisciplinaridade leva a desacordos inclusive quanto ao que deveria ser sua prática. É comum encontrarmos críticas à sua má execução, ao que seria uma apropriação errônea do conceito e à incompreensão de seu sentido, mesmo entre os que defendem um estatuto interdisciplinar para a área. Como vimos no capítulo anterior, Maria Immacolata Vassalo de Lopes está entre os pesquisadores brasileiros com essa postura. Ela critica a interdisciplinaridade porque esta não seria uma verdadeira superação das disciplinas. A transdisciplinaridade, sim, seria a postura a ser adotada, a fim de promover a tal superação das divisões disciplinares. Entretanto, a confusão se estabelece quando a mesma autora afirma que a institucionalização desses estudos em uma área de Comunicação não é uma contradição. Ora, como a institucionalização de uma área como uma disciplina acadêmica poderia ser compatível com a superação das... disciplinas?

Carlos Reynoso (2000) critica essa confusão conceitual em relação aos Estudos Culturais, que defendem com veemência essa proposta, como vimos no capítulo 3. Pois o emprego de cada um dos termos muitas vezes é aleatório, e não está justificado nessa abordagem porque uma disciplina não é suficiente para gerar conhecimento, mas duas ou mais o são. Ou seja, como os conceitos não se encontram bem definidos, não há critérios para seu uso.

Tiago Quiroga também dirige sua crítica para a má aplicação do termo, pois acredita que a interdisciplinaridade, tal qual é praticada pelos pesquisadores da Comunicação, não constitui uma autêntica interdisciplinaridade:

Na verdade, em detrimento de uma ciência interdisciplinar, o que teríamos, hoje, seria uma ampla aceitação da abordagem que legitima uma perspectiva instrumental da comunicação, em que ela aparece, quase sempre, como instrumento, utensílio, aporte de outras

¹⁸² No matter how intellectually or institutionally well established the discipline of communication may become, many areas of the field will continue to be highly *interdisciplinary*. Contextually focused areas like health communication and political communication inherently straddle disciplinary boundaries. Study of the media as social institutions is unavoidably a multidisciplinary endeavor involving psychology, sociology, economics, legal and policy studies, technology studies, etc. The question is not whether communication will continue to be an interdisciplinary field, as it certainly will do. The open question is whether communication may also have a theoretical core that enables communication scholars to approach interdisciplinary topics from a distinct disciplinary viewpoint that adds real value to the interdisciplinary enterprise.

disciplinas, o que acaba por circunscrevê-la como “lugar de passagem”. (QUIROGA, 2010, p. 147).

Em vez de interdisciplinaridade, ocorreria apenas um “acoplamento teórico”, na definição do autor: “[...] uma aproximação sem síntese das diversas modalidades exploratórias de pesquisa em que, de um modo geral, as diferentes correntes teóricas são acopladas e, assim, permanecem sob o signo da *interdisciplinaridade*.” (QUIROGA, 2010, p. 147). Ou seja, seria uma interdisciplinaridade tal qual definida por Wilbur Schramm, mas não a perspectiva de síntese e integração defendida por Quiroga.

E a dificuldade de estabelecer um consenso sobre o que seja a interdisciplinaridade tem uma dupla consequência: entre os que a defendem, se instauram afirmações inconciliáveis sobre sua operacionalidade e execução correta; entre os que buscam criticá-la, faltam elementos para conseguir estabelecer o debate. Afinal, torna-se mais difícil discutir algo que não se sabe ao certo o que venha a ser.

b. Incompreensão das disciplinas

Uma crítica que está diretamente relacionada à anterior seria quanto ao desconhecimento não só do que seja interdisciplinaridade, mas do que seja disciplinaridade. Ao ignorar os fundamentos da ciência, o pesquisador torna-se vulnerável a certos discursos incoerentes com a natureza do pensamento científico. E assim vemos críticas mal informadas às disciplinas, de que seriam arranjos burocráticos fechados, saberes autocentrados e isolados, etc.. Como afirma Follari,

[...] a disciplinaridade não é um mal epistêmico a exorcizar. A especificidade das disciplinas não é uma maldição que caiu sobre a realização prévia de um conhecimento unificado, e sim o procedimento analítico imprescindível para avançar o conhecimento científico. Não haveria ciências, se estas não tivessem se especificado diferentemente entre si, terminando com a prévia unidade metafísica do conhecimento. De maneira é que preciso ter cuidado com, sob a ideia de trazer algum enriquecimento potencializador das disciplinas, voltar a situações “pré-disciplinares”. Quer dizer, existe – se não se faz a discussão epistemológica necessária – a possibilidade de estipular discursos ingênuos sobre a suposta superação das disciplinas, que na realidade não sejam superação, se não simples negação de sua especificidade constitutiva¹⁸³. (FOLLARI, 2002, p. 85-86).

¹⁸³ [...] la disciplinariedad no es un mal epistémico a exorcizar. La especificidad de las disciplinas no es una maldición que hubiera caído sobre el previo logro de un conocimiento unificado, sino el procedimiento analítico imprescindible para avanzar en el conocimiento científico. No habría ciencias, si

Os pesquisadores da área também reivindicam com frequência a necessidade de romper as fronteiras estabelecidas pelas disciplinas. Entretanto, as disciplinas não repartem a realidade, a fim de tomar posse de uma parcela desta como se fosse propriedade particular. Esta discussão apenas expõe a incompreensão do que seja o papel da disciplina.

Não há invasões, nem fronteiras a serem ultrapassadas, muito menos a serem derrubadas. Os textos de nossa área que defendem uma visão interdisciplinar freqüentemente falam em “transpor as fronteiras”, mas toda a ruidosa pregação para se “acabar com as fronteiras”, e por conseguinte, com as disciplinas, não passa de um problema mal colocado, pois não leva em conta as características do conhecimento, sua natureza analítica e suas relações com a linguagem. As metáforas espaciais que aí pululam deveriam ser substituídas por expressões, mais apropriadas ao problema do conhecimento, já que portam o grave inconveniente de substancializarem as formas de compreensão, ao invés de tomá-las em sua natureza de perspectivas de análise. Elas induzem ao equívoco de se pensar os limites de uma disciplina, ao invés de suas limitações, porque na verdade o problema é muito menos o de contornos concretos, as linhas que marcam a exterioridade, que os horizontes de finitude que caracteriza cada disciplina, isto é, o tipo de abordagem ou sua particularidade enquanto saber. Uma disciplina representa um tipo de “engajamento ontológico”, o qual se traduz na construção de seu objeto de estudo e na linha de investigação que imprime enquanto uma perspectiva de compreensão original da realidade. Daí todo o descabimento de tentar levar muito ao pé da letra o significado das relações disciplinares, ou mesmo a definição de uma dada disciplina, através de analogia e metáforas dessa ordem. (MARTINO, 2004, p. 9).

Assim, a partir de uma noção equivocada de disciplina, a interdisciplinaridade é proposta como uma solução, sem que se tenha, muitas vezes, a exata noção de suas implicações. Pois, se estamos falando de interdisciplinaridade como relação de interdependência entre disciplinas, não precisamos recusar a disciplinaridade. Como lembra Craig, uma disciplina “[...] não requer que a diversidade e a interdisciplinaridade sejam suprimidas¹⁸⁴.” (CRAIG, 1999, p. 124). E, de acordo com Kaplan (1975, p. 6): “A autonomia da pesquisa não é, de modo algum, incompatível com a dependência de umas ciências em relação a outras.”.

éstas no se hubieran especificado diferencialmente entre sí, terminando con la previa unidad metafísica del conocimiento. De manera que habrá que cuidarse de, bajo la idea de acercar las disciplinas en algún enriquecimiento potenciador, volver a situaciones “presdisciplinares”. Es decir, existe – si no se hace la discusión epistemológica necesaria – la posibilidad de estipular discursos ingenuos sobre la supuesta superación de las disciplinas, que en realidad no sean superación, sino simple negación de su especificidad constitutiva.

¹⁸⁴ Disciplinarity, however, does not require that diversity and interdisciplinarity be suppressed.

c. Modismo

Outra crítica frequente é que a interdisciplinaridade e o questionamento à disciplina surgem como “modas”. Ou na forma de uma novidade, como se não houvesse um desenvolvimento prévio dessas questões, uma história. Como já destacamos anteriormente (capítulo 2): “O tema da interdisciplinaridade sempre retorna. [...] volta com a insistência dos arquétipos inconscientes, e se estabelece de novo em cada ocasião como se fosse a primeira¹⁸⁵”. (FOLLARI, 2005, p. 7).

A força da novidade tem um considerável apelo para o pesquisador, nos moldes do que Sorokin chamou de “complexo obsessivo de descobridor”, ao se referir aos sociólogos e pesquisadores psicossociais modernos:

Os termos “sociologia moderna” e “ciência psicossocial moderna” e referem ao estado destas disciplinas durante os últimos vinte e cinco anos, aproximadamente. Neste período o principal defeito destas ciências foi uma espécie de amnésia a respeito de sua história, descobertas e realizações prévias. Um segundo ponto fraco está estreitamente ligado ao primeiro. Muitos sociólogos ou investigadores psicossociais modernos pretendem ter feito determinado número de descobertas científicas “pela primeira vez em toda a história” da sociologia ou algum outro ramo psicossocial do conhecimento.¹⁸⁶ (SOROKIN, 1957, p. 19).

Assim, o pesquisador é seduzido pela possibilidade do ineditismo. E o apelo tanto será mais contundente quanto maior for o seu desconhecimento sobre o estado da arte do campo em que busca pesquisar. É importante marcar que a novidade não deve ser um fator que, por si só, atribua qualidade ao pensamento. Pode, muito ao contrário, promover discursos esvaziados de sentido:

Então, precisamos ir além da fácil oposição polar entre o tradicional e o novo, em muitas vezes se localiza o pensamento; o novo pode ser válido apenas se ele é colocado sobre os ombros do anterior, lo assume, supera ou recondiciona. Mas em vez disso, as falsas superações feitas por ignorância dos métodos chamados "tradicionais"

¹⁸⁵ El tema de la interdisciplinar siempre retorna. Establecido en el imaginario de la completud que superaría las fraccionalidades propias de cada disciplina, o en el de la feliz mezcla que todo lo reúne hacia un pastiche disolutor de las peculiaridades aislacionistas, vuelve con la insistencia de los arquetipos inconscientes, y se establece de nuevo en cada ocasión como si fuese la primera.

¹⁸⁶ Los términos “sociologia moderna” y “ciencia psicossocial moderna” se refieren al estado de estas disciplinas durante los veinticinco años pasados, aproximadamente. En este período el principal defecto de estas ciencias fué una especie de amnesia respecto a su historia, descubrimientos y realizaciones previas. Un segundo punto flaco está estrechamente ligado al primero. Muchos sociólogos o investigadores psicossociales modernos pretenden haber hecho determinado número de descubrimientos científicos “por primera vez em toda la historia” de la sociología o alguna otra rama psicossocial de conocimiento.

envolvem a falácia do facilismo e a ignorância que se desconhecem a si mesmos como tal¹⁸⁷. (FOLLARI, 2000, p. 3).

E entre os pesquisadores da Comunicação este apelo à novidade tem especial repercussão, devido à própria natureza da área. A atualidade deixa de ser objeto das investigações e toma o lugar de característica a ser demandada das pesquisas. E a história da disciplina e as tradições anteriores são desprezadas com o argumento de que o “antigo” e o “velho” não servem aos nossos objetos “atuais” e “novos”. Felinto afirma que, favorecida pela imprecisão do objeto da Comunicação, a “moda novidadeira” ganhou espaço na área, sendo que nossas teorias foram tomadas pelo “sedutor jargão pós-moderno”.

O problema não é tanto a rentabilidade epistemológica efetiva dos novos conceitos quanto sua conversão ao *status* de modismos teóricos. Ao se caracterizarem como traços estilísticos indicadores de significados como “elegante” ou “atual”, os conceitos foram pelo menos parcialmente esvaziados de seu rigor científico. Fora do espaço de uma bibliografia altamente seleta e especializada, eles freqüentemente circulam pelo mundo acadêmico com excessiva fluidez e permissividade. (FELINTO, 2001, p. 1-2).

E deste modo, o modismo desempenha o seu papel nas posturas ingênuas que tomam a Comunicação como campo propício para se desenvolver, num processo de “reinvenção da roda” tão desnecessário quanto equivocado:

A moda, como adverte Beatriz Sarlo, deve “captar as mudanças mais insignificantes do ar dos tempos” (1997: 41). Mais que isso, deve ser maleável o suficiente para nos permitir jogar com seus mandamentos sempre efêmeros. Erro grave seria tomá-la realmente a sério. É da ordem do leve, do divertido, do lúdico. Talvez seja essa a razão pela qual termos como *complexidade*, *transdisciplinaridade*, *caos*, *paradigma* ou *entropia*, ainda que carregados de uma certa aura de reverência, possam ser utilizados com tanta leveza. Pouca gente sabe exatamente o que eles significam, mas ninguém parece se preocupar muito com isso. Afinal, insegurança e imprecisão também se tornaram “*in*” nestes tempos de fragmentação do pensamento. (FELINTO, 2001, p. 1).

Dá que é fundamental para a área de Comunicação conhecer melhor não só sua própria história quanto também a das ideias e ideologias que a visitam. Pois consideramos que apenas assim será possível fazer frente a tantas modas sedutoras,

¹⁸⁷ De modo que debiéramos ponernos más allá de la fácil oposición polar entre lo tradicional y lo novedoso en que suele a menudo ubicarse el pensamiento; lo novedoso puede ser válido sólo si se pone sobre los hombros de lo anterior, lo asume, supera o reacondiciona. Pero en cambio, las falsas superaciones hechas desde el desconocimiento de los métodos llamados “tradicionales”, conlleva la falacia del facilismo y la ignorancia que se desconocen a sí mismos como tales.

especialmente a da interdisciplinaridade que está amparada em argumentos de ruptura com as ciências, o que implica em tanta dificuldade para a fundamentação da área.

d. Complexidade do objeto

Outra justificativa correntemente utilizada para a suposta natureza interdisciplinar da área é o fato de que os fenômenos comunicacionais seriam muito complexos e teriam vários aspectos a serem explorados. Explicação esta que também não está bem fundamentada:

Qualquer objeto banal de nossa vida cotidiana, pode ser apreendido de diversas maneiras. Uma cadeira, por exemplo, pode interessar o historiador, o desenhista industrial, o sociólogo das técnicas... Mesmo noções tão básicas como as de tempo e espaço, tão caras aos estudos da Física, são passíveis de serem apreendidas de outras perspectivas e de entrarem na linha de investigação de disciplinas como a psicologia ou a geografia, por exemplo. E nem por isso a história da Física envolve os avanços dessas outras disciplinas ou isto faz dela um saber interdisciplinar. (MARTINO, 2004, p.5).

Portanto, seria incoerente pensarmos que os processos comunicacionais constituem o objeto complexo por excelência, como muitas vezes tem sido discutido. Os objetos da Física não seriam complexos? Ou os demais processos sociais, seriam eles simples? Soa um tanto arrogante e pretensioso afirmar que nosso objeto se sobrepõe aos demais em complexidade. Do mesmo modo, afirmar que esta provem do fato de que nosso objeto é multifacetado também é um tanto quanto ingênuo, pois demonstra o desconhecimento de que todos os objetos das demais disciplinas também são compostos por diferentes facetas. Possuem, portanto, a mesma complexidade que se alega como especial das interdisciplinas.

Se mostra difícil justificar que o processo comunicacional é complexo por envolver várias dimensões e dizer que um fenômeno químico é determinado por apenas uma dimensão, daí que a Comunicação seria dotada de uma natureza diferenciada. Mesmo se trouxermos para o âmbito das Ciências Sociais e Humanas, como poderíamos dizer que os processos psicológicos não compõem todos os objetos das demais disciplinas?

O mesmo desafio apontado pelos pesquisadores da Comunicação partidários da interdisciplinaridade (dificuldade de recortar um fenômeno complexo) também já foi experimentado em outros momentos pelas demais disciplinas constituídas:

Mas do mesmo modo que a dimensão física está presente na dimensão biológica, que por sua vez se encontra presente na dimensão psicológica e esta na dimensão social, sem que isto venha a significar um empecilho ao estabelecimento de qualquer uma das ciências citadas, o estabelecimento da disciplina Comunicação não está inviabilizado, à priori, pela complexidade das relações disciplinares de seu objeto de estudo. (MARTINO, 1998, 2001).

E essa alegada complexidade que seria praticamente exclusiva da Comunicação é um dos pressupostos que leva à busca por um tipo de aprofundamento que só a interdisciplinaridade proporcionaria. De onde decorre outra importante crítica ao pensamento interdisciplinar, que faremos a seguir.

e. Superficialidade X Aprofundamento

Uma das principais críticas que podem ser feitas ao pensamento interdisciplinar é que, em vez de proporcionar aprofundamento e maior compreensão, acabaria levando à superficialidade. Os próprios partidários da interdisciplinaridade incorrem, muitas vezes, em contradição, pois reconhecem que não têm condições para aprofundar certos aspectos de suas análises, por não dominarem o conhecimento especializado. Como vimos no capítulo 3, Néstor Garcia Canclini (*apud* FOLLARI, 2002, p. 88) responde que não é economista quando questionado sobre a análise econômica em sua abordagem interdisciplinar. Nada mais natural: “Pode-se acreditar plausivelmente que a ‘síntese’ operada por um autor não seja aquela funcional a sua própria e específica formação?”¹⁸⁸ (FOLLARI, 2002, p. 88).

Mas essa desproporção entre as diferentes perspectivas englobadas em uma análise interdisciplinar entra em choque com o preceito, reivindicado como fundamental, de que as disciplinas não seriam suficientes para dar conta de fenômenos complexos. Se propondo abrangentes, estes estudos não poderiam superar a superficialidade decorrente de uma falta de preparação adequada para desenvolver as análises que se propõem, deixando sempre aspectos pouco explorados, justamente os que escapam à formação disciplinar do pesquisador.

A falta de profundidade científica segue facilmente a partir de uma abordagem eclética e multidisciplinar. Ambas são importantes, como tal, para a evolução saudável de uma disciplina, mais em um rápido desenvolvimento elas podem se tornar dominantes demais e

¹⁸⁸ ¿Puede creerse plausiblemente que la “síntesis” operada por un autor no sea aquella funcional a su propia y específica formación?

compensar as fundações do corpo de conhecimento¹⁸⁹. (NORDENSTRENG, 2007, p. 219).

Esse seria, então, um importante desafio da área: compreender que as disciplinas têm um papel a desempenhar na análise dos objetos, sejam eles considerados complexos ou não. A interdisciplinaridade só permitirá maior aprofundamento e compreensão se for um tipo de trabalho complementar ao das disciplinas e não uma oposição de tipo “ou disciplina ou indisciplina”.

f. Diversidade de objetos

A constatação da grande variedade de objetos na área de Comunicação é um dos argumentos mais frequentemente empregados para justificar a interdisciplinaridade. Como definir uma disciplina que possa englobar tantas abordagens diferentes? – se questionam os partidários dessa postura. Recusar parte dessa variedade seria abrir mão da riqueza do saber comunicacional, alegam. A melhor alternativa seria, então, manter a área tão indefinida quanto for necessário para que tudo o que tem sido pesquisado sob a rubrica “comunicação” possa assim continuar sendo classificado.

Deste modo, a interdisciplinaridade conquista espaço a partir de uma evidência – grande quantidade de objetos – que em nada impediria uma melhor definição do estatuto da área. E difunde-se o mal-entendido segundo o qual a diversidade implica na interdisciplinaridade como substituição à constituição de uma disciplina.

[...] tais trabalhos acabam optando pela impossibilidade do estabelecimento de uma disciplina (ou saber autônomo), deixando as portas abertas para uma vaga e inconsistente concepção *interdisciplinar*, que acima de tudo tem funcionado como uma justificativa para a dispersão e os equívocos de um conjunto teórico indefinível. (MARTINO, 2007, p. 24).

Mas a diversidade não é uma característica específica da Comunicação e, nem mesmo, chega a constituir um problema, como lembra José Luiz Braga: “Todas as áreas e disciplinas de conhecimento em CHS [Ciências Humanas e Sociais] apresentam grande diversidade – teórica, de objetos, de abordagens.” (BRAGA, 2011, p. 3). Portanto, não haveria nenhum motivo para alegar a impossibilidade de um saber comunicacional com base na diversidade. Ou seja, os partidários da

¹⁸⁹ Lack of scientific depth follows all too easily from an eclectic and multidisciplinary approach. Both are important as such for a healthy evolution of a discipline, but in a rapid development they may become too dominant and offset the foundations of the body of knowledge.

interdisciplinaridade formulam essa proposta como solução por desconhecerem ou ignorarem que as disciplinas científicas são constituídas pela diversidade.

A diversidade nunca foi um empecilho para a ciência, seja a diversidade dos fenômenos, seja a diversidade de compreensões, explicações ou de teorias. Não é válido pretender tirar daí um argumento contra a ciência ou apresentar isso como a evidência de um pretense “novo estado”, de uma “nova fase” do conhecimento científico. Toda tentativa de refutar o trabalho científico ou epistemológico com base na diversidade de posições ou de entendimentos, toda reivindicação de uma pretensa “falta de consenso”, acaba sendo perfeitamente inócua, pois trabalha com uma imagem muito equivocada da ciência. (MARTINO, 2007, p. 119).

Logo, não é esperado que todos estejam de acordo em tudo para que seja constituída uma disciplina científica. Nada mais contrário à própria ciência que a ausência de discussão. “O objetivo não deve ser um estado em que não temos nada a discutir, mas um em que entendamos melhor que todos nós temos algo muito importante para discutir sobre.”¹⁹⁰ (CRAIG, 1999, p. 124).

Decidido um ângulo de análise preferencial para determinada disciplina – seu objeto de estudo – esta estará apta para dialogar com toda essa diversidade, de modo a definir perspectivas especificamente comunicacionais em cada um dos vários fenômenos que podem ser estudados pela área. “Nossa dificuldade é a dispersão – decorrente do fato de que essa diversidade não se interroga, não produz tensionamento mútuo, não se desafia por perguntas e interpretações concorrentes que exijam reflexão cruzada.” (BRAGA, 2011, p.3).

g. Dispersão teórica

A dispersão teórica é uma das consequências da própria diversidade que não é articulada pela existência de um objeto de estudo. Ao propor que a área não deve ser constituída a partir da especificidade de um objeto próprio, a proposta interdisciplinar também tem desdobramentos questionáveis em relação à produção teórica da área. Donsbach lembra que as disciplinas geralmente tem um corpo teórico em comum, o que não ocorre na Comunicação, uma vez que não há certo acordo nem mesmo entre os que se dedicam a estudos semelhantes: “Isto é, à primeira vista, uma vantagem, porque teoricamente nós podemos integrar as melhores teorias e métodos para descrever nosso

¹⁹⁰ The goal should not be a state in which we have nothing to argue about, but one in which we better understand that we all have something very important to argue about

objeto¹⁹¹.” (DONSBACH, 2006, p. 440). Mas a busca de um corpo de teorias mais bem definido é uma necessidade que a área deve enfrentar para fazer frente aos desafios decorrentes de seu desenvolvimento:

Mencionamos até agora dois motivos para que as teorias devam ser vistas como estruturas organizadas de alguma espécie: o fato do estudo histórico demonstrar que as teorias possuem essa característica e o fato de que é somente por meio de uma teoria coerentemente estruturada que os conceitos adquirem um sentido preciso. Um terceiro motivo tem origem na necessidade da ciência de crescer. Está claro que a ciência avançará mais eficientemente se as teorias forem estruturadas de maneira a conter em seu interior indícios e receitas bastante claros quanto a como elas devem ser desenvolvidas e estendidas. Elas devem ser estruturas abertas para que ofereçam um *programa* de pesquisa. (CHALMERS, 1993, p. 111).

Apesar de cada vez mais pesquisadores da Comunicação estarem se formando na própria área, o que poderia trazer mais coerência interna, isso ainda não está acontecendo, justamente por haver tão pouca fundamentação. Donsbach cita o trabalho de Craig, “*Communication Theory as a Field*” (1999), que chega ao número de sete distintas tradições teóricas, numa tentativa de melhor definir a área.

Isto soa impressionantemente pluralístico, e é, mas não necessariamente nos ajuda a chegar a uma coerente descrição e explicação dos processos de comunicação e menos ainda da disciplina como uma instituição acadêmica. Em vez disso, a disciplina está dividida em muitos microcosmos que não conversam muito uns com os outros¹⁹². (DONSBACH, 2006, p. 440).

Esta dispersão se torna bastante evidente se tomarmos os livros de Teorias da Comunicação para análise. Há poucas teorias que aparecem em vários deles, muitas das abordagens teóricas aparecem em apenas um livro, não há muita explicação sobre os critérios de pertinência que justificaram a escolha das teorias.

Não há nenhum cânone ao qual todos se refiram. Anderson (1996) analisou o conteúdo de sete livros de teorias da comunicação e identificou 249 distintas “teorias”, 195 das quais apareceram em apenas um dos sete livros. Isto é, apenas 22% das teorias apareceram em mais de um dos sete livros, e somente 18 das 249 teorias (7%) foram incluídas em mais de três livros. Se a teoria da comunicação fosse realmente um campo, parece provável que mais da metade dos

¹⁹¹ This is, at first sight, an advantage, because theoretically we can integrate the best theories and methods to describe our object.

¹⁹² This sounds impressively pluralistic, and it is, but it does not necessarily help to come up with a coherent description and explanation of the communication processes and even less so of the discipline as an academic institution. Instead, the discipline is split up into many microcosms that do not talk very much to each other.

livros introdutórios concordaria em algo mais do que 7% dos conteúdos essenciais do campo. A conclusão de que a teoria da comunicação não é ainda um campo de estudo coerente parece inescapável¹⁹³. (CRAIG, 1999, p. 119-120).

Craig chama de “ecletismo estéril” ao hábito que os pesquisadores da área têm de importar diferentes teorias que tratem de comunicação, independente da disciplina da qual provenham, mas pouco contribuirão com teorias próprias originais: “Teorias fazem *check in*, mas nunca fazem *check out*.”¹⁹⁴ (CRAIG, 1999, p. 122). Assim, a opção pelo estatuto interdisciplinar surge como óbvia. Situação semelhante quanto à dispersão teórica se repete na literatura em língua espanhola:

1. Foram analisados 9 livros e encontradas 72 teorias.
2. Nenhuma teoria é comum a todos os autores.
3. Apenas 6 teorias (8,3%) estão presentes em 2/3 dos autores (melhor marca). São elas: Dois estágios; esquema de Lasswell; teoria crítica (Escola de Frankfurt); teoria da informação; teoria hipodérmica; teoria funcionalista.
4. Se fossem dispensadas as teorias que não foram efetivamente tratadas, mas apenas citadas (5 em 4 autores diferentes), este núcleo duro seria ainda mais reduzido, passando de 6 para 2 teorias: somente os Dois estágios e o Esquema de Lasswell seriam tratadas por 6 autores, o que faria passar de 8,3% para 2,7% do universo teórico relativo a 2/3 dos autores. (MARTINO, 2006c).

E, como consequências, também podem ser observadas dificuldades em sala de aula. Diante de pouca convergência entre as que sejam as principais teorias, os professores elaboram planos de ensino que reproduzirão essa dispersão. E, se os próprios livros de Teorias da Comunicação não explicam seus critérios para definir o que seja uma teoria da área, os professores geralmente também não o fazem. O que dizer da dificuldade que os alunos enfrentarão na tentativa de compreender a área? Assim, a dispersão que se reflete nas aulas de Teoria da Comunicação, o que, segundo Luís Mauro Martino (2012, p. 7), “[...] coloca-se como um problema prático na elaboração das questões do próprio ensino e da formação acadêmica da área. Seria possível questionar o tipo de conhecimento teórico oferecido e efetivado em cada uma dessas instâncias.”

¹⁹³ There is no canon of general theory to which they all refer. Anderson (1996) analyzed the contents of seven communication theory textbooks and identified 249 distinct “theories”, 195 of which appeared in only one of the seven books. That is, just 22% of the theories appeared in more than one of the seven books, and only 18 of the 249 theories (7%) were included in more than three books. If communication theory were really a field, it seems likely that more than half of the introductory textbooks would agree on something more than 7% of the field’s essential contents. The conclusion that communication theory is not yet a coherent field of study seems inescapable.

¹⁹⁴ Theories check in, but they never check out.

É nesse momento que os critérios de escolha para inclusão ou exclusão de um tema da disciplina vem à tona: como justificar, digamos, a exclusão da Escola de Frankfurt ou a inclusão da Semiótica da Cultura? Em quais parâmetros é possível se basear na orientação de um programa da disciplina? O que é “Teoria da Comunicação” em uma universidade pode não ser em outra. (MARTINO, L.M., 2011). (MARTINO, L. M. 2012, p. 5).

Para Luiz C. Martino, o descaso com o plano epistemológico explica a persistente diversidade de Teorias da Comunicação. Pois o trabalho teórico, desvinculado da dimensão epistemológica, acaba por ter outros fins: “Na verdade, os cursos teóricos serviram, e ainda se mostram muito úteis, para justificar a própria presença dos cursos de jornalismo na universidade.” (MARTINO, 2006b, p. 22).

Vemos, portanto, que o debate sobre a diversidade de objetos e de teorias da área repousa sobre as mesmas bases: ausência de reflexão epistemológica, pouca fundamentação da área, fragilidade das definições, etc.. Passaremos agora a uma importante crítica que pode ser feita à interdisciplinaridade como uma proposta de superação das disciplinas.

h. Crítica à ciência

A crítica à ciência é um dos pontos mais discutíveis da abordagem interdisciplinar. Geralmente, esta é elaborada com base em argumentos equivocados, que demonstram pouco conhecimento sobre a ciência. A proposta interdisciplinar que advoga pela superação das disciplinas entende que estas provocariam a fragmentação dos conhecimentos produzidos e, conseqüentemente, reduziriam a possibilidade de compreensão dos fenômenos. As disciplinas seria uma forma de parcelamento da abordagem da realidade e, por isso, precisariam ser preteridas em prol das análises englobantes da interdisciplinaridade. A proposta se constitui, assim, como uma negação da própria ciência.

Uma das fragilidades desta argumentação reside no fato de que a interdisciplinaridade pregada como reinvenção do conhecimento não conseguiu até os dias de hoje se mostrar com potencial de substituir a ciência tal como a conhecemos. É apenas uma proposta mal-elaborada, a qual se baseia em um discurso pretensamente epistemológico. Segundo Wilson Gomes,

Esse discurso em geral contém um conjunto de suposições, nem discutidas nem demonstradas, sobre a natureza da ciência e do procedimento científico, nas Humanidades e fora delas, com grande

aceitação pelos não-especialistas. Sem que ofereça nenhuma das garantias tradicionais do procedimento científico, como a demonstração argumentativa ou a comprovação empírica, esse discurso – identificável em juízos recorrentes sobre procedimentos, metas e natureza das ciências humanas e sociais –, acabou por produzir a compreensão dominante sobre a “cientificidade” das nossas disciplinas. (GOMES, 2003, p. 313-314).

A prática interdisciplinar não altera nem mesmo a luta de poder dentro das universidades, fato apontado por muitos como o único motivo para a criação das disciplinas. Pois, como afirma Follari, sustentar essa proposta como superação das disciplinas exigiria, ao menos, uma estrutura acadêmica diferenciada. E não é o que temos visto, diante da institucionalização da interdisciplinaridade.

Afirmamos que se trata de posturas que na realidade substituíram a crítica do poder acadêmico pela da departamentalização, o que permite exercer veladamente outros modos de tal poder acadêmico agora “antidisciplinar”, tais como a ocupação simultânea (em nome da interdisciplina) de vários espaços disciplinares e departamentais de uma vez (o que, obviamente, é demonstração de certa necessária inadequação à especificidade de cada um deles), ou a localização privilegiada nos “Area studies” tão próprios das universidades estadunidenses, nos quais não se vê que o poder institucional tenha se diluído (e não há na realidade nenhuma razão pela qual se deveria haver esperado tal diluição).¹⁹⁵ (FOLLARI, 2002, p. 83-84).

Em termos epistemológicos, a situação verificada não é muito diferente. O estatuto interdisciplinar ainda resta mal explicado e fundamentado. Donsbach sustenta que a “erosão epistemológica” que acontece no interior da Comunicação é grave.

O último exagero tem sido e ainda é o chamado debate construtivista – a maioria qual considero supérfluo. Todos sabem que o construtivismo está provavelmente certo em afirmar que todas as percepções são subjetivas. Mas e daí? Isto deveria nos impedir de fazer pesquisa?¹⁹⁶ (DONSBACH, 2006, p. 445).

Ou seja, se não é possível conhecer se não pela própria subjetividade, qual seria a importância de se explicar como proceder ou como se validaria os conhecimentos obtidos? Donsbach recusa essa proposta, que pode levar a uma postura de “vale tudo”

¹⁹⁵ Afirmamos que se trata de posturas que en realidad han reemplazado la crítica del poder académico por la de la departamentalización, lo cual permite ejercer veladamente otros modos de tal poder académico ahora “antidisciplinario”, tales como la ocupación simultánea (en nombre de la interdisciplina) de varios espacios disciplinares y departamentales a la vez (lo cual, obviamente, es muestra de cierta necesaria inadecuación a la especificidad de cada una de ellos), o la ubicación privilegiada en los “Area studies” tan propios de las universidades estadounidenses, en los cuales no se ve que el poder institucional se haya diluido (y no hay en realidad ninguna razón por la cual se debiera haber esperado tal dilución).

¹⁹⁶ The latest hype has been and still is the so-called constructivism debate—most of which I think is superfluous. Everyone knows that constructivists are probably right in stating that every perception is subjective. But so what? Should that keep us from doing research?

nas pesquisas. “E embora eu acredite que pluralidade e diversidade geralmente são valores bons, isso não deve levar a uma cultura de vale tudo nas ciências. Claro, deve haver competição entre metodologias. Mas em algum ponto precisamos admitir verificações na prática.¹⁹⁷” (DONSBACH, 2006, p. 445). E é bom lembrarmos que “A política ‘vale-tudo’, interpretada num sentido mais geral daquele que Feyeraben provavelmente pretendeu, deve ser evitada devido à sua impotência. Para citar novamente John Krige, *vale tudo...* significa que na prática, *tudo permanece.*” (CHALMERS, 1993, p. 215, grifo no original).

Martino também critica o subjetivismo, porque este não se trata de um método ou tipo de abordagem possível, mas sim da negação da ciência:

Ora, a ciência não pode assumir a verdade subjetiva do sujeito revelado, não sem entrar em contradição consigo mesma e auto-anular-se. As narrativas não são teses, logo não podem se submeter à confrontação regulada pelo *éthos* da racionalidade de tipo científico, pois não partem de um problema ou ponto de discussão passível de argumentação. (MARTINO, 2003, p. 94).

Assim, ao estabelecer a subjetividade como a única realidade tangível, Martino considera que o subjetivismo acaba por fazer um positivismo “às avessas”. Ele critica igualmente o tratamento que os partidários da interdisciplinaridade dão a certas questões, justamente pelas semelhanças com o positivismo, que é tão criticado.

Primeiro, porque ao aceitar a diversidade da base teórica como uma evidência, o pensamento interdisciplinar institui o fenômeno aqui em questão como um fato, conferindo à observação um papel capital. Mas tal primazia da observação, como se sabe, é um ponto muito característico do positivismo e que foi amplamente criticado pelas correntes epistemológicas que se seguiram a ele. [...] O segundo ponto traz uma semelhança ainda mais flagrante, pois ao reivindicar uma superação das divisões do saber, o pensamento interdisciplinar acaba convergindo com o ideal positivista de *unificação da ciência*. O positivismo defende a tese de que as barreiras entre as disciplinas são apenas provisórias e com o desenvolvimento do conhecimento científico chegaríamos ao ponto de poder explicar os fenômenos através de saberes mais fundamentais ou mais abrangentes. Esta tese é conhecida pelo menos desde Auguste COMTE e ainda sobrevive hoje em dia em versões mais sofisticadas em autores como NEURATH (1938) ou OPPENHEIM, P.; PUTNAM (1980). (MARTINO, 2009, p. 128-129)

¹⁹⁷ And although I believe that plurality and diversity is in general a great value, it should not lead to anything goes culture in the sciences. Of course, there must be competition between methodologies. But at some point we must admit reality checks.

Ou seja, a ciência é recusada por ser demasiado “positivista”, mas a prática que mais se aproxima do positivismo nos dias de hoje é justamente a dos defensores da interdisciplinaridade, ao pregar a indivisibilidade da pesquisa. Pois sabemos que

[...] a unidade “da” Ciência é sempre problemática, ela constitui muito mais um campo de heterogeneidade no qual disciplinas parcelares tentam se articular umas às outras do que um edifício no qual a totalização do saber se realizaria progressivamente segundo os votos do positivismo. (BRUYNE, HERMAN, SCHOUTHEETE, 1991, p. 26).

Outra crítica que pode ser feita à interdisciplinaridade é o fato de que, ao querer “superar barreiras”, omite-se o fato de que não há, no caso específico da Comunicação, uma estrutura concreta a ser superada.

Estudos que se apresentam em congressos da especialidade poderiam ser parte de jornadas de antropologia, por exemplo, sem nenhuma adição. Alguém dirá que se trata de uma saudável superação das barreiras disciplinares, mas entendemos que, para que estas sejam superadas, teriam previamente que ter sido desenhadas. Não se supera o que não existe¹⁹⁸. (FOLLARI, 2003, p. 2).

E ainda: a interdisciplinaridade não se constrói sobre o nada. Como aponta Gomes (2003, p. 327): “Em geral, esquecemos um princípio da autêntica teoria da interdisciplinaridade: *tanto a interdisciplinaridade quanto a multidisciplinaridade supõem e solicitam disciplinas fortes como condição de sua possibilidade.*”. De onde podemos concluir quanto à impossibilidade do estabelecimento inclusive de interações com outras disciplinas, antes de estabelecermos nosso próprio estatuto enquanto área de conhecimento autônoma.

i. Confusão de instâncias

Outra confusão de impacto em nossa área que é comum entre os que defendem a interdisciplinaridade diz respeito às diferentes instâncias em que podemos estabelecer o debate: campo ou disciplina; objeto empírico ou construído; política ou ciência... É frequente, por exemplo, a confusão entre os níveis empírico, teórico e epistemológico: “Para nossa área nem sempre é clara a distinção entre os processos comunicacionais (que são fenômenos), as teorias (que são abordagens e modelos de explicação desses

¹⁹⁸ Estudios que se presentan a congresos de la especialidad, podrían formar parte de jornadas de antropología, por ejemplo, sin aditamento alguno. Alguien dirá que se trata de una saludable superación de las barreras disciplinares, pero entendemos que para que estas sean superadas, tendrían previamente que haber sido dibujadas. No se supera lo que no existe.

fenômenos) e a discussão epistemológica (que são reflexões sobre os modelos teóricos).” (MARTINO, 2003, p. 91).

É o que ocorre, por exemplo, quando se estabelece que os fenômenos comunicacionais só podem ser estudados por um campo, como muitos preferem dizer, porque um fenômeno tão multifacetado não poderia estar circunscrito a uma única disciplina. Ora, na verdade é exatamente isso:

[...] enquanto a noção de campo se funda no objeto empírico, a noção de disciplina, ao contrário, diz respeito à perspectiva teórica que constrói um certo objeto. Então o objeto empírico está para a noção de campo assim como o objeto teoricamente construído, ou simplesmente objeto de estudo, está para a noção de disciplina. Portanto, quando falamos em campo comunicacional não designamos um domínio de conhecimento preciso, mas os vários saberes que podem ser reunidos em torno de processos empíricos, tomados enquanto uma manifestação no mundo. (MARTINO, 2004, p. 7).

Então, o objeto empírico “comunicação” não pode mesmo definir uma disciplina, somente um campo. Mas de uma premissa correta – que os fenômenos comunicacionais são alvo do interesse de diferentes disciplinas – tira-se uma conclusão equivocada: que a Comunicação não poderá ter um objeto de estudo específico que permita sua constituição como uma disciplina. “A noção de campo não invalida a de disciplina, quer dizer, a existência de um campo comunicacional não é, nem pode ser, um argumento contra a possibilidade de constituição de uma disciplina ou saber comunicacional.” (MARTINO, 2004, p. 8).

Quando falamos na disciplina Comunicação, estamos falando de uma área de estudo que se dedica a uma perspectiva específica dos fenômenos comunicacionais, configurada na forma de seu objeto de estudo. O objeto, portanto, pode ser tanto um fenômeno do mundo – o objeto empírico; quanto uma construção a partir de um processo teórico, a qual constituirá o objeto de estudo de uma disciplina científica.

[...] a ciência não se interessa pelo objeto real em seu estado bruto. O objeto real só se torna objeto científico quando for retirado de seu estado “natural”, vale dizer, quando for “construído”, elaborado, pensado por uma teoria, ou seja, quando for enquadrado por um ponto de vista teórico. Em outras palavras, o simples “acontecer” só atinge o nível do conhecimento científico quando for reconstruído teoricamente. (JAPIASSU, 1975b, p. 28)

Se pensarmos especificamente no processo comunicativo, não haverá dúvidas de que estamos falando de um fenômeno bastante amplo, cujas raízes remontam ao primeiro grunhido no sentido de estabelecer relação com o semelhante, como uma troca entre consciências. Quando quisermos falar em comunicação como objeto de estudo de uma disciplina, se impõe refletirmos sobre esse objeto, e construí-lo.

Alguns dizem que somos mais um “campo” que uma disciplina, definido por um objeto comum – ou seja, a comunicação. Mas eu duvido até que nós tenhamos um objeto bem definido! “Comunicação” como um objeto é muito amplo, quase tudo na vida envolve comunicação. Além disso, nem tudo que lida com aspectos da comunicação midiática é, em minha visão, pesquisa em comunicação. Por exemplo, pesquisa sobre as deformações psicológicas como um efeito de conteúdo violento da mídia é ainda psicologia e pesquisa sobre as causas da concentração da mídia é economia, e não comunicação¹⁹⁹. (DONSBACH, 2006, p. 439).

Ou seja, Donsbach percebe que o campo se dedica a um objeto muito vasto, não construído, sem o recorte necessário para configurar um ângulo de análise específico. Aqui temos mais uma pista sobre a facilidade com que a proposta interdisciplinar conquista adeptos: se pensarmos em tudo que é passível de ser estudado pelos pesquisadores da área que recebe o nome “Comunicação”, mas cujo objeto é o fenômeno empírico constituído pelo processo comunicativo, a conclusão de que somos um campo será muito mais evidente. Justamente porque estaremos nos referindo ao objeto empírico, que não é fruto de um recorte. Isto configura uma confusão entre as diferentes dimensões deste objeto.

A intersecção de saberes sobre o objeto empírico não é suficiente para constituir um saber como interdisciplinar, seja porque, neste sentido todos saberes seriam interdisciplinares, seja porque *um saber não pode ser fundado em relação ao objeto empírico, mas sim em relação a seu objeto de estudo*. (MARTINO, 2004, p. 5, grifo nosso).

Se tivéssemos maior compreensão sobre isso, seria mais fácil constituir a disciplina comunicacional e evitar o apelo à proposta interdisciplinar que demanda a reinvenção do conhecimento. O próprio Donsbach sugere que a Comunicação seja uma ciência integrativa, uma ciência sinóptica ou, como propôs Littlejohn, uma

¹⁹⁹ Some say we are a “field” rather than a discipline, defined by a common object—namely, communication. But I doubt that we have even a well-defined object! “Communication” as the object is much too broad; almost everything in life involves communication. Moreover, not everything that deals with aspects of media communication is, in my view, communication research. For instance, research on psychological deformations as an effect of violent media content is still psychology and research on the causes of media concentration is still economics . not communication.

interdisciplina. “Como ciência integrativa, usaríamos teorias e métodos de qualquer disciplina que tenha algo a oferecer a fim de descrever nosso objeto de comunicação. Como ciência sinóptica, usamos o conhecimento de qualquer disciplina. Como interdisciplina, faríamos ambos²⁰⁰.” (DONSBACH, 2006, p. 439).

Essa confusão de instâncias prejudica a constituição de um saber comunicacional inclusive pela proximidade que as pessoas têm com os processos comunicacionais. Por assistir à televisão ou utilizar a internet, os leigos acreditam que podem saber tanto de comunicação quanto os pesquisadores. É a confusão que se estabelece entre o senso comum e um conhecimento de tipo científico. (DONSBACH, 2006, p. 444-445). Confusão para a qual os próprios acadêmicos da área contribuem, ao não definir com clareza seu foco.

Mesmo muitos que entendem que é possível a constituição de uma disciplina comunicacional recusam a formulação de um objeto de estudo específico para a área. Este contrassenso acaba, frequentemente, corroborando os argumentos a favor de um estatuto interdisciplinar, uma vez que as tentativas de definição da especificidade da área sem um objeto não avançam muito.

Sem um objeto próprio e entregue à proposta interdisciplinar, a área segue como um campo sem nem mesmo uma identidade para esses estudos. Donsbach cita razões intrínsecas e extrínsecas ao campo para trabalharmos na definição da identidade e da coerência da área. Quanto a estas últimas, seria importante fundamentar a Comunicação para poder participar melhor das negociações de recursos no âmbito das universidades. E intrinsecamente, porque coerência e identidade são fundamentais para cumprir a função mais básica da ciência: acumular conhecimento aceito.

Essa acumulação só pode ser alcançada por meio da comunicação dentro de uma determinada disciplina: comunicação quanto aos resultados e negociação (e finalmente decisão) sobre a aceitação das hipóteses e teorias. Isso demanda uma plataforma, comumente aceita e revistas lidas, associações e conferências²⁰¹. (DONSBACH, 2006, p. 443).

²⁰⁰ As an integrative science, we would use the theories and methods of any discipline that has something to offer in order to describe our object of communication. As a synoptical science, we use the knowledge of any discipline. As an interdiscipline, we would do both.

²⁰¹ This accumulation can only be achieved through communication within any given discipline: communication about the results and negotiation (and finally decision) about the acceptance of hypotheses and theories. This needs one platform, commonly accepted and read journals, associations and

Assim como os teóricos da comunicação tendem a confundir e misturar processo empírico e conhecimento teórico, também é corrente confundir a análise epistemológica com a que se dá na sociologia das ciências, que são âmbitos de problematização diferentes:

Na perspectiva que desenvolvemos aqui, epistemologia tem como objeto a análise do conjunto de operações (especialmente as lógicas, mas não só) de produção de conhecimento. Isso não exclui, como afirmamos, a observação de que há um processo, dinâmico, de reconhecimento e superação, constantes, conforme os contextos de produção, desde os intra-institucionais (como vimos em Ferreira, 2011), até os macro (antropológicos, sociológicos, político, psicológicos e tecnológicos).

O que é interessante aí é subtrair o especificamente epistemológico (genealogias e arqueologias) das posições e disputas epistêmicas, que devem ter prioridade em relação aos contextos de produção (pois favorecer, no estudo da produção de conhecimento, o contexto, remete a uma sociologia do conhecimento). (FERREIRA, 2012, p. 6).

Vemos, com desconcertante frequência, que as análises epistemológicas sobre a área sejam meramente substituídas por análises sociológicas, vide a frequência em que as elaborações de Pierre Bourdieu sobre o campo científico são levantadas como se epistemologia fossem.

Para a sociologia [...] o conhecimento científico não aparece como a relação de uma teoria com um fenômeno, uma explicação do real, mas como uma instituição social relativa a uma certa comunidade. Seu objeto de estudo não é o conhecimento científico como tal, mas tudo aquilo que envolve a comunidade científica e acaba influenciando na produção do conhecimento científico. O conhecimento ali não é o que explica o real, ele é que deve ser explicado pela realidade das instituições sociais que abrigam sua produção. Não obstante todas essas diferenças de posicionamento, de abordagem, método e propósito, sociologia da ciência e epistemologia aparecem confundidas nos trabalhos de nossa área. (MARTINO, 2003, p. 78)

Mesmo os que abordam questões propriamente epistemológicas, parecem sentir-se compelidos a contemplar a discussão sociológica simultaneamente, como se uma não pudesse vir desacompanhada da outra.

Na medida em que não há uma delimitação dos saberes agrupados sob o nome “Teoria da Comunicação”, como delimitar então *o que é ou não* Teoria da Comunicação? Seria possível reduzir a discussão à autoridade enunciativa do proferimento das instâncias autorizadas? Essa dimensão, presente, pode ser levada em consideração na análise da dinâmica epistemológica, mas talvez seja produtivo, ao mesmo

tempo, recordar a autonomia relativa do discurso epistemológico do campo, sob risco de se efetivar uma redução do epistemológico ao micropolítico e tornar o “saber” apenas um apêndice do “poder”, não partes de um binômio. (MARTINO, L. M., 2012, p. 12-13).

Esclarecer a confusão entre essas instâncias poderia ajudar a superar questões como a suposta crise das ciências, a relação das disciplinas com os jogos de poder, os problemas institucionais que justificariam a recusa às disciplinas... Aspectos que compõem a argumentação de defesa da interdisciplinaridade. A discussão epistemológica tem o potencial de contribuir para a constituição da área, enquanto que a sociologia das ciências tem outro papel. “O problema epistemológico [...] é o conhecimento comunicacional enquanto tal. Sua questão não é saber como o jogo do poder é jogado no interior dessa comunidade, pois não se admite a redução da questão do conhecimento a do poder.” (MARTINO, 2004, p. 11). Isso não quer dizer que a epistemologia negue as relações de poder, apenas estas não são o seu foco.

[...] ela simplesmente coloca seu problema no plano do conhecimento. A sociologia das ciências não pode nos ajudar, a não ser contribuindo com alguns parâmetros eventualmente úteis, ou mais radicalmente servindo de contraponto ao saber epistemológico, mas pode tornar-se completamente descabida se pretende substituir o problema epistemológico. E mesmo nociva, se os próprios estudiosos da comunicação não se derem conta ou acreditarem que isso seja possível. (MARTINO, 2004, p. 11).

Uma vez que o início da pesquisa em comunicação na América Latina foi marcadamente influenciado por questões políticas (BERGER, 2001, MARTINO, 2010), não é difícil entender como conquistaram ampla repercussão entre nós ideias que identificam como inseparáveis as instâncias teórico-epistemológica e política: “[...] a crítica do conhecimento é a crítica da sociedade e vice-versa.²⁰²” (ADORNO, 1969, p. 158 *apud* SCHMIDT, 2011, p. 252, nota de rodapé). Ou então, como diz Latour (1998, p. 4 *apud* Schmidt, 2011, p. 252, nota de rodapé): epistemologia e política “andam de mãos dadas”.

Popper define dois tipos de questão que estão presentes em uma discussão crítica: uma diz respeito à verdade de uma asserção, sua relevância, interesse e significado em relação aos problemas abordados. A outra seria a relevância, o interesse e o significado dessa asserção quanto aos problemas extracientíficos: bem-estar humano, desenvolvimento industrial e etc.. Se, por um lado, é impossível eliminar estes

²⁰² [...] critique of knowledge is critique of society, and v.v.

últimos interesses de qualquer que seja a pesquisa desenvolvida; por outro lado é importante que saibamos distinguir uma dimensão da outra: “[...] uma das tarefas da crítica científica e da discussão científica é combater a confusão das esferas de valores e, especialmente, eliminar valorações extracientíficas das *questões relativas à verdade*.” (POPPER, 2006, p. 105, grifo no original).

E essa confusão está estreitamente ligada aos sucessos da interdisciplinaridade entre os pesquisadores da Comunicação no Brasil. Os partidários dessa proposta defendem a necessidade de abertura, ruptura e engajamento da pesquisa. Proposta que ganha fôlego a partir da mistura das instâncias científica e política.

Os defensores da ID [interdisciplinaridade] identificam déficits no interior do sistema científico ou, mais comumente, na academia e nas ciências elas mesmas (cf. Mittelstraß 1987). Eles colocam suposições fundamentais em dúvida: status quo acadêmico, objetivos de pesquisa, processos educacionais, racionalidade, metodologia. Quase todos que mencionam “ID” estão perseguindo objetivos, por exemplo, resolver prementes problemas sociais, avançar o conhecimento acadêmico, unificar os mundos da vida cognitiva, e garantir crescimento econômico. Descrever a ciência do ponto de vista de um observador desapegado não é o seu objetivo. Em vez disso, eles pretendem mudar, renovar e reestruturar ciências, pesquisa e desenvolvimento, ou a sociedade em geral. ID é, portanto, um meio e um suporte, não um fim em si²⁰³. (SCHMIDT, 2011, p. 252).

E vale reforçar que a separação entre as diferentes instâncias não é algo arbitrário, apenas uma questão formal, e, sim, uma necessidade se a área pretender produzir conhecimento de tipo científico e se configurar como uma disciplina entre tantas outras, constituindo sua especificidade. Qualquer outra questão será de ordem diversa e deverá ser analisada de acordo com sua pertinência. A análise dos objetos deverá, nesse sentido, guardar certa autonomia em relação às demais dimensões, se houver a intenção de que seja realizada no âmbito da ciência.

A pesquisa em comunicação, como qualquer pesquisa em qualquer disciplina lucra com os padrões e normas, que são a base para o conhecimento que pode ser aceito independentemente da predisposição do pesquisador. A lei da gravidade tem sido aceita por

²⁰³ The advocates of ID identify deficits within the science system or, more generally, in academia and the sciences themselves (cf. Mittelstraß 1987). They call fundamental assumptions into question: academic status quo, research objectives, education processes, rationality, methodology. Almost all who mention “ID” are pursuing goals, e.g., to solve pressing societal problems, advance academic knowledge, unify cognitive life worlds, and ensure economic growth. Describing science from an unattached observer’s perspective is not their aim. Rather, they intend to change, renew and restructure sciences, research and development, or society at large. ID is therefore a means and a medium, not an end in itself.

todos os físicos, independentemente da origem geográfica, posição política, crenças religiosas, e assim por diante – até que seja substituída por uma teoria melhor. Por que isso deveria ser diferente quando se trata de fatores influenciando a exposição à mídia, os efeitos da cobertura política no comportamento de voto, ou a Internet nas estruturas de classe? Todas essas são questões empíricas e dessa forma podem ser colocadas a teste pela pesquisa intersubjetiva.²⁰⁴ (DONSBACH, 2006, p. 445).

Assim, poderíamos evitar o que Andacht classifica como uma tendência “[...] que leva a Comunicação a sua dissolução como atividade científica, porque transforma a pesquisa em crítica social ou em ação política.” (ANDACHT, 2005, p. 11). Pois,

Determinados tipos de pesquisa, cujo objetivo primeiro não é o conhecimento de situações existentes, obedecem a normas externas à prática científica cuja dominância destrói o princípio da autonomia da pesquisa. Os aspectos epistemológicos e teóricos serão então negligenciados em proveito apenas das manipulações técnicas, com intuito diretamente pragmático e às vezes terapêutico. (BRUYNE, HERMAN, SCHOUTHEETE, 1991, p. 29).

Pois a pesquisa não se dá em torno de objetos empíricos, dos fenômenos em si, mas da construção de objetos. O pesquisador tem, portanto, a necessidade de “[...] arrancar o objeto científico do vivido, de pensar sua especificidade, de fazer sua teoria e sua verificação sistemática.”, por meio de uma escolha epistêmica (BRUYNE, HERMAN, SCHOUTHEETE, 1991, p. 29).

Podemos citar como exemplo o próprio caso da diversidade da área, que se torna uma bandeira a ser erguida pelas lutas institucionais, deixando-se em segundo plano, ou simplesmente de lado, a discussão epistemológica.

O que deixa a porta aberta para usos equivocados, como por exemplo, servir de justificativa para a falta de rigor, para o livre trânsito dos pesquisadores e trabalhos (que não precisam mais pertencer a um determinado campo) e para uma suposta superioridade do saber comunicacional em relação à crítica, visto que teria superado todos os parâmetros de uma discussão científica. A ciência mesma aparece como algo atrasado, um estágio anterior da história do pensamento. (MARTINO, 2010, p. 7).

²⁰⁴ Communication research, like any research in any discipline, profits from standards and norms, which are the basis for knowledge that can be accepted independent of the predisposition of the researcher. The law of gravitation has been accepted by all physicists, independent of their geographical origin, political attitudes, religious beliefs, gender, and so on—until it gets replaced by a better theory. Why should this be different when it comes to factors influencing media exposure, the effects of political coverage on voting behavior, or of the Internet on class structures? These are all empirical questions and as such they can be put to a test by intersubjective research

E, deste modo, a defesa da interdisciplinaridade é realizada tal qual uma atividade de militância, não obstante as incoerências que representa. Podemos estender as conclusões a respeito da diversidade para outras questões levantadas pela proposta interdisciplinar que recebem o mesmo tratamento acrítico: as fronteiras das disciplinas, a crise de paradigmas, os poderes institucionais, e etc..

5.2 Os desdobramentos da interdisciplinaridade

Após a exposição das principais críticas que podem ser feitas a vários dos aspectos que compõem a proposta interdisciplinar, cabe refletir, portanto, por que e como a interdisciplinaridade constituiu-se em uma proposta tão consensual em nossa área e por que as críticas e limitações atribuídas a essa perspectiva não conquistaram igual repercussão entre nós. É curioso encontrarmos, ainda nos dias de hoje, após a área encontrar-se cada vez mais institucionalizada, uma descrença tão grande quanto à possibilidade de constituição de uma disciplina.

Sociologia, ciência política e economia são disciplinas das ciências sociais bem estabelecidas. Enquanto a comunicação nos últimas décadas tem adquirido muitos dos aparatos de uma disciplina, nem mesmo os acadêmicos no campo da comunicação universalmente a consideram como tal²⁰⁵. (CRAIG, 2008, p. 684).

Há aqueles que tratam a questão tal como Nordenstreng, que não acredita que a Comunicação constitua uma disciplina, prefere a ideia de campo, mas mesmo assim entende que essa discussão é fundamental, não pode ser empurrada “[...] para debaixo do tapete, seja por negligência ou por abordá-la com clichês.²⁰⁶” (NORDENSTRENG, 2007, p. 219)

Consequentemente, eu faço uma forte reivindicação pela filosofia da ciência, a fim de lidar com o conceito de comunicação e sua relação com sistema das ciências. Ao mesmo tempo, eu clamo por um estudo contínuo da história das ideias no campo. Todavia jovem no campo, e todavia queimando os desafios do dia, é vital perceber como ela evoluiu e como se relaciona com outros campos de pesquisa. Estar ciente da própria tradição de pesquisa é uma pré-condição para um crescimento orgânico da ciência [...] ²⁰⁷.(NORDENSTRENG, 2007, p. 220).

²⁰⁵ Sociology, political science and economics are well-established social science disciplines in this academic system. While communication in the last few decades has acquired many of the trappings of a discipline, not even scholars in the communication field universally regard it as such.

²⁰⁶ [...] under the carpet, either by overlooking it or by addressing it with clichés.

²⁰⁷ Consequently, I make a strong claim for the philosophy of science in order to deal with the concept of communication and its relation to the system of sciences. At the same time I call for a continuous study of the history of ideas in the field. However young the field, and however burning the challenges of the day,

Este debate que pode dar suporte à fundamentação da área é uma discussão epistemológica. E, nesse sentido, a reflexão nos leva a um aspecto problemático: a ausência de um objeto de estudo bem formulado. O problema aqui se situa na confusão das instâncias da qual falamos anteriormente: é difícil formular um objeto que contemple todos os tipos e processos comunicativos. Mas tal empreitada não é necessária, basta que compreendamos que um objeto empírico não é o mesmo que um objeto de estudo. O objeto próprio depende de um processo de construção, ele não é simplesmente dado.

É claro, estamos atentos que a especificação de tal objeto não é algo que se produza especulativamente, e muito menos que possa definir-se de uma vez por todas. Se trata de um processo de constituição discursiva, e por isto estamos conscientes de que leva tempo, retrocessos, tensões e conflitos. Não auguramos nenhuma facilidade conceitual, mas acreditamos ser legítimo insistir que, a medida que este caminho comece a ser percorrido, irá se desenhando lentamente uma especificidade que – se não se estabelecer – fará da comunicação uma disciplina totalmente tributária de outras²⁰⁸ (FOLLARI, 2003).

É muito comum que os defensores da interdisciplinaridade estejam de acordo quanto à importância das disciplinas. Neste caso não haveria a necessidade de “defender” ou “propor” a prática interdisciplinar, pois estaríamos falando de uma interdisciplinaridade que não só é corriqueira, como constitutiva das disciplinas. Assim, a discussão estaria no nível das obviedades.

Também é frequente que os partidários da interdisciplinaridade como característica fundamental de nossa área entendam que a Comunicação precisa marcar uma especificidade no “jogo interdisciplinar”. Ora, essa é exatamente a ideia das disciplinas. Elas se constituem em busca desse ângulo de análise em que possam contribuir para uma determinada investigação com uma perspectiva diferenciada. Mas “A fundação de uma ciência está subordinada à delimitação de fronteiras claramente definidas que lhe conferem sua especificidade e lhe permitem desenvolver-se construindo rigorosamente seus objetos de conhecimento e seus protocolos de

it is vital to realise how it has evolved and how it relates to other fields of research. Being aware of one's own research tradition is a precondition for an organic growth of science [...].

²⁰⁸ Por supuesto, nos hacemos cargo de que la especificación de tal objeto no es algo que se produce especulativamente, y mucho menos que pueda definirse de una vez para siempre. Se trata de un proceso de constitución discursiva, y por ello estamos conscientes de que ello lleva tiempo, contramarchas, tensiones y conflictos. No auguramos ninguna facilidad conceptual, pero sí creemos lícito insistir en que de acuerdo a la medida en que este camino se comience a transitar, se irá dibujando lentamente una especificidad que -de no establecerse- hará de la comunicología una disciplina totalmente tributaria de otras.

investigação.” (BRUYNE, 1991, p. 27).

Ou então estão de acordo com a “crise das ciências”, que paradigmas precisam ser alterados, que o novo deve substituir o ultrapassado; e o pós-moderno, o moderno. Sobre estes discursos, Wilson Gomes aponta que se trata de

Uma “epistemologia” praticada à larga justamente por quem não gosta de ciência. Com paradoxal sisudez, todos recorrem a materiais produzidos fora do próprio âmbito de competência, empregando misticamente formas científicas herméticas (descobertas da Física cujas consequências ninguém compreende bem; invenções em Lógica; discussões filosóficas sobre o pós-moderno ou sobre a racionalidade; descobertas psicanalíticas, re-traduzidas poeticamente) para afirmar que os paradigmas científicos entraram em crise. (GOMES, 2003, p. 317).

Mas o *modus operandi* da interdisciplinaridade geralmente continua o mesmo das disciplinas, levando a incoerências como defender o fim da ciência e das instituições acadêmicas no interior de um departamento de uma universidade. Neste caso, a insuficiência das disciplinas seria apenas retórica, porque a prática continuaria muito semelhante, como mesmo defensores da proposta concordam – vimos no capítulo anterior Lopes defender a transdisciplinaridade porque a interdisciplinaridade reforça a necessidade das disciplinas. Qual seria o sentido da transdisciplinaridade (trans + disciplina), ou seja, de propor um estudo que “atravesse” ou “cruze” diferentes disciplinas, se estas últimas não mais existiriam por não serem necessárias? Ou, então, se as disciplinas continuarem a ser demandadas e a transdisciplinaridade fosse de fato uma forma “superior”, mais “evoluída” de produzir conhecimento, uma superação das disciplinas, quem se interessaria em produzir o conhecimento disciplinar?

E da mesma forma há os que criticam as disciplinas como se estas fossem meras estruturas institucionais, cuja delimitação é em tudo arbitrária e definida por critérios políticos e extra-científicos, mas que usam dos mesmos espaços acadêmicos – universidades, periódicos, congressos, para defender a interdisciplinaridade; inclusive fazendo uso de seu prestígio conquistado institucionalmente no campo para fazer valer argumentos de autoridade, em uma discussão que pouco tem de epistemológica.

E mesmo estando de acordo que a epistemologia é a melhor entrada na discussão sobre o estatuto da Comunicação, podemos ver que muitos usam o termo para se referir a discussões que não são epistemológicas, subjugando esta às questões políticas internas e externas. Assim, a Comunicação não poderia ser uma disciplina porque, na discussão

dita epistemológica, decidiu-se que as disciplinas são meros arranjos institucionais, que foi o pensamento de direita que as criou, que são fruto dos centros hegemônicos, que são espaços de lutas de poder... E não podemos nos esquecer que se “A organização social da pesquisa não escapa aos conflitos políticos e sociais: [...] os cientistas não estão acima da disputa social e política; ao mesmo tempo sua ciência não se reduz à ideologia dos atores que se confrontam [...]” (TOURAINÉ, 1973, P. 48-58 *apud* BRUYNE, 1991, p. 31). E poderíamos dizer mais: nossos problemas de pesquisa não são os problemas sociais, ainda que nesses tenham origem.

Problemas práticos graves, como o problema da pobreza, do analfabetismo, da repressão política e da incerteza jurídica, constituíram pontos de partida importantes da pesquisa das ciências sociais. Mas esses problemas práticos levam à reflexão, à teorização e, com isso, a problemas teóricos. (POPPER, 2006, p. 94-95).

De modo que apenas um trabalho de fundamentação de nossa área pode promover a superação dos problemas que decorrem da interdisciplinaridade. Para que possamos escapar aos discursos mal informados que constituem argumentos de autoridade e para que designemos mais atenção às tradições, a tudo que já foi escrito e pensado sobre o conhecimento científico. E possamos, então, superar o fato de que “[...] o prestígio distribuído no campo intelectual da comunicação tenha sempre ido em cotas mais generosas para os nossos ‘filósofos’ do que para os pesquisadores que fazem o trabalho cotidiano da ciência [...]” (GOMES, 2003, p. 315).

6. Considerações finais

Mesmo tendo a área da Comunicação no Brasil operado prioritariamente com um consenso em torno de seu caráter interdisciplinar desde a década de 1990, a questão resta pouco discutida e mal formulada ainda hoje. Grande parte da ausência de avanços na discussão pode ser atribuída à falta de clareza quanto ao que seria a ciência e as disciplinas científicas. Ao trabalhar-se com uma visão equivocada de ciência dificilmente poderíamos aprofundar as discussões quanto ao caráter disciplinar ou não da Comunicação, em estudos devidamente epistemológicos. A confusão em torno, inclusive, do que seja um estudo epistemológico.

Impõe-se estabelecer que o termo “interdisciplinaridade” e outros a ele relacionados (trans-, multi-, anti-, pós-disciplinaridade) designam sentidos em si bastante diferentes, até mesmo opostos. Se dizemos que uma disciplina é interdisciplinar porque estabelece relação com outras e delas depende em alguns aspectos, não estamos propondo nenhuma novidade, apenas constatamos o óbvio. Assim como não é em nenhum aspecto problemático afirmarmos que o ensino deva ser interdisciplinar. Não estaríamos negando a existência de disciplinas por isso. Do mesmo modo que propor estudos que contemplem diversos especialistas em torno de um objeto de interesse em comum, que demande seus aportes especializados, faz parte da ciência. Assim é esperado que aconteça. Mas, por outro lado, se usamos argumentos retóricos em favor de uma suposta maior liberdade, profundidade e complexidade das análises a partir da ruptura com as disciplinas, estamos entrando em um território perigoso. Pois nos colocamos a difícil, senão impossível como até aqui podemos perceber, tarefa de reestruturar a produção de conhecimentos. Abrimos mão da ciência, em nome de um saber holista e compreensivo que se afigura muito pouco diferente do senso comum, pelos resultados a que temos acesso nos dias de hoje.

Os argumentos a favor dessa ruptura são muitos, a maioria deles de ordem ideológica. Precisariamos abrir mão da ciência em nome de demandas externas à área, vindas de grupos econômicos e políticos, que ao apontarem a ciência como parte interessada, não conseguem explicar porque seriam mais isentos ou neutros ao substituí-la.

A proposta tem origens em diferentes tradições de pensamento, da chamada pesquisa administrativa à crítica. Dos estudos da *communication research* vem a visão de que a área é um campo de intersecção de saberes diversos, fracamente articulados pelos meios de comunicação e a cultura de massa. Com ênfase no objeto empírico constituído pelo processo comunicativo, faltou definir um objeto de estudo para nova disciplina, surgida pelo interesse despertado pelas novidades tecnológicas que alteravam as formas de comunicar. Percepção que a Escola de Toronto teve: a centralidade que os meios de comunicação possuíam em suas análises nos indicavam uma perspectiva que pode configurar nossa especificidade, mesmo em meio a uma argumentação marcada pela postura de trânsito pelas várias disciplinas e de certo desdém pelo *modus operandi* da ciência. Neste aspecto da interdisciplinaridade, a Escola de Frankfurt sobressaiu-se ainda mais, por sua postura filosófica de fundo, não esteve nunca interessada em configurar uma disciplina comunicacional. Ao contrário, pontuou uma série de razões pelas quais negar a ciência, associada à dominação que buscava criticar. E a recusa de uma disciplina por razões eminentemente políticas se acentua com os Estudos Culturais, cuja tônica será a postura de militância e de pregação pelo fim dos “saberes compartimentados” em disciplinas. Argumentação que terá grande apelo entre os pesquisadores da Comunicação, especialmente no Brasil.

Mas as fontes da proposta interdisciplinar que predomina em nossa área, a que propõem a ruptura com os saberes constituídos, não se esgota nessas quatro tradições. Pela análise das obras dos que são considerados os principais epistemólogos da Comunicação no Brasil, percebemos que a retórica da pós-modernidade também compõem esse quadro de influências. Assim como é patente o papel que a ideia de saberes entrecruzados e área de passagem de Wilbur Schramm também desempenham no campo. Sem nos esquecermos de marcar novamente o peso dos Estudos Culturais, especialmente em sua vertente latino-americana nessas constatações sobre a interdisciplinaridade. Se podemos tirar conclusões de nossa área pelos textos de nossos epistemólogos poderemos dizer que entre nós é muito difícil separar a análise sociológica dos campos científicos da que seja propriamente epistemológica, tal a influência que Pierre Bourdieu tem entre os autores analisados.

Com este quadro de referência, talvez não seja grande surpresa perceber que ainda hoje persiste uma tendência a pensar o campo como trans- ou interdisciplinar. O fato a se lamentar é que mesmo entre pesquisadores que tiveram a formação acadêmica

realizada em Comunicação também é comum recusar uma disciplina comunicacional. Pois, deste modo, prolongaremos o estado de indefinição de nosso estatuto e de nossas bases teóricas e metodológicas. E o mais curioso é perceber que, mesmo entre os que identificam essas preocupações de ordem epistemológica como relevantes, ainda é predominante a argumentação de uma natureza *sui generis* para a Comunicação.

Acreditamos ser importante conhecer a proposta mais a fundo, assim como as críticas que recebe. Ao não saber ao certo de que se trata, o discurso ideológico pode assumir um papel preponderante sobre o epistemológico. Ou seja, defende-se a interdisciplinaridade apenas por modismo ou razões políticas, sem que se tenha consciência das implicações que traz: dispersão dos conhecimentos produzidos, ausência de uma perspectiva específica para a disciplina, posição institucional incoerente, corpo teórico fragmentado...

As disciplinas e a especialização são características do conhecimento científico. A abordagem trans- ou interdisciplinar é própria da filosofia. Daí o mal-estar da crítica interdisciplinar mais radical, pois o ataque e a desclassificação do pensamento científico podem soar como uma volta a um estado pré-científico (erudição naturalista, sabedoria de vida, ética humanista...) ou como um descabido exercício de apregoar a superioridade da especulação filosófica sobre o trabalho científico, quando na verdade são conhecimentos de ordens diferentes.

De sorte que, a partir de uma base frágil de formação nas questões epistemológicas, ainda preferimos acreditar na impossibilidade de constituição de nossa disciplina, tornando-nos presas fáceis para a sedutora argumentação em prol da liberdade, da pós-modernidade, da completude, da trans/inter/anti/pós-disciplinaridade. É como se a proposta encontrasse sempre terreno fértil entre os pesquisadores da comunicação, sensíveis que são às novidades, num movimento de *looping*. Ou talvez nunca tenhamos realmente avançado, pois independente de afirmarmos a necessidade de maior fundamentação ou de querermos reinventar as bases do conhecimento, nossa conclusão é sempre pela interdisciplinaridade como obrigatória, como uma característica intrínseca à Comunicação.

Como discutimos, a interdisciplinaridade faz parte da natureza da Comunicação tanto quanto o faz de qualquer outra disciplina. E que a proposta de negação do conhecimento científico, desenvolvida institucionalmente dentro da academia, não

apresenta maiores perspectivas de sucesso. Então, por que não empreender um esforço sério e epistemológico de tentar fundamentar melhor a área? Proposta que encontra pouca repercussão ainda, mas que tem uma tendência de crescimento, como pudemos ver nos resultados do questionário e pelas interações em congressos e seminários.

Não poderíamos aqui reivindicar a necessidade de constituição da disciplina tal como uma luta, uma causa a ser defendida, nada seria mais incoerente com a discussão que propomos. Não se trata apenas de uma batalha institucional, quem é contra e quem é a favor de uma disciplina. Mas de um esforço no sentido de provocar debates e gerar mais discussões sobre a natureza dessa proposta interdisciplinar e sobre as características do conhecimento científico. Assim, com uma visão mais informada sobre a ciência e sobre a própria interdisciplinaridade, teremos mais condições de estabelecer um debate que se desenvolva no nível epistemológico propriamente dito.

Ser uma disciplina não é questão de gosto ou de militância, é questão de adequação ao âmbito onde desenvolvemos nossos debates. Trata-se da sistematização de uma série de pesquisas que tem entre si uma preocupação em comum. Parâmetros e técnicas de pesquisa não são amarras para nos censurar, e sim instrumentos para precisar o trabalho científico. Ao recusarmos a disciplina, não estamos tomando uma posição. Mas, sim, negando o próprio trabalho que realizamos.

Referências bibliográficas

- ANDACHT, Fernando. A Síndrome de Prometeu: um obstáculo no desenvolvimento do campo da comunicação. *Anais eletrônicos*. 2005 - 2005 - XIV COMPÓS: Niterói/RJ; GT - Epistemologia da Comunicação.
- APTER, David E. An approach to interdisciplinarity. 196rUNESCO 2010. Published by Blackwell Publishing Ltd., 9600 Garsington Road, Oxford, OX4 2DK, UK and 350 Main Street, Malden, MA 02148, USA. Pp. 183-193.
- ARAÚJO, Carlos Alberto. *A Pesquisa Norte-Americana*. In: HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C., FRANÇA, V. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 119-130.
- BACHELARD, Gaston. *A noção do obstáculo epistemológico*. In: A formação do espírito científico. RJ: Contraponto, 1996.
- BACHELARD, Gaston. *Epistemologia*. RJ: Zahar, 1977.
- BAILIS, Stanley. Contending with Complexity: A Response to William H. Newell's "A Theory of Interdisciplinary Studies". In: ISSUES IN INTEGRATIVE STUDIES, n. 19, 2001, pp. 27-42.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BELLO, E.. El "estado del arte" en teoría de la comunicación: un ejercicio kuhniiano. In: *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 29, n. 1, 2006.
- BERGER, Christa. *A Pesquisa em Comunicação na América Latina*. In: HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C., FRANÇA, V. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 241-277.
- BOAVENTURA, K. T.; BARBOSA, R. M., *A proposta interdisciplinar de Innis e McLuhan e a pesquisa em Comunicação brasileira*, apresentado no Colóquio Internacional Brasil-Canadá (2012), *no prelo*.
- BOIX-MANSILLA, Veronica; GARDNER, Howard. Évaluer le travail interdisciplinaire aux frontières. Une recherche empirique des symptômes de qualité. In: ORIGGI, Gloria; DARBELLAY, Frédéric. *Repenser l'interdisciplinarité*, Genève: Éditions Slatkine, 2010, pp. 105-124.
- BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às Ciências da Comunicação*. Edusc. Bauru, 1999.
- BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. *Matrizes* (USP. Impresso), v. 1, p. 73-88, 2008.
- BRAGA, José Luiz . Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso* (Unisinos. Online), v. 25, p. 62-77, 2011.
- BRAGA, José Luiz . Disciplina ou campo? O desafio da consolidação dos estudos em Comunicação. In: Ferreira, Jairo; Pimenta, Francisco José Paoliello; Signates, Luiz. (Org.). *Estudos da Comunicação: transversalidades epistemológicas*. 1ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010, v. 1, p. 19-38.

- BRAGA, José Luiz. Dispositivos Interacionais. In: Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação, COMPÓS, 20, 2011, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. *Anais eletrônicos*. Porto Alegre, 2011, disponível em <<http://www.compos.org>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- BRAGA, José Luiz . O que faz de uma pesquisa uma pesquisa em Comunicação?. In: Maria Helena Weber; Ione Bentz; Antonio Hohlfeldt. (Org.). *Tensões e objetos de pesquisa em Comunicação*. 1ed.Porto Alegre: Edições Sulinas / Compós, 2002, v. , p. 257-270.
- BRAGA, José Luiz . Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. *Contracampo* (UFF), Rio de Janeiro, v. 10/11, n.2004/2, p. 219-235, 2004.
- BRAGA, José Luiz . Uma teoria tentativa. *E-Compós* (Brasília), v. 15, p. 1-17, 2012.
- BRUYNE, Paul. *et al.* Metodologia e prática da pesquisa em ciências sociais. In: BRUYNE, Paul de, HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- BUXTON, William. The Emergence of Communications Study: Psychological Warfare or Scientific Thoroughfare? *Canadian Journal of Communication*, v. 21, n. 4, 1996.
- CABRAL, Muniz Sodré A. Comunicação: um campo em apuros teóricos. *Matrizes* (USP. Impresso), v. 5, p. 11-27, 2012.
- CABRAL, Muniz Sodré. A. ; MARTIN-BARBERO, J. ; MIEGE, B. ; MARCONDES FILHO, C. ; SANTAELLA, Maria Lucia ; BECHELLONI, G. . *Sobre a episteme comunicacional*. Matrizes - Revista do Programa de pós Graduação em Ciência da Comunicação da USP, v. 1, p. 15-26, 2007.
- CABRAL, Muniz. Sodré A. Ciência e Método em Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata V. (Org.). *Epistemologia da Comunicação*. 1ed.São Paulo: Edições Loyola, 2003, v. 1, p. 305-312.
- CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Tradução Maurício Santana Dias. 6 ed. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 2006.
- CANCLINI, Néstor G. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. – 4 ed. 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CANCLINI, Néstor G. El malestar en los estudios culturales, *Fractal* n° 6, jul-set, 1997, ano 2, vol. II, p. 45-60.
- CAPES. *Documento de Área – Área Interdisciplinar*. Brasília: Capes, 2009. Disponível em: <http://capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4674-interdisciplinar>. Acesso em: 22 jun. 2012.
- CHAFFEE, Steven H.; ROGERS, Everett, M. (eds). SCHRAMM, Wilbur. *The Beginnings of Communication Study in America*. A Personal Memoir. United States of America, Sage, 1997.

- CHALMERS, Alan F. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHÂTELET, François. *Uma história da razão. Entrevistas com Émile Noël*. Lisboa: Presença, 1993.
- CRAIG, Robert T. Communication As a Field and Discipline. In: DONSBACH, Wolfgang (ed). *The International Encyclopedia of Communication*. Blackwell Publishing, 2008. Blackwell Reference Online. 24 January 2013. pp 675-688. <http://www.communicationencyclopedia.com/public/book.html?id=g9781405131995_yr2012_9781405131995> Acesso em: 24 jan 2013.
- CRAIG, Robert T. Communication in the Conversation of Disciplines. *Russian Journal of Communication*, v. 1, n. 1, winter 2008. Disponível em: <http://comm.colorado.edu/~craigr/Craig-2008-DisciplinesRJC.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2013.
- CRAIG, Robert T. Communication Theory as a Field. *Communication Theory*. 9:2, May, 1999, pp. 119-161.
- DEFLEUR, Melvin L. e BALL-ROKEACH, Sandra – *Teorias da Comunicação de Massa*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1993.
- DEMO, Pedro. Neutralidade científica. In: *Metodologia científica em ciências sociais*. SP: Atlas, 1995.
- DONSBACH, Wolfgang. The Identity of Communication Research. *Journal of Communication*, n. 56, 2006, p. 437–448.
- EADIE, William F. Communication as an Academic Field: USA and Canadá. In: DONSBACH, Wolfgang (ed). *The International Encyclopedia of Communication*. Blackwell Publishing, 2008. Blackwell Reference Online. pp. 632-638. <http://www.communicationencyclopedia.com/public/book.html?id=g9781405131995_yr2012_9781405131995> Acesso em: 29 jan 2013.
- ENTEL, Alicia; LENARDUZZI, Victor; GERZOVICH, Diego. “La Escuela de Frankfurt en América Latina”. In ENTEL, Alicia y otros. *Escuela de Frankfurt. Razón, arte y libertad*. Eudeba. Buenos Aires, 1999.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Os Estudos Culturais*. In: HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C., FRANÇA, Vera. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 151-170.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina, JACKS, Nilda. *Comunicação e Recepção*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- FABIANI, Jean-Louis. À quois sert la notion de discipline? In: BOUTIER, Jean; Passeron, Jean-Claude; REVEL, Jacques (orgs). *Qu'est-ce qu'une discipline?* Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Science Sociales, 2006, p. 11-34.
- FAUSTO NETO, A.; PORTO, S.D.; AIDAR PRADO, J.L. (eds.) – *Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. Editora Universitária/UFPB. João Pessoa, 2001.

- FAUSTO NETO, Antonio. A pesquisa vista “de dentro de casa”. In: Maria Helena Weber, Ione Bentz, Antonio Hohlfeldt. (Orgs). *Tensões e Objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002, p. 21-35.
- FAUSTO NETO, A. Condições da Pesquisa em Comunicação no Brasil. *Revista Famecos*, Famecos/PUC/RS 1996.
- FAUSTO NETO, A. Dos sintomas aos programas de estudo. *INTERCOM* (São Paulo), v. 28, p. 11-26, 2005.
- FAUSTO NETO, A. Epistemologia do zigue-zague. In: Jairo Ferreira, Luiz Antonio Signates, Francisco Paoliello. (Org.). *Estudos da Comunicação: transversalidades epistemológicas*. 1ed.São Leopoldo: UNISINOS, 2010, v. 1, p. 79-100.
- FAZENDA, Ivani. (org.). *Dicionário em construção: interdisciplinaridade*. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2002
- FAZENDA, Ivani. (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.
- FELINTO, Erick. Materialidades da Comunicação: *Por um Novo Lugar da Matéria na Teoria da Comunicação*. In: 2001 - X COMPOS: Brasília/DF, Anais. GT - Epistemologia da Comunicação.
- FERRARA, Lucrécia D. . A comunicação como espetáculo e dispositivo epistemológicos. *Signo y Pensamiento*, v. 58, p. 40-51, 2011.
- FERRARA, Lucrécia D. . Epistemologia da Comunicação: além do sujeito, aquém do objeto. In: LOPES, Maria Immacolata V. de (Org.). *Epistemologia da Comunicação*. 1ed. São Paulo: Loyola, 2003, v. 1, p. 55-67.
- FERRARA, L. D. . Os Nomes da comunicação. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2012. v. 1. 231p .
- FERRATER MORA, José – *Diccionario de Filosofia*. 5 v. Nueva edición revisada, aumentada y actualizada por el profesor Josep-Maria Terricabras. Editorial Ariel. Barcelona, 1999.
- FERREIRA, Jairo. Proposições que circulam sobre a epistemologia da Comunicação – alguns sabores diferenciados possíveis em um espaço reflexivo. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho do XXI Encontro da Compós, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 12 a 15 de jun de 2012. *Anais eletrônicos*. Disponível em: www.compos.org.br. Acesso em: 21 mai 2012.
- FOLLARI, Roberto. Comunicología latinoamericana: disciplina a la búsqueda de objeto. In: *Fundamentos de Humanidades* núm. 1, UNSL, San Luis (Arg.), 2000.
- FOLLARI, Roberto. La Interdisciplina Revisitada. *Andamios*. Revista de Investigación Social, junio, 2005/vol. 1, número 002. Universidad Autónoma de la Ciudad de México, Distrito Federal, México, pp. 7-17. Disponível em: <http://redaclyc.uaemex.mx>. Acesso em: 12 dez 2012.
- FOLLARI, Roberto. *Teorias débiles (Para una crítica de la deconstrucción y de los estudios culturales)*. Rosario, Santa Fe, Argentina: Homo Sapiens Ediciones, 2002.
- FREITAS, Lima.; MORIN, Edgar.; NICOLESCU, B. *Carta da Transdisciplinaridade*.

- Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade. Convento da Arrábida, Portugal, 2 a 7 de novembro de 1994.
- GALINDO CÁCERES, Jesús. *Fronteras de la comunicación. Preguntas y comentarios*. Vallejo, México, 1997. Disponível em: <http://www.perio.unlp.edu.ar/seminario/bibliografia/Jesus-Galindo-Caceres.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Wilson. O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área de Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (org). *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Ed. Loyola, 2003, p. 313-329.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardiã Resende ... [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HEYER, P.; CROWLEY, D. (2011). Prefácio. In: INNIS, Harold A. *O Viés da Comunicação*. Ed. Vozes. Petropolis, RJ.
- HUNT, Lynn. The Virtues of Disciplinarity *Eighteenth-Century Studies*, v. 28, n. 1, The Johns Hopkins University Press. Sponsor: American Society for Eighteenth-Century Studies(ASECS), autumn, 1994, pp. 1-7 Disponível em: URL: <http://www.jstor.org/stable/2739218>. Acesso em: 05 nov. 2012.
- INNIS, H. A. (2011). *O Viés da Comunicação*. Ed. Vozes. Petropolis, RJ.
- JAPIASSU, Hilton.; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. RJ: Francisco Alves, 1975a.
- JAPIASSU, Hilton. *Objetividade científica e pressupostos axiológicos*. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975b, p. 19-47.
- JOSÉ, Mariana A. M. Interdisciplinaridade: as disciplinas e a interdisciplinaridade brasileira. In: FAZENDA, Ivani. (org.). *O Que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.
- KAPLAN, Abraham. *A Conduta na Pesquisa*. Metodologia para as ciências do comportamento. SP: E.P.U, EDUSP, 1975.
- KLEIN, Julie Thompson, A Taxonomy of Interdisciplinarity .In: Frodeman R. & al. (dir.), *Oxford Handbook of Interdisciplinarity*, Oxford University Press, 2010a, p. 15-30.
- KLEIN, Julie Thompson. *Creating Interdisciplinary Campus Cultures: A Model for Strength and Sustainability*. San Francisco: Jossey Bass with AACU, 2010b. Disponível em:

- <http://www.aacu.org/meetings/annualmeeting/AM10/documents/KleinHandout.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- KLEIN, Julie Thompson. Interdisciplinarity and complexity: an evolving relationship. *E:CO Special Double Issue*, v. 6, n 1-2, 2004a, pp. 2-10.
- KLEIN, Julie Thompson. Interdisciplinarity and the Prospect of Complexity. *Issues in Integrative Studies*, 19, 2001, p. 43-57.
- KLEIN, Julie Thompson. Prospects for transdisciplinarity. *Futures*, 36, 2004b, p. 515-526. Disponível em: www.sciencedirect.com. Acesso em: 25 abr. 2012.
- KLEINPETER Édouard, Pour une définition de l'interdisciplinarité, 2013. *Journée de l'interdisciplinarité de l'ISCC*, 29 juin 2011, Paris.
- KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Brasília: UnB, 1982
- KUHN, Thomas. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1970
- LAKATOS, Imre. *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- LANGENHOVE, Luk V. From Opening To Rethinking The Social Sciences. IN: OECD, *Re-inventing the Social Sciences*, 2004.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- LEIS, Héctor R. *Sobre o Conceito de Interdisciplinaridade*. In: Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas. ISSN 1678-7730 N° 73 – FPOLIS, AGOSTO 2005.
- LEVINSON, P. (1999). *Digital McLuhan: A guide to the information millennium*. New York: Routledge.
- LITTLEJOHN, Stephen W. – *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*. Zahar. Rio de Janeiro, 1982, p. 17-38.
- LOMBARDO, Patrizia. Cultural Studies and Interdisciplinarity. In: *Critical Quarterly*, v. 34, n. 3, set. 1992, p. 3-10.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. La investigación de la comunicación: cuestiones epistemológicas, teóricas y metodológicas. *Revista Dia-logos de la comunicación*. N. 56. FELAFACS, Lima, octubre de 1999. Disponível em: <http://www.perio.unlp.edu.ar/seminario/bibliografia/Vasalllo-de-Lopez.pdf>. Acesso em: 1 jul 2012.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Comunicação, Disciplinaridade e Pensamento Complexo. XVI Encontro da Compós, na UTP, *Anais*. em Curitiba, PR, em junho de 2007.
- LOPES, Maria Immacolata V. de. O campo da comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. *Revista USP*. São Paulo, n. 48, dez-fev 2000/2001. Pp. 46-57.

- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. O campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas. *Revista FAMECOS*, v. 1, p. 16-30, 2006.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. et al (orgs). *Pensamento Comunicacional Brasileiro*. São Paulo: Intercom, 2005, p. 118-126.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Ed. Loyola, 2003
- MARCHAND, P. (1989). *Marshall McLuhan: The medium and the messenger*. Toronto: Random House.
- MARCONDES FILHO, Ciro J. R. Até hoje ainda não começamos a estudar a comunicação. *Communicare*, São Paulo, v. 9, p. 33-40, 2009.
- MARCONDES FILHO, Ciro J. R. . De repente, o prédio falou comigo. Anotações sobre experiências metapóricas em Teoria da Comunicação. In: 20o. Encontro Anual da Compós, 2011, Porto Alegre. *Anais do 20o. Encontro Anual da Compós*. Porto Alegre : UFRGS e Fabico, 2011.
- MARCONDES FILHO, Ciro J. R. Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão política. Uma discussão com José Luís Braga. *Matrizes (USP. Impresso)*, v. 5, p. 169-178, 2011.
- MARCONDES FILHO, Ciro J. R. Projeto da Nova Teoria da Comunicação. *Revista Existo.Com*, São Paulo, v. 7, 2005. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/existocom/especial7.html>. Acesso em 10 dez 2013.
- MARCOVICH, Anne; SHINN, Terry. Where is disciplinarity going? Meeting on the borderland. *Social Science Information*. 50: 582, 2011. Disponível em: <http://ssi.sagepub.com/content/50/3-4/582>. Acesso em: 31 ago. 2011.
- MARQUES DE MELO, José. Ciências da Comunicação na América Latina: O Papel Histórico do CIESPAL (1959-2009). *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 11, p. 12-27, 2009.
- MARQUES DE MELO, José. Ciências da comunicação na América Latina: itinerário para ingressar no século XXI. *Anais INTERCOM* (São Paulo), São Paulo, Intercom, v. XXVI, n.n.1, p. 79-86, 2003a.
- MARQUES DE MELO, José. *História do pensamento comunicacional*. São Paulo: Paulus, 2003b.
- MARQUES DE MELO, José. Midiologia Brasileira: o resgate das fontes paradigmáticas. In: Maria Immacolata Vassalo Lopes (org.) *Epistemologia da Comunicação*. Loyola. São Paulo, 2003c, p. 105-119.
- MARQUES DE MELO, José . Identidade do campo da comunicação: para sair do gueto acadêmico. In: Duarte Barros; Martinez. (Org.). *Comunicação: Discurso, Práticas e Tendências*. Brasília: Editora Rideel - UniCEUB, 2002, v. , p. 55-66
- MARQUES DE MELO, José . Maturidade das ciências da comunicação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. XXIV, n.2, p. 215-221, 2002.

- MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- MARTIN-BARBERO, J. *Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. Tradução: Fidelina González. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MARTINO, Luiz C. Abordagens e Representação do Campo Comunicacional, in *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, n.3, série 8, ESPM, São Paulo, 2006a, pp.33-54. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/79/80>.
- MARTINO, Luiz C. As Epistemologias Contemporâneas e o Lugar da Comunicação. In: Maria Immacolata Vassalo Lopes (org.) *Epistemologia da Comunicação*. Loyola. São Paulo, 2003, p. 69-101.
- MARTINO, Luiz C. Ceticismo e interdisciplinaridade: paradoxos e impasses da teoria da comunicação. *Revista Argentina de Comunicación*, v. 3, p. 125-136, 2009.
- MARTINO, Luiz C. História e Identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional. In: S. Capparelli; M. Sodré; S. Squirra – *Livro da XIII COMPÓS - 2004: A Comunicação Revisitada*, Ed. Sulina. Porto Alegre, 2005, pp. 41-66. Disponível em: www.compos.org.br.
- MARTINO, Luiz C. Interdisciplinaridade e Objeto de Estudo da Comunicação. CD-ROM *Anais do XXI Congresso da INTERCOM*, Recife, 1998. Publicado em A. Fausto Neto, S. Porto, J.L. Aidar Prado (orgs), *Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. Editora Universitária/UFPB. João Pessoa, 2001.
- MARTINO, Luiz C.; BOAVENTURA, Katrine T. O Mito da Interdisciplinaridade: História e Institucionalização de uma ideologia. E-Compós. 2013.
- MARTINO, Luiz C. O pensamento comunicacional canadense: as contribuições de Innis e McLuhan. *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, v. 5, n. 14, 2008, p. 123-148,.
- MARTINO, Luiz C. Os Cursos de Teoria da Comunicação à Luz do Jornalismo: obstáculos e impropriedades das posições tecnicista e intelectualista. In: *Revista Líbero*, n. 17, jun. 2006b. Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. Disponível em: <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/handle/1904/17279> ou http://www.facasper.com.br/pos/libero/libero15/02_martino.pdf
- MARTINO, Luiz C. Perspectives critiques et épistémologie de la communication: le rôle central du débat sur la technologie. In: *Où [en] est la critique en communication? Actes du colloque international 80^e congrès de l'Association francophone pour le savoir (Acfas) – 7-11 mai 2012*, Montréal: GRICIS, 2013.
- MARTINO, Luiz C. Prefácio à Edição Brasileira. In: INNIS, Harold A. *O Viés da Comunicação*. Ed. Vozes. Petropolis, RJ, 2011.
- MARTINO, Luiz C. Significação da Teoria em um Campo Diversificado, conferência inaugural do IV Colóquio Bi-nacional Brasil-Estados Unidos de Estudos da Comunicação. *Anais do Intercom 2010 - XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, realizado em Universidade de Caxias do Sul, 2 a 6 de setembro.

- MARTINO, Luiz C. Teorias da Comunicação: O Estado da Arte no Universo de Língua Espanhola. In: Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Congresso anual da INTERCOM, Universidade de Brasília (UnB). 4 a 9 de setembro de 2006c.
- MARTINO, Luiz C. (org.) *Teorias da Comunicação: Poucas ou Muitas?* Ateliê. São Paulo, 2007.
- MARTINO, Luiz Mauro S. (2012). Do Debate Epistemológico à Sala de Aula: a disciplinarização da epistemologia no ensino da(s) Teoria(s) da Comunicação. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação, do XXI *Anais Compós 2012*. Encontro da Compós, na UFJF, Juiz de Fora, de 12 a 15 de jun. de 2012.
- MARTINS, J.; BIANCHETTI, L. A Educação como Atividade Comunicacional: Interatividade e Interdisciplinaridade. *Revista Linhas – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação*. Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 85 – 103, jul. / dez. 2010.
- MATTELART, Armand et MATTELART, Michèle – *História das Teorias da Comunicação*. Ed. Loyola. São Paulo, 1999, 6ª edição 2003.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Eric. *Introdução aos Estudos Culturais*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MCLUHAN, Eric. (2008). Marshall McLuhan's Theory of Communication: The Yegg. *Global Media Journal – Canadian Edition*, v. 1, n. 1, p. 25-43.
- MCQUAIL, Denis. Communication as an Academic Field: Western Europe. In: DONSBACH, Wolfgang (ed). *The International Encyclopedia of Communication*. Blackwell Publishing, 2008. Blackwell Reference Online. pp. 638-645. <http://www.communicationencyclopedia.com/public/book.html?id=g9781405131995_yr2012_9781405131995> Acesso em: 29 jan 2013.
- MORILLO, Fernanda; BORDONS, Maria; GÓMEZ, Isabel. Interdisciplinarity in Science: A Tentative Typology of Disciplines and Research Areas. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 54, n. 13, p. 1237-1249, 2003.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo*. Forense. São Paulo, s.d. pp.15-36.
- MORIN, Edgar. *Bulletin Interactif du Centre International de Recherches et Études transdisciplinaires n° 2 - Junho 1994*. Disponível em: <<http://basarab.nicolescu.perso.sfr.fr/ciret/bulletin/b2c2.htm>> Acesso em: 30 de maio 2012.
- NEWELL, William T., A Theory of Interdisciplinary Studies, *Issues in Integrative Studies* 19, 2001, p. 1-25.
- NORDENSTRENG, Kaarle. Discipline or Field? Soul-searching in Communication Research. In: *Nordicom Review*, Jubilee Issue 2007, p. 211-222.

- NORDENSTRENG, Kaarle. Ferment in the field: Notes on the evolution of communication studies and its disciplinary nature. In: *The public*, v. 11, n. 4, 2004, p. 5-18.
- ORIGGI, Gloria; DARBELLAY, Frédéric. *Repenser l'interdisciplinarité*, Genève: Éditions Slatkine, 2010.
- ORTIZ, Renato. A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 1, v. 1, jun 1986. Disponível em: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_05.htm. Acesso em: 22 out 2013.
- PARCELL, Lisa M. Communication and Media Studies, History since 1968. In: DONSBACH, Wolfgang (ed). *The International Encyclopedia of Communication*. Blackwell Publishing, 2008. Blackwell Reference Online. pp. 757-764. <http://www.communicationencyclopedia.com/public/book.html?id=g9781405131995_yr2012_9781405131995> Acesso em: 28 jan 2013.
- PARK, J.; SON, J. Transitioning Toward transdisciplinary Learning in a Multidisciplinary Environment. *International Journal of Pedagogies and Learning*, v. 6, n. 1, p. 82-93, 2010.
- PAVIANI, Jayme. Interdisciplinaridade: conceito e distinções/ Aromilda Grassotti Peixoto. Caxias do Sul, RS: Educs, 2008, 2. edição e revista.
- PEIRCE, Charles Sanders. *A fixação da crença*. Disponível em: www.bocc.ubi.pt
- PIETILÄ, Veikko. How does a discipline become institutionalized? In: PARK, David W.; POOLEY, Jefferson. *The History of Media and Communication Research*. New York: Peter Lang Publishing, 2008, p. 205-223.
- POMBO, Olga. "Epistemologia da Interdisciplinaridade", in Carlos Pimenta (coord.), *Interdisciplinaridade, Humanismo Universidade*, Porto: Campo das Letras, 2004, pp. 93-124.
- POPPER, Karl R. A lógica das ciências sociais. In: *Em busca de um mundo melhor*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 92-115.
- POPPER, Karl. *Conjeturas e Refutações*. Coimbra: Almedina, 2006.
- PORTUGAL-BERNEDO, FRANZ. *Las Ciencias del Hombre: Inter, Trans, Poli, Multi, Post Disciplinarietà*. Revista de la Unidad de Investigaciones de la Facultad de Letras y Ciencias Humanas de la UNMSM, *Escritura y Pensamiento*, v. 24, Año XII, n. 24, Lima, Enero –Junio 2009, pp. 157-187.
- QUIROGA, Tiago. Teoria e Episteme Comunicacional. In: FERREIRA, Giovandro Marcus et. al. (orgs). *Teorias da Comunicação: trajetórias investigativas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 137-179.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE DA COMPÓS, 2012. Disponibilizado por e-mail na lista da entidade.
- REYNOSO, Carlos. *Apogeo y decadencia de los Estudios Culturales*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000.

- ROSENGREN, Karl E. *Communication: An introduction*. Sage Publications, 2000.
- RÜDIGER, F. A comunicação no saber pós-moderno: crítica, episteme e epistemologia. In: Ferreira, J. (Org.) *Cenários, teorias e epistemologias da comunicação*. Rio de Janeiro: e-papers, 2007, v. , p. 25-40
- RÜDIGER, F. *As Teorias da Comunicação*. Porto Alegre: ArtMed, 2010. 150p .
- RÜDIGER, F. A trajetória da comunicação como campo do conhecimento científico. *Ética na Informação*, São Paulo, v. 1, n.1, p. 11-22, 1999. Disponível em: http://www.robertexto.com/archivo14/a_trajetoria.htm
- SANTAELLA, Lucia . *Comunicação e Pesquisa*. 1. ed. São Paulo: Editora Hacker, 2001. 216p .
- SANTAELLA, Lucia. Novos desafios da comunicação. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 3, n.2, p. 1-10, 2002.
- SANTAELLA, Lucia. Uma cartografia para a inter e transdisciplinaridade. *Informática na Educação*, v. 8, p. 37-46, 2006.
- SCHMIDT, Jan C. *What is a problem? On problem-oriented interdisciplinarity*. *Poiesis Prax*. Springer-Verlag 2011. 7. p. 249–274.
- SCHRAMM, Wilbur; RIESMAN, David; BAUER, Raymond A. - The State of Communication Research: Comment, *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 23, No. 1 (Spring, 1959), pp. 6-17 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2746419> Acesso em: 06/12/2008
- SHOLLE, David. Resisting Disciplines: Repositioning Media Studies in the University. *Communication Theory*, 5 (2), 1995, p.130–143.
- SHUMWAY, David; MESSER-DAVIDOW, Ellen. Disciplinarity: An Introduction. *Poetics Today*, v. 12, n. 2, Duke University PressStable, Summer, 1991, pp. 201-225. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1772850>. Acesso: 05 nov 2012.
- SIMONSON, Peter; PETERS, John Durham. Communication and Media Studies, History to 1968. In: DONSBACH, Wolfgang (ed). *The International Encyclopedia of Communication*. Blackwell Publishing, 2008. Blackwell Reference Online. pp. 764-771. Disponível em: http://www.communicationencyclopedia.com/public/book.html?id=g9781405131995_yr2012_9781405131995. Acesso em: 28 jan 2013.
- SOROKIN, Pitirim A. *Achaques y manías de la sociología moderna y ciencias afines*. Madri: Aguilar, 1957.
- SPERBER, Dan. Pourquoi repenser l'interdisciplinarité? In: ORIGGI, Gloria; DARBELLAY, Frédéric. *Repenser l'interdisciplinarité*, Genève: Éditions Slatkine, 2010, pp. 19-38.
- STICHWEH, Rudolf. History of Scientific Disciplines. In: SMELSER, J.; BALTES, Paul B. (editors-in-chief). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, Elsevier, 2001, p. 13727-13731.
- THIOLLENT, Michel. *A falsa neutralidade das enquetes sociológicas*. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. SP: Polis, 1987.

- TRINDADE, Diamantino Fernandes. Interdisciplinaridade: Um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani. (org.). *O Que é interdisciplinaridade?* São Paulo : Cortez, 2008.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito & pensamento entre os gregos*. RJ: Paz e terra, 1990.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The three meanings of “discipline”. In: OECD Proceedings. *Re-Inventing the Social Sciences*. 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel (cord.). *Abrir las ciencias sociales*. Mexico: Siglo XXI editores, 2006.
- WATSON, A. J. (2011) Prefácio à 2ª Edição. In: INNIS, Harold A. *O Viés da Comunicação*. Ed. Vozes. Petropolis, RJ.
- WOLF, Mauro (1999). *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença. Lisboa.
- ZAVALA, Lauro. La tendencia transdisciplinaria en los estudios culturales. *Revista Casa del Tiempo*, mar 2002. Disponível em: <http://www.uam.mx/difusion/revista/mar2002/zavala.html>. Acesso em: 1º jul 2012.